UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

GUSTAVO FELIPE OLESKO
(versão corrigida)

Terra, Luta de Classes e Acumulação Original em Comunidades Camponesas:
A Geografia das terras de uso comum no Brasil e Argentina

São Paulo, 2019

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

GUSTAVO FELIPE OLESKO
(versão corrigida)

Terra, Luta de Classes e Acumulação Original em Comunidades Camponesas:
A Geografia das terras de uso comum no Brasil e Argentina

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Geografia Humana.

Área de Concentração: Geografia Humana

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Valéria de Marcos

São Paulo, 2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

O45t Olesko, Gustavo Felipe
Terra, Luta de Classes e Acumulação Original em Comunidades Camponesas: A Geografia das terras de uso comum no Brasil e Argentina São Paulo, / Gustavo Felipe Olesko ; orientadora Valéria de Marcos. - São Paulo, 2018.
400 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Geografia Humana. 2. Geografia Agrária. 3. Questão Agrária. 4. Campesinato. 5. Luta de Classes. I. Marcos, Valéria de, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)****Nom do(a) aluno(a):** GUSTAVO FELIPE OLESKO _____**Data da defesa:** 08/04/2019**Nome do Prof. {a) orientador (a):** Valéria de Marcos

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP.**

São Paulo, 11/04/2019

_____
(Assinatura do (a) orientador (a))

Nome: Olesko, Gustavo Felipe

Título: Terra, Território, Luta de Classes e Acumulação Original em Comunidades Camponesas: A Geografia das terras de uso comum no Brasil e Argentina

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Profa. Dra. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

AGRADECIMENTOS

Devo agradecer em primeiro lugar de maneira mais que especial para todas as camponesas e camponeses que me receberam em suas casas, em suas comunidades, que abriram suas vidas para que minha tese fosse possível, que tiveram a paciência e sabedoria de me ensinarem sobre suas lutas. Meu agradecimento eterno.

Agradeço a minha companheira de vida, Larissa. Sem seu apoio este trabalho talvez não tivesse sido sequer finalizado. Agradeço pelo apoio emocional e intelectual, que tantas vezes me auxiliou no muitas vezes solitário trabalho de pesquisa, reflexão e leitura. Sua companhia em diversos trabalhos de campo no Paraná, além de suas indicações e reflexões sobre a Geografia Feminista foram que grande valia para a tese, deram inclusive a possibilidade de encontrar um arcabouço teórico robusto de autoras que trabalhavam com a acumulação original. Meu muito obrigado.

A minha orientadora Valéria de Marcos que desde o início do doutorado teve toda a paciência de me ensinar e guiar minhas leituras, reflexões, escritos e que ao mesmo tempo me deu total liberdade para delimitar as comunidades as quais eu ia pesquisar, assim como na construção do meu referencial bibliográfico. Agradeço profundamente as correções da tese sem as quais o trabalho não seria o mesmo.

As professoras e professores que me auxiliaram na caminhada longa de quatro anos de pesquisa. Marta I. M. Marques pelas contruições na qualificação, que levaram minha pesquisa para o ponto que cheguei neste fim. A Ariovaldo U. de Oliveira que tanto na disciplina na PPGH como na banca de qualificação e na defesa da tese sempre me encorajou a buscar o referencial clássico dos estudos camponeses. A Jorge Grespan, que me auxiliou na compreensão da acumulação original do capital. A Larissa M. Bombardi, que ainda no início da pesquisa teve sempre interesse em minha pesquisa assim como teve a paciência de me dar um referencial teórico sobre a luta de classes que me foi de grande ajuda. A Katrina M. Brown, que ainda no início de 2015 me apresentou a biblioteca do International Association of the Study of the Commons. Agradeço também aos professores Osvaldo Coggiola pelas provocações e reflexões na banca de defesa da tese e a Vicente Eudes L.

Alves, o qual apontou e fomentou diversas questões para essa versão final também na banca de defesa da tese.

Aos amigos da Argentina meu carinho. Agradeço a Erika Decandido por tudo o que fez, cedendo sua casa para minha estadia, me guiando por Córdoba e pela UNC, além de ter anteriormente me ajudado nos contatos com o Movimiento Campesino de Córdoba e aberto às portas das comunidades para minha chegada. A Vico Gauna pela sabedoria e ensinamentos sobre as lutas e histórico do campesinato cordobês, além do transporte e pouso por ela cedidos. A Gérman Pez pela correria e coração aberto com o qual me acolheu em Cerro Colorado, juntamente com Mabel e Guelo, esse casal incrível que além do pouso me deu comida, conhecimento e me fez admira-los para sempre. A Leti Apatacio por todo o esforço em apresentar quem eu era, quase um ano antes, para as lideranças, traçando junto comigo o melhor roteiro para a tese. As “Andreas” pela sabedoria, companheirismo e debates durante o trabalho de campo, por terem me ensinado o que era o MCNI. Por fim, a todo o pessoal do grupo de pesquisa do Prof. Dr. Juan Barri da UNC, que me receberam tão calorosamente.

Aos amigos que a UFPR me deu: Otávio Rocha, que fez a ponte entre eu e Erika, que debatia comigo, que jogava conversa fora, que discordava, enfim, amigo de debates e que sempre não deixou minha chama pela pesquisa com o campesinato apagar. Cesar Seifert, por além de amizade ter tabulado dados brutos que consegui e que se fazem presentes na tese. Alexei Nowatzki, pela amizade, pelos cafés, por ter elaborado todos os mapas com a maior precisão, paciência e respeito. Ao amigo “doutor honoris causa” Angelo Menegatti, camarada de copo, de debate, de futebol, de política, de debates sobre a academia e o marxismo e que além de tudo foi essencial em me ajudar na ida para Córdoba. Ao amigo e camarada Vinicius Facco, o qual sempre escutou minhas ideias e sempre debateu comigo com respeito e parceria. Aos não menos importantes amigos Gilson Schultz, Fernando Marangon, Nathan de Lima, Rodrigo “Chapa” Simetti, sempre parceiros e são a melhor lembrança que a UFPR me deu.

A Tamyres Antunes, pelo ombro amigo e copo cheio nos dias difíceis de pesquisa, Ricardo Augusto (rolê Loser), Fabiane, Bruno Mathias, Rodolfo

“Dox – Bike Polo”, Jordana e Felipe César. Amigos que sempre respeitaram e incentivaram meu trabalho na pesquisa.

Agradeço profundamente a todas e todos que cederam seu tempo e suas casas para minha estada nas muitas e muitas indas e vindas que realizei entre Curitiba e São Paulo. Não me arrisco a agradecer um por um para não esquecer de ninguém. Aos amigos que fiz na USP, os quais me ajudaram das maneiras mais distintas possíveis, indo do acadêmico até banal, sejam os colegas do Laboratório de Geografia Agrária, da AGB, do CRUSP, das disciplinas, eventos, cafés, etc. Agradeço aqueles que me ajudaram ainda no começo desta pesquisa, a mais de quatro anos atrás e que por vezes a memória custa a lembrar.

Por fim agradeço a meus pais que me ajudaram no início difícil, sem bolsa, e que mesmo sem entender muito sempre acharam incrível o fato de eu fazer doutorado na Geografia da Universidade de São Paulo e em trabalhar pela transformação da realidade dos camponeses, por defender os mais fracos e explorados.

Aos institucionais CAPES, pela bolsa que possibilitou a dedicação exclusiva na pesquisa e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, onde seus funcionários sempre me ajudaram como puderam. E a USP, ainda muito elitizada, mas que me mostrou que é possível fazer pesquisa de maneira séria, justa, com luta e que deve permanecer pública, sempre, e cada vez mais aberta a todas e todos.

RESUMO

OLESKO, Gustavo Felipe. Terra, Luta de Classes e Acumulação Original em Comunidades Camponesas: A Geografia das terras de uso comum no Brasil e Argentina. 400p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, USP, São Paulo, 2018.

Esta tese busca analisar a partir do arcabouço teórico da luta de classes e da acumulação original de capital como um processo contínuo o avanço do capital sobre a fração do campesinato brasileiro e argentino que tem terras de uso comum. Para tanto a pesquisa traz as análises a partir das comunidades camponesas faxinalenses, situadas no estado do Paraná e em comunidades camponesas que tem terras em uso comum no norte da província de Córdoba, na Argentina. Para obter os dados necessários para a pesquisa foram realizados trabalhos de campo para conhecer a realidade, entrevistar camponeses e apreender sobre os conflitos e resistências destes mesmos camponeses frente a seus antagonistas. Entendendo que a luta de classes é uma das maneiras como o modo de produção funciona, então fazemos um resgate de teóricos marxistas que pesquisaram sobre o campesinato, muitos dos quais tem uma parte considerável de seu trabalho apenas na língua inglesa. Compreendendo que uma das motivações do avanço do modo de produção capitalista sobre as terras de uso comum é a crise de sobreacumulação de capital, uma análise tanto dos escritos de Marx acerca da acumulação original como de outros intelectuais que defendem que a mesma é contínua foi realizada. Isto tudo funciona contraditoriamente dentro do próprio capitalismo, com a acumulação original de capital e a recriação do campesinato caminhando em conflito. A resistência camponesa frente a este avanço é apresentada e analisada ao longo de toda a tese, mostrando o quadro que se encontra o campesinato sulamericano.

Palavras-chave: Campesinato, Luta de Classes, Acumulação Original de Capital, Terras de Uso Comum, Brasil – Argentina

ABSTRACT

OLESKO, Gustavo Felipe. **Land, Class Struggle and Original Accumulation in Peasant Communities: The Geography of Land in Common Use in Brazil and Argentina**. 400p. Thesis (Doctorate in Human Geography) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, USP, São Paulo, 2018.

This thesis seeks to analyze from the theoretical framework of the class struggle and the original accumulation of capital as a continuous process the advance of capital over the fraction of the Brazilian and Argentine peasantry that has lands of common use. In order to do so, the analysis brings the analyzes from the faxinalense peasant communities located in the state of Paraná and in peasant communities that have lands in common use in the north of the province of Cordoba, Argentina. In order to obtain the necessary data for the research, fieldwork was carried out to know the reality, to interview peasants and to learn about the conflicts and resistances of these same peasants in front of their antagonists. Understanding that class struggle is one of the ways the mode of production works, then we rescue Marxist theorists who have researched the peasantry, many of whom have a considerable share of their work in the english language alone. Understanding that one of the motivations for advancing the capitalist mode of production over land in common use is the crisis of overaccumulation of capital, an analysis of both Marx's writings on original accumulation and other intellectuals who claim that it is continuous has been carried out . This all works contradictorily within capitalism itself, with the original accumulation of capital and the re-creation of the peasantry in conflict. The peasant resistance to this advance is presented and analyzed throughout the entire thesis, showing the picture of the South American peasantry.

Keywords: Peasantry, Class Struggle, Original Capital Accumulation, Common Use Land, Brazil - Argentina

SIGLAS

APF – Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses

APROCENER – Asociación de Productores Centro-Norte de Entre Ríos (

COTRUM – Coordinadora de Organizaciones de Trabajadores Rurales de Misiones

CPT – Comissão Pastoral da Terra

CRA - Confederaciones Rurales Argentinas

FAA - Federación Agraria Argentina

FCGC – Federación Campesina-Guaraní de Corrientes

MAM – Movimento Agrário de Misiones,

MCC – Movimento Campesino de Córdoba

MCNN – Mesa Campesina del Norte Neuquino

MNCI – Movimento Nacional Campesino Indígena

MOCASE – Movimento Campesino de Santiago Del Estero

RMC – Região Metropolitana de Curitiba

UST – Unión de los Trabajadores Rurales Sin Tierra

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Entrada da Comunidade La Rinconada, Córdoba.....	68
Figura 2 - Sede da Comunidade La Rinconada	69
Figura 3 - Campo Comunitário entre Dean Funes e Villa Tulumba	74
Figura 4 - Criadouro Comunitário no Faxinal dos Ribeiro, Pinhão, 2017..	77
Figura 5 - Faxinal Meleiro, Mandirituba. Divisão entre o criadouro comunitário e as terras de plantar, 2017	78
Figura 6 - Faxinal dos Ribeiro, Pinhão, mata de araucária presente dentro do criadouro comunitário, 2017	85
Figura 7- Faxinal dos Ribeiro, mata de araucária no criadouro comunitário, Pinhão	86
Figura 8 - Campo de uso comum em Cerro Colorado, Córdoba.....	87
Figura 9 - Campo de uso comum, Cerro Colorado, Córdoba.....	124
Figura 10 - Imensidão e aridez do campo de uso comum da Comunidade La Rinconada, Córdoba	150
Figura 11 - Pictogramas que datam dos anos 1800, retratando a luta dos indígenas contra os invasores espanhóis em suas terras, Cerro Colorado, Córdoba.....	205
Figura 12 - Cartaz na fábrica de ração sem milho transgênico para os animais dos camponeses. Fábrica atrelada ao MNCI, Cerro Colorado, Córdoba.....	208
Figura 13 - Arte da luta camponesa, MNCI.....	210
Figura 14 - Caminhão do MCC distribuindo lenha coletada nos campos de uso comum de La Rinconada, Córdoba.....	239
Figura 15 - Destruição de casas na comunidade Faxinalense do Alecrim	241
Figura 16 - Destruição de Casas e repressão policial na expulsão de famílias camponesas em Juarez Celman.....	242
Figura 17 - Loja comunitária, Cerro Colorado, Córdoba.....	244
Figura 18 - Plantação de soja a poucos quilômetros ao sul de La Rinconada, San José de La Dorminda, Córdoba.....	251
Figura 19 - Caminhões de Transporte e silos de armazenamento de soja, San José de La Dormida, Córdoba	251
Figura 20 - Reintegração de posse no Departamento de San Alberto em 2006	252
Figura 21 - Cobertura vegetal em La Rinconada, Córdoba em 1986.	253
Figura 22 - Cobertura vegetal em La Rinconada, Córdoba em 2018	253
Figura 23 - Cobertura Silvicultura Paraná.....	261
Figura 24 - Aula pública como ação do MCC na praça central de Cosquín, Córdoba.....	274
Figura 25 - Reunião de articulação entre campesinato e classe trabalhadora, Cruz Eje, Córdoba.....	275

Figura 26 - Área de interesse para criação de pousadas.....	365
Figura 27 - Fábrica de Beneficiamento de Milho para produção de ração, Cerro Colorado, Córdoba	366
Figura 28 - Tabela do rodizio de famílias no trabalho na fábrica de Cerro Colorado, Córdoba.....	367

QUADROS

Quadro 1 - Registro de denúncias por delitos de Roubo de Terras registrados no órgão fiscalizador de Dean Funes (que atende a La Rinconada)..... 255

Quadro 2 - Série Histórica Area (ha) plantada de soja: Córdoba.....256

Quadro 3 - Série Histórica Area (ha) plantada de soja: Paraná.....257

Quadro 4 - Evolução da Área Plantada no Estado do Paraná.....260

MAPAS

Mapa 1 – Municípios com Comunidades Faxinalenses onde Foram Realizados Trabalhos de Campo.....	41
Mapa 2 – Pontos de Visita (Trabalho de Campo).....	44
Mapa 3 – Municípios e Comunas das Comunidades Trabalhas.....	60
Mapa 4 – Comunidade La Rinconada.....	71
Mapa 5 – Campos Comunitários e Comunidade Cerro Colorado.....	74
Mapa 6 – Comunidades Faxinalenses – PR.....	82
Mapa 7 – Avanço da Soja COMUNIDADE LA RINCONADA.....	362
Mapa 8 – Localização das Granjas nas Comunidades Faxinalenses do Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta, Mandirituba – PR.....	369

Sumário

INTRODUÇÃO	16
 1 – AS TERRAS DE USO COMUM NO BRASIL E ARGENTINA: A MATERIALIDADE DO CAMPESINATO EM SEUS TERRITÓRIOS	 57
1.1: As comunidades camponesas com uso comum da terra: Os faxinais do sul-brasileiros e os campos comuneros cordobeses.....	57
1.2 – O Uso comum da Terra e a Questão legal: apontamentos	89
1.3– Direito Costumeiro e a reprodução social camponesa em comum	112
1.4 – Direitos costumeiros dos camponeses faxinalenses e comuneros	117
 2 – LUTAS DE CLASSES E CLASSE, AMPLIANDO O DEBATE. CAMPESINATO EM FOCO.	 128
2.1 – Luta de classes e classe no marxismo: uma leitura necessária.....	128
2.2 - Campesinato como classe social: resgatando clássicos, ampliando o debate.....	144
2.3 – Campesinato como classe social: a atualidade do pensamento do The Journal of Peasant Studies	179
2.4 – As contribuições latino americanas para o debate do campesinato	182
2.5 – Construindo a classe camponesa nos territórios <i>comuns</i> : Na luta pela terra se faz classe.....	194
2.6 – A atualidade da questão das terras de uso comum no Brasil e Argentina: leis e lutas	216
 3 – USO COMUM: RESISTÊNCIA E CONFLITOS	 221
3.1 – Uso comum, uso coletivo, bens comuns... Destruindo mitos, falsos sinônimos, construindo uma prática	222
3.2 – Agronegócios desarticulando o uso comum da terra.....	246
3.3 – Resistências camponesas no uso comum da terra: A Rede Puxirão no Brasil e o Movimiento Nacional Campesino Indígena	268
3.3.1 – O Movimiento Nacional Campesino Indígena e o Movimiento Campesino de Córdoba	269
3.3.2 – A Rede Puxirão e a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses.....	276
 4 – ACUMULAÇÃO ORIGINÁRIA DE CAPITAL: CONTRADIÇÕES DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	 283

4.1 – Acumulação Original: Analisando Marx	287
4.2 – Acumulação Original: Repensando Marx	324
4.3 – O campesinato e a acumulação original: explorando e subordinando	342
4.4 – <i>La gallina de los huevos de oro</i> : Campesinato como combustível para a máquina capitalista	353
CONSIDERAÇÕES FINAIS	371
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	375
ANEXOS	393

Introdução

Esta pesquisa é fruto de um longo trabalho que realizei como pesquisador desde o curso de Graduação em Geografia. Ela é o produto final da minha construção como pesquisador da Questão Agrária em formação. Iniciei ainda no ano de 2007 uma pesquisa de Iniciação Científica voluntária no curso de Geografia da Universidade Federal do Paraná, ainda no segundo ano da Graduação. O projeto de meu então orientador, Jorge Montenegro, dava conta do Território Rural do Centro do Estado do Paraná com o objetivo de entender os programas de desenvolvimento desta política pública e após dois colegas terem escolhido suas temáticas fiquei com aquela que sobrou: faxinais. Foi nesse momento que teve início minha jornada que culmina com a presente tese de doutoramento. Porém, antes de iniciar o escrito faço quatro ressalvas: a primeira é que, distintamente do restante do trabalho, aqui escrevi na primeira pessoa do singular. Isto, pois acredito que os trabalhos de campo, o entendimento do que vi, analisei e vivi em campo e na produção científica é algo que parte de mim. É sim uma troca dialética com minha orientadora, a Professora Doutora Valéria de Marcos, contudo a jornada anterior que me trouxe até aqui e a realidade apreendida por mim é muito individual. Então entendo que os erros, idas e vindas na construção desta tese cabem muito a mim.

O segundo ponto é que a interpretação que faço da questão do método é também muito particular. Rompendo com o passado, busquei construir um trabalho que fosse ao mesmo tempo científico, militante e dialético. Busquei a todo custo evitar romantizar as relações por mim analisadas e também buscar, na realidade, a resposta para o que eu queria entender: o porquê da continuidade e defesa do uso comum da terra pelos camponeses. A mim não bastavam as respostas pós-modernas que se fundavam somente no tocante do modo de vida, na ideia dos *sujeitos* faxinalenses, era necessário compreender para além disto. Encontrei no materialismo dialético a ferramenta de reflexão e análise para este anseio.

A terceira ressalva que faço se dá no tocante à vasta literatura em língua inglesa que utilizei ao longo da tese, especialmente do sociólogo

marxista russo radicado na Inglaterra, Teodor Shanin. Realizei a tarefa de resgatar e ampliar a divulgação de sua obra e daqueles com os quais Shanin compartilhou estudos, análises, ideias, e construiu sua pesquisa. Fiz isto, pois acredito que é sempre necessário ler as “referências de suas referências”. Muito é citada a obra *Clase Incomoda* do referido autor (1983), porém as outras obras são demasiado pouco trabalhadas ou sequer conhecidas. Muitos afirmam que o campesinato é um modo de vida e uma classe, mas que é também um processo. Entendo, porém, que muitos desses jovens pesquisadores somente reproduzem tal afirmação, sem compreender a magnitude da mesma dentro dos Estudos Camponeses. Não entendem a importância deste posicionamento de Shanin, que destrói as concepções estruturalistas de classe e traz à tona um entendimento de classe a partir de Edward P. Thompson para dentro dos estudos sobre o campesinato. Além disto, vi muitos jovens pesquisadores e pesquisadoras em eventos, com seus artigos oriundos de projetos de Iniciação Científica, Extensão, Mestrado e Doutorado criticando justamente a concepção de classe camponesa de Shanin e utilizando conceitos identitários como saídas para uma suposta generalização que trata todos os camponeses como iguais, padronizados. Assim sendo, vejo que ao resgatar artigos mais antigos e menos conhecidos de Shanin, além de embasar com grossos pilares a questão de classe, crio alicerces fortes para a crítica a estes pesquisadores. Crio a possibilidade de desmistificar elementos criados, a meu ver, pela falta de conhecimento e leitura do que é classe para Shanin.

Por fim, o quarto ponto é que tal anseio está totalmente entrelaçado com a trajetória que a própria pesquisa teve ao longo desses quatro anos e meio. Ainda que não tenha notado, meu projeto de doutorado tinha um caráter muito culturalista-identitário. Mesmo evitando a concepção de uma hipótese, haja visto que entendo que ir a campo com algo pré-concebido pode levar a quebrar a espiral dialética materialista, cunhei uma busca pelo entendimento das motivações da permanência do uso comum que se respondiam por uma unidade cultural do campesinato sulamericano. Explico: acreditava que havia um campesinato *gaucho*, que se estendia ao sul do trópico de capricórnio, uma vez que estas terras pertenciam à coroa espanhola, oficialmente, até recentemente no tempo histórico, 1750. Foi a realidade que me fez

compreender que o campesinato constrói seu território em terras de uso comum por uma questão classista, antes que cultural, por uma questão de trabalho, solidariedade e direito costumeiro, antes que por uma questão de apreço à tradição do passado.

Com isso em mente, faço uma breve cronologia do caminho traçado por mim até chegar neste ponto, já que creio que este caminho mostra muito das razões e motivações que fizeram com que eu alcançasse tal resultado. Passei boa parte da Iniciação Científica tentando entender o que era um faxinal. Vivíamos no Brasil e no meu estado de origem, o Paraná, outro panorama político. Luís Inácio Lula da Silva era presidente e Roberto Requião governador do Estado. O fomento às pesquisas e às bolsas ainda não eram tão grandes em 2007, porém se iniciava uma explosão de possibilidades de pesquisa. Realizei campos em conjunto com o grupo de pesquisa do qual fazia parte e pude ver o uso comum da terra. Ver mas não compreender. Dois anos de pesquisas, com uma extensa literatura sobre o tema lida e diversos campos realizados me transformaram em um conhecedor das mais diversas concepções científicas e legais do que vinha a ser um faxinal. A tese de Luís Almeida Tavares (2008) e seu auxílio pessoal muito significaram para mim naquele momento. Porém, ainda assim fiquei muito restrito à discussão sobre “o que é” e muito pouco sobre o “como funciona” um faxinal.

No último período da graduação consegui vaga para trabalhar como extensionista da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI) e participei do projeto Nova Cartografia Social do Brasil. Realizei, junto com a equipe executora, o processo de cartografia social das comunidades camponesas faxinalenses do Espigão das Antas, Pedra Preta, Meleiro, Campestre dos Paula e Mato Branco dos Andrade, situadas na porção sul da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), nos municípios de Quitandinha e Mandirituba desde o início. E juntamente com Luís Almeida Tavares pude acompanhar o fechamento do mesmo processo no faxinal do Salso, em Quitandinha. Como o trabalho de campo era constante, pude sair do âmbito mais teórico e começar a conhecer na prática os conflitos das comunidades.

A maior proximidade com o campesinato me levou a defender, em 2011¹, minha monografia de conclusão de curso para obtenção do título de bacharel em Geografia pela UFPR. Neste trabalho foquei na relação campo – cidade e na questão das chácaras de lazer dentro das comunidades camponesas faxinalenses com as quais trabalhei na extensão (uma vez que eu já era licenciado, mas trabalhei como extensionista). Foi o primeiro produto científico que produzi a partir de entrevistas e da realidade das camponesas e dos camponeses faxinalenses. Graças ao trabalho no projeto Nova Cartografia Social do Brasil, apreendi ferramentas de trabalho de campo e de entrevista narrativa com o campesinato, as quais até hoje me são muito caras. Havia me formado em licenciatura em Geografia na mesma universidade tendo estudado a migração nos livros didáticos, sob a orientação da Prof. Dr^a. Gislene Aparecida dos Santos, hoje na UFRJ, e os problemas fundiários urbanos nos livros didáticos sobre a orientação da Prof. Dr^a Olga Lúcia C. de F. Firkowski. Isso muito me influenciou, cabendo à professora Gislene dos Santos me auxiliar ainda mais nos estudos em modelos de entrevista e trabalho de campo e à professora Olga Firkowski minha introdução no marxismo de Henri Lefebvre.

Mantive o contato com os camponeses faxinalenses, uma vez que logo após a conclusão do bacharelado entrei no Mestrado da UFPR. Lá em minha dissertação pesquisei os conflitos pela terra existentes nas comunidades faxinalenses do Espigão das Antas, Pedra Preta e Meleiro. Acabei trazendo os conflitos principais que existiam nas comunidades, no caso o monocultivo arbóreo de eucaliptos e pinus, granjas de frango integradas a grandes multinacionais e novamente as chácaras de lazer. A produção da dissertação gerou questionamentos profundos que me fizeram ir autonomamente buscar outras leituras. Foi em Chayanov (1985) que encontrei respaldo teórico para o que eu notava nos trabalhos de campo. E foi com ele que comecei a questionar toda minha construção teórica que tratava os faxinalenses somente a partir da identidade, ignorando sua questão de classe.

¹ A defesa devia ter ocorrido no ano de 2010, porém diversos problemas internos ocorreram na Universidade, sem contar lutas dos professores e estudantes, o que acabou por atrasar a defesa.

Um grande problema que vi durante a construção de meu mestrado foi como a identidade e a lei podem ser entraves para a luta por terra. A presença de comunidades camponesas “faxinalenses” no Estado de Santa Catarina era ignorada tanto pelos camponeses faxinalenses líderes políticos quanto por pesquisadores da temática. Criou-se o “Paraná Ilha” onde só existiam faxinais dentro das fronteiras do estado, se uma comunidade fosse quase que totalmente igual a um faxinal mas não estivesse no Paraná, então ela podia ser qualquer coisa, menos um faxinal. Isto muito me intrigava e fui buscar em Sahlins (1990) a crítica a isto.

Após um ano e meio da defesa do mestrado iniciei meu doutorado na Universidade de São Paulo com o projeto acima citado. As influências de minha construção como pesquisador são evidentes naquele projeto. Foi indo a campo, buscando terras de uso comum, ignorando se eram consideradas faxinais ou não, que passei a desconstruir minha hipótese original. Se a partir de Romano (2010) e Zubrzycki (2002) passei a entender que existiam camponeses que construíam seus territórios em terras de uso comum na Argentina, foi com Campos (1991, 2011) que ampliei o entendimento das terras de uso comum no Brasil. Mas foram meus trabalhos de campo que fizeram com que eu passasse e ter um novo entendimento da questão camponesa e do uso comum da terra. Isto pois via nas mais diferentes constituições étnicas, culturais, identitárias e territoriais um mesmo uso comum da terra. Descendentes de imigrantes do leste europeu, quilombolas, camponeses negros, camponeses caboclos ou todos estes juntos em uma mesma comunidade construíam seus territórios tendo o uso comum como elemento central. Defendiam o uso comum com força.

Isto me levou a outros dois pontos que busquei esmiuçar nesta pesquisa. O primeiro foi a questão da classe e, o segundo, a acumulação original como contínua, que é, aliás, o centro da análise da presente tese como um todo. A classe e, conseqüentemente, a luta de classes será analisada e esmiuçada no capítulo 2. Penso ser vital esse debate uma vez que há em voga hoje em dia uma quase negação da importância desta. Trabalho chave na análise da luta dos camponeses faxinalenses é o de Souza (2009) e nele há uma ausência quase total da questão agrária e do campesinato. Aparece

somente a questão da identidade como fundante do conflito e da resistência. Embasado principalmente na obra de Almeida (2006), Souza acaba por deixar de lado a análise da classe como elemento central da crítica ao modo de produção capitalista, além de acabar ignorando que os conflitos dos camponeses faxinalenses é um conflito antes de ser identitário, classista.

Mas outro ponto também se faz importante na compreensão da classe que busquei retratar ao longo desta tese: a classe como processo e não como entidades com vontade própria, antropomorfizadas como critica Thompson (2012). Como citei acima, Shanin mesmo trata a classe como um movimento, um processo, e para isto o autor se serve de Thompson. Compreendo então que este trabalho tem como pilares de sustentação teórica a tríade formada por Shanin – Thompson – De Angelis. São estes três autores que abriram o horizonte para meu desenrolar teórico metodológico e para a construção da minha crítica. Isso sem deixar de lado a importância seminal que os escritos de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, José de Souza Martins, Valéria de Marcos possuem quando trabalho com o campesinato.

O segundo ponto acerca da discussão sobre a luta de classes refere-se à busca pela ampliação da compreensão de que a classe se faz na luta de classes, não é algo anterior a esta e que é, além de um produto sócio-histórico como Thompson (2012) defende, também um produto territorial. Advogo que essa defesa de Thompson é também um ataque frontal, sem trincheiras, àqueles que acabam por criar quimeras “pós-modernas estruturalistas” em seus escritos. Ou seja, defendo que a classe camponesa se faz na luta de classes, é forjada em contextos sociais, históricos e territoriais distintos (podendo ser unitária sim, mas com variabilidade de escalas e bandeiras de luta), é mais um matiz do que um aglomerado uniforme e funciona através da defesa de interesses comuns daqueles que a constituem. Funciona de certo modo a partir do desenvolvimento combinado e desigual do capitalismo ao longo do globo, forjando lutas que aparentemente são identitárias, culturalistas ou locais, mas que têm sim um respaldo no real. A unidade do modo de produção capitalista não é uma uniformidade, como já nos ensinou Vergopoulos (1977), e assim também são as lutas de classe pelo mundo.

Isso me levou a buscar entender como e por que a luta de classes entre os camponeses em terras de uso comum se dava com seus antagonistas (agronegócio, Estado, capitalistas). Tinha a compreensão de que a acumulação original de capital era entendida como contínua, principalmente a partir de Martins (1996), mas ainda faltava algo para a realização da pesquisa e da compreensão da realidade bibliográfica. Sendo assim, busquei na literatura estrangeira material para tanto e acabei por me aprofundar nos estudos de Massimo De Angelis, Werner Bonefeld, Michael Perelman, Silvia Federici e outros intelectuais que construíram no início dos anos 2000 o grupo de pesquisa The Commoner. Todos os estudos destes pesquisadores eram fundados na análise de que as terras de uso comum existiam e eram objeto de cobiça da classe capitalista e dos proprietários fundiários justamente pela continuidade do processo de acumulação original, seja no seio da reprodução ampliada ou não. Acredito que este levantamento bibliográfico serve também para ampliar os horizontes de análise futuros sobre a questão camponesa, especialmente no tocante da fração do campesinato que se reproduz em terras de uso comum.

Essas são, grosso modo, as bases das quais parto para toda a análise crítica realizada no trabalho. Antes de entrar propriamente no método e na metodologia, acredito ser importante marcar uma posição dentro dos Estudos Agrários.

Geografia Agrária e o debate sobre a Questão Agrária

Dentre as várias interpretações acadêmicas do mundo e suas questões, algumas ganham importância e destaque nos mais variados ramos da pesquisa. Os Estudos Agrários não ficariam de fora de tal divisão. Porém, antes de começar a analisar e compreender as correntes teóricas da Geografia Agrária, penso ser importante apreender onde o ramo dos Estudos Agrários de nossa ciência está para com as outras ciências.

A Geografia Agrária não está isolada dos outros ramos das ciências que também buscam compreender e analisar a Questão Agrária. A Antropologia Rural, Sociologia Rural, Economia Agrária, Política Rural, a Filosofia Agrarista, a História do Campo, por exemplo, são ramos de outras

ciências que também se ocupam do tema da Geografia Agrária. Portando, defendo que: *não podemos isolar uma ciência do todo*.

A Sociologia Rural é, no restante do globo, a maior expressão das pesquisas sobre a Questão Agrária, como Brass (2000) afirma. Nascida nos EUA no fim do século XIX foi até meados dos anos 1950 a maior e mais pujante área da Sociologia estadunidense (NELSON, 1969). Na América Latina e Europa segue sendo a principal vertente que estuda o campo, deixando esse papel para a Antropologia Rural nos EUA e para a Geografia Agrária no Brasil. Dentro deste ramo de estudos, segundo Nelson, na Sociologia, ganha destaque a corrente Weberiana, que se pauta no idealismo renovado de Max Weber, onde se busca entender os tipos ideais, buscando sempre a compreensão e a explicação dos fatos, através de uma base filosófica muito bem inserida nas obras de Kant, Hegel e Delthey. É partindo dessa corrente que temos o principal embate para com o entendimento do campo, ou seja, um debate entre os Weberianos e Marxistas.

Atuando como antagonistas, tais correntes acabam por ter visões muito diferenciadas do campo. Apesar de ser presente, podemos entender que o historicismo não é hegemônico dentro da Geografia Agrária. Os estudos agrários, em sua maioria, são críticos e marxistas (exceção dada à Economia, com forte presença de neoclássicos) (BRASS, 2000), razão pela qual busco aqui analisar mais profundamente esta corrente teórica.

É necessário ter em mente que há uma grande diversidade dentro da Geografia Crítica e que existem três correntes de pensamento que partem da dialética materialista para o entendimento do espaço agrário. Elas têm em comum, além de seu método e o que está atrelado a ele, a compreensão de que existe uma expansão e desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo. Grosso modo, as correntes se dividem assim:

1. A permanência das relações feudais no campo. Aqui o embasamento se dá no pensador alemão Karl Kautsky;
2. A destruição dos camponeses e latifundiários através da expansão do capitalismo no campo junto de suas formas, onde Vladimir Lenin é o norteador dessa corrente;

3. A noção de que ocorre a criação e recriação do campesinato e do latifúndio dentro do capitalismo, sendo Rosa Luxemburgo a base da construção desse pensar.

Antes de entrar na análise das correntes, a partir do levantamento que realizei para a tese no tocante dos estudos sobre o campesinato, pude perceber que em outros países, especialmente Estados Unidos e os da Europa Ocidental, trata-se a terceira corrente com uma variável. Ou ela é apresentada como embasada somente na obra do revolucionário marxista russo Yevgeni Preobrazhensky, ou na obra deste em conjunto com a de Rosa Luxemburgo. Preobrazhensky defendia que havia uma acumulação original contínua de capitais e que a então recém-formada URSS precisava realizar a sua acumulação original com base na separação de sua massa de camponeses de seus meios de produção (Preobrazhensky, 1965). Pouco lido no Brasil, sua obra acaba sendo deixada de lado nas pesquisas aqui realizadas. Porém, creio ser importante destacar sua importância para os estudos realizados no exterior, especialmente nos países de língua inglesa.

Nas primeiras duas correntes não existe lugar para o camponês, ou seja, no capitalismo ou no socialismo, o campesinato seria extinto, pois é considerado um resquício do passado. Já na última linha se acredita que o camponês está presente e também é criado e recriado no seio do próprio capitalismo, logo não é considerado um resquício de um antigo “modo de produção”. Essas vertentes teóricas são as que vamos aqui apresentar e analisar.

A primeira corrente, atrelada a Karl Kautsky, a partir de sua obra “A Questão Agrária” de 1888 tem seu ponto de partida no conceito de que tanto no Brasil, como no mundo como um todo existiram relações feudais ou semi feudais de produção. O latifundiário e o camponês seriam a evidência da permanência dessas relações. São classes sociais que existem como resquícios do modo de produção feudal. Tal corrente interpreta que o campesinato tem papel importante sim na construção e na modificação da sociedade, contudo, seu papel é transitório, estando tal classe social fadada ao fim. Haveria a necessidade de uma Reforma Agrária para destruir o latifúndio e

ganhando a terra os camponeses se veriam frente a relações de mercado e então iriam à falência e ao seu fim (OLIVEIRA, 2002).

A segunda corrente se baseia na Obra de Vladimir Lenin de 1905, “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia”. Tem como ponto de partida a máxima de que o campesinato seria uma espécie de resíduo pré-capitalista. Aqui não se considera o campesinato como resto do feudalismo, mas sim como um resquício do passado. Assim sendo, se considera o camponês como um sujeito social ainda presente, que não tem origem feudal, mas anterior.

A tese central é que a expansão do capitalismo no campo finda com as relações não-capitalistas, ou seja, as não assalariadas, sendo somente as relações assalariadas as que permanecem e ganham força. Logo, o campesinato viria a se tornar proletário. A dualidade aqui presente é semelhante à anterior, ou seja, entre capital e trabalho, podendo somente assim se dar o conflito de classes evidente do modo de produção capitalista.

Essas duas correntes têm muito em comum, cabe considerar que a segunda linha é uma atualização da primeira, ou seja, uma leitura e uma ampliação do pensar de Kautsky feita por Lenin. Oliveira (2002, p. 71) faz uma interessante leitura sobre tais correntes:

[...] a sociedade capitalista é pensada por esses autores como sendo composta por apenas duas classes sociais: a burguesia (os capitalistas) e o proletariado (os trabalhadores assalariados). É por isso que muitos autores e mesmo partidos políticos não assumem a defesa dos camponeses. Alguns acham mesmo que os camponeses são reacionários, que “sempre ficam do lado dos latifundiários” etc. Se isso realmente ocorre, é preciso compreender o que está acontecendo com essa classe social. Certamente, os camponeses, não têm encontrado respaldo político nesses partidos; aliás eles “não fazem parte da sociedade”, para esses autores e partidos.

A Geografia Agrária brasileira inspirou-se nessa conjuntura, a de Lenin, da Revolução Russa, e acabou influenciando toda a esquerda nacional que, até os dias atuais, ainda tem diversas ressalvas com o campesinato e sua própria existência. Contudo, como defendo nesta tese, a luta do campesinato é para permanecer na terra, continuar sendo camponeses, fato que tais correntes não conseguiram compreender. É nesse contexto que a terceira corrente se

constrói e se firma. Corrente essa que expande sua influência para a Geografia Agrária, adentrando já em outras ciências.

O ponto de partida da terceira corrente é o de entender que o desenvolvimento do capitalismo no campo é contraditório e combinado, algo que Samir Amin e Kostas Vergopoulos (1977) aprofundam em sua análise e que Neil Smith (1988) trabalha dentro da Geografia, com grande destaque. Logo, sendo contraditório, o capital acaba por criar tanto situações de assalariamento quanto de criação, manutenção e recriação do campesinato e outras relações não capitalistas, tudo isso sendo combinado, ou seja, intencional por parte da expansão e própria produção do capital.

Assim, a compreensão é de que tanto o campesinato quanto o latifúndio não são resíduos, mas sim produtos do modo de produção capitalista também, podendo surgir dentro dele. A dualidade capital – trabalho não serve para resolver a problemática aqui. Cria-se uma tríade de sustentação e conflito dentro do capitalismo: terra – capital – trabalho.

A terra aqui pode pertencer tanto ao latifundiário quanto ao camponês, enquanto elementos vitais para o Capital. Aqui chegamos também na autora chave dessa corrente: Rosa Luxemburgo. Ela postula que o capitalismo só cria capital a partir de relações de produção não capitalistas. Ou seja, a origem do capital se dá a partir da formulação $M - D - M$, onde M é mercadoria e D é dinheiro. Sempre se tem início em uma mercadoria. Por exemplo, o alimento produzido pelo camponês, que não recebe salário, é vendido para um mercado que o revende para a população como um todo. É nesse ponto onde se gera capital. Para melhor exemplificar, trago Almeida (2006, p. 98):

A classe dos assalariados vive do salário que provém do seu trabalho; a classe dos capitalistas vive do lucro, fruto da exploração do trabalho; e a classe dos proprietários da terra vive da renda pela sociedade derivada da propriedade fundiária. E, no caso do camponês, há um imbricamento de posição no processo produtivo, ou seja, ele é, ao mesmo tempo, proprietário de terra e trabalhador e, sobretudo, um trabalhador que não vive de salário porque o trabalho a ele pertence. Daí nossa consideração do campesinato como *sui generis* do capitalismo.

São essas as três correntes que se dão dentro do marxismo e a partir da dialética. Enquanto pesquisador me encaixo na corrente que tem como

Rosa Luxemburgo sua base. É com ela que se faz possível analisar a obra de Marx e compreender que a acumulação original de capitais é contínua, como veremos no capítulo 4, e é também com ela que se quebram os entendimentos mais ortodoxos no que tange o campesinato como classe.

Contudo, existem outras possibilidades dentro da dialética, embora um pouco fora do marxismo. Os chamados decoloniais partem de um ponto de vista amplo e diverso, fundado também no marxismo, mas bebendo de leituras pós-estruturalistas e também construindo uma epistemologia puramente latino americana. Os principais pensadores desta linha são Enrique Dussel, Arturo Escobar e Anibal Quijano, e na Geografia brasileira temos Carlos Walter Porto-Gonçalves, e Carlos Vainer como maiores expressões desta corrente.

Tal corrente tem muito em comum com a linha da criação e recriação do campesinato, contudo, deixa um de lado o entendimento marxista da luta de classes, trabalhando então com outros conceitos e entendimento dos sujeitos do campo. O principal deles talvez seja o de Povos e Comunidades Tradicionais no caso dos pensadores brasileiros, enquanto os latinos utilizam de conceitos mais atrelados aos povos originários (BARTRA, 2011). Outro ponto utilizado é o de analisar a sociedade a partir da própria América Latina, não tentando transferir teses e análises europeias e estadunidenses para a nossa realidade.

Por fim existe a corrente da pluriatividade, aquela atrelada à modernização do campo como necessário e inevitável (MENDRAS, 1978, 1984). Ainda que não muito forte na Geografia, ela tem força quase hegemônica na Sociologia Nacional. Partem do pressuposto teórico de que o campesinato está fadado ao fim, não por motivos de classes e expansão do capital, como citam Lenin e Kautsky, mas sim a partir de sua transformação de produtor do campo para “outra coisa”. A principal fonte teórica dessa corrente são os sociólogos franceses Henri Mendras e Marcel Jollivet, os quais partem do entendimento do filósofo Henri Lefebvre de que o todo não suporta mais a dicotomia campo-cidade, entendendo então que todos os seres humanos estão inseridos dentro de uma urbanidade. Outro ponto para tal corrente é que o campesinato acabaria, pois a origem da maior parte da renda destes deixaria de vir do processo produtivo e passaria a ser de outras atividades. Defende-se

nessa corrente a ideia de que o conceito de camponês está desatualizado e não consegue explicar mais a realidade e, para tanto, utilizam o termo de agricultura familiar e da pluriatividade.

Importante também para os dialéticos, Chayanov, pensador russo do início do século XX é central para a linha da pluriatividade, uma vez que buscam nesse autor a raiz da construção teórica da pluriatividade, para a qual produzir no campo não é mais central. A mobilidade aqui não é espacial, mas sim produtiva. Contudo, deixam de lado a ideia da luta de classes, contradição e afins. No restante do mundo o maior referencial de tal corrente é o holandês Jan Van Der Ploeg.

Apresento esse panorama para retratar a situação atual dos estudos sobre a Questão Agrária, especialmente no Brasil. Penso que foi essencial para o desenrolar de minha pesquisa compreender este quadro teórico dos estudos sobre o campesinato. Busquei com muito afinco compreender o debate como um todo, entender os diversos posicionamentos e tensões existentes entre eles. Isto foi uma das motivações que me fez buscar embasar a tese em pesquisas de autores com os quais eu tinha afinidade metodológica. Além disto, o resgate da obra de Marx se fez importante neste processo.

Além de me basear em Rosa Luxemburgo, busquei no estudo direto da obra de Marx, especialmente nos três volumes de O Capital, compreender tanto seu método quanto sua crítica da economia política. Essa compreensão me fez entender que minha tese só poderia ser realizada de maneira satisfatória se eu me ateasse a três pontos: a compreensão da crítica da economia política de Marx, mas não só ela, trabalhando então dialeticamente com a luta de classes e, por fim, uma imersão muito forte na realidade camponesa. Portanto, não me ative somente ao espectro da crítica da economia política, nem mesmo somente à luta de classes e, muito menos, a um trabalho puramente empírico junto aos camponeses e camponesas. Busquei a todo custo interseccionar esses três elementos de maneira dialética, trabalhando com as contradições e as tensões existentes neste tocante. Com isso, avanço então para a questão do método em si em minha tese.

O método

Penso ser de importância fundamental a compreensão do método para a pesquisa. Não por um academicismo elitista, mas sim para embasar o estudo de modo a que este realmente sirva de ferramenta de modificação da realidade. Por isso farei aqui uma análise e uma explanação sobre o método dialético materialista, buscando demonstrar tanto sua importância para a Geografia como para minha pesquisa em especial.

As Ciências Humanas de modo geral buscam no método um requisito para se legitimarem enquanto ciência ainda no século XIX e no caso da Geografia processo semelhante ocorre. Com cisões, modificações nas categorias centrais de análise, ciência que tem em seu âmago a fratura entre os ramos físico-natural e o humano-social (MOREIRA, 2011). Isso nos leva a pensar justamente no que vem a ser Ciência. Shanin (1990, p. 307) nos ensina que ciência vem a ser uma linguagem universal que possui um método de exploração particular, um modelo expositivo e um sistema de perguntas e questionamentos, uma lógica estruturada de leis, conceitos e derivações comprovadas pela experiência e produtora de previsões racionais, uma armazenagem de informação acumulada. Sendo assim, é de certa maneira um matiz de troca de informação que pode ser comprovado por outros. Isto pois o pensamento sozinho não pode explicar o poder social ou a ação coletiva (SHANIN, 1990, p. 310). Mas a redução a modelos a serem usados nas pesquisas também não é suficiente. Ou seja, a compreensão de uma pessoa sobre a realidade social não é suficiente.

A crítica de Shanin é que a ciência não deve se centrar somente ao pensamento. O pensamento sozinho não pode explicar o poder social ou a ação coletiva. A redução da realidade a modelos a serem vistos e comprovados na prática também não é suficiente. É necessário a teoria em conjunto com a prática, traz o autor. É necessária uma práxis. E o materialismo dialético é uma possibilidade de se construir essa práxis.

A ciência como se conhece é uma forma eficaz de se obter resultados, predizer estes resultados, acelera-los, mas também é uma padronização, uma mecanização, uma burocratização e uma massificação (SHANIN, 1990c, p. 315). Como resposta, a alternativa a esta ciência evolucionista, positivista, do

progresso, é uma ciência que abraça a multiplicidade, a multidirecionalidade e a multiqualidade, afirma o autor. Isso se alcança com um método.

Para discutir a realidade apreendida por mim na tese, discutir o campesinato, minha análise acaba por tomar por base alguns autores que possuem afinidade no método, sendo José de Souza Martins, Ariovaldo U. de Oliveira, Henri Lefebvre, Edward P. Thompson, Teodor Shanin, Claudia von Welhorf e Eric Wolf nossos guias para o debate. Partindo deles destaco três pontos para a construção da discussão. O primeiro é o de que não se pode ter, no método, na concepção de pesquisa, um modelo fechado. Modelos, nos ensina Thompson (2012, p. 95), devem ser abandonados, modificados e refinados caso a realidade não se “encaixe” nele e não o contrário. A premissa então é de que a realidade, a materialidade é que deve tomar as rédeas da pesquisa, não o modelo, o ideal, o espírito. Trabalho ao longo de toda tese com a classe camponesa, entendendo os camponeses como sujeitos que se fazem classe no movimento e no conflito. Não coloco os mesmos em modelos fechados, baseados em identidades, em localidades geográficas ou em recortes temporais. Não há então um modelo de campesinato, mas sim a construção constante e fluída da classe.

O segundo ponto é de que não se pode focar o trabalho na ideia de que os sujeitos sociais são puros e objetivos. Como Shanin (1990c, p. 328) mostra, nem tudo é objetivo e puro, “los accidentes tambien forman parte de la realidad”. Ou seja, o real é vital, contudo, o empirismo exacerbado por parte do pesquisador também pode ser problemático. Ao se excluir o subjetivo, acaba-se por cair no arbitrário, substitui-se o humano, o mundo humano real por um teatro de marionetes, onde as fórmulas matemáticas e técnicas computadorizadas são centrais. Há uma coesão de objetivos na construção da classe, mas essa coesão não é uma uniformidade. Existem diversas identidades dentro da classe camponesa, diversas etnias e até mesmo divisões internas, como mostra Alavi (1973). Contudo, isso não impede que estes camponeses se façam classe. Coube a mim o papel de não romantizar os camponeses em momento algum durante a pesquisa. Não romantizar sua relação com a natureza, não criar um mito de sujeitos revolucionários “clássicos”.

Por fim, o terceiro ponto é ter em mente a questão da Economia Política e da Luta de Classes como elementos centrais do materialismo dialético, como Thompson (2012, p.155) nos mostra. As dificuldades centrais deste terceiro ponto é saber dosar elementos da economia política e da luta de classes, não caindo somente em um ou outro elemento.

Apresentando esses três nós da discussão, cabe pontuar que tanto Martins (2015), quanto Thompson (2012) e Shanin (1990c) são críticos ao marxismo estruturalista, advindo principalmente de Louis Althusser. Thompson, aliás, foi um crítico ácido deste marxismo, taxando o mesmo de lixo a-histórico e tendo rompido com o New Left² por discordar do novo conselho editorial, o qual seguia este estruturalismo. Thompson (1981, p.12) vai além e taxa a vertente estruturalista do Marxismo, tanto em Althusser quanto também em Poulantzas como um “marxismo idealista”, uma vez que não é histórico e nem mesmo materialista.

Cabe então destrinchar o que entendo por *materialismo dialético*. Para tanto, Wolf (2005) me serve de apoio. Afirma Wolf que Marx era um materialista, logo, acreditava na centralidade das relações materiais, reais, em contraposição à centralidade do espírito, do ideal. Mas Marx também era histórico, nos mostra o mesmo autor. Os elementos que constituem o modo de produção tem uma história com origem, desdobramentos e fim. Era também Marx um dialético, pois trabalhava os elementos de acordo com as contradições, os conflitos. Grosso modo é isso que aqui se compreende por materialismo dialético enquanto método: a reflexão feita a partir das contradições, baseada na realidade e que compreende tal realidade e tal reflexão como produtos históricos.

Já em Marx (1989) extraio que o materialismo dialético é uma crítica visceral à dialética idealista de Hegel. É a crítica ao domínio do pensamento puro, que busca moldar a realidade a partir do ideal. A inversão realizada por Marx neste método cria o entendimento de que é a realidade que transforma o pensamento em primeira instância, posteriormente então o pensamento

² O New Left (New Left Review) foi uma publicação inglesa que reunia diversos intelectuais engajados e marxistas, que buscavam confrontar o marxismo oficial soviético nos fins dos anos 1960. Além de Edward P. Thompson, outros intelectuais importantes estiveram presentes em seu corpo editorial e contribuíram com publicações, onde destacam-se: Perry Anderson, Stuart Hall, Raymond Williams e Terry Eagleton.

modificando a realidade, já conformando assim a práxis. Marx apresenta de maneira clara isto ainda no Livro I de O Capital:

Meu método dialético, em seus fundamentos, não é apenas diferente do método hegeliano, mas exatamente seu oposto. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de Ideia, chega mesmo a transformar num sujeito autônomo, é o demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro. Para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem. (MARX, 2011, p. 65)

Isso significa que as ações das pessoas são objetivadas de uma maneira ou outra, suas ideias têm alguma ancoragem na realidade e a transformam. Não o inverso. Na minha pesquisa posso transportar isto para a análise dos camponeses enquanto classe: estes se fazem classe a partir de suas ações, lutas, cultura e objetivos comuns. Não são classe somente a partir de determinantes que lhe são externos, não é possível então traçar uma linha e afirmar que este é camponês e aquele não o é. Isso seria especulação e uma exterioridade que partiria do ideal metafísico, não da prática material, onde vi por diversas vezes camponeses “ricos” lado a lado com camponeses pauperizados em protestos, reuniões, articulações políticas e ações diretas contra seus antagonistas de classe. A teoria é, portanto, a reprodução do desenrolar material do objeto no plano do pensamento.

A essência da dialética materialista é ter plena noção de que

Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias etc. **[e, com efeito, os homens são condicionados pelo modo de produção de sua vida material, por seu intercambio material e seu desenvolvimento ulterior na estrutura social e política] mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercambio que a ele corresponde até chegar às suas formações mais amplas. A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é seu processo de vida real. [...] Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. (MARX, ENGELS, 1989, p.36-37, entre colchetes parte suprimida no manuscrito original constando como nota de rodapé na edição trabalhada)

Ou seja, são as pessoas que produzem consciência não o inverso. E a produção de consciência está atrelada justamente à produção material de sua existência, a partir da realidade na qual a pessoa está inserida. Esse padrão

cria consciências diferentes nos seres humanos a partir de seus bens materiais, mais precisamente as condições materiais da vida social.

Baseado em Lefebvre, Martins (2015) afirma que a questão metodológica do materialismo dialético tem em seu cerne a contradição. A tese que Martins traz é a de que, nessa contradição, o tempo - e crescemos o território - não é linear e homogêneo. Ao contrário, ele é conflituoso e contraditório. Isto se faz, para a pesquisa geográfica, um fato importante. Auxilia na compreensão de que as ideias de atraso, subdesenvolvimento, etc, são equívocos teóricos. O tempo e o território do capital se constroem de maneira disforme. Essa aparente disfunção é, na realidade, o *modus operandi* do modo de produção capitalista. Logo, ao ir para a pesquisa empírica, cabe ao pesquisador não se deixar levar por modelos ou objetivos “ideais” a serem alcançados por seu objeto de estudo, como uma comunidade camponesa, por exemplo. Martins (2015, p. 137), este explica o processo do método de Marx da seguinte forma:

...Marx o demonstrou com clareza, o tempo do capital não é um tempo linear. É o *tempo da contradição*: é o tempo das temporalidades não resolvidas – a produção *social* e a apropriação *privada* dos resultados da produção. Não há aí anterioridade de um momento em relação a outro, mas atrasos e adiantos do mesmo e simultâneo. Portanto, o tempo triádico porque dialético, como o define Henri Lefebvre, das oposições sintetizadas no presente e no atual, no real, entre as relações residuais não superadas e as relações sociais possíveis e ainda não realizadas que o determinam e determinam a práxis de seu momento.

A pesquisa em Geografia, entendo que pode ir além. Compreendo que deve utilizar-se do materialismo histórico para entender de modo completo o território, compreender a realidade. Partindo de Thompson, em sua construção geral de um marxismo que emana da luta de classes, compreendemos que a classe é um produto histórico, social e geográfico. Para tanto, em nossa pesquisa, utilizamos um arsenal teórico que é definido a partir da materialidade. Não podemos mesclar conceitos, categorias que não sejam coerentes. Não é possível trabalhar com um modelo ideal de comunidade e tentar encaixar a realidade nesse modelo. Ainda em nosso caso, não é possível afirmar como um *a priori* que o campesinato, enquanto classe, tem no uso comum da terra

uma característica que lhe é ontológica. Isto seria uma dedução, a busca pelo ideal, pelo puro, pelo espírito que o idealismo pregoa.

É preciso ir ao empírico buscar a materialidade. Tentar enxergar o mundo real, contraditório em suas relações. Quaini (2002) então mostra como o materialismo vem como resposta e movimento que vai contra essa construção de um saber total, uníssono, ideal e puro.

O materialismo histórico constitui-se, portanto, como anti-filosofia, como resolução dos problemas especulativos em fatos empíricos, como resolução da filosofia da história e da filosofia da natureza na história natural e humana. Ele instaura uma nova relação entre natureza e homem, que, justamente porque evita cair no monismo espiritualista de Hegel e no monismo naturalista do materialismo fisicalista ou do positivismo e determinismo, que se seguiram, coloca-se num plano decididamente humanista e integralmente materialista e, enquanto tal, não perde de vista nem a *historicidade da natureza* nem a *naturalidade da história*. (QUAINI, 2002, p. 43)

O que Quaini argumenta neste ponto é que o materialismo tem em seu movimento a busca pela realidade e pela contradição. Em contradição, pode-se compreender os elementos sociais em desacordo, mas em convivência. Ainda segundo o autor (QUAINI, 2002, p. 45), em Marx a centralidade se dá na práxis humana, não na busca ou análise da natureza enquanto elemento ontológico e puro, por exemplo. A natureza interessa à Marx uma vez que está no momento desta práxis humana. A natureza sem a humanidade não é natura, é nada, uma vez que a categoria *natureza* é criação do ser humano.

O Estudo das relações sociais de produção – ponto central do materialismo histórico para Quaini (1992, p.121) – é também sócio-territorial. Diferentemente do senso comum que explicita a História como ciência norte do materialismo histórico e do pensar de Marx, Quaini considera que Marx tinha em seus trabalhos toda uma premissa igualmente social e territorial. A importância deste fato para o trabalho com o método materialista histórico é importante para a Geografia.

Sendo assim, partindo então da realidade, os estudos embasados no método materialista dialético devem ter como premissa o entendimento de que os fatos e o desenrolar das relações sociais não ocorre somente no tempo, mas também em uma base territorial. Tal base territorial, não é somente um palco, mas sim um produto das relações sociais. Ou seja, é um produto

histórico. E como produto histórico não é totalizante, não foi construído de modo igual ao longo do mundo.

Como argumenta Shanin (1990b, p. 17), Marx buscava na heterogeneidade da sociedade explicar um esquema heurístico mais rico. O modo de produção capitalista era o unificador desse todo, mas não um homogeneizador. Marx, portanto, aceita e discorre sobre a multiplicidade social e igualmente a multiplicidade de vias de transformação social, não existindo somente um modelo a ser seguido, somente uma possibilidade de transformação social. Essa afirmação tem em seu âmago uma questão territorial inerente pois em diferentes territórios diferentes processos de mudança social podem vir a ocorrer. A multiplicidade é não só histórica e social, mas é também territorial.

No que concerne à Geografia enquanto ciência, o território é conceito basilar. Tendo isto em mente – como destacamos exaustivamente neste artigo – utilizando do materialismo histórico, a busca pela realidade deve ser um processo incessante ao longo da pesquisa. Os modelos devem ser descartados. Como trouxe a partir de Thompson (2012), a realidade não se encaixa em modelos e esta realidade se faz também na produção territorial.

Analisando o que Thompson elucidou, é possível chegar a algumas conclusões. A primeira é de que a classe é um acontecimento e eis o vai ao encontro do que Shanin (1983) afirma, de que o campesinato é um processo, pois não é estaque no tempo, ela se transforma, se desfaz e refaz de acordo com o interesse e possibilidade das pessoas que a formam durante a luta de classes. A segunda conclusão é a de que a classe por si mesma não existe. Ela só existe no conflito, em confronto com outra. Sendo assim, a classe só existe com a luta de classes. Argumenta Thompson que a classe só se define no tempo. Acrescento que a classe se define também no território. A construção territorial do opressor não é a mesma que a construção territorial do oprimido. Exemplo disto, que é notável na realidade, é o da propriedade privada, no uso camponês da terra em comparação com o uso da terra pelo capitalista e/ou proprietário de terras: enquanto para a classe camponesa a terra é local de trabalho e vida, para a classe capitalista a terra é local de extração de renda e nada mais. Acrescentamos ainda o que Thompson (2014,

p. 214) explicita sobre os proprietários fundiários: esta classe é um núcleo poderoso e autenticamente capitalista.

Isto tudo é territorializado. A luta de classes produz territórios. O território não é o palco onde ocorre a luta de classes, mas é também produto da luta. Oliveira (2004, p.40) afirmou sobre tal conjuntura, o da relação dialética entre território e luta de classes:

Parto, portanto, da concepção de que o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações supra-estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas, etc.), em que o Estado desempenha a função de regulação. O território é, assim, efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência. [...]

Desta forma, são as relações sociais de produção e a lógica contínua/contraditória de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo, o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização contínua da natureza.

A relação entre a luta de classes e o território é inseparável. O território é produto das classes sociais, como demonstra Oliveira. E ainda mais, o território é uma unidade dialética, ou seja, contraditório em si, contendo multiplicidade em si. Oliveira (2004, p.40) esclarece que a construção do território é desigual, simultânea e combinada. Já citei que o modo de produção capitalista é em si mesmo contraditório, contendo diversos tempos e por vezes diversos territórios. Vergopoulos (1977) apresenta que isto é também característica própria do modo de produção: ele é irregular, disforme e desigual em seu funcionamento.

Raffestin (1993, p.7) conceitualiza o território da seguinte maneira: o território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. Esses atores sociais são os que formam as classes sociais. São eles que produzem o território. Há, portanto um “processo” do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder, mas principalmente a luta de classes. O território então é uma construção dialética: ele é produto da luta de classes e a luta de classes é produzida, também, por disputas e construções territoriais diversas. Este produto é real, material.

A importância do método materialista para essa compreensão se dá em seu próprio movimento, o qual é dialético. Contradições estas que não se anulam, ao contrário, se reconstroem. São estas contradições que fazem com que o capitalismo funcione. E são as relações sociais de produção que ditam a construção do território. Como define Oliveira (2016, p. 211), a lei central da dialética materialista é a contradição.

Vou diretamente a Marx para desvendar a importância do método. Antes, Thompson (1981) já alertava que existe uma difícil compreensão da dialética materialista na obra de Marx. Que ela só se faz presente de maneira explícita em alguns escritos em especial, sendo oculta na magna obra de O Capital. Sendo assim, creio que a VIII tese sobre Feuerbach de Marx é aquela que melhor explicita seu método: “Toda vida social é essencialmente *prática*. Todos os mistérios que levam a teoria para o misticismo encontram sua solução racional na práxis humana e na compreensão da práxis. (MARX, 1989, p.14).”

É, então, na práxis, a junção de teoria e prática, onde encontra-se a solução para os mistérios da vida. O “mistério” que busquei destrinchar neste trabalho se dava em entender o por que da manutenção das terras de uso comum ser tão cara à fração do campesinato que nelas vive. Isso me levou a entender a prática do uso comum. O que me levou também a buscar compreender as motivações que fazem com que estas terras sejam justamente o foco dos saques das classes capitalistas e dos proprietários fundiários. A teoria mais vazia, mais estruturalista poderia me levar a entender de maneira simplista que o desejo de permanência na terra por parte dos camponeses era somente cultural e que o avanço do capital sobre estas mesmas terras se dava pelo seu baixo preço. Como Thompson (1981) ensinou, este marxismo estruturalista, vazio de materialismo e que mata os sujeitos sociais, ignora que a luta de classes é um mecanismo central da própria reprodução do modo de produção capitalista. Fui entender no material somente que a permanência nas terras era uma luta pela manutenção da autonomia relativa, uma luta pela permanência na vida como camponeses. Fui entender também na materialidade que o avanço do capital sobre essas terras se dava com o objetivo de produzir capital, produzir o capital perdido com a crise de

sobreacumulação que se iniciou em 2008 e teve seu ápice na América do Sul em 2016.

Baseado em Marx (1989) busquei centrar minha análise sempre no material e não no ideal. Parto da terra para o céu (MARX, 1989, p. 37), do material para o teórico, focando sempre na produção material que a classe camponesa e a luta de classes produzem nos territórios que estudei. O mundo material é o mundo da práxis de mulheres e homens. Para Thompson, todo fenômeno social é dotado de uma historicidade e faz parte da totalidade, acrescento que todo fenômeno social é também territorial. Não é possível compreender a realidade a partir de uma virtualidade. Como geógrafo sempre afirmo que os fatos não “flutuam sobre os territórios”, eles têm uma ancoragem real-material. As próprias classes são produtos históricos, sociais e territoriais, resultado das relações entre pessoas reais e contextos reais. São produtos contraditórios e em eterno embate. O explorado e o explorador. Capital e trabalho. Terra e renda.

Lefebvre (1981, p. 173) propõe uma prática materialista histórica para a construção do pensamento. Essa prática se conecta ao que anteriormente apresentei, ou seja, está ligada à dialética materialista histórica e está inserida no âmago do que foi discutido até aqui nesta introdução. O princípio empírico, a realidade, passando então para a análise e por fim chegando à práxis, onde se constrói o conhecimento, buscando a mudança da realidade. Esse é o movimento do método por nós aqui discutido.

Propomos, então, um método muito simples, utilizando técnicas auxiliares, englobando vários momentos:

- a) *Descritivo*. Observação, porém munida da experiência e de uma teoria geral. Em primeiro plano: observação participante no local de pesquisa. Utilização prudente das técnicas de pesquisa (entrevistas, formulários, estatísticas).
- b) *Analítico-regressivo*. Análise da realidade descrita. Esforço para *datá-la* com precisão (para não nos contentarmos com a constatação dos “arcaísmos” não datados, não comparados entre si).
- c) *Histórico-genético*. Estudo das modificações desta ou daquela estrutura previamente datada, causadas pelo desenvolvimento ulterior (interno ou externo) e por sua subordinação às estruturas de conjunto. Esforço para uma classificação genética das formações e estruturas, no quadro do processo do conjunto. Esforço, portanto, para retornar ao atual anteriormente descrito para reencontrar o presente,

porém elucidado, compreendido explicado. (LEFEBVRE, 1981, p. 173).

A proposta de Lefebvre consiste em uma base para a construção de pesquisas e trabalhos em Sociologia Rural. Entretanto, acreditamos que ela tem validade não só para os estudos rurais, nem mesmo somente para a Sociologia, porém para as Ciências Humanas e Sociais. A base se dá no movimento dialético, de tese, antítese e síntese. Por fim, como Palerm (2008, p. 273) argumenta, o método deve ser elaborado por e a partir de formas concretas, formas estas que são históricas e geográficas, e não a partir de modelos ideais, puros e totalizantes.

Isto posto, é importante apresentar a metodologia de minha pesquisa. Apresentar os trabalhos de campo realizados, o modo como as entrevistas foram realizadas, além de trazer uma análise teórica de como isso tudo foi realizado ao longo dos quatro anos de trabalho que resultaram nesta tese de doutoramento.

Metodologia

Antes de entrar na metodologia utilizada nos trabalhos de campos, preciso anteriormente apresentar as comunidades que foram por mim trabalhadas. O trabalho buscou entender os camponeses em terras de uso comum na porção meridional da América do Sul. Explico aqui as motivações que me levaram a fazer a pesquisa em certas comunidades. Faço isso para responder a possíveis perguntas e críticas sobre a ausência de outras frações do campesinato que têm suas terras em uso comum ao sul do Trópico de Capricórnio e não foram aqui contempladas. Apresento também as comunidades nas quais trabalhei, enumerando também as visitas que realizei.

Realizei a pesquisa nas comunidades camponesas faxinalenses do Estado do Paraná (Brasil) e nas comunidades camponesas comuneras do norte da Província de Córdoba (Argentina). No Brasil realizei trabalho de campo nos seguintes faxinais, os quais divido em dois grandes grupos: Salso, Campestre dos Paula, Mato Branco dos Andrade (Quitandinha), Pedra Preta, Meleiro e Espigão das Antas (Mandirituba/Quitandinha), Caí de Cima, Água

Clara de Cima (Mandirituba), Gama, Papanduva (Tijucas do Sul), Queimadas de Baixo (Agudos do Sul). Estes se localizam na porção sul da Região Metropolitana de Curitiba. Tijuco Preto, Marcondes, Ribeiro (Prudentópolis), Bom Retiro e dos Ribeiro (Pinhão), Marmeleiro de Baixo (Rebouças), estes situados na região Centro-Sul do Estado do Paraná, que conta com Guarapuava como a maior cidade (MAPA 1).

Realizei entre os anos de 2014 e 2018 no mínimo dois trabalhos de campo em cada comunidade. Diferentemente do imaginado no início da pesquisa, acabei por não ficar muito tempo em cada faxinal. As maiores estadas se deram nos faxinais da região Centro-Sul do Estado, onde acabei pernoitando por no máximo quatro noites e durante o dia viajava entre eles. Nas comunidades da RMC o processo foi diferente: devido a proximidade da capital do Estado, eu acabava por chegar muito cedo nas comunidades, trabalhava até a noite e retornava para casa. O processo se mostrou de grande valia em ambos os casos, o que me dava flexibilidade para as andanças nas comunidades durante todo o dia.

Na Argentina realizei duas investidas a campo. A primeira, realizada ainda em janeiro de 2016, se mostrou ineficaz no tocante às entrevistas. Não encontrei camponeses e terras de uso comum na zona rural dos municípios de Resistencia (capital da província de Chaco), Corrientes (capital da província de Corrientes) e Posadas (capital da província de Misiones) como eu esperava. Este fato serviu para destruir qualquer possibilidade de pré-conceitos ou hipóteses em minha mente. Como demonstro mais à frente na tese, pude desvendar que existem nessas localidades camponeses rendeiros empobrecidos e submetidos à lógica do monocultivo do algodão, como Hocsman (2003) analisa. Este processo de expansão do monocultivo do algodão se mostra recente, datando de menos de 20 anos como também demonstra o autor. Havia então campos de uso comum até cerca dos anos 2000 nestas localidades.

MAPA 1

Municípios com
Comunidades
Faxinalenses onde Foram
Realizados Trabalhos de
Campo

**Convenções
cartográficas**

- Estradas e Rodovias
- Hidrografia
- ▭ Divisa estadual

Legenda

- Sede Municipal

O segundo campo realizado na Argentina durou cerca de 20 dias e se deu ao norte da Província de Córdoba. Fiquei hospedado nas comunidades de Cerro Colorado e La Rinconada, mas pude conhecer e pesquisar também as comunidades de San Roque de Punilla, Churqui Cañada, Cruz Eje e Sebastián El Cano. Lá pude conhecer e vivenciar o uso comum da terra em conjunto com camponesas e camponeses argentinos, entrevista-los, além de acompanhar diversas reuniões por estes realizadas. O processo, portanto, foi o mesmo que realizei com os camponeses faxinalenses, ou seja, entrevista, observação e participação em reuniões. Além disto, caminhei pelas comunidades sozinho, observando a paisagem, encontrando ao acaso com alguns camponeses e conversando com estes, tudo com o devido reconhecimento e autorização da comunidade como um todo, não somente das lideranças.

Ao todo foram gravadas cerca de vinte horas de entrevistas na Argentina e em torno de vinte e cinco horas no Brasil. Além disso, foram gravadas cerca de outras 20 horas de reuniões na Argentina e mais de 40 horas no Brasil. Isso tudo se mostrou mais um material para meu próprio estudo e análise do que para a transcrição literal. Como Bertussi (2010) afirma, muitas vezes o gravador inibe o entrevistado de falar mais livremente e mais profundamente das questões que este quer apresentar. Sendo assim, transcrevi somente as partes das entrevistas que eram mais impactantes ou relevantes, não tendo transcrito a grande maioria do material. Foram muito mais úteis os cadernos de campo com minhas anotações e impressões, preenchidos sempre durante e depois de cada trabalho de campo, do que as entrevistas em si mesmas. Isso se dá, pois creio que as lideranças têm maior traquejo e costume para com o gravador e o pesquisador em campo, mas o o camponês ou camponesa que não está inserido como liderança no movimento, aquele situado em algum rincão da comunidade, acaba por se sentir intimidado por isso tudo. Então despedido de gravador, a conversa se dava de maneira melhor em todos os sentidos.

Entrevistei e trabalhei na pesquisa também com outros grupos camponeses em terras de uso comum que acabaram por ser excluídos da pesquisa. Os primeiros são os camponeses de comunidades caívas do estado de Santa Catarina. Caívas são comunidades camponesas praticamente

idênticas às comunidades camponesas faxinalenses. Diferem-se somente na nomenclatura e por não estarem situadas no estado do Paraná (FÖETSCH, 2014). Realizei trabalhos de campo em comunidades situadas na cidade catarinense de Irineópolis ainda em 2014 e também posteriormente. Contudo, a pedido da comunidade como um todo, fui informado pelas lideranças que meus trabalhos deveriam cessar e as informações coletadas deviam ser excluídas do trabalho final. Não me foram explicadas as motivações disto.

Acabo por limitar minha análise então aos camponeses faxinalenses do Paraná e aos camponeses *comuneros* de Córdoba. O mapa 2 mostra os locais onde realizei trabalho de campo ao longo dos quatro anos de pesquisa. Destaco que, para esta tese, selecionei um número menor comunidades para poder nelas realizar um trabalho mais profundo. As comunidades selecionadas foram aquelas nas quais tive melhor acesso, que possibilitaram que eu realizasse um trabalho contínuo e tivesse livre trânsito.

Para o trabalho junto aos camponeses das comunidades que retratei acima, realizei com orientação da Prof. Dra. Valéria de Marcos um preparo teórico-metodológico. Precisei reestruturar minha prática de campo. Antes era muito focada em receber informação, como se pode notar em minha dissertação de mestrado (OLESKO, 2013). A pesquisa servia mais de instrumento de denúncia para os conflitos que afligiam os camponeses do que uma análise propriamente dita da luta de classes. A proximidade exacerbada com os camponeses também deixa o trabalho enviesado e sem um caráter crítico, focado na contradição. Começo então a trabalhar com todo um arsenal teórico metodológico que me deixa melhor preparado para as idas a campo.

Cardoso (1988, p. 2) serve para auxiliar no desmonte na diferenciação entre o ver e o olhar a realidade das comunidades por mim pesquisadas. O ver, para o autor, é passivo. Recebe informação e a repassa, documenta. Penso que durante a dissertação eu via os conflitos dos camponeses faxinalenses que foram foco de minha pesquisa naquele momento. Já o olhar é a prática de um sujeito com certo poder. O poder no meu caso de analisar a realidade com o arcabouço teórico e de pesquisa que possuo.

MAPA 2

PONTOS DE VISITA
(TRABALHOS DE CAMPO)

Convenções
cartográficas

- Cidades
- ▬ Divisas internacionais
- ▬ Divisas estaduais

Comunas e
Municípios (ARG)

- 1 - Comuna Cerro Colorado
- 2 - Comuna La Rinconada
- 3 - Municipio Cosquín

Municípios (BR)

- 4 - Pinhão
- 5 - Quitandinha
- 6 - Mandirituba

Campos suprimidos

- ◆ Comunidades

O olhar, portanto, para Cardoso (1988) pensa, testemunha a visão com interrogação. O olhar não tem sonho nem crença. Como já apresentei, tinha a interrogação central de entender os motivos da permanência e ao mesmo tempo do ataque que os camponeses em terra de uso comum vivenciam. Não produzi ao longo desses quatro anos nenhuma idealização sobre o campesinato por mim trabalhado. Não os analiso como uma classe perfeita, como sujeitos sociais em simbiose com a natureza. Analiso a realidade.

Tenho então focado naquilo que Cardoso chama a atenção para o que o olhar deve buscar nos trabalhos de campo: a distância, o estranhamento o novo, o diferente, não pensando no contínuo e no que é conectado à minha realidade, mas sim no todo e na contradição. Foi com certa distância que consegui olhar nos camponeses que pesquisei a construção muitas vezes difícil e trabalhosa de sua consciência de classe. Foi notando a estranheza que estes sujeitos viam no avanço do interesse das classes dominantes sobre suas terras que pude compreender o processo de produção de capital. Foi na busca do novo e do diferente que consegui afirmar que é o processo de acumulação original contínua de capitais que move o interesse sobre tais terras e, conseqüentemente, o conflito entre camponeses e agronegócio – capital – Estado.

Trabalhei com isto em mente ao longo de todos os trabalhos de campo que realizei. Mas mesmo com este certo distanciamento, sempre compreendi que os camponeses com os quais pesquisei na tese não eram sujeitos sem história, sem reflexão e sem criação (ZALUAR, 1986, 109). Busquei também sempre levar em conta o contexto onde foram realizados os trabalhos de campo e as entrevistas, como orienta Zaluvar (1986, p. 111). Sempre tive em mente que o ambiente da pesquisa no Brasil era muito distinto do contexto argentino. No Brasil havia um momento de decaída do financiamento de projetos e do próprio movimento social que articulava os camponeses faxinalenses. Enquanto isso na Argentina o movimento era oposto, com um fortalecimento das lutas e dos movimentos sociais dos camponeses.

Isso tem conexão com o que a autora também coloca, de que as falas apreendidas nos trabalhos de campo são eminentemente situacionais, não podendo ser divorciadas do contexto de ação onde estas ocorreram (ZALUAR,

1986, p. 114). Tenho plena consciência de que as falas que pude recolher na Argentina tinham todo um contexto especial: pesquisador de outro país, novo, conhecendo o grupo, um outsider completo. Para tanto, como se poderá notar, fiz um resgate histórico e teórico maior no que tange a realidade argentina se comparada com a realidade brasileira. O mesmo ocorreu nas comunidades camponesas faxinalenses, onde eu já era conhecido há mais de dez anos pelas lideranças e alguns camponeses chave das comunidades. Ou seja, tinha plena noção do conhecimento que tinham de minha história, meu percurso e meu trabalho. Busquei assim, em consonância com o que Cardoso (1995) fala sobre o olhar, entender e olhar não só o que me era relatado, mas também o que eu via na comunidade.

Isso me leva a outro ponto que Zaluar (1986, p. 113) traz: o cuidado para não legitimar somente as lideranças e o que estas apresentam. Conhecendo as lideranças do movimento social dos camponeses faxinalenses, a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF) há muitos anos, busquei um distanciamento destes durante os trabalhos de campo. Busquei assim não apresentar vícios de discurso e uma defesa “oficial” das comunidades. Fui entrevistar o camponês. Realizei o esforço de entrevistar camponeses presentes em reuniões das quais participei como ouvinte nas comunidades, ou camponeses que aceitaram me receber ainda que não me conhecendo. Conheciam somente pelo nome quando muito, normalmente sabiam somente que eu era alguém “da universidade”.

Com isso acredito que acabei por conhecer a materialidade de maneira mais crua, sem filtros, que o discurso político já trabalhado das lideranças podia fazer. E sem os “medos” que muitas lideranças têm em citar problemas internos e contradições nas comunidades. Não foi em momento algum uma fuga do papel político que tais líderes têm. Sempre conversei com estes, pedindo licença para o trabalho nas comunidades, explicando meu trabalho e o que eu queria fazer. Todos das comunidades camponesas faxinalenses sempre foram solícitos e seus apontamentos são utilizados na minha análise. Porém, busquei trabalhar mais com o estranho, o novo, o outro, justamente como Zaluar pontua.

Na Argentina o processo se realizou da mesma forma. Tive a sorte de ficar hospedado na casa de um casal de camponeses que pouco sabiam de minha atuação e que não eram lideranças. Com eles pude conhecer muito do histórico das comunidades, assim como das camponesas e camponeses que ali viviam. Pude também coletar entrevistas longas com as lideranças, que muito me auxiliaram durante todo o intenso trabalho. Mas também entrevistei camponesas e camponeses que pouco sabiam de minha atuação, entrevistas que se tornaram muito fluídas uma vez que a cada pergunta que eu lhes fazia outras tantas me eram feitas sobre a realidade do campesinato brasileiro. Foi nessa existência dos diferentes (BRANDÃO, 1984, p. 9) que pude realizar toda minha prática.

Não é necessário que o pesquisador se faça operário, ou como ele para conhecê-lo. É necessário que o cientista e sua ciência seja, primeiro, um momento de compromisso e participação com o trabalho histórico e os projetos de luta do outro, a quem mais do que conhecer para explicar, a pesquisa pretende compreender para servir. A partir daí uma nova coerência de trabalho científico se instala e permite que, a serviço do método que a constitui, diferentes técnicas sejam viáveis: o relato de outros observadores mesmo quando não cientistas, a leitura de documentos, a aplicação de questionários, a observação da vida e do trabalho. Estava inventada a participação na pesquisa. (BRANDÃO, 1984, p. 12).

Baseado em Marx, Brandão cita nesta passagem a necessidade do compromisso e da compreensão da luta histórica do sujeito pesquisado. Entender no diferente, no outro, sua luta, foi importante em todo o processo de minha tese. Porém, o respeito que eu sempre tive para com os camponeses e camponesas só aumentou com minha inserção nas comunidades já dotado do instrumental teórico que aqui apresento. E foi na experiência minha, analisando e estudando essas lutas, que me fez aumentar ainda mais o respeito e compreensão da luta destes camponeses. Busquei assim trabalhar, como também ensina Thompson, com o objetivo e o subjetivo dessas lutas. E nisso, o respeito à luta e à compreensão de seu contexto servem de auxiliares cabais.

Isto me leva justamente ao próximo ponto: entender que o qualitativo e o quantitativo na pesquisa não são opostos irreconciliáveis (CARDOSO, 1986, p. 95). Trabalho, portanto, com este espectro da entrevista que vai muito além da mera realização de entrevistas ou ainda o uso de dados. Trabalho também

com o contexto, como já elenquei, com a situação, com a paisagem da comunidade, vista com um olhar crítico. Isto pois dados bem coletados não falam por si, como Cardoso (1986, p. 99) argumenta. Busco ao longo do trabalho trazer sempre citações, diretas ou não, do que pude coletar e analisar *in loco*.

Ainda segundo Cardoso (1986, p.100-101), é preciso ter em mente que a pesquisa não é uma denuncia, para que ela seja realizada com qualidade o pesquisador deve ter a capacidade se surpreender, além de ter o estranhamento como forma de perceber o outro. Como já citei, realizei tal tarefa ao longo da tese, distintamente do que construí em minha dissertação. Minha construção teórica, baseada na dialética materialista e que tem a luta de classes e a acumulação original de capital como pilares é produto justamente das surpresas que encontrei durante os trabalhos de campo. Não entrei na pesquisa com essa ideia em mente. Ela se fez a partir da dialética entre materialidade e da teoria escolhida para compreendê-la. É um produto da minha práxis enquanto pesquisador. Isso vai ao encontro do que Cardoso argumenta:

A coleta de material não é apenas um momento de acumulação de informações, mas se combina com a reformulação de hipóteses, com a descoberta de pistas novas que são elaboradas em novas entrevistas. Nestas investigações, o pesquisador é o mediador entre a análise e a produção, não apenas como transmissor, porque não são fases sucessivas, mas como elo necessário. (CARDOSO, 1986, p. 101).

Foi no processo de investigação geográfica, na materialidade, nas comunidades, entrevistando, conversando e compartilhando momentos com as camponesas e camponeses que reconstruí meu projeto de pesquisa, reconduzi a pesquisa e acabei por encontrar meu norte. Novamente trabalhando com Cardoso (1986, p. 102), concordo com a pensadora quando esta diz que a pesquisa é dialética. Sendo dialética, portanto o conjunto das entrevistas realizadas durante o processo da elaboração da tese vai se transformando permanentemente. Parti de uma ideia “culturalista”, de uma continuidade do uso comum da terra na América do Sul produto de uma cultura camponesa comum até chegar ao entendimento de que o uso comum é feito pelo campesinato enquanto classe, enquanto maneira de reprodução social,

econômica, territorial e histórica. E esse entendimento é, antes de tudo, formado sim pela minha trajetória política e militante (BRANDÃO, 1984), mas é também produto do processo de relacionamento com camponesas e camponeses ao longo de anos de trabalho.

É uma fuga do que Martins (1986) trata como o modo capitalista de pensar. É o trabalho de pensar, pesquisar, analisar e escrever como pesquisador advindo da classe trabalhadora, que viu a contradição e conflito capital – trabalho ao longo da vida, mas não o conflito terra – renda. Precisei me reposicionar e saber exprimir os conflitos da classe camponesa, além de refutar qualquer possibilidade de reproduzir o pensar hegemônico da classe capitalista. Elucida Martins:

O modo capitalista de pensar, enquanto modo de produção de ideias, marca tanto o senso comum quanto o conhecimento científico. Define a produção das diferentes modalidades de ideias necessárias à produção de mercadorias nas condições da exploração capitalista, da coisificação das relações sociais e da desumanização do homem (MARTINS, 1986, p. IX).

Isto significa que o modo de produção do pensar da classe capitalista perpassa o senso comum e a formação da pessoa enquanto atores sociais pensantes. Como produto da formação escolar urbana, mais penetrada dos valores da classe capitalista, defendo que na tese lutei para extirpar qualquer expressão que fosse defensora, ainda que indiretamente, da condição de reificação das relações sociais. Encontrei justamente na fração do campesinato que constrói o uso comum da terra sujeitos sociais muito menos “fraturados”, com relações muitíssimo menos coisificadas. Uma classe social onde o pensamento capitalista (MARTINS, 1986, p. X) está muito menos presente. Defendo então que antes de uma pesquisa de denúncia, minha pesquisa tem o papel de mostrar como o trabalho camponês nas terras de uso comum não é despedaçado como o da classe trabalhadora, como produtores e meio de produção estão ali não separados. Com isso, vejo o que Shanin (1990) apresenta como a possibilidade futura já enseada por Marx, ou seja, o fim do trabalho alienado e a recriação do trabalho real. Transformar o mundo com os outros (MARTINS, 1986, p. XIII), com os camponeses e camponesas, é uma das funções de meu trabalho.

Isto posto, defendo que meu trabalho não é de modo algum uma guia para as lutas dos camponeses, como Lacoste (1985, p. 22) já alertava ao tratar dos limites e ações do pesquisador. Sou um outsider e minha presença nas comunidades sempre foi de profundo respeito e compreensão, não como necessidade para a obtenção de dados, mas sim como norte de pesquisador militante (LACOSTE, 1985, p. 8-9), mas ao entender que este trabalho visa uma mudança na sociedade (por menor que seja), não advogo que a tese aqui presente deve ser a luz na luta camponesa. Entendo que o conhecimento acadêmico está sempre correndo atrás da realidade e não o contrário. Com isso o trabalho de campo é ainda mais importante, é ali que posso ter material para fazer uma análise concreta da luta de classes.

Essa análise concreta da luta de classes em minha pesquisa é pontuada pelo embate entre a classe camponesa e seus antagonistas, comumente o agronegócio, mas também a classe capitalista e o Estado. Entendo que esta luta é um produto histórico, social e territorial, produto da histórica subordinação do campesinato às classes dominantes. Porém, como já apresentei, a pesquisa se modifica ao longo de seu desenvolvimento. A partir de meados de 2015 a crise mundial avançou com força nas economias latino americanas e culminou com o golpe de Estado no Brasil em 2016 e com a eleição do neoliberal Mauricio Macri na Argentina já no fim de 2015. Portanto, meu recorte histórico que tem início no ano 2006 devido a este ano ser o marco da fundação dos movimentos sociais camponeses da fração do campesinato que estudo, tem um ponto chave que surge durante a tese: a crise. Isso posto:

A situação social é, antes de mais nada, o produto da história: a ótica marxista, fundamentalmente histórica, é necessariamente seguida por quem deseja ir ao fundo das coisas. Em seguida, é o produto da luta de classes, tal como ela se traduz no terreno, localmente: uma luta que não está forçosamente presa aos aspectos clássicos comumente descritos nas confrontações diretas entre as camadas sociais. Porque esta luta é um processo no qual intervêm os mais diversos atores: grupos sociais, evidentemente, mas também o aparelho do Estado, instituições, mídias, ideologias. (KAYSER, 1985, p. 31).

Uma vez que a dinâmica social é revelada pelos conflitos, o recorte histórico é necessário para entender o processo como um todo (KAYSER, 1985, p. 34). Trago as origens dos movimentos camponeses que se dão ainda

nos anos 1970, contudo meu destaque é o período do século XXI. Como Tavares (2008) e Barbeta e Dominguez (2012) analisam, cada um a partir de suas realidades, havia até o início dos anos 2000 uma ausência em pesquisas sobre os camponeses faxinalenses na academia e, no caso argentino, uma carência nos estudos sobre o campesinato naquele país. São as lutas destes camponeses que despertam o interesse de pesquisadores. E isso tem uma ligação com a relação local global. Como Kayser (1985, p. 37) ensina, não entendo suas lutas e sua situação como isolada e única. Em trabalhos anteriores, especialmente minha dissertação de mestrado (OLESKO, 2013), destaquei sempre que o uso comum da terra por parte do campesinato era e ainda é prática que norteia a vida de diversas comunidades camponesas ao longo do globo.

Marcos (2006) faz um balanço também dos autores que já elenquei, mas mais do isso, ela coloca sua trajetória de campo em sua pesquisa. Ao citar que tinha um “orientador” na comunidade, que lá viveu e desconstruiu o estranhamento dos camponeses com sua presença, mostra como fugiu de tentações a dar respostas rápidas para os problemas e conflitos da comunidade. Isso se deu com seu olhar de fora da comunidade. Isso me faz refletir meu papel nas duas frentes que construí: os trabalhos de campo no Brasil e os na Argentina. Como já pontuei fiz o exercício de me distanciar daqueles camponeses que já me conheciam. Busquei o novo e o estranho. Na Argentina, tive alguns “orientadores”. Duas camponesas me acompanharam por um bom tempo, viajei com ambas e muito pude aprender. Eram lideranças jovens e já me conheciam. Como a negociação para minha entrada nas comunidades foi longa, de quase um ano, muito havíamos conversado através de meu contato nas comunidades.

Entendo que com os camponeses faxinalenses precisei me distanciar e reencontrar a possibilidade de estranhamento. Com os camponeses argentinos foi preciso que eu me abrisse para que os camponeses tivessem um estranhamento comigo. Acostumados a receber pesquisadores, eu não podia ser somente mais um. Precisei ser diferente. Fui com muito respeito e afim de trocar experiências e conhecimentos. De início buscavam relatar para mim as comunidades com um discurso pronto, político e às vezes acadêmico. Falavam

o que eu queria escutar. Passados dois dias ambas camponesas notaram que eu queria algo mais, o diferente, o real, o estranho. Tomei por base tal passagem de Marcos para me fundamentar:

Trata-se, pois, de viver a prática e deixar que ela se mostre a nós. Trata-se de ser capaz de, na prática, estar preparado para encontrar o “imponderável”, o não conhecido, aquilo com o que não contávamos, o que nunca foi visto nem dito, o novo, ao invés de ir para campo com um esquema pré-definido do que se espera encontrar. Não esquecendo, porém, de que é necessário retornar à prática, discutir os resultados alcançados com a comunidade, submeter o conhecimento a uma crítica fecunda. Só assim ele poderá avançar. (MARCOS, 2006, p. 131).

Foi então discutindo com a comunidade La Rincona os problemas que já conhecia profundamente das comunidades camponesas faxinalenses, que pude avançar. Muitos transfiguravam o respeito e admiração que tinham pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em mim. Eu era um pesquisador brasileiro da Questão Agrária. Me viam como sinônimo do MST. Me viam então como alguém que conhecia um “ejemplo superior y mucho más fuerte de lucha” (CAMPESINA 1, 2017) do que o por eles vivido. Penso que não desconstruí isso, mas busquei destruir este mito. Nas trocas de conversa mostrei a realidade contraditória e difícil das lutas do MST, mas principalmente dos camponeses faxinalenses. Mostrei como a luta e o movimento social deles estava muito forte e tinha muito a ensinar em diversos aspectos. Isto me auxiliou no avançar da pesquisa.

Fui sem ter muita ideia do que encontraria, mas encontrei um movimento camponês muito forte, com uma relação de troca de conhecimentos e informações para com pesquisadores e acadêmicos da universidade muito mais respeitosa e produtiva do que a encontrada nas comunidades faxinalenses, as quais vejo que mais recebem ou demandam da academia do que realmente trocam e avançam. Assim sendo, meus 20 dias em Córdoba foram intensos. Conheci lideranças, mas também conheci os camponeses mais comuns. Como diversos pensadores colocam, a ciência não é neutra, mas como Marcos (2006) destaca, foi no trabalho de campo que pude ver isso de maneira mais próxima. Eu pude “viver a prática para produzir teoria”

(MARCOS, 2006, p. 130). Isso se deu devido a todo esse arcabouço metodológico que busquei construir antes de me inserir nas comunidades.

Para finalizar gostaria de apresentar como foram realizadas as entrevistas, qual foi a metodologia utilizada. Além das entrevistas, destaco que sempre que possível e permitido participei como ouvinte das reuniões que ocorriam nas comunidades camponesas nas ocasiões em que eu me fazia presente. Quando solicitei, nunca tive problemas em gravar as mesmas. Agora sobre as entrevistas, utilizei a entrevista narrativa, como proposta pelas autoras Jovchelovitch e Bauer (2002).

Este modelo de entrevista utiliza a centralidade no modelo qualitativo (JOUVCHELOVITCH; BAUER, 2002, p. 6) em vez do quantitativo. Em outras palavras, é uma construção não estruturada, onde coube a mim como pesquisador tomar as rédeas da entrevista e guia-la. Para tanto me utilizei de duas perguntas chave. A primeira foi “por que permanecer no uso comum da terra?” e a segunda foi “por que você acha que há esse avanço de pessoas não camponesas nas terras de uso comum de vocês”. Busquei com isso em primeiro lugar entender as motivações que levavam as camponesas e camponeses a se manterem na terra e lutarem pela manutenção do uso comum da mesma. Em segundo lugar, buscava entender as motivações que os camponeses entendiam que o agronegócio, Estado, capitalistas e outros teriam em tentar saquear as terras de uso comum de seu poder.

Por vezes as entrevistas caminhavam para outras questões como histórico familiar, dificuldade de trabalho, descrições da paisagem, etc. Tudo isso é de grande valia para a pesquisa. Auxilia-me a compreender o todo e dá uma fluidez maior ao entrevistado. Há uma liberdade na fala do entrevistado que uma entrevista estruturada acaba por excluir. Acabo então por permitir ao camponês contar seu território, sua vida, sua luta, sua história. Ainda segundo Jovchelovitch e Bauer (2002, p. 18), cabe ao pesquisador buscar interromper o mínimo possível o entrevistado. É papel do pesquisador apenas dar incentivos para o entrevistado falar mais, não interrompendo o mesmo ou concluindo frases. Isto, pois é imprescindível levar em conta o contexto da entrevista, indo ao encontro do que já levantei a partir de outros autores anteriormente. Então

busquei em todas minhas entrevistas não direcionar nunca a narrativa do entrevistado, deixando-os livres.

Foi levando em conta o contexto dos camponeses entrevistados, tendo o respeito máximo ao longo de toda a pesquisa e buscando certo distanciamento que realizei toda a pesquisa. Realizei uma busca incessante pela apreensão da realidade, construindo uma teoria que fosse a reprodução do desenvolvimento da vida social no campo do pensamento, como Marx ensina. Despi-me de qualquer ideal e destruí minhas hipóteses ao longo desses últimos quatro anos. Construo inclusive a estrutura desta tese com base neste preceito, partindo da materialidade concreta e posteriormente produzindo teoria. Apresento então um breve resumo desta estrutura.

No primeiro capítulo, seguindo meu método, parto da realidade. Busco analisar e apresentar a concretude das comunidades nas quais trabalhei. Para tanto faço uma análise que vai do físico-natural até o social. Ressalto que trago mapas com os limites de algumas comunidades que pesquisei. Não trago todas as cartografias das comunidades uma vez que dados não me foram disponibilizados mesmo com uma insistência de três anos em solicitá-los tanto ao movimento APF quanto a pesquisadores que os possuem. A materialidade que apresento, muitas vezes descritiva, penso ser um papel ainda relevante no estudo geográfico. É ali que apresento como se dá a construção das comunidades e de seus territórios, além de trazer a história destas.

No segundo capítulo busco justificar e analisar o campesinato como classe social dentro do modo de produção capitalista. Este capítulo trabalha com a teoria do primeiro, com a busca da realidade concreta transmutada para o pensamento, como já apresentei. Ou seja, o resgate que faço de diversos trabalhos sobre o campesinato como classe social e a partir do método materialista dialético é necessário como uma ferramenta de debate e análise. Faço então um longo debate sobre a fração do campesinato que estudei, criticando as análises descoloniais, estruturalistas e idealistas, as quais predominam nos estudos sobre os camponeses faxinalenses, por exemplo. Parto no início do capítulo de uma análise macro e termino na escala da fração do campesinato por mim trabalhada, os camponeses com terras de uso

comum. Faço isto como um exercício escalar. Com isso crio uma ponte com o capítulo posterior.

No terceiro capítulo faço um exercício da práxis e discuto o uso comum da terra. Para tanto trabalho com a teoria e a prática que tive em campo e analiso o que é o uso comum da terra em suas distintas escalas. Faço também uma discussão sobre o conceito de propriedade e sua contribuição para o problema da terra em Brasil e Argentina. Tudo isso focando na questão do uso comum da terra como maneira de reprodução social e construção territorial dos camponeses que analiso na tese. Isso me leva a no ultimo subitem ir trabalhando com os conflitos e suas motivações. A partir disto crio a ponte para o último capítulo, que discute a acumulação original de capital como permanente.

No último capítulo busco fazer a análise e tomar um posicionamento crítico sobre a acumulação original de capital. Realizo uma dialética sobre os escritos de Marx em relação à acumulação original e faço também um exame de escritos realizados por outros pesquisadores sobre a temática. Utilizando de todo a estrutura teórica que construí ao longo da tese, defendo que a acumulação original é permanente e um dos motores principais do funcionamento do modo de produção capitalista. Assim sendo, minha análise acaba em se focar na atualidade, entendendo que a crise de 2008, que chega com força no continente sulamericano em 2015, é o estopim para a explosão deste processo de acumulação. Compreendo que são justamente os camponeses em terras de uso comum o alvo do avanço do capital, uma vez que é com a fratura destes sujeitos que se pode produzir capitais.

Ao final, pretendo ter demonstrado que a luta de classes forja o campesinato enquanto uma classe social com consciência de si. Diferente do que o senso comum apregoa, camponeses dos mais distintos estratos sociais, ou seja, ricos, médios, pobres, constituem uma força única em momentos de crise e embate. Independente de etnia ou nível de renda é a classe como um movimento que une a luta de mulheres e homens no entorno de um objetivo comum. Também acredito que ao fim da tese fica claro que a crise econômica que se iniciou em 2008 e explodiu na Argentina e Brasil em 2015 lançou as classes dominantes sobre as terras de uso comum camponesas. Isso se fez

necessário tanto pelo caráter contínuo da acumulação original de capitais, mas não somente. A crise fez o avanço sobre as terras comuns ser mais intensa e necessária para o modo de produção capitalista, haja vista a urgência de se produzir capital depois da perda do mesmo com a crise de sobreacumulação iniciada em 2008.

1 – As terras de uso comum no Brasil e Argentina: a materialidade do campesinato em seus territórios

Neste capítulo buscamos apresentar a realidade das comunidades pesquisadas assim como discutir as semelhanças e diferentes entre as terras de uso comum de Córdoba e do Paraná.

1.1: As comunidades camponesas com uso comum da terra: Os faxinais do sul-brasileiros e os campos comuneros cordobeses.

O campesinato enquanto classe e modo de vida constrói seus territórios e sua vida de maneira constante, cotidiana. Constroem seus territórios a partir de suas práticas de produção, de sociabilidade, cultura, história. Nossa preocupação central é a de analisar o uso comum da terra por parte do campesinato como prática territorial subversiva. Para tanto se faz preciso a análise *in loco*. Consideramos imprescindível conhecer, estudar e analisar as comunidades camponesas que praticam o uso comum da terra. Nosso recorte de início se deu na porção sul do continente sul americano, sendo nossa proposta analisar o uso comum na Região sul do Brasil e na região nordeste da Argentina (conhecida como litoral).

Buscamos neste primeiro capítulo construir uma descrição das comunidades por nós trabalhadas. Para tal empreitada nos baseamos principalmente na obra de Lefebvre (2011) na qual o autor descreve a comunidade por ele trabalhada. Como já apresentado em nossa metodologia, o percurso da pesquisa nos levou a analisar e compreender as comunidades sob um certo prisma: o da acumulação originária. A construção deste prisma se deu a partir da materialidade. Foram nos trabalhos de campo, nas conversas e entrevistas com camponeses e camponesas que forjamos o nosso arsenal teórico crítico. Encontramos então na realidade a nossa problemática e nosso foco de análise e não o contrário. Deste modo, descrever e apresentar os territórios por nós percorridos se faz indispensável.

Nosso objetivo era compreender a importância e a amplitude do uso comum nas comunidades camponesas do recorte territorial por nós feito. Cunhamos tal recorte devido às vinculações existentes entre as comunidades camponesas dessa porção do espaço sul americano, como nos mostrava a

bibliografia consultada para o embasamento teórico da presente tese, a saber: CAMPOS, 2011, ROMANO, 2008, 2012, SHUMWAY, 2008; TAVARES 2008, ZUBRZYCKI, 2002. Seguimos tal caminho também devido ao nosso longo percurso de pesquisa junto às comunidades camponesas faxinalenses, que resultaram em nossa monografia de conclusão de curso (OLESKO, 2011), dissertação de mestrado (OLESKO, 2013) e outros dois artigos publicados em periódicos (OLESKO; ROCHA, 2014; OLESKO, 2013) além de outros artigos (3 em periódicos e 10 em anais de eventos) publicados e também a produção técnica de um fascículo da Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil (Olesko et al, 2011).

A realidade nos mostrou a impossibilidade de seguir com esta proposta. Não encontramos na região nordeste argentina o uso comum da terra, assim como não encontramos um numero considerável de comunidades camponesas com o uso comum da terra no Rio Grande do Sul, no sul do Brasil. Modificando nossa proposta, nos movemos mais para o centro da Argentina e, na província de Córdoba, encontramos um campesinato em terras de uso comum. No caso brasileiro, acabamos por nos limitar às comunidades faxinalenses do estado do Paraná. Campos (2011) havia fornecido a informação de que tal modelo de uso conjunto da terra, os faxinais, existiram com outros nomes nos dois outros estados sulinos. Encontramos e realizamos trabalhos de campo nas comunidades caívas de Santa Catarina, porém, a pedido das lideranças locais, removemos de nossa tese as análises, entrevistas e qualquer resquício de referência ao que foi realizado nestas comunidades.

No entanto, podemos afirmar que o uso comum da terra é vigente no sul do país, especialmente no Paraná e em Santa Catarina, com características muito próximas, se não idênticas³. Na Argentina, durante nossos primeiros trabalhos de campo, não encontramos comunidades camponesas em terras de uso comum no nordeste do país. Ancorados em Hocsman (2003), entendemos que estas comunidades realmente existiram num passado recente, sendo desarticuladas há aproximadamente duas décadas, com o avanço desenfreado

³ Föetsch (2014) faz em sua tese de doutorado um comparativo entre as comunidades dos dois estados. Recomenda-se a leitura para mais informações.

do agronegócio do algodão e, especialmente, da madeira nas províncias de Misiones, Entre-Ríos e Corrientes.

As comunidades trabalhadas nesta tese estão situadas na Província argentina de Córdoba e no estado brasileiro do Paraná. No Paraná nos fizemos presentes nas comunidades do Salso, Campestre dos Paula, Mato Branco dos Andrade (Quitandinha), Pedra Preta, Meleiro e Espigão das Antas (Mandirituba/Quitandinha), Marcondes, Ribeiro (Prudentópolis) e Bom Retiro (Pinhão). Na Argentina pudemos visitar as comunidades de Cerro Colorado (comuna de Cerro Colorado), La Rinconada (Comuna de La Rinconada), San Roque de Punilla (Comuna de San Roque), todas na Província de Córdoba. Tais comunidades estão apontadas no mapa 3. Também realizamos trabalho de campo na zona rural do município de Resistencia, capital da provincial do Chaco, Corrientes, capital da província homônima e de Posadas, capital da província de Misiones, sendo as três províncias fronteiriças com o Brasil. Nelas não encontramos comunidades camponesas, somente grandes plantações de algodão e eucalipto.

Antes de adentrar na descrição e análise das comunidades estudadas, apresentamos quem são os camponeses que nelas vivem, apresentar quem são estes camponeses e suas origens. Para tanto, utilizamos como fonte tanto nossos trabalhos de campo como outros trabalhos que se aprofundaram neste ponto: Tavares (2008) para os camponeses faxinalenses e Tell (2006, 2008, 2014, 2015) para o caso dos camponeses comuneros de Córdoba e arredores.

Para Tavares (2008), as comunidades camponesas faxinalenses são a consolidação material de um grupo muito heterogêneo de sujeitos sociais no tocante de sua etnia, uma formação territorial que é particular então a uma classe social, que constroem uma cultura própria e tem objetivos comuns entre si. Ainda para Tavares, partir das práticas de uso comum das reduções jesuíticas, o primeiro elemento do que hoje se entende como faxinais estaria colocado. Ali, indígenas escravizados trabalhavam em suas plantações. Isso ocorre durante os séculos XVII e XVIII no que hoje é o sul do Brasil. Tal prática se mantém mesmo após a saída dos jesuítas em 1759, sendo adotada por negros e indígenas escravizados em fuga. Foi uma brecha para a reprodução social dessas pessoas enquanto camponeses.

MAPA 3

MUNICÍPIOS E COMUNAS
DAS COMUNIDADES
TRABALHADAS

Convenções
cartográficas

- Cidades
- ▬ Divisas internacionais
- ▬ Divisas estaduais

Comunas e
Municípios (ARG)

- 1 - Comuna Cerro Colorado
- 2 - Comuna La Rinconada
- 3 - Municipio Cosquín

Municípios (BR)

- 4 - Pinhão
- 5 - Quitandinha
- 6 - Mandrituba

A eles se soma o camponês descendente ou português nato empobrecido, e que vê na burla do modelo de monocultura-escravidão-latifúndio sua possibilidade de sobrevivência digna. Estes três grupos então formam o que na literatura se conhece por *caboclos* (CAMPOS, 2011, CABRAL, 1970, PINHEIRO MACHADO, BALHANA, 1963, WACHOVICZ, 1995). Alguns camponeses exibem em seus rostos ou em suas histórias familiares esta conformação social. Contam que algum parente distante fugiu de uma grande fazenda de gado para ter uma terra “sua”, que algum avô era negro escravizado que fugiu ou foi alforriado, encontrando no trabalho da terra a possibilidade de sobrevivência digna. O exemplo a seguir ilustra bem a situação:

Me acho caboclo. Minha família tudo é brasileira. Essa mistura, né? Tem preto, tem índio, tem brasileiro. Toda a história da família que conheço é daqui. Desde sempre. Um tataravô, dizia meu vô, trabalhou com gado pra um fazendeiro, mas largou e veio pra cá... é isso que sei (CAMPONÊS 1, Pedra Preta, 2017).

Tais sujeitos acabam por se *campesinizar* às margens dos grandes latifúndios. Vivem em terras de uso comum, com criação solta ao longo dos campos e da mata de araucária. São inclusive protegidos no sul do país por leis, como nos traz Campos (2011), afim de baratear o pasto das tropas de gado que cortavam o caminho do Viamão, conectando o sul do Brasil até a famosa feira de Sorocaba-SP. Vivem à margem e servem de mão-de-obra barata ao capital quando convém a este, especialmente nas chamadas *invernadas*, momento de engorda do gado. É a grosso modo uma sujeição do trabalho camponês. Trabalha-se de graça para poder se manter à margem, em terras de uso comum.

Isso só vem a ser abalado com a Guerra do Contestado (1912-1916), um conflito entre camponeses, e a recém instituída República brasileira em uma faixa de terras em litígio entre os estados de Santa Catarina e Paraná. Por muito tempo tratou-se do conflito como uma revolta de fanáticos religiosos e como uma guerra de disputa territorial entre os dois estados. Na realidade, como nos ensina Machado (2012), foi uma guerra contra a expropriação camponesa no sertão sulista, uma guerra de camponeses que viam seu modo

de vida, suas terras, sua mata serem destruídos através da concessão do governo brasileiro para a empresa estadunidense Lumber. Tal empresa era o braço madeireiro da empresa que construiria uma ferrovia que ligaria o Rio Grande do Sul a São Paulo, a qual ganhou do Estado uma faixa de 30 quilômetros de terra para cada lado dos trilhos para explorar madeira nativa. Era uma região onde o uso comum, com criadouros comunitários e terras de plantar, eram totalmente predominantes. Ali ocorreu um massacre camponês, tendo os sobreviventes fugido para os faxinais mais ao norte ou ao sul da porção de terras do conflito.

Segundo Tavares (2008), estes camponeses vem somar aos camponeses já situados nos faxinais. Neste ponto discordamos do autor. Os camponeses não vieram somente somar às comunidades faxinalenses distantes do conflito. Eles já eram faxinalenses e somente se refugiaram em outros faxinais. Como Campos (2011) nos mostra, a porção de terras do planalto norte catarinense era um local de uso comum, parte do que podemos chamar de mundo faxinalense. A guerra devastou, quase encerrou, o uso comum naquela região.

Foetsch (2014), em sua tese doutoral, trabalha justamente com duas comunidades de uso comum na região do conflito. Nota-se que estas estão entre as poucas comunidades que ali restaram e resistem neste modo de uso da terra, que antes era predominante. A autora corrobora com o que Campos (2011) coloca, de que o sul do país era em seu sertão uma terra livre, de uso comum, onde a dualidade criadouro comunitário/terras de plantar era o sistema vigente no campesinato. Isso reforça a hipótese que tínhamos ao iniciar nossa pesquisa: as comunidades faxinalenses não são uma especificidade do estado do Paraná, mas sim uma generalidade do campesinato do sul do país.

Como Tavares (2008) apresenta, a massa de imigrantes poloneses já era de origem camponesa e vivia em pequenas propriedades, com um modo de vida muito bem consolidado, contanto com uma solidariedade de classe muito grande. Como Kersten (1983) analisa, sua chegada ao Paraná se deu como um processo de recriação camponesa pelo próprio capital. Vindos principalmente de partes da Polônia sob domínio da recém unificada Alemanha, Silésia, e do Império Austro-húngaro, da Galícia, ainda segundo a

autora, estes camponeses sofriam com a fome e a germanização e tiveram sua imigração inclusive facilitada pelos governos alemão e pelo Império dos Habsburgos.

Os ucranianos, conforme Buroszenko (1969), eram advindos também da Galícia, região então controlada pelos austríacos. Parte destes sujeitos era composta por operários, os quais vieram trabalhar justamente na construção da ferrovia que gerou a Guerra do Contestado. Dos 60 mil ucranianos emigrados para o Brasil, 18 mil eram operários, os quais, segundo a autora, se recampesinizaram após o fim dos trabalhos na ferrovia. Cabe ressaltar que os costumes desses sujeitos eram ainda mais semelhantes aos dos caboclos já sitiados no sul do país. Se o campesinato polonês era pequeno proprietário na Europa, o camponês ucraniano era posseiro, vivia em uso comum e sofria, além da germanização, a discriminação por parte do proprietário – pobre – polaco, efeito da dominação histórica que a Polônia exerceu sob terras ucranianas durante muitos anos (WACHOVICZ, 1995). Sua imigração foi um processo de fuga e resistência, fuga de sua perseguição cultural e resistência na manutenção de seu modo de vida. Um faxinalense neto de poloneses nos explica a jornada de sua família e a entrada no faxinal:

Minha família é sofrida. Veio lá da Polônia véia. Tenho 77 ano. Viemo pro Faxinal quando eu era gurizin, tinha 4. Era 1943. Viemo por que ouvimo falá que já tinha uns polaco por aqui. Primeiro meu pai ficou por Santa Catarina. Depois subiu pra Curitiba. Dae desceu aqui pra Quitandinha. Veio sem terra lá de fora, aqui virou posseiro. (CAMPONÊS 2, Faxinal Pedra Preta, 2016)

Ambas etnias que vão se aglutinar no core do campesinato faxinalense têm em sua gênese o modo de vida também camponês e uma união em torno de um cultura e objetivos comuns, no caso a manutenção da terra, da família e de seu trabalho. Os poloneses chegaram em sua maioria no Estado de Santa Catarina e depois imigraram para o Paraná, fugindo de conflitos com os imigrantes alemães já estabelecidos (KERSTEN, 1983). Já o imigrante ucraniano desembarcou diretamente no Paraná. Aqueles que não ficaram nos arredores da capital, foram alocados no interior, com o intuito de serem desbravadores das terras devolutas. Acabaram por entrar em consonância com o campesinato ali estabelecido e tornaram-se parte da fração camponesa que tem no uso comum sua maneira de gestar e construir seus territórios. Não foi

algo inusitado, mas sim uma continuidade de um processo que já faziam em suas terras na Europa, como Morazé coloca:

Desde que nos afastamos do Reno vemos a velha divisão de terras em folhas trienais bordadas com terras comunais e floresta, a velha rotação das culturas que manteve os camponeses da Idade Média. [...] No leste [...] apesar dos esforços tumultuosos de José II, os constrangimentos que pesava sob o servo continuavam a ser de um extremo rigor. Citam-se camponeses que têm que trabalhar de noite em suas terras, por ter estado do nascer ao pôr do sol, ocupados pelo trabalho em benefício do senhor. **E ao falarmos em terras camponesas não podemos esquecer que nelas não existe o regime de propriedade de regime individual: as terras [...] pertencem à aldeia que as administra comunalmente, a partir de Elba, à medida que penetramos na Polônia e na imensa Rússia, este sistema comunitário camponês afirma-se, adquirindo a fixidez geográfica.** (MORAZÉ, 1965. p. 40, grifo nosso).

Esses povos, como o autor destaca, tinham já um direito costumeiro que tratava da terra como pertencente à aldeia, à comunidade. Não se compreendia a propriedade privada como absoluta e como mercadoria. Sua inserção e confluência nas comunidades camponesas do fim do século XIX e no início do século XX. Contudo, acrescentamos um grupo social que Tavares (2008) deixa de fora: os camponeses que retornam à terra.

Existe um movimento de retorno às comunidades camponesas faxinalenses que traz dinâmicas culturais, sociais e econômicas novas. Como Simões (2015) demonstra em sua tese doutoral, a questão da juventude camponesa é central nas comunidades faxinalenses. Há uma migração e um desinteresse contínuo destes camponeses para com a sua situação nas comunidades. A falta de trabalho, lazer, cultura de massas e de educação superior faz com que exista um fluxo de jovens para as cidades. Isto é notável em todas as comunidades por nós trabalhadas. Há um vazio geracional que abrange pessoas na faixa dos 18 aos 40 anos. O movimento parece à primeira vista novo, porém ele já vem de décadas, como pudemos constatar. Diversos homens com idades entre 40 e 70 anos nos relataram que moraram e trabalham em cidades, especialmente Curitiba, mas também cidades médias do interior paranaense, quando tinham entre 20 e quase 40 anos. Trabalharam na construção civil e em outros trabalhos manuais, e retornaram quando não tinham mais capacidade física de suportar a penosidade deste.

Trabalhei dos 19 até os 37 em Curitiba. No bairro Capão Raso. Trabalhei de pedreiro, depois pra SANEPAR [Companhia de Saneamento do Paraná S.A.]. Morava num puxadinho com minha mulher e dois filho. Depois tivemos a terceira. O mais velho ficou por lá. Nós voltamos. Tava difícil de aguentar, muito trabalho, o corpo num aguentava, minha mulher num dava mais conta de trabalhar e cuidá das criança. Voltamos quando o mais velho fez 18. (CAMPONÊS 3, faxinal meleiro, 2016)

Temos então um perfil de retorno constante. Os jovens que hoje migram para as cidades têm dois anseios, conforme observado em nossos trabalhos de campo: primeiramente estudo técnico ou superior e, como consequência deste, melhores rendimentos. Nas comunidades camponesas faxinalenses situadas na RMC os jovens migram principalmente para Curitiba ou cidades do Aglomerado Metropolitano Curitibano. Nas comunidades da região centro-sul do estado, a migração se dá para as cidades médias do interior catarinense como Chapecó e Concórdia. O processo é o mesmo que os pais e avós desses camponeses já sofreram. O diferencial agora apresentado é que as mulheres camponesas, antes mais restritas à permanência, também migram, como nos conta uma camponesa faxinalense:

Antes a gente não podia sair. Minha mãe não saia. Meu pai ia fazer uns bicos em Curitiba mas a mãe não podia. Agora minhas irmãs foram pra capital. Uma faz curso técnico. A outra casou e não voltou. Eu queria ir pra fazer biologia e voltar pra ser professora aqui na comunidade mesmo. (CAMPONESA 1, , Faxinal Meleiro, 2016).

Entendemos então que os faxinais se constroem socialmente em torno destes sujeitos sociais, os quais se conformam enquanto modo de vida e classe, não como etnia ou povo. São uma fração do campesinato nacional que tem no uso comum seu principal diferencial. Aos grupos elencados por Tavares (2008) acrescentamos o dos camponeses migrantes que retornam às suas comunidades de origem, sofrendo uma recampesinização. Longe de um fim, o que ocorre nas comunidades é uma mudança constante em sua constituição social, econômica e demográfica. O que está em questão é até que ponto a sujeição da renda desses camponeses pode chegar.

É comum ver no criadouro uma casa com camponeses negros, na vizinha camponeses caboclos, na seguinte eslavos, conforme nos relata um faxinalense:

Óia, aqui tem de um tudo, né? Tem preto, tem pardo, tem caboclo como falavam, tem polaco, tem ucraino... Tudo boa gente, vivendo junto, na luta pra trabalhar na nossa terrinha... cos bicho sorto, cos filho brincando junto, com a luta de sempre pra ficá aqui (CAMPONÊS 4, Faxinal Salso, 2017)

Na Argentina, as famílias camponesas das comunidades *comuneras* do norte de Córdoba têm constituição semelhante. É da junção de etnias distintas que se conforma o campesinato na região estudada, o norte da Província de Córdoba, contando com descendentes de imigrantes europeus e indígenas. Tell (2015) informa que até a segunda metade do século XIX boa parte dos campos *comuneros* de Córdoba e Santiago del Estero eram predominantemente campos comuns de uso de indígenas. Em conjunto a estes somam-se os *gauchos*, o camponês típico das terras meridionais da América do Sul, semelhante em sua construção social, étnica e cultural ao caboclo brasileiro. O *gaucho* assim como o caboclo sul brasileiro é fruto da miscigenação entre o camponês europeu pobre e os indígenas, são camponeses explorados pelos donos de terra, os quais tem na lida com o gado, o cavalo e a plantação para subsistência uma característica que lhes é central.

A reprodução social destes sujeitos seguia, ainda segundo Tell (2015), o padrão de marginalidade. Era a possibilidade de fuga do latifúndio, sujeição do trabalho camponês e controle social impostos pela elite proprietária do país através de seu modelo agroexportador.

Como Shumway (2010) analisa, a Argentina recebe ao largo de toda sua história, desde sua constituição como Vice-Reinado do Prata, ainda colônia espanhola, números significativos de imigrantes, com destaque não só para espanhóis, mas também portugueses. O estabelecimento da grande maioria se deu em Buenos Aires e arredores, contudo as cidades do centro e norte do país acabaram por receber numero considerável desses imigrantes. No fim do século XIX o país recebeu cerca de 4,6 milhões de imigrantes, em sua maioria italianos. Seu impacto na cultura, sociabilidade, economia e construção

territorial no país foram notáveis. A mesma influencia ocorreu nas comunidades comuneras. Além destes, uma massa de imigrantes espanhóis também adentrou na Argentina nos fins do mesmo século.

Assim como os escravos se inseriram e passaram a construir as comunidades camponesas faxinalenses em conjunto com os que já a edificavam, no início do século XIX os imigrantes italianos, no papel de colonos, vieram a unir forças com o campesinato indígena e gaúcho já vivente nos campos comuneros. Enquanto no caso paranaense os poloneses e ucranianos tinham um modo de vida onde o uso comum era o norte e a propriedade privada fundiária não existia ou não tinha sentido de mercadoria, no caso cordobês dos italianos e espanhóis foi a questão de classe que mais pesou. Tais imigrantes espanhóis e italianos, colonos na Argentina, tinham um longo histórico de lutas anarquistas e mantiveram essas posições em sua nova morada. Sendo assim, a possibilidade de uso comum foi vista de modo positivo e acabaram por somar forças aos campesinos já ali situados, praticando também o uso comum e se inserindo nas comunidades já existentes.. A influencia anarquista nestes imigrantes é destacada por Prieto (2000), quando cita que dirigentes socialistas como Enrique Dieckman, de origem lituana, em 1902, chamava Rosario, cidade distante 4 horas de Córdoba Capital, de “Meca do Anarquismo” e de “Barcelona Argentina”. Ainda segundo a autora, foi na Argentina onde primeiramente se comemorou o aniversário de morte dos “Mártires de Chicago”, ainda em 1890. Córdoba não ficaria fora dessa influencia. Podemos analisar e compreender este fato na passagem de uma camponesa da comunidade de Cerro Colorado:

Che... mi familia era anarquista... después papa se quedó comunista... entró zum quilombo que era los sindicatos de acá. Aquí en Cordoba y Santiago hay toda una historia de lucha, de los indígenas y los anarco. Hay más de esto en Rosario por supuesto, pero acá también hay. Creo yo que nosotros somos las hijas de ellos... de los ancestrales, de los colonos. (CAMPESINA 1, Cerro Colorado 2017)

Sendo assim, ocorreu uma união entre colonos e arrendatários, que em uso comum, moldaram e construíram seus territórios. A força dessa história é sentida até hoje, tendo os campesinos comuneros uma consciência de classe muito grande, além de práticas classistas como a greve e a construção de sindicatos, associações, grupos de pesquisa e/ou ação política muito bem

enraizados. Tell (2015) mostra que estes sujeitos se constituíram na gênese deste campesinato. Acrescentamos também que como a terra é propriedade absoluta na Argentina, onde não há mecanismo jurídico como a função social da terra, desde meados dos anos 1970 há um fluxo de pessoas vindas de Córdoba Capital e de Rosário para as comunidades. Professores universitários, comerciantes, trabalhadores braçais e aposentados que migram para os campos comuns comprando terras afim de construir uma vida como camponeses. Isso se dá a partir de motivações muitas vezes políticas, porém acabam por auxiliar na manutenção dos territórios *comuneros*.

A composição do ponto de vista social desses camponeses, brasileiros e argentinos, é ampla. Não é possível fazer uma construção étnica que venha a unir estes sujeitos no entorno de alguma causa. O que os une é sua posição classista de camponês, sua centralidade no trabalho-terra-família e seu modo de vida. Cada comunidade tem uma conformação territorial distinta, apesar de todos terem no uso comum da terra um caráter central e indispensável para sua reprodução social e econômica. Ao norte da província argentina de Córdoba está La Rinconada. Lá vivem aproximadamente 180 famílias com um campo de uso comum com mais de 28 mil hectares. Abaixo, na Figura 1, a entrada da comunidade e na Figura 2 a sede do coletivo da Comunidade.

Figura 1 - Entrada da Comunidade La Rinconada, Córdoba.

Fonte: Autor, 2017

Figura 2 - Sede da Comunidade La Rinconada

Fonte: Autor, 2017

Destas 180 famílias, aproximadamente 40 vivem em situação crítica graças à grilagem de terras por parte de um empresário, René Fritzler, o qual cercou área considerável de terras para uso privado ao longo da fronteira entre as Província de Córdoba e Santiago Del Estero. No Mapa 4 é possível observar o tamanho da comunidade. Existem quatro núcleos comunitários, destacados em vermelho. Apesar de ser conhecida como um todo, como La Rinconada, esta se divide internamente em quatro campos de uso comum: El Aguaraz, Moyano, Mojon de Fierro, Las Tortugas. São os três últimos que sofrem a pressão maior através da grilagem e cercamento ilegal de suas terras. O uso em comum da terra se dá de modo ancestral, sendo a economia e a prática social e simbólica destas comunidades quase totalmente organizada por meio da criação de animais, sendo o cultivo de alimentos praticamente ausente. O movimento social do qual os camponeses destas localidades fazem parte, o **Movimiento Campesino de Córdoba (MCC)**, vem realizando um trabalho árduo, há aproximadamente uma década, para resgatar e construir o saber do cultivo entre o campesinato.

La Rinconada é um território pobre. Como destaca Romano (2011), o campesinato desta localidade esteve sempre à margem da agricultura de larga

escala ou de abastecimento nacional, preservando assim sua paisagem e natureza. Nossa ida até a localidade se deu a partir de uma viagem em 70 quilômetros em estrada de chão, partindo de Cerro Colorado. A última vila de tamanho considerável antes da comunidade é Sebastian Elcano, situada na Ruta 32. O percurso até o centro da comunidade é difícil e tem uma paisagem de campos de uso comum, com pastos amplos e não cercados. Nota-se, entretanto, que o avanço da soja já se faz presente ao longo da Ruta 32. La Rinconada é o último bastião de água na região nordeste da província, ficando próxima a Mar Chiquita, uma lagoa protegida por leis ambientais e que serve de fonte d'água para os animais do campesinato comunero. É então o último obstáculo para o agronegócio *sojero* ter acesso à água desejada para a irrigação dos campos. O que limita a expansão da soja é justamente o Rio Dulce, que em sua face ocidental já está tomado pela soja, enquanto que em sua face oriental é formada por campos comunitários.

A distancia para a vila mais próxima cria dificuldades para o campesinato da comunidade. Romano (2011) destaca que já nos idos de 1850 havia sido extirpada da prática camponesa o cultivo. O fim dos cultivos tem conexão com a necessidade dos *terratenientes* em ampliar a produção de gado, para tanto era necessário liberar a mão de obra camponesa para a lida com os animais. Aumento a demanda por gado por parte dos proprietários, os camponeses necessitaram deixar de lado ou diminuir os cultivos. Hoje, a distancia da comunidade para os centros de compra de alimentos, devido a essa ausência da produção local, gera gastos que prejudicam a vida dos mesmos.

Vivendo então somente da criação de gado bovino, caprino e suíno, tais sujeitos perderam boa parte de sua autonomia, ficando muito dependentes de núcleos urbanos e mercados para o acesso a alimentos de base não proteica. Destacamos que diferentemente do campesinato brasileiro, que por vezes tem dificuldades de acesso a fontes de proteína animal, o regime alimentar platino é baseado sobretudo neste tipo de fonte alimentar. Durante nosso trabalho, o alimento básico era carne (majoritariamente bovina, mas também de aves e suínos), ovos e batatas, essas últimas compradas no mercado da vila mais próxima.

MAPA 4

COMUNIDADE LA RINCONADA

Convenções cartográficas

- Provincias
- Departamentos
- Departamento Río Seco

Legenda

- Comunidade
- Campos comunitarios

A ausência do Estado também é sentida. A sede da comuna possui somente uma delegacia e uma escola. Não existe qualquer assistência ou política pública voltada para a comunidade. Há inclusive uma ausência na mediação de conflitos pela terra. Os camponeses ali presentes são posseiros, não existindo título algum. Ficam reféns dos chamados *papeles truchos*, versão argentina dos documentos grilados. Com o avanço da soja, o ataque e roubo de suas terras é cada vez fato mais corriqueiro. A grande questão que se coloca é qual seria o papel do Estado argentino frente a isto. Novamente Romano (2011) nos esclarece a questão quando, ao tratar do problema da dualidade legal existente, informa que do ponto de vista legal, considera-se somente a propriedade privada absoluta da terra ou a propriedade comunal indígena da terra na Argentina. Não existe um arcabouço jurídico que possa reger o uso comum e o direito costumeiro do campesinato e é neste ponto que o agronegócio enxerga a possibilidade de expropriar esta fração do campesinato e tomar as terras para si.

Estas expropriações ocorrem também, pois os campos de uso comum são na sua grande maioria terras de posse não ocupadas, terras pertencentes ao Estado argentino. Como houve uma desarticulação no saber produtivo dos camponeses deste país, a dedicação ao trabalho com o gado é predominante, o que nos leva ao entendimento de que os campos comuneros tem muitas semelhanças com os fundos/fechos de pasto do agreste e sertão baiano. Como Germani et al (2011) nos ensina, os fundos/fechos de pasto são comunidades camponesas que possuem a centralidade de seu trabalho na lida com o gado e fazem o uso comum da terra justamente em terras devolutas não ocupadas. Ainda segundo a autora, os campos de uso comum são utilizados por toda a comunidade e possuem os chamados “refrigérios”, porções de terra com clima mais agradável e com maior disponibilidade de água para os animais. Estes “refrigérios” se assemelham a porção de terra chamada de “costa” de La Rinconada, que fica as margens da Laguna Mar Chiquita.

A outra comunidade com a qual trabalhamos sofre com os mesmos problemas que La Rinconada. Cerro Colorado (MAPA 5), por sua vez, está localizada próximo ao sítio arqueológico de mesmo nome. Conta com uma área de 360 hectares e com um número menor de famílias, aproximadamente 50, as

MAPA 5

CAMPOS COMUNITÁRIOS E
COMUNIDADE CERRO COLORADO

Convenções
cartográficas

- Estrada (interesses ag. imobiliários)
- Províncias
- Departamentos
- Departamento Tulumba
- Departamento Río Seco

Legenda

- Campos comunitários
- Comunidade Cerro Colorado

quais vivem basicamente do turismo além do trabalho com o gado criado nas terras de uso comum (MAPA 5).

A área de uso comum serve principalmente para a criação de gado para autoconsumo, sendo a fonte primária de renda o turismo através de inúmeras pousadas construídas ou espaços cedidos para camping para os turistas que vão visitar o sitio arqueológico. Contudo, a presença do MCC na localidade faz com que ali esteja presente uma pequena fábrica de produção de ração livre de transgênicos para os animais, além de existir na comunidade uma presença maior de cultivos para o consumo familiar e comunitário. Com isso se almeja aumentar a autonomia da comunidade e diminuir a dependência para com mercados da vila mais próxima a Villa de Santa Elena.

Nossa ida até Cerro Colorado se deu via Cidade de Cosquín. Partimos de Córdoba pela Ruta 17 chegando a Cosquín. É nesta cidade fica um núcleo forte, ativo e formador de lideranças do MCC. Lá pudemos conhecer antigos campos de uso comum, já abandonados pelos camponeses para o trabalho no turismo. Durante a viagem até Cerro Colorado passamos por campos comunitários, os quais contavam com um campesinato pobre, especialmente aquele situado mais próximo da cidade de Dean Funes e Vila Tulumba. Abaixo elencamos na Figura 3 de campo comunitário entre as duas as cidades.

Figura 3 - Campo Comunitário entre Dean Funes e Vila Tulumba

Fonte: Autor, 2017

Ambas as comunidades detêm características sobre o uso comum da terra que as fazem simbólicas e classistas. Simbólicas pois a relação da troca em comum, o acordo costumeiro perpassa o econômico e toca a cultura, classista uma vez que é na união de interesses comuns entre os camponeses que se mantém o interesse no uso comum da terra. Além de sua área, a presença de camponeses oriundos de ambas as comunidades no MCC e no Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI) fazem com que a questão do uso e da propriedade da terra se faça presente em escala nacional. Nos foi relatado que o campesinato argentino tem como marca em relação ao uso da terra o uso comum, como pudemos colher em entrevista:

Es necesario que vos delimite su tema. El campesino argentino hace el uso común, el uso comunitario de sus tierras siempre y por todo. No hay acá una propiedad campesina aislada. Son comunidades. Comunas. Entonces acá todo campesino es comunero de una manera u otra. (CAMPESINA 2, Cerro Colorado, 2017)

Diferentemente do caso argentino, no Brasil é uma porção do campesinato que tem no uso comum da terra parte central de seu modo de vida e cultura classista, nos termos de Thompson (2012). Ou seja, uma cultura que conecta homens e mulheres que tem um mesmo interesse, um mesmo objetivo, uma manutenção de seu modo de viver e de suas relações sociais, economias e históricas. Nosso recorte se dá nas comunidades camponesas faxinalenses presentes no estado do Paraná. Grosso modo, podemos dividir a presença dessas comunidades em duas regiões do Estado: a primeira na porção sul da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e a segunda na região centro-sul, que tem como cidade mais importante Guarapuava. Realizamos trabalhos em comunidades em ambas as regiões.

Nosso ponto de partida no Brasil são as comunidades camponesas faxinalenses do Paraná, as quais foram trabalhadas com profundidade em suas lutas e suas características por Tavares (2008) e Souza (2009). Trabalhamos e pesquisamos em conjunto com tais comunidades desde 2007. Nosso ponto de partida se deu com eles, devido a entrada que temos junto às comunidades e às lideranças, além do conhecimento acumulado sobre o funcionamento das práticas de uso comum por eles realizadas.

As comunidades camponesas faxinalenses estão situadas no Estado do Paraná. Os camponeses dessas comunidades se auto identificam como faxinalenses, sendo então definidos legalmente como um Povo e Comunidade Tradicional. Tal definição está ancorada legalmente na convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho de 1989 (OIT, 2005) a qual é ratificada no Brasil através do decreto presidencial 6040 de 2004 (BRASIL, 2004). Suas características socioculturais particulares os fazem se encaixar em tal marco legal. Outro ponto vital para tal construção identitária é a possibilidade existente de, pela via legal, garantir a manutenção de seus Territórios de vida e, ao assim fazê-los, garantir também a manutenção de seu modo de vida.

Como abordamos em nossa dissertação (OLESKO, 2013), a identidade faxinalense se apoia por meio dos elementos da autonomia relativa⁴, da criação solta de animais (em terra de uso comum), da lavoura separada das terras de uso comum e da centralidade da família. Como entendemos os faxinalenses como sujeitos da classe camponesa, tais elementos vêm a caracterizar o que se entende por camponês. Ressaltamos que trataremos exclusivamente do campesinato no próximo capítulo, contudo, esclarecemos aqui que entendemos o campesinato como uma classe social, nos moldes como Shanin faz (1983), compreendendo então que, apesar da diferenciação existente entre os mesmos, tais sujeitos ganham em coesão social em momentos de crise, pressão ou conflitos. É o que vemos no caso faxinalense: um modo de vida e uma classe.

Indo então diretamente ao uso comum realizado por tais sujeitos dessas comunidades, notamos como o padrão de uso e de (re)produção do espaço lhes é muito particular. A organização das comunidades se dá da seguinte maneira:

- Criadouro Comunitário: área de uso comum. É nesta porção do território faxinalense que se tem o uso comum da terra para a criação de animais, estes por sua vez soltos. Além de equinos e bovinos, ambos em pequena quantidade, se criam suínos, esses

⁴ Entendemos por autonomia relativa o seguinte: O campesinato possui certa autonomia na tomada de decisões em relação a sua vida e produção. Ela é relativa pois o campesinato não está isolado ou imune às relações com o modo de produção capitalista mas, ao contrário, ele é uma classe que é criada e pertence a este modo de produção.

em maior número. Nesta porção do território também estão situadas as moradias dos camponeses. Na Figura 4, mostramos o criadouro do Faxinal dos Ribeiros

Figura 4 - Criadouro Comunitário no Faxinal dos Ribeiro, Pinhão, 2017

Fonte: Autor, 2017

- Terras de plantar: Situadas após o criadouro, podendo ser logo de frente a este. Aqui o lote é particular, sendo o trabalho realizado por cada família, embora ainda exista a prática de ajuda mútua por parte dos faxinalenses. É neste porção de terra que se cultiva para a venda. Abaixo na Figura 5 da cerca que divide o criadouro comunitário e as terras de plantar no faxinal Meleiro

Figura 5 - Faxinal Meleiro, Mandirituba. Divisão entre o criadouro comunitário e as terras de plantar, 2017

Fonte: Autor, 2017

Sobre as comunidades por nós trabalhadas destacamos primeiramente as comunidades situadas na porção sul da RMC. Distantes entre 50 e 65 quilômetros do centro da capital paranaense, as comunidades do Salso, Mato Branco dos Andrade, situadas em Quitandinha, Espigão das Antas, Pedra Preta, Meleiro e Campestre dos Paula, situadas em Mandirituba, são de fácil acesso. Além da distancia pequena, é possível chegar até as comunidades com um ônibus metropolitano⁵, que pode ser pego no maior terminal de transporte publico da cidade, situado no bairro Pinheirinho, no sul do município, pagando somente o preço vigente em uma passagem de ônibus urbano em Curitiba. De automóvel é possível chegar até as comunidades em 45 minutos enquanto de ônibus o trajeto varia de 1 hora e 30 minutos até 2 horas.

⁵ Assim são chamadas as linhas de transporte público que saem de Curitiba e se destinam às cidades da Região Metropolitana.

Isto demonstra a proximidade e a contradição, a fratura existente em um curto percurso de espaço-tempo. De um lado comunidades camponesas onde as pessoas que ali vivem estão conectadas ao seu meio de produção, têm uma autonomia produtiva considerável, vivem sob um direito costumeiro e constroem seus territórios de maneira conjunta. Do outro lado a capital do estado do Paraná, maior cidade do sul do Brasil, com 1,8 milhões de habitantes (BRASIL, 2016), com um setor de serviços dilatado, vivendo no mito de ser cidade modelo, com uma classe trabalhadora totalmente alheia a seu trabalho, com o ritmo de metrópole. Como já indicado por Bertussi (2010), as comunidades camponesas faxinalenses da porção sul da RMC sofrem uma pressão enorme do tempo, dinheiro e urbanidade da capital.

Já trabalhamos (OLESKO, 2011) com a relação campo–cidade existente entre a Curitiba e as comunidades e podemos afirmar hoje com mais certeza que os conflitos existentes são em boa medida resultantes dessa proximidade. Estando muito próximas da rodovia BR-116, e sendo a entrada das comunidades distantes entre 3 a 9 quilômetros desta estrada, a chegada do capital se dá em mais fronts do que naquelas comunidades mais interioranas. Além do agronegócio, figurado através do monocultivo arbóreo do pinus nesta porção do Estado, temos os conflitos ligados à especulação imobiliária voltadas para a implantação de chácaras de lazer para a burguesia de Curitiba. Outro fator de pressão à qual está sujeita este campesinato é o da sujeição da renda da terra ao capital, uma vez que, para escoar a produção, eles são praticamente dependentes dos atravessadores que as revendem em seguida ao CEASA de Curitiba⁶.

As comunidades com tal proximidade ao aglomerado urbano de Curitiba, acabam vivendo em constante contradição. O fácil acesso à capital gera tanto a possibilidade de estudo de qualidade maior para a juventude como uma maior migração para fora. A titulação de terras se deu de maneira forçosa e imposta, via Estado, ainda nos anos 1980⁷, como destacamos em nossa

⁶ Centrais de Abastecimento do Paraná S.A. Empresa estadual de venda de produtos alimentícios in natura no atacado.

⁷ Como discutimos em nossa dissertação, a titulação ocorreu de maneira imposta pelo Estado com o intuito de garantir a expansão da rodovia BR-116. Esta imposição resultou em títulos de terra que davam as famílias camponesas somente uma parte de suas terras, sendo boa parte

dissertação (OLESKO, 2013). A realidade foi que com a titulação as terras passaram a estarem disponíveis no mercado fundiário e a proximidade de Curitiba deu início à especulação imobiliária, por meio de pressão aos proprietários para venderem à burguesia curitibana a fim de construir chácaras de lazer, resultando na desarticulação do uso comum ou até mesmo de comunidades. Por fim, a própria cultura e simbologia são afetadas: a ausência de escolas com educação do campo, somada à imagem do urbano como o lugar do progresso e do rural como o lugar do atraso, presente na maior parte dos livros didáticos acaba gerando jovens com anseios de migrar para as cidades, além da construção constante de um pensamento individualista e não comunitário entre os jovens⁸.

As seis comunidades selecionadas para nosso trabalho estão distantes a poucos quilômetros entre si (MAPA 6). Destacamos que apesar de serem seis comunidades, elas se dividem em três criadouros comunitários. Salso, em Quitandinha, tem um criadouro somente para si. Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta têm um criadouro para as três comunidades e Campestre dos Paula e Mato Branco dos Andrade dividem um criadouro. Trabalhando com os camponeses dessas comunidades, especialmente os mais velhos, ao serem indagados sobre o histórico das comunidades, sempre era destacado que foi nos anos 1950, com a construção da rodovia BR-116 que os criadouros começaram a ser separados e as comunidades desconectadas. Anteriormente as comunidades tinham um grande campo de uso comum da terra, um grande criadouro comunitário, portanto foi a intervenção estatal que iniciou a desarticulação comunitária.

Cada comunidade tem suas peculiaridades, seja em tamanho, religiosidade ou comunhão, união para trabalhar em afazeres de interesse geral da comunidade, como a manutenção das cercas que separam o criadouro das terras de plantar. Não é a etnicidade, religiosidade, simbologia que tais camponeses forjam sua luta em seus territórios, mas sim em uma prática produtiva, o uso comum da terra. A gestão da terra e dos conflitos é

dessas saqueadas para a elite local e outra menor parte para a construção/ampliação da rodovia.

⁸ Simões (2015), em sua tese de doutorado, analisa justamente a questão da juventude camponesa faxinalense especialmente no tocante às políticas públicas para a juventude camponesa e a interface entre educação e trabalho.

MAPA 6

COMUNIDADES FAXINALENSES - PR

Convenções cartográficas

- Rodovia (PR)
- Hidrografia
- Limites municipais

Legenda

- Comunidades faxinalenses

LOCALIZAÇÃO

regida pelo direito consuetudinário construído ao longo do tempo e dos territórios pelos camponeses. Obviamente isto tudo se traduz em questões culturais e simbólicas, mas defendemos que o que baliza toda a construção da identidade destes camponeses é sua prática classista de solidariedade, prática comunitária de uso da terra.

O faxinal do Salso, situado no município de Quitandinha possui uma área de 200 hectares⁹, onde vivem 40 famílias. Nos faxinais Meleiro, Pedra Preta e Espigão das Antas existem aproximadamente 200 famílias, segundo os próprios faxinalenses, numa área de aproximadamente 282 hectares de terra, já no criadouro aonde estão inseridas as comunidades de Campestre dos Paula e Mato Branco dos Andrade, existem aproximadamente 110 famílias, tento este criadouro aproximadamente 97 hectares. Todas estas cinco comunidades estão situadas no município de Mandirituba.

As comunidades situadas na região centro-sul do Paraná, diferentemente do que apresentamos como característica das comunidades da porção sul da RMC, os conflitos se dão não com a especulação imobiliária, mas sim com o agronegócio em suas diversas faces. A grilagem de terras ainda é sentida. Nos faxinais desta região, poucas são as terras tituladas, como ocorre nas comunidades faxinalenses próximas da capital do Paraná, o que nos permite definir esse campesinato como posseiro.

O Faxinal dos Ribeiros foi a comunidade selecionada por nós para este estudo na região centro-sul paranaense. Apesar de termos trabalhado também com outras comunidades da região, tal comunidade foi aquela na qual realizamos as entrevistas. Possui uma extensão de 3146 hectares de terra, vivendo na comunidade aproximadamente 140 famílias. A muitas décadas a comunidade enfrenta uma disputa por terras com a madeireira Zattar, a qual

⁹ Tratamos ao longo da tese Faxinal como sinônimo do criadouro comunitário. Logo, quando apresentamos a área de um Faxinal em hectares, esta se refere a área do criadouro. Por comunidade entendemos o agrupamento de moradias, que por sua vez está sempre dentro do criadouro. É possível então existirem mais de uma comunidade dentro de um mesmo criadouro. Não é possível delimitar a área das terras de plantar uma vez que estas pertencem individualmente a cada família. Alguns autores buscam delimitar o conceito de Terras de Faxinais (SOUZA, 2009), o que englobaria tanto as terras de plantar como o criadouro comunitário em conjunto. Os próprios camponeses faxinalenses refutaram essa construção teórica.

possui títulos grilados de uma larga extensão de terra na qual extraiu mata nativa e erva-mate por décadas.

Suas práticas decorrem de uma conformação menos desarticulada e com menor influência urbana do que as primeiras aqui apresentadas (OLESKO, 2011). A luta de classes é de certo modo mais clara e mais exacerbada, há de um lado o campesinato faxinalense e de outro o agronegócio e o Estado. As classes são forjadas na luta de classes, logo a classe camponesa é aqui mais combativa e contraditoriamente mais fragmentada. É nesta região do estado que é formado a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF).

Com 180 mil habitantes, Guarapuava é o município mais importante na região no que diz respeito à política e à economia. As comunidades têm neste o seu apoio para o acesso à saúde e educação superior. Ainda que exista a presença de chácaras de lazer da burguesia guarapuavana no campo, poucas estão inseridas nas comunidades faxinalenses.

Distantes aproximadamente entre 260 a 320 quilômetros da capital, os conflitos nestas comunidades se dão com a grilagem, os monocultivos de soja, pinus e eucalipto, além da extração da mata nativa por madeiras, em sua maioria ilegais. Há, portanto, outra realidade. Ao viajar para os trabalhos de campo realizados nessas comunidades, sempre se passa por “mares” de soja ou pinus na rodovia BR-277, que corta o Paraná de leste a oeste. Ali está inserido o agronegócio paranaense mais arcaico e bruto, que grila, expropria e mata camponesas e camponeses. Diferentemente do norte do estado, onde existe um agronegócio mais tecnificado e empreendedor, moderno guardadas as devidas proporções, no sul do estado ainda se vive sob o medo e o julgo de poderosas famílias latifundiárias. As comunidades abaixo descritas resistem então a este avanço já histórico de seus antagonistas sobre seus territórios.

As comunidades situadas na RMC têm em sua grande maioria a totalidade das terras tituladas. Todavia, no interior do estado foi notável a ausência de títulos, sendo tais comunidades inseridas em terras devolutas. Aproximam-se assim das comunidades que trabalhamos na Argentina, onde o camponês posseiro é refém de manobras do agronegócio, seja pela sujeição da renda da terra ou pela expropriação de suas terras.

Portanto, seguimos afirmando que o uso comum no caso faxinalense se dá por meio do uso costumeiro da terra e não por arranjos legais. O campesinato tem, nestes casos, criado acordos comunitários¹⁰ para reger e administrar o uso comum dessas terras. Cabe ressaltar que mesmo nas comunidades da RMC, onde há o título de propriedade, o uso comum se mantém através destes acordos comunitários, os quais limitam e regem o uso da terra pelos novos ingressantes. Não interessa a estes sujeitos a questão legal, mas sim o seu uso. Notamos aqui a modificação do sentido de propriedade privada que Marx traz em *O Capital* e que depois reitera em seus rascunhos e na carta para Vera Zusulich (1990): a propriedade privada para estes camponeses é baseada no trabalho familiar e comunitário, não na exploração do trabalho alheio¹¹. Para o campesinato faxinalense, portanto, pouco interessa o título de propriedade. Este serve essencialmente para garantir o direito de acesso à terra, não do indivíduo, mas sim da família e da comunidade como um todo.

Notamos que algumas famílias dos faxinais da RMC possuem até 2,5 hectares de terras, enquanto outras poucos metros quadrados, mas quando caminhamos pela comunidade, em especial pelo criadouro, isso não se nota. As casas seguem o padrão de serem cercadas somente no seu entorno, para protegerem suas hortas para consumo próprio dos animais que, no criadouro comunitário, circulam livremente. Tal fato está presente no acordo comunitário apenas citado (anexo I).

A construção do território camponês se exprime também na paisagem das comunidades camponesas. Enquanto nos territórios do agronegócio há uma padronização da paisagem através do monocultivo, criando “mares” de soja, eucalipto, algodão ou pinus, nas comunidades camponesas estudadas ocorre o oposto. O território é marcado pela diversidade, cuja construção se dá a partir de seus elementos naturais. Citamos construção, pois não é uma natureza intocada, nem manejada, mas sim construída ao longo do tempo e das possibilidades que o território permite. Ou seja, a natureza nas

¹⁰ Inserimos, como anexo I, o acordo comunitário das comunidades faxinalenses do Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta, os quais nos foram repassados no fim de nossa pesquisa de mestrado, como acordo dos acordos tecidos.

¹¹ Vamos discutir mais profundamente a questão do entendimento da propriedade privada para o campesinato no próximo subitem.

comunidades dessa porção do campesinato, foi modificada de acordo com suas necessidades. Isso fica evidente na Figura 6 que retrata bem a presença somente da Araucária ou Pinheiro do Paraná (*araucária angustifolia*) e algumas bracatingas (*mimosa scabrella*) no Faxinal dos Ribeiros, no município de Pinhão, na região centro sul do Estado do Paraná. Há somente o estágio superior da mata, o dossel, sendo as porções intermediária e primária inexistentes. Isso ocorre uma vez que o pisoteamento por parte dos animais, criados soltos, impede o crescimento de outros espécimes.

Figura 6 - Faxinal dos Ribeiro, Pinhão, mata de araucária presente dentro do criadouro comunitário, 2017

Fonte: Autor, 2017

Ainda sobre as comunidades camponesas faxinalenses, é nelas onde a presença da fauna da mata de araucária encontra-se mais preservada (FIGURA 7). Nos foi relatado durante os trabalhos de campo sempre a existência de pumas (*puma concolor*), lobos guará (*Chrysocyon brachyurus*), jaguatiricas (*leopardos pardallis*) além de uma presença marcante de pássaros diversos, tanto nos faxinais do Centro-sul do Paraná como nos da RMC, não sendo estes encontrados nas áreas de monocultivo. Tais animais representam,

para o campesinato, não somente um problema como se pensa a partir do senso comum. Eles representam para esta fração do campesinato um indicativo do estado de suas terras de uso comum, um indicativo da qualidade e quantidade de mata disponível para o pastoreio de seus animais.

Figura 7- Faxinal dos Ribeiro, mata de araucária no criadouro comunitário, Pinhão

Fonte: Autor, 2017

O predomínio da paisagem camponesa faxinalense nos seus campos de uso comum então é uma mata de araucária, floresta ombrófila mista, com ação humana. O predomínio paisagístico mais marcante é o Pinheiro do Paraná, contudo são nestas comunidades onde ainda existem os últimos remanescentes da árvore mais nobre, mais complexa do ponto de vista biológico e mais valorizada no mercado ilegal, a qual seria a jóia da mata de araucária: a Imbuia (*Ocotea porosa*) (IBGE, 1990).

Fato semelhante ocorre nos campos de uso comum argentinos. São nos campos de uso comum que o campesinato acaba por realizar a manutenção e a construção da paisagem. Ocorre então uma preservação da

paisagem natural, potencializando todavia, elementos que são mais interessantes para a reprodução social e econômica desta fração do campesinato. É na porção norte da província de Córdoba onde ainda ocorre de maneira não devastada a flora e fauna da chamada *llanura chaqueña*, o chaco argentino. Conta com a presença de juncos como o espadaña (*Typha latifolia*), Suncho (*Baccharis juncea*), totora (*Scirpus californicus* y *Scirpus americanus*) e tem como principais espécies arbóreas o Quebracho Colorado Santiagueño (*Schinopsis lorentzii*) e a Barba de Tigre (*Prosopis kuntzei*) (CABIDO, ZAK, 1999).

No que toca à fauna, destaca-se a presença de pumas (*Puma Concolor*), zorro (*Lycalopex culpaeus smithersi*), conejo de los palos (*Dolichotis salinicola*) além de diversas aves aquáticas. Como Ensabella (2008) analisa, a preservação, manejo e (re)construção da fauna e flora chaqueña se deu através do campesinato. O avanço da destruição dessa paisagem ocorre atualmente pelas mãos do mesmo campesinato, uma vez que a desarticulação de seu modo de vida ocorre de maneira rápida, sob a pressão do agronegócio da soja, que avança do sul para o norte do país. Mas ainda existe grande parte da natureza nos campos comuns cordobesses, como podemos ver na Figura 8, que retrata o campo de uso comum de Cerro Colorado.

Figura 8 - Campo de uso comum em Cerro Colorado, Córdoba

Neste sentido vamos ao encontro do que Diegues (1996, p.70–71) traz. Segundo o autor, a natureza para o campesinato tem sentido simbólico, econômico, histórico e social, cabendo a estes sujeitos não só a manutenção, mas também a ampliação desta natureza. É neste ponto que nos baseamos para afirmar que o campesinato constrói a sua paisagem, constrói a diversidade encontrada em seus territórios. Não é a simples manutenção, mas sim a construção, esta que está indissociável da própria reprodução camponesa enquanto modo de vida e classe social. Isto ocorre com muita força na porção do campesinato que faz o uso comum da terra, uma vez que a mata, os campos, a natureza têm papel preponderante em suas vidas. É da natureza que se tira o alimento dos animais criados soltos, é da natureza que se extraí madeiras para lenha, construção ou artesanato, é da natureza que se extraem e se constroem parte da trama simbólica existente nas comunidades.

Nas comunidades camponesas faxinalenses, Silva (2005) e Assis (2011) analisavam justamente tal ponto. Para ambos a lógica camponesa faxinalense estava ancorada nesta relação dialética existente entre pessoas e a natureza. No caso das comunidades camponesas do norte de Córdoba, Villegas Guzmán (2014) e Romano (2011) apontam para uma relação semelhante dentre os camponeses analisados pelas autoras. Nos ensinam as mesmas que não é coincidência que as áreas menos degradadas do ponto de vista da fauna, flora, solo e recursos hídricos são aquelas onde estão inseridas as comunidades camponesas e onde estão os campos de uso comum desses grupos.

O uso comum da terra é, então, não uma prática camponesa que se atrela à própria construção da classe desses sujeitos. A terra para o campesinato é intimamente ligada ao trabalho. Não é aceitável para estes a propriedade da terra sem que esteja atrelada a esta propriedade a questão do trabalho. Para garantir a própria possibilidade de se trabalhar na terra, defendemos que o campesinato em sua formação na América Latina tinha no uso comum das terras uma prática recorrente e norteadora. É somente através do uso comum, sem cercas, que a reprodução social e econômica destes

sujeitos é possível. Os laços de solidariedade, compadrio, tradição e respeito se mostram justamente na explicação das razões que fazem com que tal uso da terra seja executado:

Temo o criadouro porque, né, óia, se eu cerco minha terra, uma parte dela... fico só com umas árvore frutífera, certo? Se meu vizinho faz a mesma coisa, ele fica com um descampadão e sem árvore pros bicho come. E se o outro vizinho faz isso também, ele fica só com o riacho e umas pirambera. Então, sem cerca, os animal dos três pode beber água do riacho, pastar e comer as fruta. (CAMPONÊS 4, Faxinal Salso, 2016)

Hacemo lo comun por ancestralidad y por necesidad. Con eso la trashumancia es posible... el rio dulce es de todos, el agua es de todo... lo mismo ocurre con el pasto para los animales. Nuestro suelo es pobre, no hace sentido la división. (CAMPESINO 2, La Rinconada, 2017).

Há uma questão que é importante tanto no caso brasileiro quanto no caso argentino: a ausência de um marco legal que reconheça e assegure os direitos costumeiros ali presentes comunidades camponesas que fazem o uso comum da terra. Isso nos leva a nosso próximo subitem, onde discutiremos a questão do uso comum e a legalidade.

1.2 – O Uso comum da Terra e a Questão legal: apontamentos

Como apresentamos, boa parte dos camponeses das comunidades trabalhadas na tese são posseiros. Não são, portanto, proprietários da terra de modo legal. Little (2002) já apontava como o direito brasileiro não compreende a diversidade de modo de uso e gestão da terra existentes no Brasil. Ele reconhece apenas o uso individual da terra e do uso coletivo, como no caso das comunidades quilombolas. Não existe lei federal que reja o uso comum das terras, somente estaduais como no Paraná e Bahia. Isto leva a uma contradição: não estando tituladas, as terras das comunidades campesinas com uso comum passam a estar sujeitas à grilagem, fato que muitas vezes torna-se prática recorrente, tanto na Argentina quanto no Brasil, como é possível perceber nas comunidades aqui trabalhadas. Já as terras estando tituladas, fato existente nas comunidades camponesas faxinalenses da porção sul da RMC e em certos pontos de Cerro Colorado, ocorre a especulação

fundiária e a pressão do mercado sobre os camponeses proprietários. Não existe, então, um modelo que forneça a possibilidade de permanência na terra. A questão fundante deste conflito é a própria terra como mercadoria.

Brasil e Argentina têm origens muito distintas. Enquanto o primeiro nasce como Império, conservador por excelência, fazendo a manutenção da escravidão, a ampliação e consolidação do coronelismo, aplicando uma política de concentração de poder político e econômico na mão de uma elite fundiária (MOTTA, 2014), o segundo toma caminho distinto. A Argentina se torna independente como república, tendo sido sua história no século XIX uma luta constante entre uma elite de anseios industriais, ultraliberal, fixada em Buenos Aires, contra uma elite fundiária estancieira que dominava as províncias do interior (SHUMWAY, 2010). No caso brasileiro houve uma alternância do poder entre as elites fundiárias, no caso argentino foi um combate sangrento pela manutenção de uma política liberal urbana, que desconsiderava o interior do país. Contudo, ambas contam com similitudes no que tange a questão da propriedade fundiária.

A propriedade privada tem uma importância grande para o desenrolar histórico do capitalismo em ambos os países. Como Martins (2015) discorre, a propriedade fundiária é igual renda capitalizada. Em ambos os casos, platino e brasileiro, surgem já em suas primeiras constituições a propriedade privada como elemento central e naturalizado, ignorando que anteriormente, ou seja, até o início do século XIX, o que existia era a posse. Nesse bojo então a propriedade fundiária surge

Como fundamento da desigualdade entre o fazendeiro e o colono. Ao mesmo tempo, o rendimento monetário que dela derivava era mero complemento dos meios de vida já produzidos pelo próprio trabalhador, não cobria o essencial, mas o supérfluo, relativamente a reprodução da família do trabalhador e a sua força de trabalho. (MARTINS, 2015, p. 81).

Sendo então a propriedade uma renda capitalizada, ambos os países já nascem com esta marca da desigualdade. A constituição Imperial do Brasil, de 1824 em seu artigo 179 demarca muito bem a nova questão da sacralidade da propriedade privada no país, especialmente em dois de seus incisos:

VII. Todo o **Cidadão tem em sua casa um asylo inviolavel.** De noite não se poderá entrar nella, senão por seu consentimento, ou para o defender de incendio, ou inundaçãõ;

e de dia só será franqueada a sua entrada nos casos, e pela maneira, que a Lei determinar.

[...]

XXII. **É garantido o Direito de Propriedade em toda a sua plenitude.** Se o bem publico legalmente verificado exigir o uso, e emprego da Propriedade do Cidadão, será elle préviamente indemnizado do valor della. A Lei marcará os casos, em que terá logar esta unica excepção, e dará as regras para se determinar a indemnisação. (BRASIL, 2012, p. 86, grifos nossos).

É pela primeira vez que a inviolabilidade da propriedade privada aparece no Brasil. Motta (2012, p. 250) nos ensina que nas discussões no senado imperial esta foi uma das propostas acatadas pelo Império e solicitadas pela ala liberal que considerava a propriedade privada como sagrada e natural. Tal sacralidade e naturalidade da propriedade e sua consequente inviolabilidade foram levadas a cabo na letra da lei uma vez que foi extinta qualquer obrigatoriedade do cultivo na propriedade rural, existente, ainda que em teoria, no regime sesmarial.

A primeira constituição argentina data de 1826. Segue um perfil um tanto distinto da brasileira. Tendo já sido extinta a escravidão em 1813 naquele país, a questão da terra como renda capitalizada já era latente. A presença fortíssima dos ideários liberais no país fez com que sua constituição seguisse essa mesma visão. A Seção VIII, que trata das disposições gerais na Argentina, em três artigos deixa de modo ainda mais claro que na constituição brasileira o caráter sagrado e inviolável da propriedade privada:

Artículo 159.- Todos los habitantes del Estado deben ser protegidos en el goce de su vida, reputación, libertad, seguridad y propiedad. Nadie puede ser privado de ellos sino conforme a las leyes.

[...]

Artículo 175.- **Siendo la propiedad un derecho sagrado e inviolable, los habitantes del Estado no pueden ser privados de ella ni gravados en sus facultades, sino en los casos establecidos por la ley.**

[...]

Artículo 178.- Ninguno será obligado a prestar auxilios de cualquier clase para los ejércitos ni a franquear su casa para alojamiento de un cuerpo o individuo militar sino de orden del Magistrado civil, según la ley. El perjuicio que en este caso se infiera al propietario será indemnizaciones competentemente por el Estado. (ARGENTINA, 2010, p. 17, grifo nosso).

Em ambos os casos o que ocorreu foi uma concentração de terras na mão de uma elite agrária. No Brasil o que ocorreu foi uma explosão de latifúndios improdutivos, já existentes anteriormente como demonstra Motta (2012). A classe dos latifundiários nutre seus ganhos através de um rentismo não produtivo, o qual se baseia na terra como equivalente de valor, afim de obter hipotecas para o investimento no mercado financeiro. Na Argentina isto não ocorreu. Com a frente do país nas mãos de uma elite urbana liberal, ainda que as terras tenham ficado sob propriedade de uma elite rural, a obrigação do cultivo se dava *de facto*. Ocorria então, desde sua conformação como país, uma sujeição do trabalho e da renda camponesa por parte tanto da elite proprietária quanto da elite urbana. Contraditoriamente, o Império Brasileiro, majoritariamente conservador, acabou por aprofundar a questão agrária nacional, enquanto a Republica Argentina, notadamente liberal, acabou com manter a sua questão agrária estancada até os anos 1930.

Este caráter liberal no que concerne a propriedade privada ainda é latente na Argentina. Ao analisarmos a Constituição Argentina (ARGENTINA, 2010) e o novo código civil (2015) é notável a ausência de qualquer limite à propriedade privada da terra. Indo além, a própria menção à função social da terra é inexistente no país. O artigo 14 da constituição versa sobre o direito de todo argentino ter propriedade privada, e o artigo 17 estabelece que:

ARTÍCULO 17.- **La propiedad es inviolable**, y ningún habitante de la Nación puede ser privado de ella, sino en virtud de sentencia fundada en ley.

La expropiación por causa de utilidad pública, debe ser calificada por ley y previamente indemnizada. Sólo el Congreso impone las contribuciones que se expresan en el artículo 4. Ningún servicio personal es exigible, sino en virtud de ley o de sentencia fundada en ley. Todo autor o inventor es propietario exclusivo de su obra, invento o descubrimiento, por el término que le acuerde la ley. La confiscación de bienes queda borrada para siempre del código penal argentino. Ningún cuerpo armado puede hacer requisiciones, ni exigir auxilios de ninguna especie (ARGENTINA, 2010, s/p, grifo nosso).

Com tal artigo fica evidente que a propriedade da terra, neste país, tem caráter exclusivo e muito bem enraizado na mão do proprietário. Na leitura do código civil argentino (ARGENTINA, 2015), diversos artigos versam sobre a

propriedade, delimitando apenas que a relação de trabalho deve ser respeitada, entre patrão e empregado, sob juízo de pena caso desrespeitada, cabendo somente nesse caso a desapropriação. É a propriedade como direito natural, absoluto e sagrado.

No ano de 2011, porém, a Argentina construiu sua primeira lei de terras, a Ley 26.737 (ARGENTINA, 2011). Seu objetivo principal era o combate à estrangeirização das terras. Mas o mais importante de tal lei é que a mesma institui a necessidade e obrigação de se criar um cadastro nacional de terras, o qual inclui o cadastro de títulos, posse e domínio, como está explicado no artigo 2º da citada lei.

ARTICULO 2º — Configura el objeto de la presente ley:

a) Determinar la titularidad, catastral y dominial, de la situación de posesión, bajo cualquier título o situación de hecho de las tierras rurales, y establecer las obligaciones que nacen del dominio o posesión de dichas tierras, conforme las previsiones de la presente ley;

b) Regular, respecto de las personas físicas y jurídicas extranjeras, los límites a la titularidad y posesión de tierras rurales, cualquiera sea su destino de uso o producción. (ARGENTINA, 2015, p. 1-2)

A partir da própria lei argentina, vemos a inexistência de qualquer garantia ao camponês, à sua propriedade ou posse da terra. Até pouco mais de uma década o próprio campesinato era negado ou ignorado em pesquisas acadêmicas e pelo Estado Argentino, como ressalta Barbetta et al (2012). A presença e permanência camponesa na terra se deu pela resistência desta classe e pela sua marginalidade extrema. Marginalidade frente o avanço do capital pelo país, uma marginalidade que também se dá na esfera territorial, ou seja, o campesinato ficou nas margens do centro econômico e social argentino. O aspecto liberal da jurisdição argentina somente tende a segregar sua vida. Guardados os possíveis anacronismos na transposição da afirmação, o Estado Argentino em muito se assemelha ao Estado Britânico, conforme tratado por Thompson (1987, p. 21) em “Senhores & Caçadores”:

O estado britânico, concordavam todos os legisladores do século 18, existia para preservar a propriedade,

incidentalmente, as vaidades e liberdades dos proprietários. Mas existem varias maneiras de se defender a propriedade, e em 1700 ela ainda não estava cercada de leis capitais por todos os lados. Ainda não era corriqueiro que, a cada sessão, o legislativo atribuísse a pena de morte a novos tipos de delito.

Ou seja, o Estado argentino como estrutura nasce e constrói sua constituição para garantir as liberdades dos proprietários fundiários. Tem no desenvolver de sua história a prática de criar leis para garantir essa propriedade e também de punir aqueles que são contra a mesma.

O Estado, a constituição e todo o arcabouço jurídico platino seguem essa premissa. Ainda há uma naturalização extrema da propriedade e uma defesa da classe dos proprietários. Inclusive há no país um mito da construção nacional a partir de uma agroindústria. Não existe qualquer menção ao campesinato. A única garantia de defesa de seus territórios é a presente no inciso 17 do artigo 75 da constituição argentina, o qual trata dos direitos dos povos indígenas ou originários argentinos¹². Isto posto, sabemos a partir de Romano (2010, 2012) e Zubrzycki (2002) que os *campos comuneros* resistem ainda no norte argentino graças a essa garantia constitucional: o direito de manutenção de territórios tradicionalmente ocupados, com cultura própria e modos de vida diferenciados. O campesinato, na figura de seu movimento social, o Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI) sabe da fragilidade desta garantia. Romano (2010), inclusive, discute a necessidade da Argentina elaborar uma lei que contenha a função social da terra para ao menos amenizar o monopólio da terra e defender a propriedade camponesa da terra, visto que a Ley 26.737 apenas visa a regularização das terras, não a reforma agrária.

Ainda sobre o caso argentino, Canedo (2015) nos traz o elemento da herança como fator importante no uso comum platino. De acordo com a autora, ocorreu uma desarticulação das terras de uso comum no país graças a uma titulação perversa, a qual visava não a manutenção desse caráter de regulação e produção do espaço mas sim a disponibilização de tais propriedades no mercado de terras, para poderem ser incorporadas a grandes latifúndios. Como resultado houve o fim quase que total do uso comum justamente na região

¹² Com essa lei diversas comunidades campesinas acabam por tentarem se enquadrar como povos originários com o objetivo da manutenção de suas terras.

agrícola mais produtiva e de presença mais antiga da agricultura capitalista na Argentina, a região chamada de Litoral, que consiste das províncias de Entre Ríos, Misiones e Corrientes, todas fronteiriças com os três estados do sul do Brasil.

A titulação perversa na Argentina concentrou a terra nas mãos de poucos e fez com que o padrão de rentismo naquele país fosse o da sujeição da renda da terra camponesa ao capital. Especificamente, foi realizado todo um trabalho estatal e das classes burguesa e de proprietários de terra com a função de solapar a autonomia relativa do campesinato. Ao longo do tempo foi-se arrancando os saberes ancestrais de cultivo da terra. O campesinato argentino ficou então refém de sua produção em pequena escala de gado para os proprietários de terra ou do Estado. Com a perda de seus saberes de cultivo, foi-se limando sua autonomia relativa, deixando estes dependentes da compra de seu gado pelos proprietários ou pelo Estado. Está foi à forma de que estes camponeses garantiam o pagamento das terras que por eles eram arrendadas.

No Brasil o processo foi diferente. Com o embasamento em Motta (2012), podemos colocar que haviam disputas internas na coroa em relação à terra. Segundo a autora, desde o início existia uma dissociação entre a propriedade e a exploração da terra (MOTTA, 2012, p.55), sendo que este direito, o de propriedade, nunca se sobressaía ao direito do rei sobre suas terras.

Isso significava afirmar que o direito à posse não poderia se sobrepor ao direito do rei sobre suas terras, mas também é importante notar que ela não poderia impor o pagamento de renda em dadas sesmarias.

Assim, em consonância aos princípios definidos nas várias legislações antigas, a posse imemorial adquiria o status de domínio, pois se presumia que ela havia sido adquirida por “títulos originais que o tempo o tem consumido” ela pressupunha ainda “a graça em tudo o que é concessível” e a “boa fé” (MOTTA, 2012, p. 67).

Nesta passagem da autora fica claro a possibilidade de burla da lei. A presunção de que as terras haviam sido adquiridas de modo legal, num passado distante, remetem a uma prática corriqueira de registro de posse de maneira irregular. Existia, além disto, uma discussão sobre a “insegurança” que

a posse, trazia aos seus respectivos donos. Isto era utilizado como argumento para o não cultivo das terras por parte dos que tinham sua posse legal. O bloqueio ao acesso a terra por parte do campesinato, como nos ensina Martins (2015), se dava via legal e via costumeira: legal pois a terra só era cedida a uma elite, costumeira pois era de entendimento geral que cabia o camponês e sua família o papel de agregados do latifúndio, conseqüentemente, de garantir o surgimento de uma concorrência baseada no trabalho livre. Apesar disto, o campesinato da colônia utilizava dos mesmos argumentos para almejar a tão sonhada terra de trabalho:

Construir um ordenamento jurídico que atendesse ao espírito da Lei da Boa Razão não podia implicar em fazer tábula rasa de uma série de leis, alvarás que – malgrado intenções futuras – legitimavam, de uma forma ou de outra, a ação dos lavradores, muitos deles empobrecidos por disputas jurídicas custosas. Além disso, nos embates sobre o direito, os camponeses acionavam o passado (inventado ou não, pouco importa) para legitimar – naquele presente – o seu direito à terra. Os memorialistas insistiam em se referir à noção de boas leis do reino, mas é possível que os camponeses também tivessem alguns princípios legais a serem lembrados para consagrar aquilo que consideravam ser seu (MOTTA, 2012, p. 69)

Isto demonstra que já no período colonial existia um bloqueio ao acesso à terra para uma classe em específico. Qualquer tentativa de acesso era bloqueada. No período anterior à independência já tinham sido iniciadas as estratégias na própria elite para naturalizar a ideia da propriedade territorial como inviolável e sem limites, em detrimento do uso comum da terra, prática usual do campesinato a época. Se o campesinato se formava nas margens das grandes fazendas escravagistas, isto era feito por meio da construção de territórios de uso comum e produtivos. À revelia da lei, ou não, este campesinato cumpria a essência da posse sesmarial: a terra ser produtiva para o abastecimento das cidades, algo que as grandes fazendas apenas algumas vezes faziam. Logo, a manobra para barrar a produção deste campesinato se deu seguindo os preceitos do nascente liberalismo europeu

A defesa de um costume de posse comum que se perdia no processo de individualização da propriedade agrária era o resultado de uma luta posteriormente perdida pelos camponeses do mundo moderno, malgrado as diferentes formas de contestação ocorridas, em várias partes. O reconhecimento do costume cujos pilares eram identificados em 1642 por Coke – uso comum e posse imemorial – e por

Carter, em 1696, em quatro pilares – “antiguidade, constância, certeza e razão” – eram recorrentes em vários países, na intenção de definir e posteriormente aprisionar o costume nas leis nacionais.

A propriedade fundiária se subordinava cada vez mais aos contratos, ao assumir qualidades e funções do capital, e, ao mesmo tempo, e em seu nome, consagrava-se a propriedade individual, minando os direitos comuns e de uso das camadas mais baixas da população (MOTTA, 2012, p. 72-73).

É justamente com a passagem forçada da terra à categoria de mercadoria, como um equivalente de valor, como renda capitalizada, que o acesso a esta pela camada mais pobre e subordinada, o campesinato, torna-se ainda mais difícil. No Brasil, mais que difícil, torna-se exceção o acesso a terra pelo campesinato. A concessão sesmarial era um processo político, que submetia o camponês e sua renda às mãos de uma elite agrária. Não era, portanto, um processo territorial no sentido jurídico do termo.

Em nome da Coroa, instituía-se um documento de propriedade, sem comprovação alguma em relação à medição e demarcação das terras e o cultivo, apenas um parecer anexado ao requerimento, no qual o juiz ou tabelião atestava a medição e demarcação das terras anteriormente feitas. O encaminhamento burocrático havia pressuposto que o sesmeiro tivesse de fato cumprido as determinações dos alvarás e provisões régias. Em outras palavras, a Chancelaria reconhecia um direito e referendava um processo anterior que, em tese, correspondia ao cumprimento das determinações expressas na lei. Nesse sentido, a despeito do adensamento dos conflitos e denúncias que chegavam ao Conselho Ultramarino, a concessão mantinha-se atrelada à noção de que ela era – antes de tudo – uma concessão política, e não territorial. A Coroa consagrava um documento – a carta de sesmaria -, expressão do poder dos terratenentes que, ao se submeterem aos procedimentos legais para a concessão, tiveram por graça um documento de propriedade (MOTTA, 2012, p. 145).

O processo de exclusão e usurpação das terras campesinas no Brasil data de toda sua história. Enquanto na Argentina o interesse era a manutenção de um campesinato subordinado e pagando arrendamento, no Brasil o processo interessante era sempre empurrar via expulsão o campesinato para as margens das fazendas já existentes. Ao longo das constituições existentes no país pouco muda no tocante da lei, permanecendo por um longo período a propriedade da terra entendida como sagrada, como um direito natural. É somente com a Constituição de 1934, inspirada da Constituição da República

de Weimar, que surge a possibilidade de desapropriação da propriedade com intuito de dar as massas camponesas um pouco de terra. As motivações são políticas devido a busca por um rompimento no poder da elite latifundiária do sudeste Brasileiro, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, rivais do Regime de Vargas

Constituição de 1934 (mantidos na Constituição de 1937)

Art. 113

17) **É garantido o direito de propriedade, que não poderá ser exercido contra o interesse social ou coletivo**, na forma que a lei determinar. A **desapropriação** por necessidade ou utilidade pública far-se-á nos termos da lei, mediante prévia e justa indenização. Em caso de perigo iminente, como guerra ou **comoção intestina**, poderão as autoridades competentes usar da propriedade particular até onde o bem público o exija, ressalvado o direito à indenização ulterior.

Art 130 - Nenhuma concessão de terras de superfície, superior a dez mil hectares poderá ser feita sem que, para cada caso, preceda autorização do Senado Federal. (BRASIL, 2012b, p.79; 84)

Constituição de 1946

Art. 141

§ 16. É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização **em dinheiro**, com a exceção prevista no § 1º do art. 147. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito a indenização ulterior.

Art 147 - **O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social**. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos (BRASIL, 2012c, p. 81; 85, grifos nosso).

Ambos documentos trazem o pressuposto da desapropriação para o bem-estar social e limitam a propriedade fundiária. O primeiro no que concerne o bem estar coletivo, inserindo a questão da desapropriação. O segundo documento traz a ideia mais clara de função social da terra, onde o interesse social tem importância. Ainda neste se faz presente o mecanismo de indenização em dinheiro do Estado para com os proprietários de terras desapropriadas. Destacamos tais pontos, pois a Constituição argentina não

traz nem a questão da função social e nem mesmo a limitação da área da propriedade. O que podemos compreender aqui é uma manobra antiliberal – no papel – na escrita da Constituição, ou seja, uma desconstrução da propriedade como direito natural e absoluto, ideal tão caro ao pensamento liberal. De 1934 até 1964 o país passa pela constituição de 1937, de cunho autoritário, que é nada mais que a carta magna de 1934 desfigurada e a constituição de 1946, que retorna com algumas atualizações desta última. A pressão pela Reforma Agrária cresce, as ligas camponesas, ligadas ao PCB, se espalham pelo país e a questão agrária ganha centralidade na discussão do Brasil. Isto culmina com o discurso da Central do Brasil, proferido pelo presidente de centro-esquerda João Goulart, onde o mesmo proclama que será realizada a Reforma Agrária. Isso serve de estopim para o golpe militar e instauração da ditadura, ainda em 31 de março de 1964. Com a Ditadura, é criado o Estatuto da Terra. Nele a ideia de função social ganha musculatura na forma da lei. Cabe destacar, porém, que ele não foi aplicado realmente, como já destacava Oliveira (1981), foi criado na realidade como letra morta, somente com o objetivo de “acalmar” aqueles que estavam ansiosos pela Reforma Agrária. O Estatuto da Terra traz a seguinte compreensão de acesso à terra:

Art. 2º É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei.

§ 1º A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente:

a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;

b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;

c) assegura a conservação dos recursos naturais;

d) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivam. (BRASIL, 2014, p. 1, grifo nosso)

Após 21 longos anos de Ditadura Militar (1965-1985), através de eleições indiretas é eleito o primeiro presidente civil desde o golpe. Durante este período da história do país, o avanço do latifúndio sobre terras camponesas se deu com apoio do Estado, ainda que o Estatuto da Terra existisse. É somente com a constituinte e com seu produto, a Constituição de 1988, que o ponto da Reforma Agrária volta a ser discutido na esfera do Estado

brasileiros.. Ressaltamos que a elaboração dos artigos da constituição referentes a terra foi uma vitória da classe camponesa e trabalhadora perante o embate com a burguesia e os proprietários de terra. Não foi uma dádiva vinda de cima para baixo, mas sim resultado da pressão e da luta que ocorria no campo. Foi esta pressão que garantiu a defesa e a permanência e a exigência, ainda que nem sempre observada, do cumprimento da função social da terra na referida Constituição Federal até hoje em vigor:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes

XXII - é garantido o direito de propriedade;

XXIII - **a propriedade atenderá a sua função social;**

Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:

I - a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;

II - a propriedade produtiva.

Parágrafo único. A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos à sua função social.

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (BRASIL, 2012d, p. 55; 143)

Apesar de em todo este levantamento aqui feito ser notável a ideia, no caso brasileiro, da função social da terra, de limitações no tocante à área da propriedade fundiária, não existe qualquer lei que garanta a permanência do camponato em seus territórios. O camponês posseiro ou o camponês proprietário não têm garantias legais que lhe permitam se manter na terra e assim evitar sua expulsão, expropriação ou pressão para saída, seja pelo roubo de sua posse via grilagem, seja pela pressão exercida pelo mercado de terras.

Em outras palavras, o mecanismo criado na Constituição de 1988 para a Reforma Agrária acaba por, na prática, funcionar de maneira melhor somente para os camponeses sem terra e não para aqueles que já possuem a posse. Destacamos que este funcionamento para os sem terra já é problemático e com diversos entraves e dificuldades, logo para os posseiros ele inexistente na prática. Ainda que seja garantida também a reforma agrária para posseiros e camponeses com menos hectares de terra do que o módulo rural do município onde se encontram, isto é pouco aplicável pelo Estado e totalmente desconhecido dos camponeses. Portanto, no período de 1988 a 2004 tem-se um vazio legal na garantia da terra para o campesinato posseiro ou para o campesinato pequeno proprietário.

Isto se modifica, no caso brasileiro, no Decreto 5051 de 2004, que versa sobre a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Para se enquadrarem nesta brecha jurídica, diversos grupos camponeses acabam por construir em torno de suas semelhanças identidades particulares. É neste bojo que surgem diversos grupos que se identificam como Povos e Comunidades Tradicionais, a fim de terem alguma garantia legal para permanecerem em seus territórios. Os faxinalenses no estado do Paraná se agarram a este decreto como maneira de garantirem suas terras, mesmo com toda fragilidade jurídica que isto garante.

Os camponeses faxinalenses construíram sua identidade com a finalidade de serem amparados por tal lei. Foi uma construção política e que acaba por desembocar na realidade, como analisaremos mais a frente, uma construção que partiu de lideranças camponesas, intelectuais e políticos mais a esquerda que acabaram por criar uma identidade que foi inserida de cima para baixo nas comunidades. Tanto a convenção 169 quanto o decreto contam com textos controversos. A convenção, que data de 1989, apresenta-se como marco de defesa de territórios de povos aborígenes e tribais. Os camponeses faxinalenses se ancoram em uma brecha legal contida no artigo 1º, item 2, o qual, apesar de limitar a aplicabilidade da convenção, abre espaço para a possibilidade de acesso à terra por parte de outros grupos:

1. A presente convenção aplica-se:

a) aos povos tribais em países independentes, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial;

b) aos povos em países independentes, considerados indígenas pelo fato de descenderem de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas.

2. A consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção.

3. A utilização do termo "povos" na presente Convenção não deverá ser interpretada no sentido de ter implicação alguma no que se refere aos direitos que possam ser conferidos a esse termo no direito internacional (OIT, 2005, p. 21, grifo nosso)

A inserção da identidade como fator determinante leva ao que Zhouiri e Oliveira (2010) tratam como a autodeclaração. Até agora tal interpretação foi utilizada pelos assim denominados Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil, que congregam diversos segmentos sociais, todos marginalizados, para garantir o reconhecimento do direito de acesso aos territórios por eles ocupados.

A Parte II da convenção se dedica à questão de terras. De início já se considera que ao falar terras, deve-se entender territórios, o que para a OIT 169 deve ser compreendido como “o que abrange a totalidade do habitat das regiões que os povos interessados ocupam ou utilizam de alguma outra forma” (OIT, 2005, p. 25). Neste ponto, considera-se que as terras dos abarcados pela convenção vão além daquelas destinadas ao cultivo, abrangendo fatores religiosos e culturais.

Artigo 13

1. Ao aplicarem as disposições desta parte da Convenção, os governos deverão respeitar a importância especial que para as culturas e valores espirituais dos povos interessados possui a sua relação com as terras ou territórios, ou com ambos, segundo os casos, que eles ocupam ou utilizam de alguma maneira e, particularmente, os aspectos coletivos dessa relação.

2. A utilização do termo "terras" nos Artigos 15 e 16 deverá incluir o conceito de territórios, o que abrange a totalidade do habitat das regiões que os povos interessados ocupam ou utilizam de alguma outra forma. (OIT, 2005, p. 25, grifo nosso).

Do artigo 14 ao 17, que versam sobre os territórios, existem proposições que no caso nacional podem ser trabalhadas a partir da própria constituição e dos Planos de Reforma Agrária. Além disto, toda a questão da propriedade da terra acaba por escapar do entendimento da convenção. Escapa, pois, na origem a convenção foi criada para atender populações indígenas que tinham formas de trabalho diferenciadas. Na realidade brasileira podemos considerar que o caso dos quilombolas e sua produção coletiva, já garantidas na Constituição Federal de 1988 e também os indígenas e seus territórios seriam os grupos atendidos pelo documento. No caso argentino somente os povos originários são contemplados pela ratificação na convenção. O campesinato de maneira geral não está inserido no entendimento daquele país no que toca a OIT 169 uma vez que a propriedade é considerada absoluta perante a constituição platina. Como presente abaixo, somente no fim do ponto 1 do artigo 14, ao versar que deve ser dada atenção especial a agricultura itinerante que podemos compreender que a convenção também pode ser aplicada a camponeses e camponesas.

Artigo 14

1. Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e de posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não estejam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência. **Nesse particular, deverá ser dada especial atenção à situação dos povos nômades e dos agricultores itinerantes.**

2. Os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse.

3. Deverão ser instituídos procedimentos adequados no âmbito do sistema jurídico nacional para solucionar as reivindicações de terras formuladas pelos povos interessados.

Artigo 15

1. Os direitos dos povos interessados aos recursos naturais existentes nas suas terras deverão ser especialmente protegidos. Esses direitos abrangem o direito desses povos a participarem da utilização, administração e conservação dos recursos mencionados.

2. Em caso de pertencer ao Estado a propriedade dos minérios ou dos recursos do subsolo, ou de ter direitos sobre outros recursos, existentes nas terras, os governos deverão estabelecer ou manter procedimentos com vistas a consultar os povos interessados, a fim de se determinar se os interesses desses povos seriam prejudicados, e em que medida, antes de se empreender ou autorizar qualquer programa de prospecção ou exploração dos recursos existentes nas suas terras. Os povos interessados deverão participar sempre que for possível dos benefícios que essas atividades produzam, e receber indenização equitativa por qualquer dano que possam sofrer como resultado dessas atividades.

Artigo 16

1. Com reserva do disposto nos parágrafos a seguir do presente Artigo, os povos interessados não deverão ser transladados das terras que ocupam.

2. Quando, excepcionalmente, o traslado e o reassentamento desses povos sejam considerados necessários, só poderão ser efetuados com o consentimento dos mesmos, concedido livremente e com pleno conhecimento de causa. Quando não for possível obter o seu consentimento, o traslado e o reassentamento só poderão ser realizados após a conclusão de procedimentos adequados estabelecidos pela legislação nacional, inclusive enquetes públicas, quando for apropriado, nas quais os povos interessados tenham a possibilidade de estar efetivamente representados.

3. Sempre que for possível, esses povos deverão ter o direito de voltar a suas terras tradicionais assim que deixarem de existir as causas que motivaram seu traslado e reassentamento.

4. Quando o retorno não for possível, conforme for determinado por acordo ou, na ausência de tais acordos, mediante procedimento adequado, esses povos deverão receber, em todos os casos em que for possível, terras cuja qualidade e cujo estatuto jurídico sejam pelo menos iguais aqueles das terras que ocupavam anteriormente, e que lhes permitam cobrir suas necessidades e garantir seu desenvolvimento futuro. Quando os povos interessados preferirem receber indenização em dinheiro ou em bens, essa indenização deverá ser concedida com as garantias apropriadas.

5. Deverão ser indenizadas plenamente as pessoas transladadas e reassentadas por qualquer perda ou dano que tenham sofrido como consequência do seu deslocamento.

Artigo 17

1. Deverão ser respeitadas as modalidades de transmissão dos direitos sobre a terra entre os membros dos povos interessados estabelecidas por esses povos.

2. Os povos interessados deverão ser consultados sempre que for considerada sua capacidade para alienarem suas terras ou transmitirem de outra forma os seus direitos sobre essas terras para fora de sua comunidade.

3. Dever-se-á impedir que pessoas alheias a esses povos possam se aproveitar dos costumes dos mesmos ou do desconhecimento das leis por parte dos seus membros para se arrogarem a propriedade, a posse ou o uso das terras a eles pertencentes (OIT, 2005, p 25.).

Grosso modo, a convenção acaba por versar de modo semelhante ao que a Constituição Brasileira tece sobre os povos indígenas e quilombolas, uma vez que ambos tratam da defesas do território e das práticas ali realizadas pelas populações que o constroem. A partir dos grifos acima, apenas os dois primeiros são de interesse e tem função para os faxinalenses, por exemplo. A transmissão de terras e a posse não tem características tradicionais (ou originárias, como se trata entre os *campesindios* latinos). O direito consuetudinário sim, age entre a classe camponesa como um elemento importante de seu modo de vida, porém, não de maneira estática, como a convenção dá a entender, uma vez que para se en

Com o Decreto presidencial 5051 de abril de 2004 (BRASIL, 2004) se ratifica no país a convenção 169 da OIT, colocando em exercício o conteúdo deste documento e condicionando a criação de uma outra lei para legalizar tais práticas. Com o Decreto 6040, de fevereiro de 2007 (BRASIL, 2007) então se institui no país a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Destacamos que o referido decreto leva especialmente em conta dois artigos da Convenção, os quais constam no Decreto 6040 e são apresentados assi:

Artigo 19

Os programas agrários nacionais deverão garantir aos povos interessados condições equivalentes às desfrutadas por outros setores da população, para fins de:

a) a alocação de terras para esses povos quando as terras das que dispunham sejam insuficientes para lhes garantir os elementos de uma existência normal ou para enfrentarem o seu possível crescimento numérico;

b) a concessão dos meios necessários para o desenvolvimento das terras que esses povos já possuam.

Artigo 34

A natureza e o alcance das medidas que sejam adotadas para por em efeito a presente Convenção deverão ser determinadas com flexibilidade, levando em conta as condições próprias de cada país (OIT, 2005)

A PNPCT leva em conta justamente o item b do artigo 19 e a possibilidade de limitação e flexibilização da convenção perante as “condições próprias de cada país”. Se o direito ocidental tal como conhecemos nasce na aristocracia romana, ele é depois tomado de assalto pela burguesia revolucionária francesa (JAMES, 2000) e serve de proteção tanto ao Estado quanto à burguesia. Isso serve especialmente para o entendimento do que significa “as condições próprias de cada país”, estabelecido pela convenção. Elas podem ser entendidas de maneira livre, e na construção da PNPCT a compreensão foi política. Logo, o decreto busca um desenvolvimento sustentável, que garanta aos Povos e Comunidades Tradicionais acesso à infraestrutura, cidadania e ao pleno exercício de suas atividades econômicas. Além disto, se apresenta a garantia de seus territórios, sem especificar como isto será realizado. Em outras palavras, a PNPCT busca somente garantir direitos já reconhecidos na constituição a todos os brasileiros, não fazendo nenhum grande avanço, exceto um avanço do Estado sobre estes territórios afim da implementação de projetos de desenvolvimento. É uma proposta conciliadora para o avanço de grandes obras como mineração, estradas, centrais hidroelétricas, linhas de transmissão, ou ainda fonte de saberes ancestrais a serem mercantilizados. Abaixo estão as cinco vezes que são citados os Territórios ao longo de todo o Decreto, mostrando seu caráter verdadeiro e esvaziado.

Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por:

I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam **territórios** e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

II - **Territórios** Tradicionais: os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz

respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações;

[...]

OBJETIVO GERAL

Art. 2º A PNPCT tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus **direitos territoriais**, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Art. 3º São objetivos específicos da PNPCT:

I - garantir aos povos e comunidades tradicionais seus **territórios**, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica;

II - solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de Unidades de Conservação de Proteção Integral em **territórios tradicionais** e estimular a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável; (BRASIL, 2007, s/p)

O Decreto é norteado pela questão identitária. Não há nele garantias ou mecanismos reais de obtenção de terras por parte daqueles a que ele se destina. A questão da propriedade da terra é ausente ao largo de sua redação, embora seja a terra tradicionalmente ocupada, o verdadeiro alvo do ataque da grilagem e do avanço do agronegócio. Criou-se assim um paradoxo: é possível ser auto-identificado como faxinalense e não ter terra alguma.

A OIT 169 e o Decreto Federal servem de ancoradouro para as políticas de desenvolvimento em âmbito nacional. Apesar de terem sido construídas a partir da pressão dos movimentos sociais desses assim auto-denominados Povos e Comunidades Tradicionais, tais políticas pendem para uma mera intervenção governamental nas comunidades. No caso dos camponeses faxinalenses, já existia no estado do Paraná uma lei que os contemplava, mas que não garantia terra para os mesmos. O Decreto Estadual 3446 de 1997 (PARANÁ, 1997), construído de cima para baixo, partindo do Estado para as comunidades, foi o primeiro a tratar desses sujeitos. A construção do decreto está inserida num contexto de ápice da primeira fase neoliberal do país, tendo na figura do governador do Paraná, Jaime Lerner,

uma figura emblemática, que combinava a ideia de um liberalismo modernizante e ambientalista ao largo do estado. Ainda neste mesmo contexto tinham nas figuras de Hitoshi Nakamura e Hermas Brandão, Secretário do Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Secretário do Estado de Agricultura e Abastecimento, uma dupla que congregava de um lado o ambientalismo e, de outro, o agronegócio, de mãos dadas.

Sendo assim, o Decreto 3446 acabou por compreender as comunidades camponesas faxinalenses como meras unidades de preservação ambiental. Sob tal perspectiva, os conflitos fundiários pouco interessaram, e as comunidades passaram a ser entendidas como reservas naturais, como contrapartida ao agronegócio paranaense que, nos anos 1990, terminava de destruir o que havia restado da mata de araucária. A leitura da lei possibilita tal compreensão:

Art. 1º - Ficam criadas no Estado do Paraná, as Áreas Especiais de Uso Regulamentado - ARESUR, abrangendo porções territoriais do Estado caracterizadas pela existência do modo de produção denominado "Sistema Faxinal", com o objetivo de criar condições para a melhoria da qualidade de vida das comunidades residentes e a manutenção do seu patrimônio cultural, conciliando as atividades agrosilvopastoris com a conservação ambiental, incluindo a proteção da "araucaria angustifolia" (pinheiro-do-paraná).

§ 1º - Entende-se por **Sistema Faxinal**: o sistema de produção camponês tradicional, característico da região Centro-Sul do Paraná, que tem como traço marcante o uso **coletivo** da terra para produção animal e a conservação ambiental. Fundamenta-se na integração de três componentes: a) produção animal coletiva, à solta, através dos criadouros comunitários; b) produção agrícola - policultura alimentar de subsistência para consumo e comercialização; c) extrativismo florestal de baixo impacto - manejo de erva-mate, araucária e outras espécies nativas (PARANÁ, 1997, grifo nosso).

Alguns pontos são interessantes de serem destacados. O primeiro é o entendimento das comunidades faxinalenses como um sistema. Isso se dá visto que a fonte para a construção de tal decreto foi o trabalho de Chang (1988), pioneira nos estudos sobre faxinais, que hipotizava a desagregação de tais comunidades em curto espaço de tempo (vinte anos), ignorando o modo de vida e construção classista destes camponeses. Outro ponto, muitíssimo debatido e refutado pelos camponeses faxinalenses, é a questão do decreto descrever o uso da terra como coletivo. Desde nossos primeiros contatos com

os camponeses das comunidades faxinalenses, ainda nos idos de 2007, as críticas a essa afirmação sempre estiveram presentes. Para os camponeses, trata-se de uso comum. Entendem o uso coletivo como todos trabalhando em conjunto, com cultivos e produtos divididos igualmente no fim. E isto não existe nestas comunidades. O que existe é um uso compartilhado da terra, com normas e regras construídas no tempo e nos territórios, que variam também temporalmente e territorialmente.

Existe portando uma terra em comum, um trabalho por vezes em comum, mas os frutos desse uso e/ou trabalho em comum não são apropriados em comum, são familiares. No que toca aos cultivos, realizados nas terras de plantar, estes estão tanto fora das terras de uso comum como também fora de uma solidariedade maior, de um trabalho em comum. Estas são trabalhadas quase que absolutamente pelo núcleo familiar. Logo, as terras que seriam contempladas pelo Decreto seriam somente aquelas do criadouro comunitário. Terras em uso comum, com mata de araucária e local de vida e criação de animais por parte desta fração do campesinato. Isso nos leva a três pontos conflitantes que o Decreto criou.

O primeiro deles é a confusão jurídica acerca do que se entende por 'sistema faxinal'. A aplicação do decreto e a criação de Áreas Especiais de Uso Regulamentado – ARESUR se deu em somente 28 comunidades, das mais de 227 reconhecidas no Paraná¹³. As 28 criadas, todas estão em municípios onde a prefeitura tem apoio político junto das comunidades. Três mais foram criadas no fim de 2010, ainda no governo de Roberto Requião, mas com somente seis dias empossado governador, Beto Richa revogou estas três ARESUR's. Passados vinte e dois anos do decreto, ele não funciona *de facto*. Sua função principal era de criar áreas de preservação ambiental e consequente pagamento de ICMS ecológico para as comunidades realizarem a manutenção da mata. Mas ele serviu e serve somente como horizonte para os camponeses em sua luta incessante pela manutenção de seus territórios via o recebimento do dinheiro deste ICMS. O segundo ponto está imbricado com a questão fundiária. Não houve qualquer movimento governamental que visasse à regulamentação fundiária destas terras. A insegurança jurídica permaneceu e

¹³ Ainda que o Instituto Ambiental do Paraná só reconheça 44.

permanece como padrão nas terras destes camponeses. A aplicabilidade das ARESUR foi sempre atrelada, por parte do Estado, à regulamentação fundiária. Com isso se bloqueou o processo de implementação das ARESUR, uma vez que a regulamentação e a mediação de conflitos nunca foi realizada pelo próprio Estado. O terceiro ponto é um conflito que Campos (2011) já havia indicado: o isolamento dos camponeses faxinalenses às fronteiras do estado do Paraná. O próprio Tavares (2008) em sua tese sobre os camponeses faxinalenses faz uma análise da possível origem destas comunidades. Ele apresenta a Guerra do Contestado como uma das fontes de camponeses para as comunidades. A guerra ocorreu na área fronteira entre Paraná e Santa Catarina e a presença de comunidades que fazem o uso comum da terra se fez e se faz presente em ambos os estados. O isolamento da identidade e do entendimento de que os faxinais são um produto paranaense se dão principalmente depois do decreto de 1997.

O Decreto e os movimentos camponeses faxinalenses acabaram por se fecharem em torno das fronteiras do estado. Forjou-se por parte dos camponeses uma identidade que tinha como pressuposto básico a localização no Paraná. Com isto, perdeu-se a possibilidade histórica de, em conjunto com camponeses de Santa Catarina, criar uma organização interestadual de luta conjunta.

Pouco mais de dez anos após a elaboração do Decreto, sob pressão da APF, o governo do Estado do Paraná elabora a Lei 15673, que dispõe sobre o reconhecimento do Estado sobre a existência dos faxinais e de sua territorialidade específica.

Art. 1º O Estado do Paraná reconhece os Faxinais e sua territorialidade específica, peculiar do estado do Paraná, que tem como traço marcante o uso comum da terra para produção animal e a conservação dos recursos naturais. Fundamenta-se na integração de características próprias, tais como: a) produção animal à solta, em terras de uso comum; b) produção agrícola de base familiar, policultura alimentar de subsistência, para consumo e comercialização; c) extrativismo florestal de baixo impacto aliado à conservação da biodiversidade; d) cultura própria, laços de solidariedade comunitária e preservação de suas tradições e práticas sociais.

Art. 2º A identidade faxinalense é o critério para determinar os povos tradicionais que integram essa territorialidade específica.

Parágrafo Único. Entende-se por identidade faxinalense a manifestação consciente de grupos sociais pela sua condição

de existência, caracterizada pelo seu modo de viver, que se dá pelo uso comum das terras tradicionalmente ocupadas, conciliando as atividades agrosilvopastoris com a conservação ambiental, segundo suas práticas sociais tradicionais, visando a manutenção de sua reprodução física, social e cultural.

Art. 3º Será reconhecida a identidade faxinalense pela autodefinição, mediante Declaração de Auto-reconhecimento Faxinalense, que será atestado pelo órgão estadual que trata de assuntos fundiários, sendo outorgado Certidão de Autoreconhecimento. Parágrafo Único. O órgão estadual responsável deverá comunicar o reconhecimento da identidade faxinalense à Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, criada por Decreto Federal em 27 de dezembro de 2004, alterado pelo Decreto de 13 de julho de 2006.

Art. 4º As práticas sociais tradicionais e acordos comunitários produzidos pelos grupos faxinalenses deverão ser preservados como patrimônio cultural imaterial do Estado, sendo, para isso, adotadas todas as medidas que se fizerem necessárias. (PARANÁ, 2007)

Cunhada sob o governo de Roberto Requião, que tinha como premissa o fortalecimento do campesinato através de diversas políticas públicas, a lei para os faxinalenses acabou sendo criada após a pressão que tanto a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses como a Rede Puxirão dos Povos Tradicionais realizaram. O resultado acabou sendo um reconhecimento pelo Estado especificamente da identidade faxinalense. A lei em momento algum, assim como o decreto de 1997, entra na questão territorial, fundiária. Há um reforço do que já elencamos ao tratar do Decreto presidencial e da OIT 169: a possibilidade de um faxinalense sem seu território. A identidade é reconhecida pela lei como manifestação das práticas territoriais de uso comum, solidariedade, cultura, manejo na natureza, etc, porém, em momento algum é feita referencia a uma solução ou alguma ação frente aos conflitos existentes que garanta a manutenção dos territórios camponeses faxinalenses em suas mãos. Além de tudo, há um destaque já no primeiro item de que as comunidades camponesas faxinalenses são uma peculiaridade paranaense excluindo a possibilidade da existência dos mesmos em terras catarinenses. Ignora-se a amplitude do uso comum e das similitudes existentes entre tais comunidades ao largo do sul do Brasil. , Foetsch (2014) faz uma análise desta situação de modo rigoroso e que conflui para o que elencamos aqui. Para a autora as diferenças existem mais na esfera da nomenclatura, não existindo na

prática: são uma fração do campesinato que constrói territórios onde a terra serve ao uso comum.

Assim, a partir da análise das leis que regem o reconhecimento destas comunidades e a forma de acesso à terra, podemos destacar Construimos este apanhado de leis com dois objetivos. Primeiro demonstrar a discrepância entre a Argentina e o Brasil no que está relacionado à propriedade da terra e as comunidades camponesas. Na Argentina temos o entendimento da propriedade fundiária como absoluta e sagrada. Cabe ao campesinato uma luta pelo acesso à propriedade e à retirada de suas terras do mercado de terras, fato que o MNCI já realiza através de sua proposta de Reforma Agrária Integral (que será debatida no capítulo 3). O caso brasileiro é mais complexo, tendo conectado à propriedade privada da terra o cumprimento de sua função social. Indo além, o entendimento de certos grupos camponeses como Povos e Comunidades Tradicionais cria uma diferenciação legal a qual gera, aparentemente, garantias legais. Contudo, tais garantias muitas vezes se concentram somente na garantia de uma identidade diferenciada, não tocando no ponto crucial: a terra. Isso nos faz trazer o ponto central que nos levou a construir este levantamento jurídico e sua análise, a questão do direito costumeiro.

1.3– Direito Costumeiro e a reprodução social camponesa em comum

Compreender as práticas que levam ao uso comum da terra vão além do mero ponto material, vão muito além da terra. Entender e analisar esta fração do campesinato é possível somente analisando o conjunto de suas ações. A reprodução material e simbólica desses sujeitos está ancorada em seu saber-fazer e em sua luta de classes. Alcançar a compreensão das motivações do uso comum se fazem somente com uma análise do modo de vida camponês, da luta de classes por ele travada e da sua compreensão do costume. Sem isto o que restaria seria ou um exercício romantizado ou um mecanicismo classista, onde o ser camponês é atrelado ao espectro meramente econômico.

Partimos então da compreensão do direito consuetudinário. No subitem anterior analisamos o arcabouço jurídico que versa sobre a propriedade fundiária. Apontamos as duas realidades distintas que o meio legal brasileiro e argentino possuem. Porém, se as diferenças existem no campo legal, as mesmas se desfazem na realidade apreendida. Tanto os camponeses argentinos quanto os brasileiros veem no uso comum algo que lhes é indispensável e não negociável. Compreendem que suas vidas, sua reprodução familiar e comunitária estão vinculadas a este modo de trabalhar com a terra. Por fim, consideram a terra como de quem nela trabalha. Não há uma visão da terra como mercadoria, mas sim como meio de vida. Questionados sobre a titulação, os camponeses argentinos nos apresentaram sua visão:

Olesko – El uso común de la tierra, para usted, necesita de alguna garantía legal como los papeles de propiedad?

No. Sin papeles. Bueno, no lo sé. Sin papeles los grandes nos robam. Con papeles la tierra es un producto de venta. Una mercancía. Humm... pero, el movimiento [MNCI] nos dice que solo una reforma agraria integral nos ayuda, solo la tierra sin valor, sola la tierra fuera del mercado. (CAMPEÑO 4, 2017)

Che, hijo... que pregunta, no? Creo que nosotros tenemos tierra, no propiedad, viste? Propiedad para yo es de los agronegocios, es de los grandes. Hacer de nuestra tierra propiedad...bueno... ella iba ser mercancía y yo soy en contra.

Pienso que nosotros tenemos nuestra manera que hacer las cosas. Nuestra sangre es del campo, mira? El vecino de acá tiene los papeles, la tierra es de su familia. Pero no es propiedad. (CAMPEÑA 3, 2017)

A questão da legalidade da terra é descartada pelos camponeses. Nas reuniões que participamos era sempre destacado que a terra não poderia entrar no mercado. A terra no mercado significaria a especulação e a pressão pela venda por parte de seus antagonistas, os proprietários de terra do agronegócio. Além disto, significaria também conflitos nas comunidades com as possibilidades de venda. A lei argentina garante o arrendamento como mecanismo de manutenção da terra, desde que trabalhada pelo campesinato. Trata-se de uma sujeição camponesa direta ao Estado, contudo garantia a terra com a família. A propriedade fundiária absoluta, a titulação, significa a inconstância, a instabilidade, a possibilidade de perda. Este fato ocorre com certos camponeses faxinalenses, especialmente aqueles que vivem na RMC.

Em pesquisa anterior (OLESKO, 2013) já relatávamos isso, e aqui podemos aprofundar tal tópico:

Temo os papel tudo de terra. Fizemo uns ano atrás. Anos 80. Tinha que fazê porque aqui é região metropolitana. Muito perto da capitar... é bão porque dá uma segurança, a terra é nossa. Não tem quem tire, né? Mas também dá umas dor de cabeça. Esses dia chegou de novo um homem oferecendo dinheiro pra plantá eucalipto. Antes era 15 mil pra duzentas muda. Agora é 70 mil por ano pra um alqueire.... o povo num faz as conta, de como é poco pataco... 70 mil. 7 ano pra cortar. 10 mil por ano. Dá menos de milão por mês... dinheiro que num dá pra nada, por que né, depois de cortar a terra num presta pra nada. (CAMPONÊS 5, 2016).

De um lado há, com a titulação, certa garantia de permanência na terra. De outro existe a pressão para a venda. Mas ainda assim o que prevalece é o uso costumeiro e a solidariedade. Em campo nos foi relatado que apesar de uma família camponesa faxinalense possuir um alqueire de terra titulado dentro do criadouro, estas terras estavam em uso comum. Inclusive com duas casas de outras famílias erguidas em “suas terras”. É, portanto, o costume se sobrepondo ao direito. Como cita Thompson:

Na interface da lei com a prática agrária, encontramos o costume. O próprio costume é a interface, pois podemos considera-lo como práxis e igualmente como lei. A sua fonte é a práxis. Num tratado sobre o aforamento do final do século XVII, ficamos sabendo que os costumes devem ser interpretados de acordo com a percepção vulgar, porque os costumes em geral se desenvolvem, são produzidos e criados entre as pessoas comuns, sendo por isso chamados de *Vulgares Consuetudines*. Para Sir Edward Cocke (1641), os costumes repousam sobre “dois pilares” – o uso comum e o tempo imemorial. Para Carter, em *Lex costumaria* (1696), os pilares já eram quatro: a antiguidade, a constância, a certeza e a razão (THOMPSON, 2005, p. 86).

O costume do camponês faxinalense ultrapassa o entendimento duro da propriedade privada como sagrada e individual. Mesmo com a terra titulada, pouco importam os limites de sua propriedade, a mesma é colocada na partilha em comum do criadouro comunitário. Algo semelhante se dá na Argentina. O campesinato platino cordobês não reconhece os limites de suas terras. Grande parte dos camponeses são posseiros, contudo, os que não o são – caso mais

específico da comunidade próxima a Cerro Colorado – colocam suas terras em uso comum com os vizinhos. Os campos comuneros são de todos aqueles que nele trabalham.

Ancestralidade e tradição. O primeiro termo nos foi falado pelos campesinos argentinos diversas vezes em terras cordobesas. Já o segundo foi repetido à exaustão pelos camponeses faxinalenses no Paraná. Entendemos que ambas têm a conotação do costume que Thompson nos ensina. Para o autor (2005, p. 89), o costume vigora no cotidiano, e é no cotidiano que este se constrói e se fortalece. É um fluxo constante, não é algo estanque. São práticas diárias que se constroem e se modificam ao longo do tempo e dos territórios. As práticas se diferenciam então no decorrer do tempo, não sendo as mesmas de duas décadas atrás por exemplo. O mesmo se dá territorialmente, por exemplo, com os camponeses das comunidades faxinalenses que têm costumes diferenciados. Enquanto nas comunidades situadas na RMC não entendem como um problema a inserção de granjas de grandes multinacionais em seus territórios, as comunidades do centro sul do Paraná consideram tal fato como um grande conflito. Esta fluidez do costume pode ser compreendida como segue:

O costume agrário nunca foi fato. Era ambiência. Talvez seja mais bem compreendido com a ajuda do conceito de *habitus* de Bourdieu – um ambiente vivido que inclui práticas, expectativas herdadas, regras que não só impunham limites aos usos como revelavam possibilidades, normas e sanções tanto da lei como das pressões da vizinhança. **O perfil dos usos do direito comum vai se alterar de paróquia para paróquia segundo inúmeras variáveis:** a economia da colheita e do gado, a extensão de terras de uso comum e das terras incultas, as pressões demográficas, os empregos da região, a presença vigilante ou ausência dos proprietários de terra, o papel da Igreja, o funcionamento rigoroso ou negligente dos tribunais, a contiguidade da floresta, dos pântanos ou áreas de caça, o equilíbrio de grandes e pequenos proprietários de terra. No contexto desse *habitus*, todos os grupos buscavam maximizar suas vantagens. Cada um se aproveitava dos costumes do outro (THOMPSON, 2005, p. 90).

O padrão é diferenciado ao longo dos territórios. Esta passagem de Thompson auxilia a explicar as diferenciações possíveis entre as comunidades camponesas por nós trabalhadas. Cabe então apresentar as práticas

camponesas que constroem esse costume e que edificam seus territórios. Destaca-se que é o costume um elementantíssimo na construção do modo de vida e da classe. Não é mero acessório, é o costume que legitima as ações camponesas. Trabalhando de modo dialético, o campesinato constrói o costume, o costume reconstrói este campesinato, que depois reelabora o mesmo costume, em um espiral de tese, antítese e síntese contínuo.

No início da pesquisa, em nossos trabalhos de campo, a pergunta inicial que era feita ao campesinato era “por que o uso comum da terra?” As respostas sempre eram vagas e nos levaram ao entendimento do costume como essencial para a reprodução temporal, social e territorial dessas pessoas. Não existe uma motivação meramente econômica ou cultural, social ou religiosa, mas sim uma mescla desses fatores, uma soma que é então construída como um costume. A legitimação vem do passado, a prática presente reconstrói a ação que, por sua vez, vislumbra a manutenção e uma melhora no futuro. Como analisam Brandt e Campos:

[...] ao se analisar a temática em discussão [direito costumeiro], considerando um período de tempo bem definido, percebemos a importância de se conjugar elementos os mais diversos, definidores de processos históricos, geográficos, antropológicos, sociológicos, econômicos e jurídicos, visto que entre a população tradicional que então habitava a região, são observadas práticas, normas e costumes que não podem ser vistos apenas pelo viés econômico. Transmitidas de geração em geração, onde a oralidade exerce uma importância fundamental, a memória legitima essas práticas, evidenciando a existência de uma cultura capaz de se autorregular, estando às vezes até oposta às normas oficiais. Costumes que incorporavam muito do que é atribuído à cultura popular, possuindo também uma íntima ligação com o direito consuetudinário, que deriva dos hábitos considerados bons, dos usos habituais, situação bastante comum entre populações tradicionais, revelados em seus hábitos, costumes e inter-relações sociais, que podem regular o acesso e uso da terra, da água ou de algum outro recurso natural, por exemplo, e que assim como as práticas de entreatuda dessa população, podiam ser reduzidos a regras e precedentes, sendo uma espécie de lei local, e que embora poderia estar registrada apenas na memória, poderiam ter força de lei. Costume que, longe de ser permanente, era um campo em constantes mudanças, reconstruções, ressignificações, fraturas e oposições, não apenas se autodefinindo, mas recebendo influências externas, assumindo variações tanto espaciais quanto temporais (BRANDT, CAMPOS, 2014, p.2).

Os elementos que a fração do campesinato aqui trabalhada realizam estão fundados na tríade terra, família e trabalho (WOORTMANN, 1987). Tudo perpassa por esses elementos. Essa tríade já foi longamente estudada pelos mais diversos acadêmicos que versaram sobre a temática camponesa. Contudo, o que nos ensina isso é não somente a teoria ou a pesquisa acadêmica, mas sim a realidade. A partir de nossos trabalhos de campo, compreendemos que para o campesinato a terra é de quem nela trabalha, nela se trabalha para se sustentar a família que, por sua vez, está ancorada na terra. Há uma correlação entre essas três categorias. Como nos ensina Woortmann (1987, p.23), essas três categorias são nucleares para os camponeses. E isto tudo é colocado na realidade de forma tanto classista, ou seja, pessoas unidas em um mesmo objetivo, história, sociabilidade semelhantes e com uma mesma forma de trabalho, quanto como prática de vida, o que corrobora o entendimento de Shanin (1983) sobre o campesinato como uma classe e um modo de vida. Sendo assim, buscamos na compreensão do direito costumeiro trabalhar com elementos da moral e da economia. O campesinato Não se baseia apenas na questão moral, como Woortmann (1987) propõe ou somente do ponto de vista econômico, como alguns marxistas realizaram, em especial Tepicht (1973).

Portanto, as práticas camponesas que nós pudemos apreender durante nossos trabalhos de campo estão fundadas nesta junção de moral e reprodução econômica. Thompson (2005) argumenta que o direito consuetudinário é o que pauta a economia moral. Os valores familiares, a história da família e da comunidade, o trabalho e a terra são, portanto, elementos que fundamentam a construção das práticas de jurisdição costumeira. Apresentamos e analisamos então as práticas que norteiam a construção dos territórios camponeses por nós pesquisados, tendo em mente que os acordos são construídos no movimento temporal e territorial e que não são estanques.

1.4 – Direitos costumeiros dos camponeses faxinalenses e comuneros

No caso da fração camponesa faxinalense suas ações se baseiam em um apanhado de práticas consuetudinárias de cunho religioso e/ou tradicional,

ou ainda em práticas de solidariedade de classe. Como apresenta Woortmann (1987, p.21-22), as práticas camponesas, ainda que variem em sua força, religiosa ou classista estando em primeiro plano, estão muitas vezes baseadas em ações de união e solidariedade.

A prática camponesa nos faxinais tem como pano de fundo, sempre, o uso comum da terra. É uma forma de manejo da terra que funciona de maneira totalmente costumeira. Não existe aparato do ponto de vista do direito positivo que discorra sobre esta prática, esta prática é baseada no costume deste campesinato e é mantido igualmente pelo costume, não pela força da lei ou por algum fator externo. Apesar da existência dos chamados acordos comunitários, que servem de documento lavrado em ata e registrado em cartório, sua criação se deu a partir do Decreto Estadual 15673, de 1997, como maneira de tentar encaixar no direito positivo os acordos praticados por esses camponeses. Não é uma prática criada desde os sujeitos, mas sim uma imposição do Estado. Significa que por vezes tais acordos são somente uma “foto” do acordo existente em dado momento, não apreendendo que tais acordos são fluídos. O que importa para o campesinato faxinalense é que o uso comum da terra seja mantido. E isso se dá na ambivalência entre modo de vida e classe. Entre o cultural e o econômico.

Em comunidades faxinalenses da RMC podemos notar a coexistência entre camponeses proprietários e camponeses posseiros. Como já relatado, um camponês proprietário cede de bom grado seu terreno para o uso comum dos vizinhos, inclusive para a construção de moradias. A explicação das motivações do uso comum nos foi dada de modo magistral por um camponês faxinalense ainda no início da pesquisa:

Oiá, fazemo o uso comum porque é o certo. Pra ajudar os compadre. Pra solidarizá com a comunidade. Pensa comigo: se divide tudo em lote, pensa só, eu podia ficá com um lote que passa o rio, o outro vizinho com o lote que tem mata, fruta, pinhão, e o outro cumpadre com um lote só de grama. Os bicho do meu lote iam ter água a vontade, mas não iam ter como pastá nem como comer as fruta. O do outro não ia ter água. Eu ia ter que comprá ração, e o camarada ia ter q abrir um poço. Então é melhor nós ser solidário, tar junto, se ajudemo pra sê melhor, mais forte. Então não temo as cerca. Sei certin onde termina minha propriedade aqui dentro. Mas num vô cerca

tudo... nunca. Deus repartiu o pão, nós reparte a terra (CAMPOÊS 6, Faxinal Meleiro, 2014).

Nesta passagem é notável a mescla de fatores religiosos e classistas: a solidariedade de classe ao lado da justificativa religiosa do repartir o pão. Tal fala é somente uma de várias outras que compartilhavam a mesma visão das motivações do uso comum da terra. A intensidade entre os dois pólos, o religioso-cultural e o classista, variam de camponês para camponês, mas ambas estão sempre presentes. Não existe uma regra para o uso comum. Este modelo de uso da terra é uma prática, não uma teoria. É importante destacar que ocorre o uso comum, não o uso coletivo da terra. Uma confusão enorme em torno disto foi feita ao longo dos anos, tanto na academia como no tocante legal. Entende-se que o uso comum é aquele onde a terra é partilhada entre várias famílias, porém o “produto” final é apropriado por cada família individualmente. Há inclusive uma grande resistência por parte dos camponeses faxinalenses em se pensar no uso coletivo. Durante as reuniões das quais participamos ao longo de nossa história com esta fração do campesinato, muitas vezes se escutou dos sujeitos de que o uso não era coletivo de jeito nenhum, inclusive destacando tal diferenciação.

Ainda mais, podemos compreender o modelo de gestão da comunidade por parte dos faxinalenses partindo de uma dualidade que se complementa: **as terras de plantar e as terras de criar (criadouro)**. As primeiras localizadas fora do que é agora comumente chamado de faxinal¹⁴, são destinadas ao cultivo de gêneros agrícolas e de uso familiar (individual). As terras de criar, por sua vez, são que estão em partilha, em uso comum. Entre 2012 e 2014 ocorreu uma disputa dentro do próprio movimento, onde se tentou colocar em pauta o entendimento de que existiram *terras de faxinais*, as quais seriam o conjunto das terras de plantar e do criadouro comunitário. Algumas lideranças tentaram levar isto a cabo com o objetivo de garantirem uma porção de terra maior em possíveis transformações das terras em Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Reservas Extrativistas (RESEX) ou em AREUR's, contudo a maioria dos camponeses faxinalenses discordou de tal

¹⁴ Destacamos que antes da emergência da APF os faxinais recebiam diversas nomenclaturas distintas, que variam de região para região do Paraná, como: criatórios, caívas, criadouros, matão. Agora se unifica o entendimento de que o criadouro comunitário é sinônimo de faxinal.

movimento e seguiu considerando somente o criadouro como sendo faxinal. As terras de plantar são, portanto, uma terra acessória, que serve para produção para de cultivos para venda externa, terras de propriedade familiar, inseridas inclusive fora do criadouro comunitário. Ocorre inclusive de certos faxinalenses da região centro-sul do estado do Paraná terem suas terras de plantar arrendadas para o monocultivo de soja, ou de destinarem essas terras ao monocultivo da soja através da inserção da família em alguma cooperativa. Entendemos estes arrendamentos ou o monocultivo realizado pela própria família camponesa como um movimento de autonomia e de necessidade para gerar a manutenção digna do consumo familiar.

Sendo assim, o que cabe à análise é o criadouro comunitário. Ali os animais são criados soltos, cabendo ao dono destes marcá-los das mais diversas maneiras para saber quais lhes pertencem. Uma característica marcante dos faxinais é divisão entre as terras de plantar e o criadouro comunitário. Antes da chegada do imigrante europeu, a divisão entre essas terras era feita por buracos no chão, os chamados valos, conforme afirma Tavares (2008). Após a vinda destes, as cercas tornaram-se o marco divisório. A cerca é necessária pois os animais são criados soltos no criadouro e é preciso conter o avanço deles na lavoura, a qual está situada nas terras de plantar.

Alguns camponeses faxinalenses, contudo, destacam que quem sabe quem é dono dos animais são os próprios animais, que ao final do dia retornam para os locais onde sabem que serão alimentados ou estarão protegidos. Tal prática parece ter pouca veracidade, porém ela foi constatada em nossos trabalhos de campo. Especialmente os porcos, que não conseguem se sustentar somente com o pasto e com as frutas dos criadouros, retornam todos os dias para seus donos em busca de um reforço na sua alimentação.

As criações são mantidas todas soltas, independente do tamanho. Equinos, bovinos, suínos, aves, ovinos e por vezes caprinos circulam livremente pelo criadouro comum. Existe igualmente um acordo entre os camponeses caso algum animal seja abatido por engano. O dono deste deve ser indenizado, com um animal do mesmo porte. A importância da criação

animal é muito grande para estes camponeses. Tavares analisa isto a partir da própria realidade faxinalense:

A produção animal sempre desempenhou um papel importante na economia camponesa, principalmente na fração da classe camponesa de menor condição material para se reproduzir enquanto classe. Primeiro, porque para a maioria dos camponeses, a produção animal não tem como objetivo a acumulação de lucro. Como agricultura camponesa, a criação doméstica tem o objetivo, em primeiro lugar, complementar as necessidades de proteína e lipídio de fonte animal. Em segundo lugar, a criação de animais, no caso do porco, desempenha o papel de pecúlio ou poupança. O camponês vende parte de sua produção ao longo do ano para suprir suas necessidades frente às despesas eventuais surgidas na entressafra da produção agrícola. Nesse sentido, a venda de animais mantém uma pequena reserva de recursos financeiros na unidade de produção camponesa. Como é sabido, em função das restrições naturais biológicas e às vezes climáticas na produção agrícola, o camponês só recebe o resultado de seu trabalho durante as safras, cuja receita da colheita é destinada ao pagamento das despesas maiores, como os custos da produção (sementes e outros insumos) e as compras e dívidas de consumo. Uma parcela do campesinato, cuja produção é pequena, ou nos anos em que a safra não produziu o suficiente para custear as despesas, é obrigada a se assalariar nos meses anteriores ou posteriores à safra seguinte. Nesses casos, para uma parcela do campesinato faxinalense, a receita proveniente das vendas de animais – principalmente a venda de porcos – é uma forma de resistência contra a sua transformação em trabalhador assalariado. (TAVARES, 2008, p. 638).

Neste sentido a criação ganha força como instrumento de resistência camponesa. É além de uma fonte de proteína para o autossustento da família camponesa, uma poupança. A produção das terras de plantar é destinada ao exterior da comunidade, para venda principalmente para as cidades próximas, seja através da produção de alimentos em uma policultura, ou via commodities no monocultivo, ou ainda no arrendamento e até mesmo no monocultivo arbóreo, que ganha força desde os idos dos anos 2010 (OLESKO, 2013). O que é realizado no criadouro comunitário é a produção animal para o consumo familiar e comunitário, além da produção de cultivos na horta, a qual está situada dentro da área cercada da casa da família. Essa duplicidade, a produção animal e a horta nos limites do criadouro, mantém a família menos dependente do mercado, não precisando comprar alimentos fora da

comunidade. Entendemos que é o uso comum da terra que possibilita uma maior facilidade a esta fração do campesinato resistir à proletarização e busca a manutenção de um território com autonomia relativa. É no uso comum que se tem a possibilidade de fuga da sujeição da renda da terra, da acumulação originária de capital¹⁵. E isto é possível através da construção de uma porção do território que é camponesa e que está fundada no direito costumeiro e não no direito positivo.

No caso das comunidades camponesas *comuneras* argentinas, as bases se assemelham às das faxinalenses. Em sua absoluta maioria composta por camponeses posseiros, o uso comum da terra se dá com base no que estes chamam de ancestralidade. Como já tratamos, a ancestralidade deste campesinato tem o mesmo sentido que a tradicionalidade para os camponeses faxinalenses, e ambas podem ser compreendidas como elementos fundantes do direito costumeiro. Não há, entretanto, acordos comunitários como nas comunidades de faxinal. As práticas são totalmente verbalizadas, não existindo documentação que verse sobre o uso da terra. Sendo assim, o uso comum é manejado e efetuado através do cotidiano deste campesinato.

No Brasil o campesinato tem uma característica de ser produtor através da policultura. Na Argentina isso não ocorre. Há uma especialização produtiva muito forte. O foco é na criação animal. Pudemos apreender a realidade da classe camponesa daquele país em nosso trabalho de campo, onde nos foi relatado na comunidade de La Rinconada que a dependência produtiva da produção animal era impositiva e que foi fomentada pelo Estado ao longo do tempo. Como afirma Hocsman (2003), isto se deu a partir de uma política voltada para a sujeição da renda camponesa naquele país.

O campesinato do norte cordobês por nós analisado é muito dependente na produção animal. A produção de cultivos é praticamente inexistente. O pouco que se produz, milho, é voltado para uma tentativa de produzir autonomamente ração para o gado. Enquanto a criação camponesa faxinalense é mais diversa no que tange os animais criados, tendo como figura principal o gado suíno, os camponeses argentinos tem seu foco no gado bovino, estando a presença de aves e caprinos voltada principalmente para o

¹⁵ Esta questão será trabalhada no capítulo 4.

autossustento familiar e para a troca na comunidade. Em entrevista foi possível ter uma descrição do modo como funciona o uso comum e a produção animal em La Rinconada:

Nosotros tenemos en el ganado nuestra producción. Cada familia tiene unos pocos animales y trabajan con el... el uso de la tierra es comunero, che... la tierra es de todos. Hacemo el pastoreo, la trashumancia, que es caminar con el ganado para comer y beber. La tierra de acá es difícil, muy caliente, poca agua...asi también se queda difícil tener algún maíz, alguna papa, esas cosas (CAMPESSINA 4, La Rinconada, 2017)

A grande diferença entre as comunidades camponesas faxinalenses e as comuneras argentinas é o tamanho de seus territórios. Os campos comunitários dos campesinos argentinos é muitíssimo maior que o criadouro comunitário. Devido à escassez de água e da quase inexistência de árvores frutíferas, os animais dependem para sua alimentação basicamente do pasto, além de percorrerem grandes distancias para encontrarem recursos hídricos. Portanto, se no caso brasileiro há uma criação solta no sentido mais específico da expressão, na Argentina a criação é acompanhada pelos camponeses. Não é possível deixar os animais totalmente livres, devido a grande extensão de terras que esses podem percorrer para se alimentar ou descansar (FIGURA 9). Ainda assim, existem ajustes internos que possibilitam relações solidárias neste trabalho. Um camponês auxilia o outro na lida com seus animais, seja através da troca de dias trabalhos ou pela simples solidariedade de classe com seu igual.

Figura 9 - Campo de uso comum, Cerro Colorado, Córdoba

Fonte: Autor, 2017

Ambos os casos apresentam uma relação com a natureza que pode ser compreendida como um intercâmbio. Como Tavares (2008) elenca, não há por parte do camponês faxinalense a busca por acumulação, o mesmo sendo dito por Hocsman (2003) no que se refere ao campesinato *comunero* do semiárido argentino. Como já tratamos em trabalho anterior (OLESKO, 2013), a mata de araucária é manejada nos criadouros comunitários faxinalenses. Nessas comunidades não está presente a prática que uma natureza sem pessoas, ao contrário, defendem os camponeses que a mata está ali graças a sua ação.

Oiá, essas araucária tudo foi eu quem plantei. As bracinga, os pesseguero, as maçã, os araçá... a gente planta na mata, pro criadouro ser mais produtivo de fruta pras criação. (CAMPONÊS 3, Faxinal Espigão das Antas 2015)

Che, yo y un camarada que hicimos unas cosas. Nosotros que cultivamos unos árboles acá para el ganado tener unos árboles de sombra. Otra cosa es que fuimos nosotros, la comunidad, que pongo el pasto en algunos puntos del campo... hace muchos y muchos años, pero fuimos nosotros. (CAMPESINO 4, Cerro Colorado, 2017).

Existe então uma co-relação com a natureza. Mas não se pode cair no romantismo de tentar compreender a relação como uma simbiose ou como uma afinidade camponesa com o ambiente ao seu redor. Diegues (1996) já discutia como é um mito pensar na preservação da natureza sem a presença humana. A prática camponesa tem na natureza um elemento de relação permanente. Como sujeitos não separados de seu meio de produção, a terra, os mesmos buscam otimizar e maximizar sua produção, e isto só ocorre com a preservação. A destruição da mata, no caso faxinalense, obstrui a manutenção de sua autonomia relativa que tem como elemento principal a criação de animais no criadouro. A devastação dos campos comuns por parte dos *comuneros* significaria a impossibilidade da manutenção do gado pastando livremente por essas terras, uma vez que a escassez de água e pasto iria se acentuar ao ponto da inviabilização da prática. Sendo assim, a construção de acordos verbais, escritos, tradicionais/ancestrais, imemoriais ou novíssimos são indispensáveis para a existência do uso comum da terra. E é a existência da natureza que permite este uso comum. Em áreas devastadas isto seria impossível, com este campesinato forçado à proletarização ou à criação intensiva, o que demandaria muito mais investimento e comprometeria sua autonomia.

No tocante da produção, o trabalho com o gado, a solidariedade e a produção familiar e comunitária são evidentes. Na vida em comunidade a mesma solidariedade ocorre. O uso comum da terra é uma das expressões para a própria construção das comunidades camponesas por nós trabalhadas. As relações de compadrio, solidariedade e ajuda mútua estão presentes também nos aspectos sociais e culturais. Em La Rinconada, o campesinato tem o costume da troca de favores no que se refere ao deslocamento para a compra de alimentos. Além disso, existe de modo arraigado na comunidade a gestão e busca de solução conjunta para conflitos internos, sejam familiares, econômicos ou sociais. Fato que mais se difere do campesinato faxinalense é a presença da igreja. Ainda que boa parte dos movimentos campesinos argentinos tenha sido articulada por padres ligados à Teologia da Libertação (GIARRACCA, 2002; DESSALVO, 2009) ainda em meados do século XX, a presença da igreja e da religião não é tão sentida como no Brasil. Não há

marcas de uma religiosidade ou de um “catolicismo rústico” no discurso desse campesinato, não existe também a presença física de igrejas dentro de La Rinconada ou de Cerro Colorado.

Nas comunidades faxinalenses, ao contrário, a presença de uma “religiosidade rústica” é sentida nas falas de boa parte da comunidade. Existem igrejas católicas e evangélicas em boa parte dos faxinais. A relação entre ambas é normalmente amistosa, com conflitos restritos à disputa por fiéis. Ou seja, ainda que no campo religioso ambas possam entrar em conflito, no aspecto político, da luta camponesa, as diferenças religiosas são postas de lado. No criadouro comunitário onde estão inseridas as comunidades de Meleiro, Pedra Preta e Espigão das Antas duas lideranças se destacam: uma evangélica e outra católica. O mesmo movimento se dá no Faxinal do Salso. Indo além, as comunidades têm uma relação histórica com lutas camponesas pretéritas. Nos faxinais, o movimento se inspira nos caboclos da Guerra Contestado (1912-1916), tendo na figura do monge João Maria um de seus símbolos de luta. Na Argentina, os camponeses se remetem às lutas dos indígenas contra os invasores espanhóis durante séculos, além de se enxergarem como herdeiros dos revoltosos da grande greve camponesa que ocorreu no país em 1912, conhecida como El Grito de Alcorta. Tais episódios do passado tiveram êxitos distintos: enquanto o caso brasileiro resultou num massacre camponês, encoberto pelas autoridades até recentemente, como mostra Machado (2004), o caso argentino resultou, em 1921, em uma lei que regula os arrendamentos camponeses perante os grandes proprietários (TRONCOSO MUÑOZ, 2012).

Esta solidariedade, religiosa ou não, é o mutirão. Existe uma grande bibliografia sobre a temática, mas nos atemos a Candido (1971, p.68-70) o qual apresenta que esta pratica consiste no auxilio de vizinhos para ajuda no trabalho agrícola, ou ainda no trabalho coletivo para a manutenção de bens comuns a comunidade. No sul do Brasil, nas terras de uso comum, tal prática é mais conhecida como *puxirão*, enquanto entre os campesinos platinos é chamada de *asamblea*. Os mutirões ocorrem, em ambos os casos, para a manutenção de cercas, troca de trabalho na lida com animais e no abate destes, auxilio na colheita, reformas em construções da comunidade, entre

outras atividades que se fizerem necessárias. O mutirão tem atrelado em seu cerne o trabalho e um trabalho coletivo ou comum, que tem por objetivo a conservação comunitária. O trabalho em conjunto, coletivo, é uma das faces da reprodução social e territorial que estes camponeses realizam. Com suas vidas baseadas na manutenção da família, no trabalho na terra, e esta terra em uso comum, se reproduzem e constroem seus territórios.

No capítulo seguinte buscamos fazer um resgate do estado da arte de estudos camponeses com a finalidade de apresentar e abalizar nossa compreensão dos sujeitos aqui analisados como camponeses.

2 – Lutas de Classes e Classe, ampliando o debate. Campesinato em foco.

O marxismo tem como um de seus pontos chave a questão da luta de classes. Marx e Engels (1998, p. 9) consideram que “A história de todas as sociedades que já existiram é a história de luta de classes”. Entendemos que é basilar para a compreensão da Questão Agrária e do campesinato uma compreensão do que é a luta de classes, a qual é também fundamental para a nossa análise do uso comum da terra e de suas contradições.

O foco no ponto da luta de classes e da classe como elementos centrais da análise se fazem urgentes. Como analisaremos a seguir, tanto em certos movimentos sociais quanto em diversas pesquisas acadêmicas, ocorre um esvaziamento e exclusão do entendimento da luta de classes como central para o entendimento do modo de produção capitalista.

Nossa proposta neste capítulo é inicialmente apresentar e discutir a luta de classes dentro do marxismo. Busca-se no primeiro subitem um levantamento e análise da luta de classes como um processo contínuo que, além de histórico, como defende Thompson (2012), também é, sob nosso ponto de vista, territorial. No segundo subitem fazemos o esforço de resgatar toda uma linha paradigmática de Estudos Camponeses que se funda com os pensadores Teodor Shanin e Hamza Alavi. Acreditamos que este resgate é urgente especialmente por parte dos geógrafos críticos que realizam seus estudos sob uma perspectiva teórica baseada na identidade. Por fim, temos um subitem que congrega a teoria analisada com a realidade por nós estudada, onde fazemos a conexão entre a construção da classe camponesa nas lutas dos campesinos por seus territórios de uso comum da terra, na porção central da Argentina e no sul do Brasil.

2.1 – Luta de classes e classe no marxismo: uma leitura necessária

Toda a nossa tese está baseada no entendimento do campesinato como classe e como modo de vida, assim como afirma Shanin (1983). Para iniciarmos o debate proposto em nossa tese, temos em mente a necessidade

de explicar de “qual” classe falamos. Como apresentamos, a questão da classe mesmo dentro da dialética materialista e do marxismo é ampla e aqui nos posicionamos a partir de um viés: o do historiador Edward P. Thompson. A principal diferença de Thompson para os outros autores é que ele não considera a classe como algo estático, como uma estrutura. O autor foi um crítico mais do que ácido do marxismo estruturalista, especialmente do pensador francês Althusser. Para Thompson (1981, p. 121-122), o estruturalismo e o marxismo estruturalista em especial não passavam de *Geschichtenscheissenschlopf* (merda a-histórica), uma vez que concebiam a classe como uma estrutura estática. É na base de uma crítica avassaladora do desaparecimento dos sujeitos que Thompson cunha sua resposta. É na construção da classe e da luta de classes como inseparável, mutável e histórica que o autor apresenta sua construção. Para ele, Louis Althusser, Nico Poulantzas, Perry Anderson, Raymond Williams, Tom Nair e outros, tomados totalmente ou parcialmente pelo estruturalismo e pela morte do sujeito, acabam caindo num discurso meramente metafísico. Em contraposição, o real, o material é essencial para Thompson, e é com essa perspectiva analítica que vamos trabalhar durante toda a nossa tese.

A classe social é, então, para Thompson (SILVA, 2012, p. 65), resultado da luta de classes e não produto do modo de produção capitalista. E isso traz diferenças brutais em relação a posicionamentos mais ortodoxos, tanto aqueles estruturalistas quanto aqueles que naturalizam as classes. Indo diretamente a Thompson (2012a, p. 107):

Classes não existem como categorias abstratas – platônicas –, mas apenas à medida que os homens vêm a desempenhar papéis determinados por objetivos de classe, sentindo-se pertencentes a classes, definindo seus interesses tanto entre si mesmos como contra outras classes.

Tal afirmação de Thompson remete à classe como um processo, não como uma estrutura pré-determinada economicamente somente. A classe é construída, não é algo dado. Isto vai ao encontro do que entendemos como a classe camponesa que estudamos. Ela se constrói através de seus antagonismos, contradições e conflitos. Ela se constrói por sujeitos que se enxergam semelhantes em suas lutas e objetivos, não por determinantes

econômicos. Novamente, como diz Thompson, as classes não podem ser *antropomorfizadas*, uma vez que elas não são entes com vontade própria, mas sim um processo de união de sujeitos, os quais têm também lutas e anseios mutáveis (THOMPSON, 2012b, p. 140-141).

Em nosso trabalho, partimos da compreensão de que a união de camponeses em luta os faz classe. Não é o seu viés econômico somente que os faz classe, mas também seus pontos culturais e morais. Tanto no Brasil como na Argentina as lutas do campesinato se constroem ao passar do tempo e ao nos mais diversos territórios camponeses. Não é uma luta imutável, somente por terra, como a ortodoxia marxista pode vir a cravar. É uma luta que passa sim pelo acesso ou manutenção da terra, mas que também alcança outros pontos, como a defesa da cultura camponesa presente no território, a demanda por um mercado justo para a venda de sua produção, ou ainda o desejo da construção de políticas públicas elaboradas pelo campesinato e para o campesinato.

Thompson (2012a, p.146) cita que somente uma classe pode ser hegemônica. Tal classe, não é a camponesa. Logo, se há subordinação das outras classes, há um conflito imanente disto, a luta não é estática. A classe burguesa não luta uma guerra de trincheiras contra as outras classes, mas sim uma guerra de conquista, uma *blitzkrieg*, rápida e devastadora. Cabe ao campesinato, em nosso trabalho, a guerra de guerrilha e resistência em seus territórios. Indo por esse raciocínio, a guerra se passa em um determinado tempo e em determinados territórios, não sendo então estática e imutável os fronts e as armas utilizadas por ambos os lados. Isto vai ao encontro da seguinte passagem do autor, chave para nosso entendimento da luta de classes:

...uma vez que a classe não é esta ou aquela parte da máquina, mas a maneira pela qual a máquina trabalha uma vez colocada em movimento; não este ou aquele interesse, mas a fricção de interesses – o próprio movimento, o calor, o ruído estrondoso. Classe é uma formação social e cultural (frequentemente adquirindo expressão institucional) que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes; e, em última análise, a definição só pode ser feita através do tempo, isto é, ação e reação, mudança e conflito. Quando falamos de uma classe, estamos pensando em um corpo de pessoas, definido sem

grande precisão, compartilhando as mesmas categorias de interesses, experiências sociais, tradição e sistema de valores, que tem disposição para se comportar como classe, para definir a si próprio em suas ações e em sua consciência em relação a outros grupos de pessoas, em termos classistas. Mas classe, mesmo, não é uma coisa, é um acontecimento (THOMPSON, 2012a, p. 169).

A citação acima é muito esclarecedora sobre o que tratamos anteriormente ao comparar a luta de classes a uma guerra. O autor cita que a definição de classe só pode ser feita através do tempo. Acrescentamos que também só pode ser feita através do território. Em nosso estudo, a luta de classes entre o campesinato e seus antagonistas se dá de modo muito semelhante, contudo, com uma diferença feroz: no conflito dos camponeses argentinos com os agronegócios não existe o conflito contra o latifundiário rentista. A simples ideia de uma porção de terra ser roubada pelo agronegócio para a especulação é um quimera totalmente estranha a este campesinato, diferentemente do que se passa com o campesinato sul brasileiro por nós estudado, o qual sofre tanto com o agronegócio como com a terra para o rentismo. Neste ponto, vamos além então de Thompson, e entendemos que um grupo de pessoas que se constitui classe através do conflito, da luta com seus antagonistas, é sim influenciado pelas construções territoriais nas quais estão inseridos.

A classe, portanto, para Thompson, é sempre produto da luta de classes. Diferentemente do que o marxismo althusseriano e outros que trataram a classe como parte da máquina, pré-concebida por seu caráter econômico (dono dos meios de produção, assalariamento, proprietário de terras, trabalho na terra), o autor trata as classes como produtos das lutas, do movimento de subordinação de algumas classes perante uma específica, a capitalista. As classes, então, são a maneira como o modo de produção capitalista trabalha e não suas peças. É através dos mecanismos de subordinação e exploração das classes proletária (assalariada) e camponesa que o modo de produção se perpetua, e não pela simples existência destas classes. Este é o ponto nevrálgico a partir do qual Thompson elabora toda sua construção. Portanto, a classe é mais um acontecimento, um **processo** como nos ensina Shanin (1983) ao tratar do campesinato, do que uma **estrutura**.

Como exemplo desse entendimento da classe como um processo, Thompson traz a relação de fusão da burguesia inglesa com a *gentry*, onde o burguês compra terras e títulos de nobreza da *gentry*, e a *gentry* casa seus filhos e filhas com a nascente burguesia (2012c, p. 214). Martins (2015) já versava sobre isso ao tratar a mescla no Brasil entre latifundiário e capitalista, assim como Sabato (1987) tratava da mesma questão ao apresentar o grande proprietário rural, o *tierrateniente* argentino, como também sendo capitalista industrial. Isso vem a exemplificar como a classe é fluída e mutável e não uma estrutura rígida e classificável, de maneira quase que determinista e quantitativa.

A classe é, conseqüentemente, uma categoria histórica e territorial, não estática, sendo também inseparável da luta de classes. As classes não existem como entidades separadas, que buscam ao seu redor outra classe para o confronto. Ao contrário, as classes são entidades interligadas, que estão em constante conflito com as outras. A classe e a consciência de classe são o último estágio do real, do material. É forjada na luta dos explorados, e é nessa luta que estas pessoas tomam consciência e se constituem enquanto classe (THOMPSON, 2012d, p. 274). Isto ficou evidente para nós, em nosso trabalho de campo, quando vimos que foi com a entrada violenta do agronegócio da soja nas províncias centrais da Argentina que se forjou a consciência de classe por parte dos camponeses deste país. Um camponês nos ensina:

Hace un tiempo, diez, quince años tal vez, llegaron acá los ricos trayendo la soya, hijo. Con papeles truchos¹⁶ nos quitaron la tierra, nuestro campo, nuestra renta. Ahí entonces empezamos con el movimiento, una lucha contra los agronegocios, por nuestra tierra, nuestro territorio, nuestra agua, nuestra plata. (CAMPEÑO 7, La Rinconada, 2017).

Foi então a luta, o conflito direto que fez com que o campesinato destes territórios conformasse um movimento social para lutar por seu território. Os camponeses não estão lá já conscientes de sua condição, conscientes de de pertencerem a uma classe. Foi o ataque violento e o roubo de suas terras com papéis grilados que fez com que se construísse a classe camponesa. Não que antes não existam camponeses na Argentina, mas foi o avanço do

¹⁶ Papéis *truchos*: tem o mesmo sentido de papéis de terra grilados, em português brasileiro.

agronegócio da soja em seus territórios que, utilizando a metáfora de Thompson, com seu calor forjou tanto a consciência de classe quanto a classe camponesa argentina, agora articulada no Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI), o qual trataremos melhor posteriormente. Podemos compreender isso ancorados ainda em Thompson:

Classe, na tradição marxista, é (ou deve ser) uma categoria histórica descritiva de pessoas numa relação no decurso do tempo [e na construção de territórios] e das maneiras pelas quais se tornam conscientes de suas relações, como se separam, unem, entram em conflito, tornam instituições e transmitem valores de modo classista. Nesse sentido, classe é uma formação tão “econômica” quanto “cultural”; é impossível favorecer um aspecto em detrimento do outro, atribuindo-se uma prioridade teórica. Disso decorre que a determinação *em última instância* pode abrir seu caminho igualmente tanto por formas culturais como por econômicas. O que muda, assim que o modo de produção e as relações produtivas mudam, é a experiência de homens e mulheres existentes. E essa experiência adquire feições classistas, na vida social e na consciência, no consenso, na resistência e nas escolhas de homens e mulheres. (2012e, p. 260-261)

Os camponeses em foco na nossa pesquisa se tornam conscientes de sua classe quando percebem sua relação perante as outras classes. Tal consciência se dá tanto do ponto de vista econômico, por meio do trabalho na terra e da produção de alimentos, quanto do ponto de vista cultural, de sua relação com a terra e com seus territórios de vida. A relação entre tais elementos é dialética, uma sempre em relação com a outra, por vezes agindo de maneira contraditória. Em nossa pesquisa foram registradas diversas entrevistas e falas onde se nota a presença tanto do entendimento de que estão na defesa de seus territórios ancestrais (no caso argentino) ou territórios imemoriais (no caso brasileiro), como na luta pelo trabalho na terra. São as faces cultural e econômica a que Thompson se refere no trecho acima. Em outras palavras, é a construção do campesinato como classe e modo de vida, como abordado por Shanin (1983). Ou seja, o campesinato não é somente uma classe mas também um modo de se viver, de se construir os territórios, ter uma sociabilidade distinta da capitalista majoritariamente urbana, ter uma história que remete a manutenção familiar e da comunidade em vez da busca da acumulação, uma cultura de solidariedade e não de consumo.

Destacamos, sempre, que a classe é definida pelas pessoas, as quais traçam sua própria história, criam seus territórios e vivem suas vidas. A classe não pode ser entendida por um determinismo econômico ou por um funcionalismo primitivo. A classe é um processo e uma relação. Lembramos que o título da obra mais marcante do autor é “*The Making of the English Working Class*”, traduzido para português de modo equivocado para “A formação da Classe Operária Inglesa”. A expressão *Making of* seria melhor traduzida para *fazer-se*, ou seja, *fazer-se classe*. Esta é a contribuição que buscamos trazer até aqui. Esmiuçar a contribuição de Thompson é essencial para a análise do campesinato e da prática do uso comum da terra por ele empreendido que buscamos construir em nosso trabalho.

Outros trabalhos vêm a somar com o esforço de Thompson a construir uma oposição à luta de classes como categoria estática e metafísica. Ao tratar do campesinato e suas relações, Alavi (1973) segue a trilha de Thompson e reforça a argumentação de que não se pode mecanizar a noção de classe em Marx. Destaca que além de não ser somente de base econômica, não ser baseada somente na divisão do trabalho, como já apresentamos aqui, a classe ela também não pode ser hierarquizada (1973, p.29). O sentido de hierárquica criticado por Alavi está ligado à compreensão das classes como mecanismos do modo de produção capitalista, tal qual o fez Thompson.

Ainda o mesmo autor acrescenta que o ser humano é um ser social (1973, p. 24). Tal afirmação parece óbvia, mas leva à realidade de que a luta de classes só existe através das relações sociais. Caso uma classe fosse isolada, sem contato com as demais, ela não seria uma classe, mas sim uma sociedade, comunidade, um grupo como nos ensina Alavi. Os camponeses que com os quais trabalhamos durante a tese buscavam sempre destacar que não eram isolados de nada nem ninguém. Ao contrário, estavam em contato frequente com as outras classes. Os mesmos compreendiam que sua situação no campo – de camponês – não era fixa. Uma parte significativa dos camponeses faxinalenses do sul do Brasil, especialmente os da faixa etária dos 50 anos, nos diziam “nasci faxinalense, jovem virei trabalhador na cidade, agora voltei a ser faxinalense, agricultor familiar (CAMPONES 6, Faxinal dos

Ribeiro 2016)¹⁷. Esta passagem corrobora com dois elementos que discutimos aqui: a mutabilidade da classe e o não isolamento do campesinato.

A crítica à fantasia estruturalista é muito forte também em Vergopoulos (1978, p. 448). Para o autor, tanto a classe quanto o modo de produção não podem ser isolados e entendidos somente como uma estrutura por excelência. Existem níveis, matizes, relações, câmbios. O modo de produção, a luta de classes e as classes são um todo do espectro das relações sociais:

I refuse to subscribe to the fetishisation of the concept of mode of production, which leads to thinking of it as the point of departure for the analysis of social processes. My view is that the mode of production cannot be defined as a level, distinct from others and determining them; but rather as a dimension of the whole spectrum of social relations (VERGOPOULOS, 1978, p. 448)

A fetichização tanto do modo de produção como da classe como coisas, como antropomorfizados em categorias auto-pensantes é, pois, refutada pelo autor. A classe, portanto, não é um sujeito, é um processo. É uma refutação da superestrutura e da estrutura como elementos determinantes do modo de produção, da classe, etc.

Thompson sofreu severas críticas por diversas correntes do pensamento crítico¹⁸. Wood (1995, p.77) nos ensina que tanto marxistas ortodoxos, quanto marxistas estruturalistas, mas também pós-marxistas e anti-marxistas de esquerda criticavam Thompson e sua construção de classe por ser ou pouco econômica, ou pouco “estrutural”, ou ainda muito reducionista a classe. Para ampliar a discussão *Thompsoniana* da luta de classes, vamos à Wood (1995). De início:

One of his [Thompson] major objectives in refusing to define class as a 'structure' or 'thing', as he points out in *The Making of the English Working Class*, has been to vindicate the concept of

¹⁷ Tal passagem, por si só, nos traz diversas reflexões. A primeira delas diz respeito à questão da identidade (faxinalense), a segunda, ao processo de migração à cidade em busca de trabalho e de retorno ao campo em fase adulta e, por fim, à identificação como agricultor familiar. Compreendemos que a bibliografia acerca do campesinato brasileiro não se identificar como camponês é extensa, contudo, cabe aqui o destaque que isto ainda ocorre. Agora o agravante é o enraizamento da definição de agricultor familiar e da identidade. Os traços classistas, no Brasil, no que tange a autodefinição é praticamente inexistente. Na Argentina o contrário ocorre. A gigantesca maioria se identifica como *campesino*.

¹⁸ Considero o pensamento crítico não só o marxismo, mas também correntes de dentro do próprio estruturalismo como Deleuze, pós-estruturalismo de Foucault, anarquismo de Bookchin, autonomismo de Federici entre outros.

class against those, especially bourgeois social scientists, who deny its existence except as 'a pejorative theoretical construct, imposed upon the evidence'. He has countered such denials by insisting upon class as a relationship and a process, to be observed over time as a pattern in social relations, institutions and values. Class, in other words, is a phenomenon which is visible only in process. (WOOD, 1995, p. 81)

A classe é inseparável da luta de classes uma vez que ela é relacional e processual. Não é um elemento, algo vivo em si nos ensina a autora, baseada em Thompson. A principal contribuição desta é que ela amplia a discussão sobre uma crítica que o próprio Thompson não desenvolveu muito: a de que sua teoria da luta de classes era por demasiado subjetiva. Tal crítica se baseia em sua afirmação de que não foi a indústria que gerou a classe operária, mas sim a existência de uma classe operaria que gerou a possibilidade de uma indústria. Trazemos este exemplo para nosso trabalho e destacamos o óbvio: não foi, evidentemente, o modo de produção capitalista que forjou o campesinato, ele já existia; por sua vez, é com o campesinato presente e em constante recriação um dos mecanismos onde o capitalismo consegue gerar capital. O embate é entre capital e trabalho e, como a classe é construção histórica e territorial, este é o embate de agora.

Thompson's mode of analysis makes it possible to acknowledge the active role of the working class, with its culture and values, in 'making' itself. This role may be obscured by formulations which speak, on the one hand, of 'the objective assemblage and transformation of labour force by the Industrial Revolution', and, on the other - sequentially? - 'the subjective germination of a class culture in response to it'. The acknowledgment of working-class self-activity is central not only to Thompson's historical project but to his political one (WOOD, 1995, p. 92-93).

O que Wood mostra acima é que classe é, ela mesma, ativa em sua construção, não uma mera consequência da estrutura que a gerou. O campesinato aqui trabalhado é que constrói suas pautas, suas bandeiras de luta. Os objetivos de suas lutas não são simples antônimos dos objetivos de seus antagonistas. O campesinato por nós estudado não anseia por não produzir em larga escala, sua questão é como e o que produzir, onde produzir e para quem produzir. Em ambos os casos os camponeses encontraram na agroecologia sua resposta do *como* produzir. Ou seja, foi um processo relacional da classe que construiu uma alternativa e não um movimento

mecanicista que o gerou. Relacional entre os sujeitos que fazem a classe camponesa e entre – no embate – os sujeitos que se enfrentam enquanto classe – o empresário do agronegócio da soja cordobesa e o campesino pobre que sobrevive do pastoreio. Em outras palavras, é uma relação entre pessoas, e não uma estrutura hierarquizada e evolucionista entre o camponês considerado arcaico e o agronegócio estimado moderno. Wood (1995, p. 93) novamente aprofunda esse ponto da luta de classes

'Class as relationship' actually entails two relationships: that between classes and that among members of the same class. The importance of stressing the relationship between classes as essential to the definition of class is self-evident when considered against the background of 'stratification' theories which - whether they focus on income distribution, occupation groups, status, or any other criterion - have to do with *differences, inequalities and hierarchy*, not relations.

Não é, portanto, somente a relação econômica que une esses sujeitos. Vemos uma conjectura classista que une desde camponeses subordinados ao trabalho vertical de grandes multinacionais como BRF Brasil com suas granjas de aves nas comunidades camponesas faxinalenses do Paraná, passando por camponeses que produzem para o autoconsumo e outros que fazem a produção de alimentos para o abastecimento da capital do mesmo estado, chegando aos camponeses cooperados produtores de soja no Centro-Sul do Paraná. Estes três grupos possuem formas de produção diferenciada entre si, mas, nem por isso, se consideram “inimigos” ou estranhos. Pelo contrário, se unem como classe a partir de sua identidade¹⁹, não importando a renda de cada família ou comunidade. Sua construção classista está além de seu lugar no processo produtivo.

The relationship among members of a class, or between these members and other classes, is of a different kind. Neither the production process itself nor the process of surplus extraction actually brings them together. **'Class' does not refer simply to workers combined in a unit of production or opposed to a common exploiter in a unit of appropriation.** Class implies a connection that extends beyond the immediate process of production and the immediate nexus of extraction, a connection that spans across particular units of production and

¹⁹ Ainda que em seu discurso oficial não apareça a autoidentificação classista, a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses, movimento social que congrega comunidades camponesas faxinalenses do Estado do Paraná, é evidentemente uma organização camponesa.

appropriation. The connections and oppositions contained in the production process are the basis of class; but the relationship among people occupying similar positions in the relations of production is not given directly by the process of production and appropriation (WOOD, 1995, p. 95, grifo nosso)

A classe portanto não se refere somente aos sujeitos unidos uma mesma unidade de produção, não se baseia somente na divisão do trabalho. A classe implica, como afirma Wood (1995), uma conexão que se espalha além da mera divisão social do trabalho. Ocupando um mesmo local na divisão não faz todos da mesma classe, como não fazer parte da mesma divisão do trabalho não os transforma automaticamente em membros de outra classe. Como veremos a seguir, a classe tem relações mais complexas e que vão além disto, passando por elementos culturais, sociais, históricos e geográficos. O caso do campesinato como classe foi analisado por Shanin ao longo de sua obra, entende sempre a classe como um processo e como muito diferente dentro de si mesma.

Arrematando para o próximo item, trazemos as contribuições de Shanin (1970) para o debate de classe e luta de classes. Segundo o autor classe é uma relação entre o objetivo e o subjetivo. Compreendemos que o objetivo trazido por Shanin se refere ao econômico e o subjetivo o cultural, justamente como apresentou Thompson. O elemento mediador que perpassa todo o desenvolvimento da construção das classes, passando do interesse do grupo social até a consciência de classe, último estágio da luta como mostrou Thompson, tem no conflito, na luta de classes o elemento mediador. Como resultado temos a cristalização da classe (SHANIN, 1970, p. 27). A classe portanto se faz na luta, não há classe sem luta, sem contato com um antagonista. Em outras palavras, fazer-se classe é um processo que tem na luta, no embate com o outro, sua mediação. Não se pode então naturalizar as classes. Elas são históricas, temporárias, relativas e cambiáveis (SHANIN, 1970, p. 28). Segundo o autor, há um fluxo constante, adquire-se e perde-se a consciência da classe com o tempo. A isso acrescentamos que também se constrói e perde-se consciência ao longo dos territórios. Esta perde se dá então tanto na esfera temporal como na territorial. Trazendo para a realidade por nós pesquisada, algumas comunidades possuem consciência de classe, enquanto

outras já a perderam, sendo então um processo que não é uniforme no território.

A realidade nos mostrou o segundo ponto acima citado. A consciência de classe, a construção da classe para si, versada por Marx e Engels (1989) é fluída. Em nossos casos, os movimentos são contraditórios, conflitantes e muito diferentes no que diz respeito às comunidades brasileiras e argentinas. A consciência de classe no campesinato argentino é muito grande. Seu embate perante o agronegócio da soja, que rouba suas terras de uso comum é tenso e está desde o início do século XXI em uma constante. Como citamos no início do capítulo, a luta dos camponeses argentinos é pela autonomia e pelo território. Autonomia para eles perpassa todos os seguimentos da vida, seja econômico, cultural, social ou legal. Não há uma luta para que a *lei seja cumprida*, mas sim uma luta para que *seja construída uma lei de camponeses para camponeses*. É um descontentamento com o Estado e uma mobilização que rejeita o legalismo. O contrário se passa com o campesinato faxinalense, onde o legalismo e o entendimento identitário e não classista é dominante.

No tocante de uma luta por terra e autonomia, perde-se este horizonte com uma luta pautada na cultura. Entra em um discurso identitário que assume a defesa de territórios estáticos, de comunidades e grupos que seriam igualmente estáticos. A metafísica do discurso de defesa de seus territórios acaba por fragmentar a luta. Se é faxinalense, si é *caíva*, si é *geralzeiro*, em momento algum si é camponês. Enquanto o campesinato argentino articula-se em escala nacional, unindo indígenas, camponeses mestiços, camponeses de descendência europeia, camponeses negros em torno da defesa de seus territórios e de sua união enquanto classe, no Brasil ocorre o inverso. A luta se foca na legalidade e na imobilidade e na separação/isolamento.

Recorremos novamente a Thompson (2005) para apresentar que a criação de leis para o campesinato, leis autônomas de camponeses para camponeses, como no caso argentino, é a luta pela legalização do direito consuetudinário, do direito costumeiro. No Brasil a luta é pelo reconhecimento do direito estatal, o qual fornece aos camponeses sim o direito às suas terras. Mas é só. Relembramos que o direito do Estado nasce aristocrata em Roma e é tomado de assalto pela burguesia primeiramente com a Revolução Inglesa no

Reino Unido e assim sucessivamente ao longo do mundo. Como, novamente, cita Thompson (2005; 2012), o direito estatal nacional é o combate e a luta por erradicar o direito costumeiro. Neste ponto existe uma diferença entre o campesinato argentino e o brasileiro por nós pesquisado.

Como Brass (2012) afirma, acaba-se por reessencializar a etnia e o campesinato, naturaliza-se então os sujeitos, tratando-os como naturalmente ligados ao trabalho na lavoura. É jogada fora a questão classista. Sendo assim, enquanto o MNCI argentino busca a unidade do campesinato nacional em sua luta de classes contra o capitalismo, a AP acaba por lutar somente pela manutenção territorial e pelo respeito às leis. O primeiro busca uma expansão e uma ampliação de conquista, o segundo uma manutenção do pouco, a defesa de ilhas de sobrevivência e não de territórios livres onde se vive. Em sua crítica a James Scott, Brass apresenta justamente o que acaba por ser o norte na luta brasileira.

Now that economic development, wealth redistribution, progress and modernity are more or less off the social scientific agenda, it is unsurprising that post-modern populist approaches like this one should surface and proclaim that what exists is a form of empowerment for “those below.” **Lear to accept what you are (poor peasant and agricultural labours) and enjoy what you already have (little land, low wages, bleak prospects)** is the unspoken subtext of the book (BRASS, 2012, p. 130).

Não se trata mais de campesinato, mas sim de um emaranhado de identidades que defendem seu modo de vida. Compreendemos que o modo de vida é sim importante, porém não somente ele. A luta de classes é vital. Defender o modo de vida por si, no caso faxinalense o uso comum da terra, deixa de lado a perspectiva de uma luta contra a sujeição de sua renda pelo agronegócio. É possível ainda chegar ao extremo de uma luta pelo reconhecimento da identidade sem uma luta por terra, como colocamos no capítulo anterior, e até mesmo a luta de um capitalista pela identidade, um capitalista que se entende faxinalense.

Para tanto, buscamos no próximo subitem resgatar autores importantes para a discussão do campesinato enquanto classe afim de nos posicionarmos perante o avanço desenfreado do culturalismo metafísico identitário seja nos movimentos sociais, seja na academia. Vemos isto muito claramente nos

estudos da chamada Corrente Descolonial em sua segunda geração²⁰, da qual Grosfoguel (2006) pode ser o melhor retrato do que tratamos acima.

Desde o fim do século XX, um dos fenômenos mais importantes tem sido como as insurgências anti-imperialistas no terceiro mundo se articulam com projetos políticos não mais anticoloniais, mas descoloniais, isto é, com um pensamento crítico produzido a partir de epistemologias e cosmologias não ocidentais. Acabaram os tempos em que os movimentos de resistência se articulam a partir do marxismo ou do marxismo-leninismo. Podemos observar que sem ser antimarxistas, existem movimentos de resistência não marxistas no Oriente Médio que se articulam por meio da cosmologia islâmica, movimentos indígenas na América Latina que se articulam baseados nas cosmologias indígenas (tojolabal no caso dos Zapatistas, aymara e quéchua na Bolívia, quechua no Equador, a minga na Colômbia com forte componente Nasa), e movimentos na Ásia que pensam baseados no budismo e no islã. Ante este desafio, a esquerda branca e ocidentalizada não encontra categorias para conceitualizar estes processos e continua impondo categorias da esquerda ocidental a estes movimentos exercendo uma violência e distorção epistêmica colonial na caracterização destes processos. **A esquerda ocidentalizada está perdida. Caracterizam esses processos reduzindo-os a suas categorias mais familiares como “revoltas camponesas”, “luta anti-imperialista”, “luta de classes”, “luta por democracia”, “luta de nações oprimidas” etc.,** sem assumir o novo conteúdo epistemológico que o pensamento crítico descolonial está produzindo e sem parar para escutar os novos pensadores no terceiro mundo que a partir de epistemologias não ocidentais estão produzindo um pensamento crítico descolonial muito distinto da visão eurocêntrica da esquerda ocidentalizada, que oferece respostas inovadoras aos problemas da crise capitalista e ecológica mundial produzida pelo que eles chamam de projeto civilizatório ocidental (GROSFOGUEL, 2006, p. 356-357).

Grosfoguel e outros intelectuais e movimentos sociais acabam por abraçar esta compreensão culturalista, que idealiza as lutas. Questionam então a democracia participativa, o Estado como aparato do capital e a posição de subalternidade. Porém, o equívoco dessa forma de pensar está na negação da

²⁰ Compreendemos que a “primeira geração” de pensadores da chamada Corrente Descolonial possuía forte influência marxista, sendo inclusive materialista dialética em seu método. Enrique Dussel, Aníbal Quijano e Edgardo Lander são os representantes mais destacados desta geração, sendo especialmente Dussel e Lander ainda materialistas dialéticos no entendimento mais marxista da acepção. É na segunda geração, que tem Ramón Grosfoguel, Santiago Castro-Gómez e Walter Dignolo como maiores expoentes, que acaba por adentrar de maneira mais intensa em categorias estruturalistas e foucaultianas nas análises, possuindo uma para uma visão mais idealista das lutas. No Brasil a grande contribuição a este pensamento advém do geógrafo Carlos Walter Porto-Gonçalves, o qual adentra cada vez nos estudos do *Marx tardio*, assim como trabalhou Shanin (1990).

luta de classes e do caráter de unidade do capital. Confundem unidade com uniformidade. Idealizam os grupos sujeitos ao capital na América Latina como construções autônomas, ancestrais e perfeitas, as quais não fosse o avanço do capital não teriam conflitos internos. É uma romantização cega, uma fragmentação da luta anti-capitalista que faz jus à pós-modernidade da ciência. Nega-se a luta de classes em sua multiplicidade, o materialismo dialético é posto de lado, Marx é posto para trás e, ao romantizar isso tudo, deixa-se de lado qualquer crítica, estudo, análise e combate direto do modo de produção capitalista. No lugar é colocado o saber ancestral como alternativa a crítica materialista e a alternativa ao modo de produção capitalista como um resgate dos antigos modos de produção tradicionais dos povos originários.

Existe uma multiplicidade da luta de classes. Diversas configurações podem ser elaboradas. A *klassenkämpfe* não é uníssona, ela tem diversas faces, Marx (1998) chama no plural constantemente no Manifesto Comunista, denomina de lutas de classes. Isso significa que existem classes diversas em luta. Entramos com nossa análise do campesinato como classe, como produto da luta de classes.

É a luta de classes que funciona como mecanismo do modo de produção capitalista, não uma luta entre o “branco europeu” e os povos originários latinos. A luta é portanto entre explorador e explorado, entre aqueles que acumulam e os que trabalham. Consequentemente há sim um racismo estrutural, mas isto é um elemento da exploração capitalista, não é o elemento central. A forma principal é a exploração, sujeição de uma classe sobre as outras. Ao criticar o suposto binarismo do materialismo dialético, a decolonialidade acaba criando um binarismo: ocidente contra oriente, norte contra sul global, europeus contra os povos sem história. Criam um binarismo contra um método que destrói entre outras coisas o binarismo, justamente através de seu funcionamento em espiral, a espiral da dialética.

Outro ponto de crítica é o do idealismo. Ao tratar que as opressões surgem do pensamento e não da prática material, retornam ao plano metafísico e ignoram a materialidade. Dizer que o campesinato sofre perda de seus territórios meramente por um racismo estrutural branco europeu e não por causa das necessidades de desenvolvimento do capitalismo e

consequentemente do capital é um exercício idealista, que foge da concretude. Entendemos que tal corrente busca apresentar que o mundo não é dividido de maneira coesa e binária, metrópole e periferia, mas sim com uma complexidade muito maior. Contudo, foi o próprio marxismo que propiciou esta análise, ou seja, a visão da realidade material, não da metafísica.

Isso se dá uma vez que a sociedade global não se divide em metrópole e periferia de maneira ideal, onde não há camponeses na metrópole e não existem capitalistas na periferia. A estrutura da metrópole tem no topo o burguês, que controla os meios de produção, e na base um sub-proletário estrangeiro, migrante e ex camponês (SHANIN, 1978, p. 280). As classes não existem no vácuo, elas estão situadas em algum lugar, são históricas, sociais e territoriais, portanto (SHANIN, 1978, p.281). O campesinato é importante para o capital, seja na metrópole ou nas sub-metrópoles periféricas, pois ele é fonte de acumulação originária permanente, seja através de sua manutenção como camponês, seja através de sua migração e sua fratura com os meios de produção. Logo:

Should it be the case that european capitalism is unable to perform 'booms' without 'primitive accumulation', i.e. by swallowing peasants (and not only oil or environment), what does it mean in terms of prediction and prejudices concerning, its growth and future global development? (SHANIN, 1978, p. 283-284).

De certa maneira buscamos responder à pergunta de Shanin com nosso trabalho. Tendo a acumulação originária como foco de nossa tese, temos a compreensão do campesinato enquanto classe, modo de vida e matéria prima viva para o funcionamento do modo de produção. Matéria prima pois a destruição do campesinato e sua recriação são maneiras de se produzir capital de maneira contínua. É no movimento de separação dos trabalhadores dos seus meios de produção uma via de produção de capital e a outra é na recriação desse sujeito não fraturado de seu trabalho para trabalhar em territórios abandonados pelo capital. Nossa compreensão é que o crescimento econômico e a própria manutenção do modo de produção amplia ainda mais as suas contradições. Desde 2015 vemos um aumento na repressão estatal em nível global e a entrada de enormes quantidades de refugiados do Oriente Médio e norte da África na Europa Ocidental. Na América Latina vemos a

retração dos governos “progressistas”, de ordem popular e nacional desenvolvimentista, e notamos o esvaziamento de políticas públicas e financiamentos para a permanência do campesinato no campo.

A contradição mora na necessidade, assim como Shanin explica, do modo de produção em se alimentar do camponês seja *proletarizando-o* ou mantendo-o no campo para dele extrair renda da renda. Extraíndo renda na produção de alimentos ou na utilização de seu trabalho para a produção de *commodities*. É uma balança difícil de ser equilibrada. Para entender este ponto, o campesinato como classe e modo de vida e a acumulação originária, nos propomos a construir uma revisão bibliográfica sobre o conceito de campesinato em articulação com sua luta contra a proletarização e sua construção de consciência. É o tema de nosso próximo subitem.

2.2 - Campesinato como classe social: resgatando clássicos, ampliando o debate

Discutimos a luta de classes e a classe e tratamos que em nosso trabalho entendemos o campesinato como uma classe do modo de produção capitalista. Compreendemos que analisar esta classe enquanto tal é importante para sabermos qual o sujeito social de nossa pesquisa e quais seus desdobramentos territoriais, qual sua influência na construção de seus territórios. Além disso, o entendimento do campesinato como classe do modo de produção capitalista, não um resquício feudal ou uma classe fadada ao desaparecimento, mas sim uma classe forjada na luta contra seus antagonistas nos leva ao ponto seguinte: toda a classe está em confronto com aquela que lhe subordina.

Os autores de língua inglesa que buscamos trazer para a pesquisa têm consonância com Thompson, autor central de nosso subitem anterior. Thompson era muito próximo de outro historiador, Eric Hobsbawm, que por sua vez fez parte do grupo de pesquisa que culminou na mais importante revista científica de estudos camponeses nas três últimas décadas do século XX: o *Journal of Peasant Studies*. Tal grupo congregava pesquisadores como Teodor Shanin, Hamza Alavi, Sydney Mintz, Michael Dugget, Claude Meillassoux, Tom Brass, Kostas Vergopoulos, Samir Amin, Henry Bernstein, Eric Wolf, Terence J.

Byres, além do próprio Hobsbawn. Contou inclusive com alguns artigos publicados de José de Souza Martins. Tal revista e grupo de pesquisa surge em 1973, um ano após a realização de um seminário sobre campesinato na Universidade de Londres (BERSTEIN, BYRES, 2001²¹). São esses autores que buscamos trazer em nossa pesquisa para enriquecer o debate acerca do campesinato, especialmente através do materialismo dialético e de um viés onde a luta de classes é compreendida nos moldes do que apresentamos a partir de Thompson.

Podemos traçar quatro pontos que ligavam tais autores. Primeiro a construção da compreensão acerca do campesinato como uma classe viva, uma recusa ao seu tão previsto fim pela corrente marxista leninista²² e o entendimento de sua importância vital para o funcionamento do modo de produção capitalista. Os autores tinham uma leitura que resgatava Rosa Luxemburgo como intelectual e não somente como militante comunista²³ (BERSTEIN, BYRES, 2001), processo semelhante ao que se deu com José de Souza Martins, Ariovaldo Umbelino de Oliveira e demais intelectuais brasileiros. Segundo, a recusa em adentrar no estruturalismo althusseriano, entendido pelos autores como praticamente metafísico. Terceiro, a leitura dos escritos de Buguslaw Galeski acerca da Sociologia Rural. Galeski foi um dos, se não o primeiro, a tratar da sociologia rural a partir de um ponto de vista mais crítico, trazendo o campesinato como elemento importante dentro da dinâmica rural, além de incorporar a Questão Agrária como elemento central deste ramo da Sociologia. Por fim, como quarto ponto, o acesso a textos até então desconhecidos da língua inglesa, em especial a magna obra de Alexander Chayanov em 1966 e os Grundrisse de Marx em 1973 (BERNSTEIN, BYRES,

²¹ Para maiores informações sobre o grupo e a revista, recomendamos o belo artigo de Henry Bernstein e Terrence J. Byres de 2001, onde ambos buscam fazer um histórico dos focos de estudo do conselho editorial e dos pesquisadores que publicaram artigos no referido periódico. Disponível em livre acesso em: <http://www.blackwellpublishing.com/pdf/joac002.pdf> (acessado em novembro de 2018)

²² A questão do fim do campesinato levou inclusive à retirada de Hobsbawn do grupo de pesquisa nos idos dos anos 1980 uma vez que o mesmo passou a entender que o fim do camponês era eminente como vai anos mais tarde, em 1994, defender em sua obra “A Era dos Extremos” (HOBSBAWN, 1995). Além disto, outro fato que distancia Hobsbawn do grupo foi seu entendimento de existirem estruturas feudais no desenvolvimento latino americano, algo já defendido pelo autor em 1969 (HOBSBAWN, 2017).

²³ Destaco que a obra de Rosa Luxemburgo, *A acumulação de Capital*, só foi traduzida para o inglês em 1963.

2001). Sobre o último ponto, Bernstein e Byres (2001, p.3) nos mostram a quantidade de material novo que foi acessada pelos intelectuais de língua inglesa e que acabaram por modificar por completo seu entendimento da Questão Agrária e do campesinato:

Both reflecting and stimulating this interest were the first English translations of important texts taken up by the emergent 'peasant studies', including the first full translation of Marx's *Grundrisse*, published in 1973 (an English language edition of extracts from the *Grundrisse* on *Pre-Capitalist Economic Formations* had been published in 1964); Marx' theorization of the formal and real subsumption of labour by capital, published as an Appendix to Ben Fowkes' new translation of volume 1 of *Capital* in 1976; and notable editions of selections from Gramsci's *Prison Notebooks* (1971), *Letters from Prison* (1975), and *Political Writings, 1910-1920* (1977). Kautsky's *The Agrarian Question* only became available to anglophone readers in a full translation in 1988, although a translation of extracts from the French edition by Jairus Banaji (1976) attracted wide attention. There were also English language editions of texts by leading protagonists of the Bolshevik debates on the 1920's, for example, Preobrazhensky (1965, 1980) and Bukharin (1971). In addition to the official *Selected Works*, writings of Mao Zedong appeared in new editions of translation and commentary (...) the efflorescence of Marxist intellectual work and debate in British and North American universities added journals like *Antipode*, *Capital and Class*, *Critique of Anthropology*, *History Workshop*, *Journal of Contemporary Asia*, *Race and Class*, *Radical Sociology*, *Review of African Political Economy* and *Review of Radical Political Economy* – as well the *Journal of Peasant Studies* – to existing independent socialist journals like *Monthly Review* and *Science and Society* in USA and *New Left Review* in Britain.

Este material todo serviu especialmente para refutar a construção teórica que era basilar para o marxismo no que tange o campesinato: o seu fim incontestável. As principais influências no que consiste especificamente o campesinato foram os escritos de Chayanov e em segundo plano os de Galeski. Consequentemente, partimos nosso resgate e construção de nossa análise do campesinato como classe a partir de Chayanov para, após isto, trazermos alguns dos autores acima citados e, por fim, articularmos com escritos brasileiros e com a realidade por nós estudada.

Partimos então de Chayanov com o seu *La organización de la unidad económica campesina*²⁴ (1985). Integrava a Escola de Organização e Produção, da qual foi o membro mais proeminente. Wilkinson cita:

[...] a “Escola da Organização da Produção” foi a descendente orgânica dos pensadores populistas contra os quais Lênin dirigiu seus ataques. Esta continuidade pode ser vista na negação comum da diferenciação social – ou a dissolução do campesinato nas duas classes básicas da sociedade capitalista – como uma tendência dominante ou necessária. Enquanto os primeiros populistas defendiam principalmente uma estratégia política baseada na transição direta da estrutura comunitária do campesinato para o socialismo, Chayanov e seus coautores se limitaram à teorização da lógica não capitalista da família camponesa (2008, p.31).

Portanto, a influência de Chayanov para com os estudos campesinos é grande, além de polemica, haja visto que toda sua teoria se choca justamente com a de Lenin. Para Chayanov (1985, p. 26), muitos intelectuais viam o campo e o campesinato somente como celeiro e fonte de mão-de-obra para as cidades, exceção feita aos intelectuais *narodniks*²⁵. Diferentemente dos *narodniks*, a Escola de Organização e Produção também trabalhou com outros aspectos, indo além do campo, sendo sua principal característica era a preocupação com a empiria. Chayanov mesmo (1985, p.29) na introdução de seu livro defende-se de ataques que sofria ao ser chamado de neoclássico, tratando principalmente do viés empírico de seu trabalho e de seus colegas. Chayanov parte da seguinte definição:

La unidad económica campesina es una empresa en la cual empresario y trabajador se combinan en una sola persona, en este caso el beneficio del campesino como empresario resulta totalmente anulado por sus pérdidas como trabajador asalariado constreñido a alargar su desempleo estacional (CHAYANOV, 1985, p. 30).

Isto é uma grande diferença perante os estudos acerca do campesinato. Chayanov vai a fundo buscar compreender a dualidade do das formas camponesas de produzir camponês, não o tratando como fadado ao fim, como parte do marxismo ortodoxo, ou como um resquício do feudalismo. O autor russo trata a partir da dualidade trabalhador e “empresário”.

²⁴ Publicado originalmente em russo em 1925.

²⁵ Normalmente chamados no mundo ocidental de populistas. Para evitar qualquer mal-entendido, mantivemos a expressão original em russo, *narodnik*, para a explanação.

Uma importante contribuição é no que concerne ao tamanho da terra. Destacamos que Chayanov trata como tamanho da terra e não da propriedade. A relação de propriedade é diferenciada para o campesinato e ele compreendia isso. Chega então à afirmação que quanto menor a terra disponível para o trabalho, maiores são as atividades de artesanato e de trocas comerciais (p.31), o que nos auxilia a desmontar o mito atual do camponês como mero produtor de víveres.

Outra questão que levanta o intelectual russo é de que o nível de produtividade do trabalho camponês influi sobre o nível de autoexploração do trabalho exercido pela família camponesa. Aqui encontramos talvez a maior contribuição *Chayanoviana* ao entendimento do campesinato e sua lógica: o balanço subjetivo entre trabalho e consumo (p.38). Sua conclusão se dá a partir de sua observação de real, assim como da consideração da denominada Unidade de Produção Camponesa (UEC) como categoria histórica, presente em diversos modos de produção.

O entendimento básico é de que a produção camponesa é formada por terra, trabalho e capital²⁶. Quando a família possui um pouco de terra para trabalhar, não contrata mão-de-obra externa para extração de mais-valor, mas sim somente para o auxílio. Por vezes emprega parte ou toda a força de trabalho da família em atividades não agrícolas, sempre levando em conta que a família tem seus próprios meios de produção (CHAYANOV, 1985, p. 38, 39). Destacamos que a compreensão de *família* para Chayanov não é meramente biológica, mas sim social. Ele considera família como aqueles que comem sob um mesmo teto ou da mesma panela (p.48).

O problema econômico básico do qual parte a análise de Chayanov é que o trabalho é feito para realizar as necessidades da família e não se pode confundir problema econômico com problema produtivo (p. 56, 60). Por vezes mesmo com a família camponesa produzindo o máximo que suas capacidades corpóreas permitem, ou o máximo que a terra onde trabalham oferece, não se alcança a satisfação das necessidades familiares. Existe uma correlação muito estreita entre o tamanho da família e o volume de atividade econômica

²⁶ Capital entendido por Chayanov simplesmente como trabalho acumulado, especificamente melhorias na terra e no que se pode denominar capital fixo, ou seja, construções para a produção, como por exemplo silos.

possível. Sendo assim, o tamanho da família, o tamanho da unidade econômica e a área cultivada são sempre interligados.

Destaca-se neste ponto que não é uma busca interminável por mais terra, mas sim a busca por um *optimum* de terra sob posse da família. A UEC varia em tamanho e possibilidade de trabalho ao longo do tempo, o que faz com que também a necessidade de terra necessária a família igualmente varie. Famílias mais jovens, com menos membros, assim como famílias mais idosas, necessitam de menos terra, enquanto famílias “no meio” de sua própria história como a de um jovem avô de 50 anos, com filhos e netos ainda na mesma família necessitam de mais terra (p. 66). Essa é a lógica da terra em Chayanov, do cálculo da necessidade de terra.

Ao olharmos para nossa realidade de estudo, entendemos que é no uso comum uma das possibilidades em que a tese de Chayanov pode ser comprovada. É nas comunidades que praticam o uso comum da terra onde as famílias têm a flexibilidade e a fluidez de área cultivada e de área de pastoreio. Ou seja, a porção de terra em que se cultiva pode variar ao longo das safras, assim como a área necessária para a lida com o gado. Tanto na Argentina como no Brasil os acordos de uso comum da terra são costumeiros e não legalistas, ou seja, são acordos baseados na tradição e não na lei do Estado. Com isso se tem uma flexibilidade no uso da terra no tamanho utilizado por cada família. Na comunidade Faxinal Salso, situado no município de Quitandinha, ao sul da cidade de Curitiba, a quantidade de animais que cada família possui varia de acordo com suas necessidades e mão-de-obra disponível para lida com os mesmos. As famílias mais jovens têm menos animais, uma vez a menor necessidade de alimento (pelo número de filhos menor) e a menor quantidade de mão-de-obra para a lida dos mesmos. Consequentemente, esses animais utilizam menor área do pasto. O mesmo se dá na comunidade de La Rinconada, Argentina (FIGURA 7). Como produto histórico e territorial, cada família acaba tendo um *optimum* de terra diferenciado, na sequeidão do semi-árido cordobês, no frio e umidade do primeiro planalto paranaense, nas diversas fases da constituição familiar, este *optimum* varia bastante. O mesmo ocorre com as terras de cultivo, não no tocante da variabilidade de tamanho cultivado, mas sim do que é ali cultivado.

Um ponto diferencial para estas é sua escassez e a pressão exercida pelos antagonistas do agronegócio sobre tais terras. Como não há terra em abundância, acaba por não ocorrer essa fluidez de Chayanov. Vive-se sempre no limite ou abaixo do limite para o autoconsumo familiar no que toca os cultivos.

Figura 10 - Imensidão e aridez do campo de uso comum da Comunidade La Rinconada, Córdoba

Fonte: AUTOR, 2017

Segundo Chayanov, assim como varia o tamanho da terra necessária para o autosustento familiar e comunitário, varia também o balanço entre o trabalho e o consumo (p.70), um vez que este consumo não é restrito somente ao trabalho agrícola. É a produtividade que conduz o trabalho como um todo: caso a produção não agrícola como o artesanato, o turismo rural, etc, esteja mais proveitosa, esta será a opção. Trabalhar mais em um solo ruim e com um mercado ruim não significa maior produtividade. Tudo isto tem influência na quantidade de trabalho da família. A maior influência, cita Chayanov, é “el volumen de la actividad de la familia depende totalmente del número de consumidores y de ninguna manera del número de trabajadores” (1985, p. 81). Isso significa que os que trabalham devem trabalhar para satisfazer as

necessidades dos que não trabalham caso seja necessário e a isso está conectada a questão da remuneração.

Sendo assim, o que determina o tamanho da UEC é a relação entre as necessidades de consumo da família e a força de trabalho disponível e, como não existem salários na maioria dos casos, só se pode expressar o consumo de trabalho através das da produção, da quantidade de produção realizada e comercializada para manter a família.

En otras palabras, podemos afirmar positivamente que el grado de autoexplotación de la fuerza de trabajo se establece por la relación entre la medida de la satisfacción de las necesidades y del peso del trabajo.

Cualquier unidade doméstica de explotación agraria tiene así un límite natural para sua producción, el cual está determinado por las proporciones entre la intensidad del trabajo anual de la familia y el grado de satisfacción de sus necesidades. (CHAYANOV, p. 85-85)

Esta necessidade de trabalhar para o autossustento familiar faz com que a família camponesa tenha pouca escolha e acabe por se submeter às mais diversas explorações quando a relação não é ótima. Aceita-se produzir para sobreviver, mesmo sob as condições menos favoráveis e que levariam uma fazenda capitalista, por exemplo, à falência. Isso se dá pois a família camponesa não usa a terra como local de extração de renda mas sim como local de vida, trabalho e reprodução.

Frecuentemente el equilibrio básico interno de la unidad familiar de explotación agrícola hace que sean aceptables remuneraciones muy bajas por unidad domestica de trabajo, lo cual le permite existir en condiciones que llevarían a la ruina segura a una unidad de explotación capitalista (CHAYANOV, 1985, p.94)

Como cita o intelectual russo, na falta de terras ou mão-de-obra, a família camponesa organiza sua vida com o que tem em mãos (p.94). O inverso também é verdadeiro, ou seja, qualquer excesso de meios de produção ou terra constitui uma carga excessiva para a UEC. Contudo, a segunda possibilidade é menos presente em um mundo onde a terra é mercadoria expropriada do campesinato. Com menor acesso aos meios de produção, ocorre uma menor produtividade e maior fadiga de trabalho. Isso é recorrente no campesinato latino-americano. A usurpação de suas terras e o apoio quase inexistente por parte do Estado gera um campesinato que batalha diariamente

pela sua sobrevivência. A luta pela satisfação das necessidades da família é constante e é o objetivo da organização da produção.

Destacamos um fato muitíssimo relevante e que há quase cem anos atrás Chayanov já havia notado. A necessidade de consumo, da satisfação da família camponesa é qualitativa e pode variar no espaço e tempo. Esta necessidade não é meramente de alimentos para a sobrevivência, ela vai além. Cita o autor que em áreas mais próximas das cidades o campesinato está sob pressão de novas necessidades de consumo (p.140-141). Além de estarem inseridos no mercado nacional e internacional (Chayanov, 1985, p. 134) no que toca suas produções, é preciso considerar que os camponeses também estão sujeitos às mesmas influências nacionais e internacionais em relação às necessidades de comunicação, transporte, cultura, lazer, etc.

Considerando a atualidade, a necessidade camponesa cresceu em quantidade e qualidade. O campesinato não é composto de sujeitos isolados, à margem do que ocorre na sociedade como um todo. A classe é parte da sociedade. Celular, carro, roupas da moda, televisão, internet são alguns das novas necessidades tão mal acessadas pelos camponeses. Nas comunidades camponesas faxinalenses da Pedra Preta, Meleiro e Espigão das Antas, situadas no município de Mandirituba, na porção sul da Região Metropolitana de Curitiba, a 45 minutos de ônibus da capital, tais necessidades só são satisfeitas por aquelas famílias que se subordinaram às multinacionais da carne e da madeira de celulose. O acréscimo de penosidade do trabalho foi muito grande, levando algumas famílias a trabalharem por até dez horas por dia entre horta familiar, lavoura, lida com animais e ainda com a granja por exemplo, porém, como já trouxemos acima com base em Chayanov, o campesinato faz o necessário para satisfazer as necessidades da família.

Chayanov constituiu um novo paradigma para analisar, estudar e pensar o campesinato em sua época, trazendo a luz a discussão de toda a importância dessa classe tanto para o modo de produção capitalista como para a sociedade. Fazendo um apanhado de suas contribuições, destacamos as principais a seguir. Primeiramente é a consideração do campesinato, da família camponesa como este trabalhava, como sujeitos que não se encaixam no modelo capitalista de produção, onde o lucro e os ganhos são sempre visados.

O campesinato busca a satisfação das necessidades da família, entendendo que esta satisfação é uma construção qualitativa, temporal, territorial e cultural. Segundo ponto é o balanço penosidade do trabalho e satisfação familiar. O campesinato não busca sempre mais ganhos, busca sim menos trabalho para alcançar a satisfação das necessidades da família em um nível optimum. Vemos então que o foco central do campesinato é a família, em seguida o trabalho e a terra. Compartilhando a mesma compreensão de Luxemburgo (1985), o autor considera que a família camponesa não é um elemento residual do modo de produção anterior, mas sim um produto histórico.

Com essa base os escritos do agrônomo social toda a gama de autores utilizaram de sua base para analisar a Questão Agrária e o campesinato sob outro prisma, especialmente um grupo que depois formou o periódico *The Journal of Peasant Studies*. Entendemos que o principal pensador que traz este novo olhar sobre o campesinato é o judeu russo Teodor Shanin, que iniciou sua docência acadêmica na Universidade de Haifa, mas se notabilizou como professor da Universidade de Manchester, sendo desde 2007 reitor da Escola de Moscou de Ciências Sociais e Econômicas²⁷ (MSSSES, em russo МВШСЭН). Fizemos um esforço especial para trazer para nossa tese as contribuições deste autor, referência central para os estudos sobre o campesinato na perspectiva da corrente metódica que estamos abraçando. Para tanto, realizamos um resgate de seus artigos mais relevantes e que mais impacto tiveram nos estudos sobre o campesinato ao longo dos mais distintos territórios. Nosso esforço consiste em ir além de sua obra mais conhecida no Brasil, *La Clase Incómoda*²⁸ (1983), e trazer contribuições suas presentes em vários artigos escritos em língua inglesa. Desde 2004 suas publicações se dão praticamente só em russo, contudo, seus últimos dois artigos em inglês também estão presentes em nosso apanhado²⁹. Seguiremos uma ordem cronológica de seus trabalhos afim de conseguir mostrar como se desenrolou o pensamento do intelectual russo ao longo dos anos.

²⁷ Em russo Московская высшая школа социальных и экономических наук

²⁸ Ainda não traduzida para o português.

²⁹ Shanin desde seu retorno à Rússia trabalhou com diversos estudiosos proeminentes daquele país, como Viktor Danilov (falecido em 2004) estudioso da questão da revolução de outubro de 1917 e o campesinato; Viktor Kondrashin, pesquisador do campesinato russo e ucraniano e da perseguição de Stalin sobre estes e Yuri Levada (falecido em 2006), intelectual que trabalhou com as políticas agrárias na URSS.

Ainda não estando formado o *Journal of Peasant Studies*, o primeiro artigo de maior destaque no mundo acadêmico de Shanin foi publicado em outro periódico científico. O grande impacto de tal publicação foi seu teor classista embebido da análise que Thompson fez da luta de classes. Assim se foi contra a maré althusseriana vigente naqueles anos. Shanin então entendia que o campesinato era uma classe em constante construção, não uma estrutura estática e atrelada somente ao lugar ocupado por seus sujeitos na divisão do trabalho, como o estruturalismo de Althusser defendia. Shanin (1970, p.21) considera o campesinato a classe mais oprimida, seja qual for o modo de produção vigente e, ainda mais agora, especialmente com o mundo capitalistas em suas costas.

The main weight of world capitalist exploration comes crushingly on the "developing societies" and in **particular on the peasantry which form the major oppressed class there**. The industrial working class in these countries is privileged in relation to the peasantry or the unemployed and small in numbers and will, indeed, necessarily remain so until the imperialist control is broken. Yet "the masses in the exploited dependencies constitute a force in the global capitalist system which is revolutionary in the same sense [of] Marx considered the proletariat of the early period of modern industrialisation to be revolutionary.

O foco da luta camponesa é antes de tudo a terra (p. 23), seja o acesso a esta, a sua manutenção ou ampliação. Após isto podem vir novas ênfases e objetivos, mas a centralidade da terra é vital. Isto pois é na terra e somente nela que o campesinato consegue trabalhar para retirar o sustento de sua família e de sua comunidade. Diferentemente do proletariado, que tem seu salário o campesinato não tem nada a perder, uma vez que já perdeu tudo (sua terra) ou está em vias de perder (SHANIN, 1970, p. 25).

Fato importante levantado neste trabalho por Shanin é o contraponto à máxima dos leninistas, de que a diferenciação social do campesinato impediria sua ação conjunta enquanto classe. Shanin (1970, p. 29) nos ensina que apesar de existir uma segmentação vertical do ponto de vista econômico e político, o campesinato age de modo uníssono em suas lutas³⁰.

In some conditions the class-in-itself/class-for-itself type of development occurs in these cases. It is the ability of revolutionary elites to build up coalitions of such groups and of

³⁰ Shanin coloca a máxima como dos leninistas e não do próprio Lenin, uma vez que este modificou suas posições em artigo de 1913 intitulado O campesinato e a Classe Operária.

the major classes of society which may be crucial in a revolutionary struggle. Evidently many of such groups will be temporary, and in constant flux, but then so are revolutionary situations. This brings us to the issue of intellectuals and "intelligentsia" definable in terms of social division of labour, and of specialization in the "mental" (as against manual) aspects of "social production". One of the many troubles with this group is that it does not fit well into the classical Marxist class analysis and yet keeps popping up as a major component every revolutionary situation. The basic Marxian yardstick of "relation to means of production" fails to select such a group at all, and Stalin subsequently declared it just a service substrata of any ruling class. (SHANIN, 1970, p.30)

O que Shanin quer demonstrar com esta passagem é que a revolução faz com que haja fluidez e uniões de classe para o objetivo final. Afirma que muitos grupos, como o de frações do campesinato, o arrendatário, o posseiro, e uniões, como a operário – camponesa, são temporários. Isso mostra seu ponto de vista de que a classe é histórica e relacional, assim como Thompson colocava. Sua construção do campesinato como classe que adquire consciência com o movimento e com a luta – no caso uma luta revolucionária – é aqui demonstrada pela primeira vez.

Entendemos que isso se dá na prática. As uniões classistas por nós analisadas se dão de modo muito semelhante. Foi somente com o avanço do agronegócio da soja sobre terras camponesas que o campesinato cordobês e santiageño se uniu e articulou para a luta. Anteriormente o movimento encontrava-se muito pulverizado no território. Não que antes não existisse o campesinato, mas ele só se entendeu como tal somente com a luta. A luta forjou sua consciência.

Trabalhando com a lógica do campesinato, o autor (SHANIN, 1973, p. 63) define o campesinato como uma entidade social composta de 4 características básicas: primeiro a propriedade familiar³¹ como uma unidade multifuncional; segundo a terra como indispensável; terceiro a cultura tradicional; quarto a sujeição a forças externas. Tais características esboçadas por Shanin são evidentemente herdadas de Chayanov, especialmente no primeiro item, onde se entende que a fazenda familiar é multifuncional, ou seja,

³¹ No original *Family farm*.

não está baseada somente no trabalho agrícola, mas também é local de vida, reprodução, artesanato, trocas, etc.

Os elementos centrais do entendimento do campesinato no seu tocante social e econômico são a comunidade e a família, sendo o trabalho familiar e a propriedade familiar com porções em uso comum centrais para tais sujeitos (p.67-68). Baseando-se em Chayanov, Shanin afirma que a ocupação camponesa é pouco especializada mas muito ampla, onde busca-se não ganhos extras, mas sim um balanço neutro³² (p. 71). Essas características, lembra o autor, constituem-se em um tipo de arranjo com similitudes em todo o globo. Não se deve, então, pensar o campesinato como homogêneo, mas sim como um unidade. Cita Shanin (1973, p. 73):

Finally, the peasant community in many cases lays claim to much of the peasants' land (for example, the common land or the forest) and may appear as the legal owner of all of it, present or past (demanding on behalf of the peasants land grabbed by landlords three centuries before, for example [Feder, 1971]). Indeed, community membership and the right of land use have been traditionally understood as one [Marx, 1964; Robinson, 1949; Lewis, 1963; Pearse, forthcoming]. Village economic units are on the whole supervised by an oligarchy of the heads of the peasant family farms, a major form of peasant 'grass-roots democracy'.

O campesinato então tem uma democracia descentralizada apesar de oligárquica. Democracia pois todos tem direito a voz, descentralizada uma vez que não há um núcleo de poder ou uma estrutura que comanda os rumos da comunidade e oligárquica pois são apenas as famílias na figura de um representante, normalmente masculino, que participa desse processo. O acesso à terra é central e é mediada via esta democracia. Apesar disto, o campesinato é subordinado ao Estado, aos donos de terra (*landlords*) e por capitalistas urbanos através de impostos, taxas para vendas de produtos e serviços (SHANIN, 1973, p. 76).

Segundo o autor, a heterogeneidade dos camponeses, que caracteriza a unidade, pode ser expressa e vista na diversidade regional³³. Tais diferenças mostram características naturais distintas em seus territórios, passado histórico

³² Balanço entre penosidade do trabalho e as necessidades da família camponesa.

³³ Destacamos que o uso do conceito região é feito pelo próprio autor no original, aparecendo o termo *regional*.

próprio das comunidades de cada localidade e relações sociais particulares. A própria divisão do trabalho camponês é diferenciada de região para região.

The diversity of the peasantry in terms of political economy has been expressed through its relations with political rulers and its own internal hierarchies. It has run therefore from serfdom to relative freedom (i.e. direct subjection to central rulers rather than to landlords) and has shown various degrees and forms of socio-economic differentiation and local oligarchy within peasant communities (SHANIN, 1974, p. 191).

O que o autor traz com esta colocação é que ao longo do tempo e do território a economia política do campesinato se modificou e se modifica. Novamente está presente a subordinação a um elemento de fora. Shanin não compartilha a tese leninista da diferenciação social, segundo a qual o campesinato mais rico se tornaria capitalista e o mais pobre proletário, mas ao contrário, considera que ocorrem mudanças na composição do campesinato, fruto do seu caráter dinâmico, o que o aproxima à Thompson e sua teoria de classes.

Há um debate acerca da diferenciação social do campesinato. Shanin o resgata e contrapõe alguns pontos das colocações já clássicas de Lenin. Para tanto faz um breve histórico do que foi este embate, argumentando que tanto os economistas neoclássicos como os marxistas consideravam o crescimento econômico o determinante mais importante para a modernização da produção, sendo o capitalismo necessário para tal³⁴, o que significava o fim do campesinato. Fim, pois com a separação entre produtores e meios de produção, ou seja, campesinato e terra, se produziria capital e que no processo o campesinato iria em partes se tornar assalariado ou burguês. Por sua vez, os neopopulistas, intelectuais que seguiam a linha paradigmática dos *narodniks* russos³⁵ diziam que, ao contrário, haveria uma estabilidade eminente da unidade camponesa na possível revolução que poderia ocorrer na Rússia³⁶. Tratando do campo da URSS, Shanin (1983, p. 88-89) afirma que onde existia mais fome era onde havia mais diferenciação social. A diferenciação social do

³⁴ Como citado anteriormente, ver Preobrazhensky (1965).

³⁵ Os *narodniks*, comumente conhecidos como populistas, eram socialistas agrários que tiveram forte influência na segunda metade do século XIX nos movimentos revolucionários na Rússia Czarista. Aleksandr Herzen e Nicolay Chernyshevsky foram seus maiores expoentes no campo filosófico.

³⁶ Os escritos *narodniks* datam das décadas de 1870 a 1890.

campesinato era entendida como um processo *histórico* da formação russa e de países não centrais no modo de produção capitalista, sendo a separação dos sujeitos dos meios de produção considerada inevitável. Tanto o autor como nós defendemos que na prática isso não ocorre. Além da própria manutenção, criação e recriação do campesinato pelo próprio modo de produção capitalista, há a resistência do campesinato e há também sua coesão social, a qual constrói a classe camponesa na luta de classes. Não são as pequenas diferenças de renda que desfazem toda uma construção classista. Como vimos no subitem anterior, classe é mais do que uma mera estrutura econômica, ela leva em conta fatores históricos, culturais e territoriais.

Em trabalho mais extenso, Shanin (1973b) resgata considerações já feitas sobre o campesinato, além de ampliar seu debate classista. Ele argumenta que o campesinato é um processo que emerge e submerge e com isso se transforma em classe (1973b, p. 142).

Uma consideração feita pelo autor que é muito interessante é o de que a natureza para o campesinato é essencial, diferentemente da indústria, a qual enxerga a natureza como fonte de matérias primas ou como parasitaria (p. 144). O entendimento da natureza como necessária para o campesinato nos é muito importante. Em trabalho anterior (OLESKO, 2013) já destacamos como certas comunidades camponesas faxinalenses tinham uma relação de troca com a natureza. A interdependência é evidente, uma vez que a própria mata presente nas terras de uso comum dos faxinais foi manejada ou até mesmo criada pelos camponeses. Ela tem função econômica como fonte de alimentos para os animais em pastoreio que se dá com o plantio, manejo e expansão das árvores frutíferas nativas, que alimentam os animais com a frutas que caem, ou algumas araucárias plantadas, que servem como madeira para a construção de casas³⁷, função cultural, como fonte de erva mate para o chimarrão, função social, como elemento da paisagem e da história de vida da comunidade. A natureza para estes camponeses não é, portanto, mera fonte de matéria prima, ela é muito mais.

³⁷ Há a tradição nas comunidades camponesas faxinalenses de se plantar araucárias ao nascimento de cada filho. Essa plantação é realizada com o objetivo de quando este filho ou filha casarem, as árvores servirem de matéria prima para a construção de suas casas.

A natureza e a terra são, pois, centrais para a possibilidade de reprodução do campesinato. A lida na terra é o central para a garantia do bem-estar familiar (SHANIN, 1973a, p. 150). Apesar dela não ser sinônimo de trabalho agrícola, este trabalho é a principal fonte de rendimentos para a família camponesa. Remetendo-se a Chayanov, destaca que o camponês possui outra lógica econômica, da terra como trabalho e local de vida, não somente como local de extração de renda, tal qual para o capitalista (p.147).

Remetendo-se a Rosa Luxemburgo, Shanin (p. 152) retrata que a extração da renda camponesa propiciou o crescimento e a existência da civilização como um todo e acrescenta que o campesinato está em permanente relação dialética com o Estado. Entendemos, assim como Shanin, que o campesinato é um pilar de sustentação do modo de produção capitalista, uma vez que se produz capital somente a partir de meios não capitalistas de produção, como Luxemburgo (1985, p. 63) ensinou.

Em sua obra mais conhecida no Brasil, *La Clase Incómoda* (SHANIN, 1983) encontramos uma explanação que se baseia tanto em Chayanov como em Luxemburgo. Logo de início Shanin (p.17) informa que existia um mito na União Soviética de que o progresso econômico traria maior divisão do trabalho, mais acumulação de Capital e maior diversificação social. O que ocorreu com a divisão do trabalho em si foi uma maior exploração da classe trabalhadora. No campo esse movimento criou com a coletivização uma massa de camponeses em processo forçado de proletarianização. Isso tudo seguindo a política econômica de Preobrazhensky³⁸, que defendia a necessidade de uma acumulação primitiva socialista permanente para o desenvolvimento da economia soviética.

Notamos a importância da acumulação primitiva permanente nos estudos camponeses. A importância desse processo econômico é considerada por diversos autores como central seja sob o prisma de sua necessidade para

³⁸ Para mais informações Preobrazhensky, E. *The New Economics*. Trad. Brian Pearce. Oxford University Press, Londres, 1965 e Preobrazhensky, E. *Anarquismo e Comunismo*. Trad. Paula Maffei. Editora Sunderman, São Paulo, 2016. Em ambos os livros, o primeiro de 1921 e o segundo de 1926, o autor, militante revolucionário e fundador do Partido Bolchevique, trata como é necessária uma política econômica que busque produzir e acumular capital para o desenvolvimento econômico soviético. Tal política foi seguida pela URSS em toda sua existência, mesmo depois da execução de Preobrazhensky durante o grande expurgo de Stalin em 1937, sob a acusação de ser trotskista.

o crescimento econômico e produção de capital, seja sob a visão de uma *funcionalidade* ao campesinato. Trabalharemos especificamente com este processo em capítulo posterior, uma vez que em nosso trabalho consideramos que a acumulação primitiva permanente³⁹ é a chave do entendimento dos conflitos por terra aqui analisados.

O campesinato, portanto, para o Estado Soviético servia como força produtora de capital⁴⁰. O campesinato é uma classe, uma entidade social que tem como partes indissociáveis de sua construção dimensões históricas, cultural, territoriais e políticas (SHANIN, 1983, p.21). Para ele a unidade doméstica camponesa forma o mundo das sociedades camponesas

La unidad domestica campesina se caracteriza por una casi integración de la vida de la familia y su explotación agrícola. La familia suministra el trabajo necesario mientras que las actividades agrícolas se orientan, principalmente, a la producción suficiente para satisfacer sus necesidades básicas y los tributos impuestos por los poseedores del poder económico e político. (SHANIN, 1983, p. 54)

Esta unidade domestica funciona sob uma grande coesão. Segue uma tradição, tem direitos autocráticos, criados por e pra os próprios camponeses, e obrigações gerais de proteção. Além disso, a unidade não deve ser entendida somente como unidade de produção, ela também é uma unidade de consumo, posse, socialização, apoio moral, ajuda mutua e sociabilidade (p.55). Esta unidade não leva em conta a racionalidade capitalista. Não se tem como objetivo a extração da renda da terra, mas sim a produção focando especialmente na manutenção da família e na comunidade. A propriedade camponesa não é um local de extração de riqueza, mas sim um território de vida, trabalho e (re)produção.

A diferencia de la propiedad privada, la propiedad familiar limitaba los derechos del propietario formal (Khozyan), este actuaba como administrador jefe de la propiedad (bol'shak) más que como propietario en el sentido usual del termino (SHANIN, 1983, p.58)

O que Shanin nos apresenta é muito importante para o entendimento do campesinato. A propriedade familiar limita os direitos do proprietário legal. Na Rússia imperial pré-revolução, o campesinato tinha papel mais de

³⁹ Trataremos ao longo da tese como acumulação original.

⁴⁰ Novamente aqui capital é entendido somente como trabalho acumulado.

administrador do que de proprietário que retira renda da terra e subordina o camponês. Isso tudo tinha uma grande coesão comunitária por detrás. A comunidade era a grande timoneira das ações e não o proprietário legal. Shanin (1983, p. 59) define a comunidade como sendo um grupo humano com uma base territorial, o qual é unido por laços de interação social e interdependência, um sistema de normas e valores aceitados e pela percepção de suas diferenças perante outras comunidades, além de um alto grau de autossuficiência e autonomia. Tudo isso ornado por uma grande coesão cultural entre as comunidades. A propriedade é sinônimo de ter e explorar a terra. Só assim ela é socialmente aceita pelo campesinato, não existe a necessidade de este campesinato ser legalmente dono da terra (SHANIN, 1983, p. 277). “La propiedad campesina es al menos de hecho, la propiedad familiar. El cabeza de familia es más que el “que dirige las tierras de la familia que su propiedad”.

Entretanto, destaca o autor, ainda que exista grande coesão, a comunidade está longe de ser um refúgio idílico, rústico e de amor fraternal, com igualdade e estabilidade. Existem conflitos, fracionamentos comunitários e grupos diferenciados dentro dela (SHANIN, 1983, p.61). Porém, essas divisões não impedem que esses sujeitos se façam classe via luta de classes.

O campesinato é um modo de vida e uma classe. Não é uma estrutura ideal, mas sim um processo. Nas comunidades camponesas faxinalenses há uma grande diferenciação social, com camponeses mais ricos, mais pobres, evangélicos, católicos apostólicos e católicos ortodoxos, contudo, tais famílias confluem para a unidade comunitária e posteriormente para a formação de classe. O próprio movimento social desses sujeitos, a APF, foi construído por muitas mãos e congrega diferentes grupos e facções políticas dentro de si. Existem nesse movimento social pessoas ligadas a partidos de esquerda, outros com formação política mais antiga (especialmente idosos dos tempos de ligas camponesas ou ligados ao trabalhismo do antigo PTB), outros ligados a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a alas da Igreja Católica ligadas a teologia da libertação, outros ainda que aprenderam na luta sobre política, e ainda os que estão ali por necessidade, como analisando a passagem abaixo:

Tô aqui na luta pela minha família, né? Pela companherada tudo também. Mas vem ae roubar nossas terra, nosso

sustento, então tô ae no movimento pra aprender e pra lutar pelo o que é de nós. Não queremos nada que não é nosso por direito. Queremô só trabaiá sossegado e ganha nosso pão. (CAMPONÊS 6, Faxinal Salso, 2016).

Semelhante fato ocorre na Argentina, talvez de modo ainda mais complexo. O MCNI congrega diversos movimentos de caráter provincial e até mesmo municipal - diferentemente da APF, que é estadual - aglutinando uma variedade de sujeitos que fazem a luta, o que propicia uma troca constante de ideias e conhecimento adquirido na luta e por outros meios. O MCNI acaba por congrega também as mais distintas identidades, porém se sobressai e foca-se, sempre, na construção classista:

Che... nosotros acá en Córdoba tenemos un conocimiento muy chiquitito del todo latino, argentino. Yo soy indígena. Mi tierra es ancestral. Pero mi vecino es blanco como vos y nuestra lucha es por todo, por los campesino, no solo por yo, por los indígenas, por los de antes... si pero por los de abajo. Blanco, negro, indígena... nuestra lucha es por la tierra. (CAMPESINO 1, La Rinconada, 2017)

O campesinato então, apesar de suas diferenças, une-se enquanto classe para a luta frente aos seus antagonistas. A realidade nos mostra que a diferenciação interna é posta de lado frente a um inimigo comum. Os conflitos não são postos de lado. Durante toda a pesquisa foi possível ver estes conflitos e a diferenciação, indo desde as casas das famílias, algumas muito mais simples que outras, chegando até a própria produção. Neste ponto, no caso brasileiro, alguns camponeses estavam integrados à BRF, tinham horta para o autossustento e ainda vendiam animais para uma renda extra, enquanto outros apenas produziam algumas culturas alimentícias para venda para a central de abastecimento do município mais próximo. No caso argentino, alguns camponeses já buscavam explorar o turismo rural e reconstruir o saber do cultivo, destruído após décadas de especialização produtiva totalmente voltada para a criação de gado bovino, enquanto outros tinham apenas poucas cabeças de gado caprino que mal lhes permitia comprar alimentos suficientes para todo o mês. Entretanto essa diferenciação toda não dividia as comunidades nem os movimentos sociais dos quais faziam parte. De certo modo existe uma unidade na heterogeneidade. O que os define vai justamente ao encontro da seguinte passagem de Shanin (1983, p. 68)

El campesinado puede definirse como un conjunto de pequeños agricultores que, con la ayuda de un equipo simple, su propio trabajo y el de sus familias, producen principalmente para su propio consumo y para satisfacer las obligaciones impuestas por los que ostentan el poder político y económico, alcanzando un grado de autosuficiencia social casi total dentro del marco de una comunidad

Os camponeses têm características que lhes são comuns segundo o autor. O tradicionalismo, onde justifica-se a ação do hoje em fins do passado, o conformismo, onde justifica-se a ação com términos de desejo geral comunitário, um igualitarismo básico, apesar das diferenças sociais evidentes, um inviolabilidade da família como central e um alto valor ligado a posse da terra (SHANIN, 1983, p. 70). A centralidade na posse da terra é vital para entender a relação camponesa para com esta. Terra e trabalho são inseparáveis. Não se entende terra como objeto, mercadoria ou meio de produção de maneira pura. A terra é um local de onde se extrai o fruto do trabalho e da natureza e se consome, onde se trabalha para a manutenção das necessidades familiares. Como já tratamos anteriormente, a propriedade familiar camponesa não é sinônimo de propriedade privada no sentido usual e legal do termo. Explica Shanin (1983, p. 70): “La actitud con respecto a la tierra – fundamentalmente al servicio de propósitos de consumo (*kormitel*) – implicaba que ésta no podía ser considerada como propiedad en el sentido usual de la palabra.”

No que se refere à questão da diferenciação social, Shanin (1983, p. 97-112) destrói as colocações dogmáticas sobre a transformação de camponeses ricos em capitalistas e camponeses pobres em proletários. Existe, ao contrário, uma mobilidade multidirecional em relação à riqueza econômica camponesa. A tendência geral é a das famílias mais ricas empobrecerem com o passar do tempo, e a das mais pobres enriquecerem, em um ciclo familiar complexo. Isso se dá uma vez que famílias mais ricas tendem a perder mais filhos para a cidade, devido ao acesso destes aos aparelhos citadinos como universidade, assalariamento, etc, enquanto as mais pobres necessitam de mais trabalho no campo e acabam se mantendo neste. Este padrão de certo modo é sentido no campo de uso comum tanto brasileiro quanto argentino.

Famílias que foram mais ricas no passado apresentam maior nível de instrução (universidade no caso argentino, cursos técnicos no caso brasileiro), porém têm viés de produtividade agrícola menor. Existem tendências niveladoras na sociedade na sociedade camponesa, de caráter não econômico. Como mostramos ao longo de todo nosso trabalho até aqui, o viés econômico não é a preocupação central do campesinato, mas sim a família. Mudanças, crises na estrutura familiar acabam por impactar mais na geração de renda por vezes do que o próprio viés econômico, do que a própria produção e posterior venda em si (SHANIN, 1983, p. 127). Além disto, a unidade domestica camponesa funciona como uma pequena unidade de produção, com recursos escassos, limitados, estando sujeita às poderosas forças do Estado, mercado e da natureza.

Nosso trabalho busca entender como o uso comum da terra se mantém em certas comunidades camponesas do sul do Brasil e do centro argentino. As diferenças regionais são evidentemente grandes. Contudo, é valido pensar o campesinato como classe, mesmo com tais diferenças regionais (SHANIN, 1983, p. 173). Além de sofrerem com a pressão estatal via ausência de políticas públicas, da natureza com as mudanças climáticas e intemperes e do mercado, o campesinato segue alguns fatores centrais para entendermos ele como classe: a centralidade na família, a terra, o trabalho, a comunidade, o direito costumeiro, a cultura e a solidariedade, tudo isso indo em conjunto com a luta de classes. As diferenças regionais também trazem diferenças sociais mas, como apenas dito, a diferenciação social é cíclica e processual. Para tal compreensão é importante utilizarmos a definição marxista-thompsoniana de classe, uma classe qualitativa nas palavras de Shanin (1983, p. 187) e não uma classe estática e estrutural.

Alguns exemplos disso são necessários. Shanin (1983, p. 194) traz o fato de os camponeses pobres soviéticos terem ficado ao lado dos camponeses ricos, os *kulaks*, ao invés do Estado. Ele explica que isso se motivou pela coesão de classe. Analisando nossas entrevistas e reuniões de campo podemos notar a mesma atitude.

Tamo sempre junto na luta. Tem uns contra que vem aqui sempre... lidar com nós... prejudicar nós. Uns dizem que o governo quer tirar a terra dos que tem legalizado. Nós ficamo

junto dos que tem papel e dos que são posseiro (CAMPONÊS 7, Faxinal Meleiro, 2017).

Cristina [Kirchner] es mi amor. Pero, como grupo, como campesinos no estamos juntos. Cristina hizo cosas para los agronegocios, después traerán a ella... nosotros, bueno, nosotros somos más un movimiento contra los que nos ponen su peso en nuestras cabezas (CAMPESINA 5, La Rinconada, 2017)

Essas falas mostram a solidariedade de classe de modo muito forte. No primeiro caso é a união entre camponeses com título de terra e posseiros, juntos, em defesa de sua comunidade, o faxinal Meleiro. Na segunda fala a camponesa nos ensina que mesmo tendo ela uma relação com Cristina Kirchner⁴¹ de “amor”, sabe que o MCNI como um todo não pode e não apoiará o partido de centro esquerda da ex-presidente. Isso se dá por coesão de classe.

Shanin nos traz as motivações dessa coesão camponesa. Ela se constrói enquanto um produto de defesa frente o Estado, a burguesia e as cidades. Rendas, preços, impostos, serviço militar, regime jurídico são algumas das pressões exercidas sobre o campesinato que os levam a lutar (SHANIN, 1983, p. 199). A solidariedade camponesa os une contra os de fora, não há uma luta “intraclasse” (SHANIN, 1983, p. 224-225). Há sim conflitos pessoais, familiares, etc, mas não um embate entre as frações da classe. É a luta camponesa contra a subordinação de sua renda, a luta contra os preços injustos pagos por suas produções, os impostos sobre suas terras, o serviço militar que leva os filhos para longe exatamente quando tornam-se adultos, as leis que vem de cima para baixo, indo muitas vezes contra o direito costumeiro por eles elaborado ao longo do tempo.

Ningún esfuerzo propagandístico consiguió, a largo plazo, que los campesinos aceptaren la imagen que desde la ciudad se les ofrecía sobre las relaciones para la lucha de clases en contradicción con su experiencia de la vida diaria. Ellos la conocían mejor (SHANIN, 1983, p. 200)

Entendemos isto que Shanin escreve como a luta pela autonomia. Autonomia entendida como um todo, que vai desde uma autonomia de como

⁴¹ Ex presidente argentina, atualmente senadora.

lutar, contra quem, como, como produzir, como entender a vida. O campesinato não é uma massa disforme a ser moldada pela vanguarda. Ele é um processo e um modo de vida, construídos por pessoas ao longo do tempo e de modo diferente em diferentes pontos do território. Podemos pensar o campesinato como uma diversificação social complexa, uma diversificação étnica e cultural igualmente complexa, mas que age de modo classista, com coesão e solidariedade (SHANIN, 1983, p. 226).

Conforma-se em territórios de fora da economia central mesmo que dentro do capitalismo. Apresenta Shanin (1988, p. 112) esses territórios camponeses como territórios que são economias marginais, catalizadoras, termômetros das economias centrais, os quais sentem as crises com antecedência e demoram mais para se recuperar das mesmas, sendo então territórios *expoliary*. Não devemos confundir tal termo com o conceito de espoliação, em moda nos estudos marxistas, especialmente sob influência de David Harvey. *Expoliary*, explica Shanin, são territórios externos à polis. A polis aqui entendida como o centro do modo de produção, no caso a urbanidade.

No que toca a indústria, em artigo escrito a quatro mãos como introdução para a edição inglesa de *A Questão Agrária* de Karl Kautsky, Shanin e Alavi (1988, p. 43) afirmam que o intelectual alemão construiu sua ideia baseado na lógica. Seu raciocínio seguia a ideia de que assim como o surgimento e desenvolvimento da indústria havia praticamente findado com a pequena manufatura, que não obtinha grandes lucros, a grande agricultura também acabaria com a agricultura camponesa.

Apesar disto, Shanin e Alavi (p. 44-45) mostram que, após trabalhos empíricos, idas ao campo, Kautsky diz no capítulo VIII de sua obra que o camponês pode sim se manter no modo de produção capitalista e arrematam uma constatação: Lenin decretara o fim do campesinato, Kautsky não. Como tratamos anteriormente, Lenin somente repensou seu posicionamento 16 anos após o lançamento de sua obra, já em 1905, enquanto Kautsky já modifica seu pensamento durante a elaboração de sua obra, em 1899. Explicitam Shanin e Alavi (1988, p. 45):

Kautsky afirma que existen tendencias económicas inherentes, así como presiones políticas reales, que propician la intervención estatal, con el beneplácito de los grandes

terratenientes, para garantizar la persistencia de las pequeñas granjas familiares. Para comprender mejor lo que eso significa, comparemos esta afirmación con la declaración incondicional que figura en una obra de Lenin de 1899, según el cual <<el antiguo campesinado no sólo se está diferenciando, se está *disolviendo totalmente*, está *dejando de existir*, está siendo desplazado por nuevos tipos de habitantes rurales... Estos son la burguesía rural (pequeña burguesía principalmente) y el proletariado rural: una clase compuesta por productores de bienes y otra compuesta por asalariados agrícolas>>. Lenin no sólo supuso la necesidad de un proceso de <<desaparición del campesinado>>, sino determinó que la Rusia rural de aquella época ya había sufrido ese proceso, convirtiéndose en una sociedad capitalista. La idea que en 1899 Kautsky tenía del proceso del cambio en la sociedad rural como consecuencia del impacto del capital y del progreso es notablemente diferente.

Desmistificando Kautsky, Shanin e Alavi buscam desmitificar a própria Questão Agrária. Este resgate que ambos fazem é importante para a compreensão da permanência, criação e recriação do campesinato no âmago do modo de produção capitalista. Veem os autores em Kautsky uma construção inédita até então, onde “el sector campesino de la economía política capitalista es fuente de <<*acumulación primitiva*>> *continua*, más que um sector abocado a una rápida desaparición” (SHANIN, ALAVI, 1988, p. 48).

Este ponto da acumulação primitiva permanente, entendida por nós como acumulação originária e que será discutida no capítulo 4 desta tese, perpassa toda a obra de Shanin. Outros trabalhos deste autor aparecem ao longo de nossa tese, contudo vamos agora apresentar o último artigo que cabe aqui em nossa revisão e resgate teórico do referido.

Encerramos nossa análise da obra de Shanin por onde iniciamos: Chayanov. Em seu último trabalho em inglês (SHANIN, 2009), ele apresenta duas colocações pertinentes: primeiro, que a acumulação originária mantém-se como indissociável do modo de produção capitalista e do que o autor chama de 4ª morte de Chayanov, através da veneração (SHANIN, 2009, p. 100).

Para Shanin (2009, p.85), Chayanov morreu quatro vezes, primeiro fisicamente, depois três vezes metaforicamente. Fisicamente Chayanov foi executado na então República Soviética do Cazaquistão em 1937 em um campo de trabalhos forçados. Sua segunda morte foi realizada no período de 1960-85, através da propaganda soviética, que reabilitou somente parte de seu

trabalho afim de justificar as fazendas “cooperativas” do Estado. Sua terceira morte foi no mesmo período, através de políticas do FMI para o desenvolvimento de países pobres, utilizando dos escritos de Chayanov para teorizar sobre a *demonização* de grandes cooperativas em favor do pequeno camponês subordinado ao Estado. Por fim, chega-se à sua última morte, iniciada com a recampanização posta em marcha no crepúsculo da URSS, em 1987.

Retornando ao que tratamos em relação à classe e à luta de classes, Shanin segue o mesmo sentido por nós apresentado. Para ele não existem “classes puras”. Elas são fluídas também. A particularidade essencial do campesinato é que ele ainda é formado por sujeitos donos de seu trabalho, que podem decidir como e o que fazer com ele.

Ser camponês é saber como combinar muitas ocupações com trabalhar na terra, cuidar de animais, cultivar alimentos, consertar máquinas. A verdadeira característica e definição dos camponeses tem como um de seus fundamentos essa natureza especial do campesinato, que nunca é uma coisa só, é sempre uma combinação (SHANIN, 2008, p. 41).

Este enlace final, da combinação, da duplicidade define muito bem o campesinato. Fazer-se classe para o campesinato é processo contínuo. Fazer-se e desfazer-se. O modo de vida se mantém, contudo a coesão classista não é estática. A centralidade na família, terra e trabalho são o ponto central da discussão de Shanin. Como ele, outros de seus pares trabalharam sob a mesma perspectiva, trazendo outros elementos para o debate e a construção do entendimento destes sujeitos. A seguir buscamos fazer um apanhado das colocações acadêmicas desses intelectuais.

Partimos de Sidney Mintz, o qual, tal como Shanin e Thompson. Sua defesa central, entende o campesinato como um processo, uma classe diversa, compreendida ao longo do globo de maneira não linear, com lógicas distintas que variam de porção do globo para porção do globo, ou seja, não há um campesinato padrão, igual (MINTZ, 1973, p. 91), ou seja, para o autor, o campesinato não pode ser apreendido como uma estrutura e como algo estático e, além disto, homogêneo no planeta. Cada país, cada região, cada território teria uma conformação específica de campesinato, um modo de vida

peculiar e que se faz classe de modo distinto em cada realidade. Não existe, pois, um padrão.

Apesar dessa inexistência de um padrão, Mintz (1973, p. 92) identifica alguns pontos essenciais para a sua identificação do campesinato. Primeiro deles é a importância da composição interna e diversa do campesinato. Existe a centralidade na família, mas a família não deve ser compreendida como a família biológica. Existem diversas construções do que vem a ser família, mas em sua diversidade, o que é foco para o campesinato é o cuidado desta classe para com a família, seja qual for o entendimento que se tenha desta. Segundo é a compreensão do campesinato como classe subalterna ou subordinada a outras classes não camponeses. O campesinato não é a classe predominante no modo de produção capitalista. Terceiro, é o cuidado com o uso dos conceitos de *tradicional* e *pequena comunidade* para definir o campesinato. Corre-se o risco, ao utilizar tais conceitos, de se engessar os sujeitos no passado no caso do tradicional, e de se hierarquizar de modo econômico os camponeses via tamanho da comunidade. Quarto ponto é ter noção da importância, força e história do próprio termo camponês. De uso pejorativo a uso político radical revolucionário, chegando na atualidade a um refluxo. Refluxo este, destacamos, que leva as definições meramente identitárias ou produtivas⁴².

A contribuição mais importante de Mintz é, ao nosso ver, a da vitalidade de se saber que em lugar algum os camponeses são uma massa homogênea ou um aglomerado padronizado (1973, p.93). Eles têm diferenciações internas das mais variadas e existem diferentes composições étnicas, em diferentes sociedades. Logo, nos ensina o pensador, que a composição de classe dos camponeses varia no espaço e no tempo (p.94). O campesinato só pode ser entendido então com toda sua diferenciação, sendo inclusive alguns camponeses “predadores”, exploradores de outros camponeses:

Thus, unless ‘the peasants’ can be understood in terms of their internal differentiation along economic and other lines, it may appear that they consist entirely of the prey; in fact, some are commonly among the predators. [...] Poor peasants permits

⁴² Exemplos não nos faltam, no viés identitário temos faxinalenses, geraizeiros, fundeiros de pasto, etc, do ponto de vista produtivo temos o já dominante uso do termo agricultura familiar.

themselves to be exploited so that they can remain peasants; and in so doing, they provide viability to economic adaptations of those peasants richer and more secure than they. (MINTZ, 1973, p. 94)

Mintz apresenta a ideia da própria internalização da exploração. Destacamos que apesar disto, como afirmado por Shanin (1983), não existe uma conflituosidade no fazer-se classe. Existe o conflito interno, mas isto não impede a construção classista uma vez que há uma subordinação estrutural camponesa a outras classes.

Em nossos campos a dificuldade camponesa nas mais distintas comunidades foi evidente, em especial para com o poder público. Mas no município paranaense de Pinhão, as comunidades camponesas faxinalenses conseguiram, via eleições municipais, eleger o prefeito e receber grande apoio financeiro para suas necessidades e isso pode ser explicado a partir do que Mintz analisa.

Ainda sobre o ponto para nós central na contribuição de Mintz – que o campesinato não é homogêneo –, este insiste no fato de que as comunidades não são homogêneas economicamente e culturalmente, tanto internamente quanto em relação a outras. O campesinato adapta-se no tempo e no espaço, e isso gera diferenças grandes entre os sujeitos camponeses, as comunidades, as tradições, etc. Certa fração do campesinato pode se desenvolver e tomar o protagonismo em certo lugar, em certo período, enquanto em outro lugar não. Não se pode então ignorar essas diferenças locais do campesinato, contudo não se pode cair também na especialização pura (MINTZ, 1973, p. 102).

Outro autor, Meillassoux, em dois trabalhos (1972, 1973) traz contribuições do ponto de vista do entendimento produtivo do campesinato, uma vez que considera que as comunidades camponesas são baseadas no controle da reprodução (autossustento) e não nos meios de produção (1972, p. 93). Primeiramente, destacamos que o autor define camponeses como aqueles que vivem da terra através de seu trabalho na mesma (1974, p. 82). É, portanto, o controle sobre como garantir a satisfação das necessidades da família que norteia a base da comunidade camponesa, e não o mero controle da terra. Ter o meio de produção – terra – e não ter a autonomia pouco tem importância para um camponês que já possuía, legalmente ou não, a terra.

Há uma outra construção da ideia de propriedade fundiária no campesinato que Meillassoux (1972, p. 97) mostra apresentando que para Marx o conceito de propriedade é legal e não econômico. As formações pré-capitalistas que o próprio Marx analisava, por vezes, desconheciam a propriedade privada como hoje a entendemos. Apesar de o dono dos meios de produção ser uma essência do capitalismo, uma vez de seu funcionamento se dar por uma classe que acumula o que o trabalho de outra realiza, o conceito de propriedade privada é negativo, pois a propriedade privada dispense – no ideal – um montante de capital para sua compra, capital este que é retirado da circulação e imobilizado justamente na propriedade privada.

Recognition of various economic formations comes generally from observation of different 'ways of living', such as hunting, cultivating, cattle herding, etc., which must not be confused with modes of production, though they may coincide with the latter. (MEILLASSOUX, 1972, p. 98)

Considerar como sinônimos propriedade privada e proprietário (*owner*) dos meios de produção acaba sendo um erro, assim como compreender que outros usos e aplicações da propriedade privada, como no caso camponês, consiste em outro modo de produção. Ser dono da terra, como elucida Shanin, não significa sempre ser o dono do meio de produção no sentido capitalista. O dono das terras legal no caso das comunidades camponesas faxinalenses da RMC não exerce função de dono dos meios de produção no sentido capitalista, ou seja, não extrai, através da exploração do trabalho alheio, seus ganhos. Seu relacionamento com a terra é distinto. Sua família trabalha com seu *optimum* no que tange as terras, o restante é posto a serviço da comunidade via direito costumeiro.

Isso nos leva a outro ponto abordado por Meillassoux, haja visto que o importante é a reprodução da família camponesa (1972, p. 100). A reprodução, para o autor, é comunitária e não somente familiar. A família está inserida no conjunto da comunidade e faz com seus pares as trocas, as quais devem ser entendidas como uma relação entre iguais e que não se resumem ao aspecto econômico. São trocas religiosas, de conhecimentos, de trabalho, de genes via casamentos, de histórias e saberes. Essa trama é que possibilita a reprodução familiar. A terra é o instrumento de trabalho, onde a ancestralidade, a família,

os idosos, a religiosidade têm grande valor. Ocorre um ciclo de avanço e retorno do autossustento, caracterizando a produção simples de mercadoria tal qual explicitada por Marx (M – D – M). E este ciclo é o ciclo da reprodução camponesa.

Control over subsistence is not control of the means of production but of the means of physiological reproduction, used to reproduce the life of the human producer.

The accumulation of the product as advance food is a basic requirement for the functioning of the agricultural community. It is achieved by an accumulation of labour in the land which increases the productive capacity of the group.

Concern for reproduction becomes paramount-not only reproduction of subsistence but also reproduction of the productive unit itself allowing the producers to benefit in the future from their past labour. (MEILASSOUX, 1972, p. 100)

Nesta linha de raciocínio ter mais terra e trabalhar mais ocorre somente para aumentar o acúmulo de alimento ou mercadoria (cultivos) a serem vendidos para a família poder acumular os produtos necessários para a sua reprodução e, conseqüente, para a reprodução comunitária. Meillassoux amplia aqui o esquema da satisfação das necessidades apresentado por Chayanov (1985) que tinha como núcleo de sua análise a família camponesa.

Ainda sobre a reprodução, o antropólogo francês explica que a principal característica do campesinato é que a sua produção é demorada, é acumulada e armazenada, além da distribuição ser planejada. Trazemos dois exemplos disto: o primeiro ocorre nos faxinais da RMC, no nosso caso em especial no Salso, onde há todo um planejamento da produção de leitões durante o ano para que no período do natal e ano novo, datas com maior procura da carne suína, existam leitões ainda novos o bastante para o abate além de possuírem quantidade o suficiente de “porco na lata”⁴³ para vender; na comunidades da Argentina, em La Rinconada, nos foi mostrada todo o ciclo necessário para a criação, possuindo o gado bovino de diferentes faixas etárias para manter a produção ininterrupta, tendo então animais filhotes, jovens, adultos e até mesmo idosos, que servem de guia para os outros no campo.

⁴³ Porco na lata é uma iguaria típica do campesinato paranaense, consiste em pernil suíno frito, picado em pequenos pedaços e armazenada em latas de alumínio onde a carne fica submersa na banha do próprio animal. Para a venda no natal e ano novo, as carnes precisam ficar pelo menos dois meses lacradas na lata totalmente submersas na banha para adquirirem um sabor melhor e mais marcante.

Assim, existem períodos produtivos e não produtivos, períodos de trabalho e não trabalho, respectivamente.

Como a família não é um núcleo isolado, mas sim um elemento da comunidade, os cultivos criam conexões entre as famílias e também entre comunidades distintas, entre pessoas que trabalham juntas, entre pessoas que vivem juntas, família e comunidade em relação dialética (MEILLASSOUX, 1974, p. 83). Portanto, para o autor, o que entrelaça a comunidade é o trabalho e a necessidade de manutenção da família, entendida por este como necessidade de reprodução. Entende-se que sua explanação é *chayanoviana*, onde a base do campesinato se dá pelo tripé família, trabalho e terra. A comunidade é o produto deste tripé, ao mesmo tempo em que constrói esse tripé. Sem a comunidade não haveria a reprodução familiar, é na comunidade que se fazem os casamentos, por exemplo. Sem comunidade não existiria todo o trabalho necessário para certas famílias se manterem na terra, uma vez que é a solidariedade camponesa que garante a existência do mutirão e com ele a realização de atividades que, sem ele, não seriam possíveis. Sem a comunidade não existira o manejo de terras. É na comunidade que se constroem os acordos comunitários tão caros às comunidades camponesas faxinalenses, por exemplo⁴⁴. Sendo assim, comunidade é produto e produtor, em relação dialética com as famílias camponesas.

Isso nos leva novamente a Marx e sua importância para os estudos camponeses. Dugget (1975) é aquele que demonstra como os *Grundrisse* de Marx modificaram o entendimento dos materialistas dialéticos sobre os estudos sobre o campesinato. O autor demonstra como Marx trabalha com a variedade de camponeses existentes e de sua relação indissociável do elemento comunitário. Sem comunidade não há campesinato. Isso entra em choque com as interpretações ortodoxas da colocação famosa de Marx do campesinato como um saco de batatas (MARX, 2015), que se unem, mas que quando a união se esvai, cada um vai para seu lado, vivendo isolados. Não existem, portanto, camponeses isolados. A família é o núcleo central, mas a família está ancorada na comunidade.

⁴⁴ Nos anexos consta o acordo comunitário que rege as famílias das comunidades camponesas faxinalenses situadas em Espigão das Antas, Pedra Preta e Meleiro.

Apesar disto, outro autor, Hobsbawn (1973, p 5), afirma que a comunidade é importantíssima para o campesinato, mas considera que sua força varia muito ao longo dos territórios. A contribuição de Hobsbawn para nosso trabalho vai nesse sentido: a diferenciação do campesinato nos diferentes territórios e ao longo do tempo, além da questão de força política destes.

Ao longo de seu trabalho, o historiador inglês trata da questão do campesinato como classe. Para ele, como para Shanin, o campesinato tem baixo grau de consciência de classe (*classness*). Mesmo assim, seus movimentos são fortes apesar de serem localistas em sua maioria (movimentos que muitas vezes ficam restritos a escala do município ou estado, movimentos de luta por direitos, terra, leis, mas que não vão além da realidade do local). O que Hobsbawn busca analisar e posteriormente defender é que o campesinato tem um histórico de lutas e resistências, porém, não consegue se conformar enquanto classe de maneira 'clássica', como a classe assalariada urbana. A resistência do campesinato seria enquanto diferente e autônomo, não enquanto revolucionário, guardadas certas exceções. Em outras palavras, o campesinato resiste como classe pois é subordinado a classe capitalista, essa subordinação é a expressão da luta de classes. Este conflito é a materialização de sua resistência, uma vez que sua luta é por sua autonomia e por sua lógica diferenciada de produção, produção voltada para a manutenção familiar e não para a acumulação. Não se busca um rompimento com o modo de produção capitalista e a construção de algo novo, revolucionário, mas sim o rompimento com a subordinação e a busca da liberdade (autonomia).

Concordamos com essa assertiva da diversidade camponesa e de sua dificuldade em confluir em unidade revolucionária, mas analisando sua obra, apresentamos um contraponto a seu pensamento. Apesar de escrito em 1973, Hobsbawn defendeu até o fim de sua vida que o campesinato não tinha caráter revolucionário em comparação à classe assalariada urbana. Defendemos o contrário, embasados na realidade por nós trabalhada. O campesinato sim tem viés revolucionário e contestador. A própria contradição da expansão do capital em todas as formas da vida impõe isto. Atualmente além de ver-se como diferente do sujeito urbano, o camponês vê-se excluído ainda mais do sistema

dominante. Em La Rinconada camponesas e camponeses se articulavam muito em torno da resistência e denuncia ao uso de agrotóxicos pelo agronegócio da soja que acaba por contaminar seus campos de uso comum. Entendiam isso como um desrespeito a sua existência, se sentiam ignorados como seres humanos, uma vez que tanto o Estado como o agronegócio ignoravam a existência de pessoas no entorno das plantações, pessoas que são contaminadas pela aplicação de pesticidas por aviões.

Isto, a exclusão do sistema dominante, vem para o bem e para o mal. Como o controle cultural sobre o campesinato é menor devido à sua marginalização frente à cultura de massa capitalista – figurada na mídia intermitente da internet, das redes sociais individualizantes, do conformismo urbano latente – através de sua dificuldade ao acesso, é no campesinato que moram as maiores resistências e possibilidades revolucionárias.

A desconfiança camponês perante o Estado lhe faz um revolucionário em potencial. Desconfiados pois o Estado os trata como problema, como atrasados. Não vemos isso no meio urbano latino americano. A conciliação de classes está sendo o *modus operandi* do sindicalismo urbano (ANTUNES, DA SILVA, 2016). No campesinato praticamente não existe a possibilidade de conciliação com o empresário do agronegócio ou com o latifundiário rentista, somente quando o campesinato se vê como tal, se vê como o “agronegocinho”, é que existe tal possibilidade⁴⁵. Estes são *inimigos* da classe camponesa. O MCNI tem isso posto de maneira muito clara e objetiva. Junto disto está o entendimento do Estado como ferramenta das classes dominantes.

Contudo Hobsbawn (1973) vê este ponto de maneira distinta, para ele, o campesinato só se tornaria revolucionário através de um guia de fora, um não camponês. É o modelo de vanguarda revolucionária de Lenin. O que vemos na prática é que é possível que a classe camponesa por si mesma, sem elementos externos, se questione e combata a exploração. Justamente como Luxemburgo enumerava como a espontaneidade revolucionária das massas. Wolf (1984, p. 352-353) reforça este ponto, o da possibilidade de uma revolta

⁴⁵ Sauer (2008) faz um análise sobre a importação do termo “agricultura familiar” dos EUA como um maneira de o Estado brasileiro buscar construir no imaginário camponês o horizonte empreendedor, de que com o trabalho todos poderiam vir a ser “agronegócio”.

camponesa se dar sem vanguardas externas a esta classe, mesmo que seu objetivo seja criticá-lo:

A utopia camponesa é a aldeia livre, livre de coletores de impostos, de recrutadores de força de trabalho, de grandes proprietários e funcionários. Governados, sem jamais governar, falta-lhes a familiaridade com a complexa máquina das operações estatais, que apenas percebem como “um monstro frio”. Contra essa força hostil, eles haviam aprendido que mesmo os tradicionais detentores do poder eram um escudo de pouco valia, embora, em certas ocasiões, desde que fosse do interesse deles, estivessem dispostos a defendê-los. Para o camponês, portanto, o Estado é uma quantidade negativa, um mal a ser substituído a toque de caixa, por sua própria ordem social “feita em casa”. Acreditam que essa ordem pode funcionar sem o Estado, pois os camponeses rebeldes são anarquistas inatos.

A realidade mostrou justamente isto. Wolf retrata isto como algo ruim. Hobsbawm, igualmente, acredita no localismo da luta camponesa. O que o campesinato argentino nos mostrou foi o contrário: sua luta é processual e relacional. Ela se relaciona com a cidade, mas defende sua autonomia, ela é processual pois se modifica ao longo do tempo e dos territórios, mas é contínua. Acima de tudo ela é revolucionária, uma vez que prega o fim da exploração do trabalho alheio e a emancipação dos sujeitos.

Um autor que nos ajuda a entender esse caráter revolucionário do campesinato é Alavi. Ele (ALAVI, 1967, p. 111) critica a divisão evolucionista entre um campesinato pobre, campesinato médio e campesinato rico. Para o sociólogo paquistanês eles não “evoluem” dentro de um modelo estrutural, hierárquico do tecido econômico do campo. Pertencem a setores distintos da economia rural na realidade. Para tanto o fazer-se classe torna-se mais compreensível a partir dessa compreensão.

A pergunta básica de Alavi não foi que não devemos nos perguntar se os camponeses são revolucionários e sim quando o são (p. 108). Tal qual Shanin, considera que durante uma pressão muito grande, crise ou acontecimento drástico, o campesinato se faz classe, pondo de lado suas diferenças internas. Ao tratar da realidade estudada por Alavi, a Índia pré independência, a Rússia revolucionária e a China revolucionária, considera que foi o campesinato médio que fomentou inicialmente as revoluções, unificando com o campesinato rico e o pobre, posteriormente, ao seu movimento. Isso

corroborar para o que o mesmo autor escreveria depois (ALAVI, 1973, p. 29), onde trata do campesinato enquanto classe, pensando classe em termos de Thompson, onde a classe é feita no movimento e não estruturada somente do ponto de vista econômico, onde não seria possível que camponeses ricos e pobres se unissem em torno de um objetivo comum, por exemplo.

A centralidade na economia por vezes pode escurecer o entendimento e análise. A variabilidade de situações sociais dentro de uma mesma classe é recorrente. Fazendo um exercício teórico, vemos que nem todo capitalista é bilionário e nem todo camponês é miserável. Um camponês nos ensinava sobre sua situação próxima a municipalidade de Cerro Colorado, na província de Córdoba, no centro Argentino, onde mostra que longe de ser um miserável, sua família possui certos bens e certa :

Bueno, tengo acá mi vaca, mi ternero, bueno, un tanton de animales. Pero, lo más importante, ahora, para yo es la estancia. Aca se quedan uns tipos de la universidad que son mochileros... estamos muy cerca de los pictogramas, una ruta turística... vivemos de la tierra, del trabajo con los animales, pero ahora sin el turismo... nos quedaríamos malos (CAMPESINO 1, Cerro Colorado, 2017)

O relato do camponês acima elencado mostra que sua família sobrevive de maneira melhor que o restante da comunidade graças à sua estancia, sua propriedade que é situada na beira da estrada que leva até um sítio arqueológico, ponto turístico daquela região. Ali ficam diversos estudantes que utilizam ou as poucas camas disponíveis em uma casa transformada em alojamento ou acampam no próprio quintal da residência. Ainda trabalhando com animais criados no campo de uso comum, o camponês considera que sua renda é um pouco melhor graças ao turismo que existe na região⁴⁶. A ortodoxia nos faria c que tal família camponesa pouco a pouco estaria se transformando em capitalistas agrários, burgueses, mas na mesma casa onde pode-se receber turistas ocorre também as reuniões das lideranças do MCNI naquela região e, poucos metros mais adentro do campo que circunda sua residência existe uma pequena fábrica piloto para a produção de sementes camponesas, chamadas sementes livres.

⁴⁶ O turismo se dá graças a pinturas rupestres existem a pouco mais de três quilômetros a frente da estancia do camponês citado.

Chamamos a atenção para o fato de ser justamente na casa de um camponês médio onde realizam-se os encontros do movimento. O mesmo ocorre em várias comunidades camponesas faxinalenses, onde os encontros das seções locais da APF ocorrem normalmente em casas de camponeses médios. Tanto Alavi (1973), quanto Wolf (1984) defendem que o motor da união fica nas mãos do campesinato médio uma vez que ele tem o que perder. O camponês pobre, muitas vezes sem-terra, vivendo de favor, não tem nem como se articular para uma revolta, revolução e até mesmo em fazer-se classe. Não é possível articular-se visto que não há tempo nem forças para isto. Seu trabalho mal sustenta sua família e o tempo para a política é inexistente. Com o camponês rico o contrário se passa. Mesmo explorado, está em situação privilegiada. Trazemos alguns trechos de entrevistas realizadas por nós para exemplificar estes casos. Primeiramente trazemos um camponês pobre, em seguida um camponês rico, por fim o camponês médio.

Tamo junto na luta porque não temo terra, né? Tamo ae meio que arrendando um litro⁴⁷ de terra dos primo. Tamo na luta pois o primo alerta nós, que nós temo que se juntar... tenho poco bicho solto, plantação só pra famia mesmo, mas se nós não luta nem isso temo (CAMPONÊS 8, Faxinal dos Ribeiro nov 16)

Sempre ajudemo os irmão, sempre... temo um pouco mais de terra de plantar, tamo bem, tamo com a granja... mas se deixar as coisas do jeito que tão, os contra vem e pegam tudo. Vem os rico da cidade e destroem nós tudo... é a irmandade que nosso Senhor ensinou. Se ajudando tudo a comunidade (CAMPONÊS 9, Espigão das Antas, 2016)

A reunião acontece aqui no pátio de casa ou no galpão da igreja. Envolvi com o movimento pra manter a terra. Nosso sustento. Meu marido não vai, trabalha na lida e vende os cultivos. Então entrei eu. Pra manter, pra melhorar. Se não fosse o movimento... já tinha acabado isso tudo. (CAMPONESA 1, Faxinal Meleiro, 2016)

Nota-se que a união por meio do camponês médio é praticamente forçada pela necessidade. Contam como elemento que viabiliza a união a religião, cultura e sociabilidade existente em comum entre esses camponeses. A solidariedade se destaca, como o Camponês 9 nos conta, uma vez que uma

⁴⁷ Um litro de terra equivale a 605 m².

família acaba por ajudar outras na colheita e na lida com os animais. Ainda no caso faxinalense temos a prática solidária da manutenção das cercas que limitam o criadouro, trabalho que é realizado pelas famílias de maneira solidaria. O fazer-se classe se evidencia uma vez que é a união de todos, em movimento continuo contra a classe antagonista, no caso dos camponeses faxinalenses da RMC, o agronegócio de pinus e eucalipto. Destacamos que classe em si é uma categoria social, que tem atrela a sai as condições sociais, culturais e econômicas comuns entre estes sujeitos e classe para si é uma categoria política, que leva em conta os fatores da classe em si, mas que vai além, uma vez que os sujeitos tomam consciência dessas condições e de seus antagonistas. Quando os sujeitos se unem em torno de seus interesses, constituem-se em classe política.

Tem na dialética classe – modo de vida a centralidade de análise entre os estudiosos que confluíam no periódico que *The Journal of Peasant Studies* na dialética classe – modo de vida. Além disto, podemos traçar uma linha de estudos que se inicia com um resgate de Chayanov, Luxemburgo e dos *Grundrisse* de Marx. Isto posto, ressaltamos que existe também um entendimento geral e praticamente unificado de que a acumulação primitiva de capitais, muitas vezes entendida como mero processo histórico de constituição do modo de produção capitalista, é um processo continuo. A família, terra, trabalho, solidariedade são elementos centrais do que constituiu o cerne do campesinato para tais intelectuais. Ressaltamos a importância e a mudança que trouxeram tais intelectuais para a compreensão dos camponeses e camponesas, de sua luta e da resistência contra aqueles que atacam seu modo de vida e suas terras. Neste primeiro momento trouxemos e analisamos as contribuições do período inicial do grupo e concluimos nossa construção teórica com algumas contribuições mais contemporâneas que fizeram outros pesquisadores da mesma vertente acadêmica.

2.3 – Campesinato como classe social: a atualidade do pensamento do *The Journal of Peasant Studies*

A atualidade das reflexões acerca do campesinato no mundo acadêmico crítico anglófono se assentam em uma manutenção e ampliação do

debate da luta de classes, acumulação primitiva continua, modo de vida e resistência camponesa. Somam-se como novidades a questão da autonomia e da autogestão camponesa. Contudo, o que unifica este debate é uma crítica ferrenha à pós-modernidade. Djurfeldt (1999) critica firmemente as posições pós-modernas, especialmente a crítica destes ao marxismo. Ao tratar o marxismo como meramente economicista, os pós-modernos perdem toda a amplitude que existe dentro do universo da corrente crítica materialista dialética. Porém, Shanin (1990) mesmo, dentro da perspectiva marxista, já alertava e fazia críticas ao evolucionismo marxista e científico em geral. Por fim, a crítica que a corrente *posmo* realiza é basicamente uma crítica a um “essencialismo” marxista e não ao marxismo em si. Ao se denominarem anti-marxistas e anti-modernistas, tal corrente filosófica acaba por cair num idealismo arcaico: o romantismo.

Este romantismo intelectual pode ser notado em diversos trabalhos que acabam por tratar o campesinato de modo fragmentado e idealizado. Mostra-se um mundo de alternativas, de ideias, que vive na projeção de um campo bucólico e sem conflitos, ancorado em uma cultura igualmente idealizada dos mais diversos grupos, etnias, parcelas e faces do campesinato. Brass (2012) faz coro à nossa crítica. Para ele (p. 125), os culturalistas pós-modernos re-essencializam a etnia e o campesinato, naturalizando tais características. Jogam fora por completo a questão da classe. Mesclam a identidade, a diferença com a ideia de sujeitos do campo que são isolados mas explorados, mantidos sob uma aura de vítimas do avanço do capital.

Novamente Brass (2015) nos ensina que duas interpretações tem destaque nos estudos camponeses. A primeira é a do marxismo, a segunda a de um neo-populismo pós-moderno, o qual agrega Chayanov a interpretações culturalistas do campesinato. Sobre essa segunda linha de interpretação, o autor informa que ele centra sua análise na diferença, na identidade ou na etnia dos camponeses e tem a seguinte característica: “the new post modern populismo dismissed concepts such as class, modernity, development and progress as inappropriate for an understanding of the rural 3rd world (BRASS, 2015, p. 192). Ocorre uma naturalização do campesinato. Não se analisam as

relações, os conflitos, a própria cultura como construções sociais, mas sim como elementos dados, naturais.

Tal interpretação se dá, a nosso ver, por uma falta de entendimento ou conhecimento da própria construção marxista do método e de seus conceitos. A fuga da utilização da luta de classes como categoria analítica, por exemplo, é compreensível se entende-se a classe como algo estático e estrutural. Isto pois não encontra-se a classe camponesa perfeita, como um ideal, na realidade, mas sim uma multiplicidade de realidades camponesas que são muito diferentes entre si. Fizemos aqui a análise da compreensão do processo da luta de classes construído por Thompson e ela difere deste entendimento estrutural da classe e pautado somente na economia. Os dogmas que certo marxismo apregoou acabaram por desembocar nesta construção que busca ser crítica, mas acaba sendo idealista.

Resposta a isto podemos encontrar em Shanin (2008). Partindo da compreensão de que a definição de campesinato é importante pois leva em conta economias não capitalistas dentro do modo de produção capitalista, é notável como a compreensão do diferente pode ser realizada de dentro da matriz materialista. Outro problema que resulta neste refluxo da leitura materialista é o problema de uma compreensão da classe como algo estático. Novamente encontramos em Shanin uma resposta: a classe é muitas vezes definida como uma abstração lógica, como uma classe pura em um capitalismo puro, e isto, essa pureza de ambos, não existe (SHANIN, 2008, p. 35). Usar modelos exige que saibamos os riscos deles se tornarem mal compreendidos. Acreditamos que há um mal entendimento por parte desta matriz culturalista, fragmentária e naturalizante sobre essas questões. Os sujeitos que são donos do seu trabalho e têm no trabalho na terra a raiz de seu modo de vida camponês e podem vir a fazer-se classe. E isto pode ser encontrado ao longo do mundo, independentemente da etnicidade, identidade, religiosidade, enfim, diversidade desses sujeitos. Como nos mostra Shanin (2008, 41):

Ser camponês é saber como combinar muitas ocupações com trabalhar na terra, cuidar de animais, cultivar alimentos, consertar máquina. A verdadeira característica e definição dos camponeses têm como um de seus fundamentos essa natureza especial do campesinato, que nunca é uma coisa só, é sempre uma combinação.

A combinação que Shanin nos fala não é meramente produtiva. Ela é cultural, étnica, religiosa, territorial e histórica. Não há um padrão fechado, mas sim uma construção permanente. Essa combinação nos leva a realidades distintas ao longo do mundo. Realidades estas que são analisadas e estudadas a partir de outras localidades também.

2.4 – As contribuições latino americanas para o debate do campesinato

Analizamos a seguir as contribuições latinas para os estudos camponeses, trazendo intelectuais que constroem seus estudos a partir das referências que apresentamos anteriormente. Destacamos que trazemos autores que seguem de maneira geral a mesma linha de pensamento daqueles apresentados até agora, tendo como base Chayanov e consequentemente Shanin.

Partimos de José de Souza Martins. Fortalecendo nosso posicionamento de uma análise que parte da luta de classes, Martins (1981, p. 22) cita que as palavras ‘camponês’ e ‘latifundiário’ são políticas em seu cerne, buscam justamente expressar a unidade de classe. Não trazem em si um sentido de identidade enquanto marco somente cultural, como as diversas variantes que denominam o camponês no do Brasil como *caipira* (utilizada em São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Paraná), *caiçara* (utilizada nos litorais paulista e paranaense), *tabaréu* (nordeste brasileiro), *caboclo* (interior do país de maneira geral). É algo mais. A palavra é usada pra indicar e evidenciar a existência da classe. Logo:

A palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição a povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso não é apenas um novo nome, mas pretende também ser a designação de um destino histórico (MARTINS, 1981, p. 22-23)

O camponês, para Martins, é um excluído (p.25). Surge no país na esteira das fazendas do período colonial como agregados, sem direito a propriedade. Portanto, diferentemente do campesinato europeu, enraizado na

terra, o campesinato brasileiro seria um migrante permanente ao longo da história de ocupação do campo brasileiro.

Neste ponto em especial vamos de encontro com a afirmação de Martins. O campesinato sul-brasileiro, que tem suas terras em comum, é um enraizado. Em trabalho anterior (OLESKO, 2013) resgatamos diversos relatos através de entrevistas onde camponesas e camponeses afirmavam que as comunidades camponesas faxinalenses situadas na Região Metropolitana de Curitiba tinham sido constituídas por seus antepassados há mais de 200 anos. O mesmo encontramos durante a realização dos campos para a presente tese: os camponeses afirmando que estavam nas terras a muito tempo, variando de 150 a 250 anos. Portanto, afirmamos que sim, o campesinato brasileiro de modo geral é um migrante que é expulso para as margens da expansão da agricultura capitalista, mas há uma parte significativa deste campesinato que permanece nas terras, ainda que pressionados e massacrados pelos seus antagonistas.

Podemos fazer uma afirmação sobre isto. Que os antagonistas dos camponeses no caso brasileiro são por muitas vezes o Estado e a agricultura capitalista em suas diversas faces, desde o agronegócio transnacional exportador, passando pelas cooperativas que sujeitam o trabalho e a renda do campesinato, chegando até aos latifundiários rentistas, que nada produzem. Ou seja, não é só o agronegócio que os desterra, é também a classe dos proprietários de terra rentista.

A permanência na terra diferencia estes camponeses brasileiros dos outros camponeses, sendo a permanência na terra, com autonomia nas decisões sobre como e o que realizar em sua terra, sua bandeira de luta.. O modo de vida destes camponeses está imbricado também com questões históricas, culturais e econômicas que remetem ao território que construíram. No caso dos faxinalenses, há toda uma construção que está em consonância com a própria condição climática fria do sul, com a mata de araucária, com a economia de criação do porco e do frango e com os ciclos da erva mate.

O mesmo se passa na Argentina, com um adendo que reforça a ancestralidade de seus territórios: a presença indígena. Como já apresentamos anteriormente, os territórios camponeses argentinos datam de 300 anos.

Shumway (2010) mostra como, ao longo da história da ocupação da então Província do Vice-Reinado do Prata, seu interior foi ocupado de modo semelhante ao brasileiro, com o campesinato às margens das grandes propriedades produtoras de gado. Este campesinato permaneceu na terra. Formou-se uma mescla étnica entre camponeses de ascendência espanhola e indígenas, os *campesíndios* de que fala Bartra (2011) ao tratar da gênese do campesinato da América de colonização espanhola.

Houve também uma imigração para as cidades de modo maciço, mas uma parte deste campesinato se manteve enraizado na terra e em uso comum. As frações do campesinato os quais tratamos em nossa tese, brasileiro e argentino, se conformam como sujeitos em luta na terra. Uma luta que é por sua autonomia, por seus territórios e contra a proletarização forçada. Diferentemente do que Martins (1981) constrói, portanto as camponesas e os camponeses dos quais tratamos aqui não são os migrantes, são os que permaneceram na terra em resistência. São produtos do modo de produção capitalista sim, mas não são recentes no tempo histórico, são um processo contínuo de construção que se mantém em seus territórios a no mínimo um século e meio.

Martins é sem dúvida grande expoente na produção intelectual brasileira que aborda o campesinato, resgatando assim como os pesquisadores de língua inglesa, Rosa Luxemburgo. Seguindo sua trilha, acadêmicos brasileiros construíram sólida contribuição aos estudos camponeses. Podemos definir o entendimento de Martins de campesinato como sendo sujeitos agricultores com cultura comum, produtores mercantis que se constituem classe, no geral excluída, sem voz perante a sociedade brasileira. Talvez de maneira ainda mais intensa isso é o que ocorre na Argentina, como tratado por Barbetta, Dominguez e Sabatino (2012).

Seguindo essa mesma linha de compreensão, Moura (1986) apresenta o campesinato como o cultivador em oposição à cidade, em oposição à sede do poder político, sofrendo uma subordinação permanente, embora não sendo uma classe isolada do restante da sociedade, mas sim

O campesinato é sempre um pólo oprimido em qualquer sociedade. Em qualquer tempo e lugar a posição do camponês é marcada pela subordinação aos donos da terra e do poder,

que dele extraem diferentes tipos de renda: renda em produto, renda em trabalho, renda em dinheiro. (1986, p.12)

A autora constrói sua compreensão sobre o campesinato em linhas fluídas, seguindo, portanto, a constituição de luta de classes, na perspectiva de classe elaborada por Thompson. Não se entende o campesinato como algo fixo, mas sim em constante transformação. O campesinato é, também para ela, um produto do modo de produção capitalista.

A extensão do capitalismo no campo não se dá simplesmente pelo advento de relações baseadas na compra e venda da força de trabalho – portanto, na expropriação dos meios de produção do camponês. Na verdade, o capitalismo se estende ao campo quando se institui a propriedade capitalista da terra. A renda territorial capitalizada vincula imediatamente a atividade produtiva camponesa aos requisitos da reprodução ampliada do capital e às leis do mercado. O camponês passa a se vincular ao movimento do capital, na condição de produtor de mercadorias ou mesmo de trabalhador para o capital industrial, mesmo que continue habitando sua parcela de terra. (MOURA, 1986, p.64)

Considera-se, deste modo, o campesinato indissociável do capitalismo. Isso corrobora para a exclusão de qualquer possível análise do campesinato brasileiro e latino americano como resquícios feudais. Oliveira (2007), por sua vez, se soma nessa compreensão e argumentação: o campesinato brasileiro é produto, criação do modo de produção capitalista, diferentemente do campesinato europeu. É isto que diferencia o campesinato latino do campesinato europeu, sua origem, e não simplesmente a questão de ser enraizado ou não. O enraizamento – ou a falta de – é importante, mas não é totalizante.

Uma definição de camponês que nos é interessante é a construída por Marques (2008, p. 60):

O campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário etc. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais.

É a questão da terra, a centralidade da família e do trabalho familiar que são norte para a definição da autora, reforçando as construções

anteriormente retratadas. Notamos então a presença de Chayanov no modo da construção conceitual do camponês para Marques.

Outras duas pesquisadores somam à nossa construção teórica. Primeiramente Almeida (2006). Ela segue o caminho de Martins e sua contribuição para nosso trabalho é a possibilidade de pensar que as múltiplas identidades camponesas acabam por se complementarem via interesses comuns (ALMEIDA, 2006, p. 94). A autora faz breve resumo do que entende por campesinato:

A classe dos assalariados vive do salário que provém do seu trabalho; a classe dos capitalistas vive do lucro, fruto da exploração do trabalho; e a classe dos proprietários da terra vive da renda pela sociedade derivada da propriedade fundiária. E, no caso do camponês, há um imbricamento de posição no processo produtivo, ou seja, ele é, ao mesmo tempo, proprietário de terra e trabalhador e, sobretudo, um trabalhador que não vive de salário porque o trabalho a ele pertence. Daí nossa consideração do campesinato como *sui generis* do capitalismo (ALMEIDA, 2006, p. 98).

Seguindo a mesma posição teórica, Paulino acrescenta que o campesinato na maioria das vezes não se reconhece e nem se identifica como tal (PAULINO, 2012, 29). No Brasil, a autoidentificação do campesinato como tal é fato raro e ocorre normalmente em dois casos: o primeiro e mais comum, dentre sujeitos de movimentos sociais como o MST, MMC, MPA e MAB; o segundo, que encontramos durante nossa pesquisa e em pesquisa anterior (OLESKO, 2013) entre alguns camponeses mais idosos e isso se deu devido à influência das Ligas Camponesas, presentes também no Paraná. A fala abaixo elucida essa afirmação:

Hoje em dia se definimo faxinalense. É importante pra luta. Mas antes era trabalhador rural... com os militar. Antes diziam lavrador. Mas quando eu era piá, era camponeis. Camponeis memo. Entendo que samo faxinalense, mas samo camponeis... porque samo da campo... Isso aprendemo quando meninote, com o Dom Ladislau... esse Paranázão véio já viu muita guerra de camponeis, nos interior tudo, pra defende o nosso eu era da Liga Camponesa lá quando piá...Bom, então pra mim a gente seria camponeis agricultor familiar faxinalense. (CAMPONÊS 9, Espigão das Antas, 2015)

A fala do camponês acima citada apresenta influência externa, no caso das Ligas Camponesas e especialmente de Dom Ladislau Biernaski, importante figura do movimento camponês paranaense e presidente da Comissão Pastoral da Terra de 2009 até seu falecimento em 2012. Contudo, demonstra como em algum momento do passado histórico os sujeitos do campo vinham a se autorreconhecerem como camponeses.

Diferentemente das concepções brasileiras, as construções *campesinistas* latino americanas trazem contribuições e colocações distintas, mas de igual importância para nosso trabalho. A esse respeito vale destacar o maior número de pesquisadores que se dedicam ao tema e o maior acesso que estes tiveram a produção dos autores do JPS⁴⁸.

Grande influência para os estudos latinoamericanos no que tange o campesinato, Bartra (2011a)⁴⁹ assim como José de Souza Martins e Ariovaldo U. de Oliveira, entende o campesinato como classe produzida no modo de produção capitalista e não como herança do passado, cuja lógica de organização da produção está ancorada na tríade trabalho – terra – família (p.5-7). Ainda Bartra (2011b, p. 70-72) define o camponês como trabalhadores rurais autônomos, centrados na família, com algum acesso à terra, entendida como espaço de autogestão. O campesinato deve, pois, ser compreendido a partir do núcleo familiar, a partir da qual se estabelece um emaranhado de relações sociais, cujos nós são a comunidade, a vila rural, o povoado, o governo local, a associação.

Bartra sofre influência evidente dos mesmos trabalhos que os intelectuais do JPS: Rosa Luxemburgo, Chayanov e de Marx. Toda sua construção está ancorada nesse arsenal teórico, o que gera uma consonância com a intelectualidade brasileira que trabalha com a temática camponesa. Acrescentamos que a principal diferença dos trabalhos do autor para os trabalhos dos autores brasileiros é uma influência maior dos escritos de Eric Wolf. Bartra, portanto, sempre considera que além de ser local de trabalho e

⁴⁸ Destacamos, por exemplo, que no idioma espanhol a obra de Chayanov já em 1975 com “Sobre la teoría de los sistemas económicos no capitalistas” e dez anos depois com sua magna obra “La organización de la unidad económica campesina”. O mesmo se dá com os trabalhos de Shanin, Hobsbawm, Alavi, os quais foram traduzidos para o castelhano já na década de 1970.

⁴⁹ Original de 1977.

vida, a terra para o campesinato é local de autogestão e, assim como Wolf (1984, p. 352), considera que o camponês tem um viés libertário que lhe é peculiar (2011b, p.78).

Outro autor, Angel Palerm, tem importância central para os estudos camponeses na América Latina. Partindo de uma concepção marxista e com um materialismo dialético rigoroso, seus estudos influenciaram e disseminaram a compreensão do campesinato a partir de Rosa Luxemburgo nos estudos latino-americanos. Palerm participou do mesmo seminário de Martins durante os anos de 1978 em seminário realizado na Universidade do Texas denominado *Peasants and Industrialization Process*. Suas contribuições se assemelham às de Martins, ou seja, também ele considera o campesinato como um modo de vida e uma classe do modo de produção capitalista, não uma herança passada. Sua principal diferença em relação a Martins é que em seus trabalhos encontra-se um debate acerca do campesinato constituir, ou não, um modo de produção a parte, subjugado pelo modo de produção capitalista (PALERM, 2008).

Palerm (2008, p. 273) parte do princípio de que é preciso estudar os camponeses a partir das formas concretas que estes apresentam em cada período histórico, uma vez que sua resistência é histórica e geográfica. Seu trabalho é de grande importância para nossa pesquisa, em especial no que se refere à sua compreensão do campesinato como fonte inesgotável de capital através da acumulação originária de capitais, como este apresenta:

En efecto, en las formaciones económicas dominadas por la acumulación capitalista, el campesinado resulta necesario tanto como mercado para la realización de parte de la producción capitalistas, como mano de obra barata para las empresas capitalistas agrarias y no agrarias. A la vez, los campesinos sirven como productores no capitalistas de mercancías baratas que entran a la circulación capitalista. Finalmente, los campesinos reproducen la fuerza de trabajo sin cargar los costos al sector capitalista y la mantienen también sin costos, como un depósito demográfico, cuando no existe ocupación productiva (PALERM, 2008, p. 274).

O autor destaca a necessidade de estudos que deem conta da compreensão da criação e recriação do campesinato dentro do modo de produção capitalista. Como ponto de partida para esta análise, além do entendimento da contradição inerente do capital, Palerm considera que a

criação e recriação do campesinato se dá através por meio do seguinte movimento: o capital cresce destituindo o campesinato da esfera da produção mercantil e se apoderando dos recursos naturais, vide terra e água, separando então os sujeitos de seus meios de produção (PALERM, 2008, p. 305). Contudo, o capital necessita do campesinato para ter mão-de-obra e para seguir realizando o processo de separação, conseqüentemente produzindo capital e para recriar os mesmo quando em momentos de crise ou para ocuparem territórios devastados pelas crises de sobrevalorização.

Outra autora que merece atenção é Giarracca (1990), socióloga argentina vai buscar a questão camponesa em Bartra. Pouco evidente nos estudos argentinos até início dos anos 1990, o campesinato era tratado como inexistente no país platino, seja pela academia, seja pelo Estado, seja pelos próprios sujeitos do campo. Com tamanha ausência, Giarracca se tornou porta-voz das pesquisas sobre esta temática e desenvolveu longa carreira dissertando sobre os camponeses.

A autora faz um resgate teórico das discussões (GIARRACCA, s/d) campesinas, sobretudo trabalhando com os mesmos autores do *JPS*, no caso Shanin, Alavi, Wolf e Hobsbawn e também com alguns intelectuais de fora deste grupo como Servolin e Mendras. Giarracca se apresentava como intelectual engajada e com um rigor científico acurado. Para ela era necessário compreender o campesinato não somente em sua dimensão antropológica e histórica, mas também sociológica:

[...] cuando aceptamos que el campesino es no solo una categoría antropológica e histórica sino, además, sociológica y utilizable para comprender las clases sociales de las sociedades actuales, aparece el riesgo de confundirlo con los pequeños productores familiares. Las diferencias entre ambos no son de matices o de escala de ingresos, sino de tal índole que los hacen sujetos sociales distintos. El “pequeño productor familiar”, “colono”, “chacarero” (o *farmer* en la bibliografía anglosajona), igual que el “campesino”, no utiliza mano de obra asalariada en forma permanente pero, a diferencia de este, es capitalizable, puede acumular. Las condiciones técnicas de su explotación, la combinación en el uso de sus recursos, el incremento en la incorporación de relaciones salariales, lo ubica en una posición que le permite negociar las condiciones de reproducción. La posición de clase del campesinado es diferente, es un sector subalterno [...]

El campesino puede lograr un fondo de reproducción de su unidad, pero no acumula y no es capitalizable hasta tanto no

cambien las condiciones básicas de su inserción en la sociedad (reformas agrarias) o haya modificaciones tales que impulsen acelerados procesos de diferenciación (GIARRACCA, 1990,p. 60)

Novamente vemos em Giarracca como Chayanov e os intelectuais do JPS influenciaram sua análise. A autora segue sendo referência dos estudos camponeses na Argentina, os quais têm característica peculiar: uma influência enorme da Sociologia, sendo esta a ciência que “guia” as investigações sobre a temática naquele país. Isso acaba por resultar em um trabalho que leva em conta mais a questão classista do que a do modo de vida. Diferentemente do Brasil, que possui grande número de pesquisadores sobre o campesinato e a Questão Agrária na Geografia, Sociologia e Antropologia, em terras platinas a Sociologia tem quase que o monopólio deste campo de estudo.

De modo geral, Giarraca, Bartra e Palerm servem de pilares para a compreensão, estudo e análise do campesinato na América de língua espanhola. Buscamos então conciliar estes intelectuais e suas colocações sobre o campesinato sob um único teto. Utilizamos de auxílio o trabalho de Sevilla-Gúzman (2006), outro intelectual importante para os estudos camponesinos para as investigações em idioma castelhano. Para ele os autores que trouxemos em nosso resgate no tocante do JPS são em sua maioria, tendo Teodor Shanin como ponto inicial, construtores de um narodnismo marxista ou um marxismo chayanoviano (SEVILLA GUZMAN, 2008, P. 191). As características unificadoras do grupo seriam as seguintes:

La mayor parte de la literatura de la nueva tradición de los estudios camponesinos continuó el debate histórico sobre la cuestión agraria del siglo XIX, separando ésta de sus dimensiones étnica y medioambiental, centrando su pesquisa en discusiones en torno a si el campesinado constituía o no una clase, y se ésta lo era <<en sí o para sí>>; o si, por el contrario, los camponesinos constituían una fracción de clase, retardaría análoga a una <<saco de patatas>>. Si este grupo constituía una categoría social integrante de una parte de la sociedad mayor estructurada en clases que resiste el progreso; si por el contrario poseía una racionalidad económico no capitalista que rechazaba la acumulación; si como clase o grupo pertenecía a un régimen de producción ya concluido (como el feudalismo por ejemplo) o si pervivencia bajo el capitalismo le valía su consideración también capitalista; o si era sólo un sector social siempre subordinado al poder. (SEVILLA-GÚZMAN, 2008, p. 188)

Respondendo às perguntas retóricas dos autores constatamos as seguintes conclusões que o grupo do *JPS* pode encontrar: 1 – o campesinato é entendido como uma classe em si, que em momentos de crise, tensão, guerra ou conflito constrói a consciência, transformando-se em classe para si. Neste ponto foi Shanin (1983) especialmente que alcançou tal conclusão através de uma compreensão ancorada em Thompson para a questão da luta de classes e da classe. 2 – a resposta que o grupo encontrou, novamente ancorada em Shanin, foi de que o campesinato constitui-se em uma categoria social integrante do todo e que resiste ao progresso econômico. Shanin (1990) explica que o progresso está atrelado a uma lógica industrial-urbana, que destrói a autonomia, o trabalho concreto e a família. E o terceiro ponto foi esmiuçado por quase todos os intelectuais do grupo, que trouxeram contribuições importantes para o entendimento do campesinato como polo permanentemente subjugado ao poder do capital, como é possível notar especialmente nos trabalhos de Palerm (1980), Mintz (1973) e Hobsbawn (1973).

No tocante às contribuições latino americanas, defendemos uma continuidade do pensamento iniciado pelos intelectuais da *JPS*, com contribuições originais especialmente no que concerne a origem do campesinato do continente. José de Souza Martins, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Armando Bartra e Angel Palerm têm influência central nesta construção. A diferença do campesinato latino para com o campesinato europeu é sua origem. Originados na margem do sistema colonial, os camponeses e camponesas latinos são produtos do modo de produção capitalista, não sendo, de modo algum, heranças do feudalismo.

Toda esta construção aqui feita tem sentido como um resgate de autores clássicos, o qual entendemos ser imprescindível na atualidade onde a luta de classes é negada e estudos de caráter fragmentado e pós-moderno ganham espaço na academia. São feitas afirmações que soam novas, como as de Grosfoguel (2012) ao tratar da multiplicidade de identidades no campo, mas que já foram explanas ou debatidas por Chayanov no início do século XX ou ainda pelos pesquisadores do *JPS* em meados dos anos 1970, e também pelos intelectuais latinos no fim dos anos 1970.

Em primeiro lugar temos que ter em mente que o campesinato é uma classe do modo de produção capitalista. Para tanto, é indispensável se ter conhecimento do debate sobre a luta de classes e classe. Shanin ao longo de seus estudos tratou o campesinato como um processo. Muitas interpretações podem ser feitas – e o foram – sobre tal afirmação do autor. Para Shanin a questão processual é atrelada ao campesinato não ser algo estanque, uma categoria fixa, mas sim fluída. Isso se dá devido à compreensão da classe como construção feita a partir da luta de classes e com características históricas, territoriais, sociais, culturais e econômicas que são fluídas. Não há um campesinato igual, padronizado. Existe um universo camponês. Nem por isso esses sujeitos não se constituem em classe. Para entender Shanin é necessário entender Thompson, para compreender Thompson é preciso alcançar Marx.

O segundo ponto sobre a definição camponesa refere-se ao modo de vida. O ser camponês está conectado a uma concepção de mundo. Apreender o campesinato somente como grupo social do modo de produção capitalista, reduzir os camponeses a categoria econômica é um erro. Alavi (1967) e Mintz (1973) foram os que melhor apresentaram tal questão. O campesinato é um modo de vida que tem características peculiares, as quais são construídas e modificadas no tempo e nos territórios. Contudo, apresentar o campesinato somente como modo de vida, ignorando seu caráter classista, se torna cada vez mais comum. Brass (2012) já apresentava isso como problema das análises mais recentes do campo. Isto é notável através da presença muito forte de trabalhos que versam sobre os Povos e Comunidades Tradicionais (PCT's) no Brasil, focando quase que por completo na identidade – modo de vida e ignorando a classe. Curioso fato que ocorre é que os movimentos destes PCT's acabam por se fazer classe no transcorrer de suas lutas, ainda que não se identifiquem como camponeses, neguem o caráter classista de suas lutas e baseiem por muitas vezes seus anseios na convenção 169 da OIT, dando então um caráter legalista a suas lutas.

Terceiro ponto importante se refere à tríade terra – família – trabalho como centrais para o campesinato. A este respeito, a contribuição de Chayanov para os estudos camponeses se faz sentir mais de cem anos após

seus escritos. O intelectual russo já enumerava a diversidade do campesinato e, além disto, defendia que o objetivo principal do campesinato era a manutenção da família e não a obtenção de lucros. Com isso nega-se a ideia de Lenin – mais especificamente dos leninistas – de que a diferenciação social camponesa levaria ao fim desses sujeitos sociais.

O trabalho na terra é o quarto ponto. O entendimento camponês da terra como local de trabalho é vital para a compreensão do campesinato como classe e modo de vida. A terra não é mercadoria, não é local de extração de renda e não é centrada como propriedade, mas sim como posse. Martins (1981) já discorria sobre isto ao defender que a luta do campesinato é uma luta de posseiros. Defendemos que mesmo quando proprietário legal da terra, a família camponesa parte da lógica que esta lhe pertence graças ao seu trabalho. Grosso modo, a propriedade legal da terra garante o trabalho e por consequência o sustento da família e não a garantia de renda ou ganhos numa futura venda. Não se entende a terra como capital imobilizado, mas sim como possibilidade de sustento.

Por último, temos a compreensão do campesinato como sujeitos não separados de seu meio de produção, a terra. O modo de produção capitalista busca em sua contradição separar os sujeitos de seus meios de produção e o campesinato resiste a isso. A dualidade da exploração sobre o campesinato se dá a partir da acumulação originária de capital, ou seja, o capital é gerado na venda de produtos camponeses, na circulação, onde a renda é transformada em capital, ou na própria separação dos sujeitos da terra. É nesta dualidade que se apreende o conflito de classes: uma luta pela renda e pelo capital por parte do modo de produção capitalista, uma luta pelo trabalho e pela terra por parte do campesinato.

O campesinato se constrói fazendo-se classe na luta. Compreender isto é imprescindível para ter a noção exata de como se dá este processo. A luta de classes, a luta entre campesinato e proprietários fundiários e capitalistas se dá como uma defesa de seu modo de vida, suas terras, suas famílias e seu trabalho. A defesa da autonomia daqueles que são trabalhadores e donos de seus meios de produção.

2.5 – Construindo a classe camponesa nos territórios *comuns*: Na luta pela terra se faz classe

Da luta de classes se forjam as classes. O campesinato latino está em constante luta frente os grandes proprietários fundiários e os capitalistas, sejam estes antagonistas aliados de classe ou fundidos em somente um sujeito. Desta luta os campesinos analisados em nossa tese tomam consciência de si mesmos como sujeitos atacados por seus antagonistas, tomam então consciência de classe e se aglutinam em movimentos sociais. Analisaremos aqui este processo. No tocante ao campo argentino iremos analisar a conformação do Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI), mais especificamente a conformação de dois movimentos provinciais que formam o movimento nacional: o Movimiento Campesino de Santiago del Estero (MOCASE) e o Movimiento Campesino de Córdoba (MCC). No campo brasileiro iremos aqui analisar a Rede Puxirão (RP), mais especificamente o caso da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF). A fração da classe camponesa que estudamos faz sua luta de classes, por seu território, seu modo de vida e trabalho através destes movimentos. Porém, antes de adentrarmos especificamente nestes pontos, é preciso analisar o desenrolar das lutas de classe existentes no campo argentino e brasileiro, remetendo aos sujeitos sociais aqui trabalhados.

A América Latina é um continente que tem semelhanças tanto em sua história de exploração e saque por parte do capital, como em suas resistências camponesas. Teubal (2008, p. 139) nos ensina que a globalização resultou, no continente, em um sistema de agronegócios que tem relevância importante. Juntamente com esta importância, ainda segundo o autor, criou-se o mito de que o problema da agricultura camponesa era sua falta de valor agregado, e de que só a agroindústria faria esse campesinato sair da situação de pobreza em que se encontrava. É então a globalização que impulsiona os produtores capitalistas e a formação de grandes complexos agroindustriais (p.140). Defendemos que assim como a globalização criou este “inimigo comum” aos camponeses latinos, foi a luta mais intensa com este que forjou uma classe camponesa mais interligada em escala continental. A fração do campesinato que tem as terras em uso comum articula-se internacionalmente através da Via

Campesina. A importância desta rede é muito sentida na Argentina, assim como no Brasil, embora em menor grau, uma vez que as ações da Via Campesina são confundidas com as do MST

A Questão Agrária pampeana se assemelha à brasileira. Excetuando o caso das propriedades improdutivas, usadas meramente para o rentismo, na Argentina o processo de sujeição do campesinato se deu e se dá de maneira parecida com o brasileiro. Sabato (1987, 292) discorre sobre o campo argentino e afirma que a classe dos proprietários fundiários é a principal beneficiada do lucro das vendas de cultivos, graças à grande fertilidade do solo e de seu monopólio sobre a terra. Ponto importante trazido pela autora é que o capital modifica e forma toda a estrutura produtiva Argentina. Antes o campo platino era formado por grandes estancieiros que tinham o campesinato em suas margens, utilizando seu trabalho para a manutenção do gado. Já no fim do século XIX isto se modifica, criando um latifundista dependente de exportações (p.293) através de uma liberalização da economia.

A agroindústria argentina teve seus interesses voltados para o mercado interno em seu nascimento Teubal (2008, p. 142). É somente com o advento do liberalismo econômico que se quebra o pacto nacional de abastecimento interno, o chamado *autobasto*. Nos anos 1970 acentua-se face liberal da agricultura capitalista argentina, tendo início a reestruturação neoliberal. O capital intensifica seu domínio no campo e toma como norte a exportação de *commodities* como único objetivo. Na Argentina, segundo Teubal (2008, p. 142), as consequências disto no campo são as seguintes: a difusão do assalariamento no campo; precarização do emprego rural; expulsão de pequenos e médios camponeses; imigração para as cidades ou para as fronteiras destas; a formação de *pools* de sementeira; a formação do agronegócio de características próprias argentinas (integração da agricultura capitalista agroexportadora, dominada por multinacionais do mercado financeiro); a articulação de produtores agrários com complexos agroindustriais, de beneficiamento de grãos e processamento de carne, exportadores (TEUBAL, 2008, p. 144).

Essas medidas se deram de modos distintos ao longo da América Latina. Na Argentina o processo foi caracterizado pela negação da existência

do campesinato e pela construção de um ideário do agronegócio como vocação do país.

Até 1937 havia um regime de arrendamento consolidado como costume. Com a lei agrária de 1946, se protegia os pequenos e médios camponeses. Entre 1976 e 1883, durante a Ditadura Militar naquele país, teve início a flexibilização destas leis, uma vez que setores conservadores viam a possibilidade de arrendar terra para soja. Em 1991 a economia agrária argentina tornou-se uma das mais desreguladas do mundo, com o campesinato rendeiro perdendo todas suas garantias de permanência na terra. A partir de então, de acordo com Teubal (2008, p. 145), começa a ocorrer o desaparecimento do uso comum da terra por parte do campesinato argentino graças à desregulação fundiária. Isto, porém, se dá apenas parcialmente. O campo das províncias de Corrientes, Entre Ríos e Misiones realmente teve seu campesinato quase que totalmente expulso de suas terras e trabalho, contudo, no centro da Argentina, especialmente em Córdoba e Santiago del Estero, estes permanecem na terra e em uso comum ainda hoje.

Em nossos trabalhos de campo vimos ambas realidades. Em 2015, durante incursão nas províncias de Misiones, Entre Ríos e Corrientes, vimos o retrato de um campo dominado pela soja, algodão e pelo monocultivo arbóreo. Ao indagarmos chacareiros⁵⁰ ouvíamos apenas que havia quase duas décadas que não havia mais uso comum. Notamos também a ausência de um campesinato numeroso, conformado em comunidades. Isso se deu pela desregulamentação fundiária platina indicada por Teubal. Ao contrario disto, ao norte da cidade de Córdoba, diversas comunidades camponesas foram encontradas, todas com uso comum da terra. Em entrevista realizada em outubro de 2017 isto fica muito bem explícito:

Acá todos están en común. Todos. Creo yo que el campesinado argentino era todo en común. Nosotros estamos acá en nuestros territorios resistiendo a los agros e su

⁵⁰ Os Chacareiros são moradores de vilas rurais que trabalham nas cidades próximas. É o retrato do que “restou” do campesinato nestas províncias e que pudemos apreender em nossos trabalhos de campo. Não afirmamos que o campesinato não existe nas províncias, a própria existência de movimentos sociais camponeses como o Movimiento Agrário de Misiones (MAM), Coordinadora de Trabajadores Rurales de Misiones (COTRUM), *Federación Campesina-Guaraní de Corrientes (FCGC)* e a Asociación de Productores Centro-Norte de Entre Ríos (APROCENER) mostram a existência e a luta camponesa nessas províncias. Mas ressaltamos que não tivemos contato com estas organizações e nem encontramos terras de uso comum.

violencia... loco, es más fácil vos preguntar a mi donde no hay el uso común... porque todo es en común (CAMPESSINA 5, Cerro Colorado, 2017)

Teubal (2008) afirma que a expansão desenfreada da soja se deu onde haviam mais comunidades camponesas, indígenas e *campesindias* amparadas pela lei de arrendamento, a qual garantia direito de posse da terra por mais de vinte anos. Uma pressão grande foi feita junto ao Estado para a expulsão destes sujeitos das terras que ocupavam. Isso se deu via desregulamentação fundiária quase que total e pela lei de isenção, ambas de 1991⁵¹, que acabou com o órgão estatal platino que regulamentava os preços e a produção de cereais e carne, que seguiam diretrizes estatais. Além disto, também a violência física foi aplicada, através de assassinatos, roubos de terra via grilagem – papéis *truchos* – e ameaças, além do envenenamento do gado das comunidades. A resistência encontrada no campesinato do centro argentino se deu muito pela chegada um pouco mais tardia e menos intensa da soja, a qual passou a avançar com mais força a partir da década de 2010. Fato apresentado por Teubal (2008, p.147) e observado em campo foi o domínio da soja no sul da província de Córdoba, uma vez da presença dos *papeles truchos* e do processo de quebra dos pequenos e médios camponeses via a nova lei de contratos, que beneficia os grandes proprietários e deixa os pequenos e médios a mercê de uma quebra de safra.

É a necessidade de mais terras que força este agronegócio a adentrar as terras do norte, de clima semiárido, com baixa pluviosidade e com solo ácido e pobre, como apresentado no primeiro capítulo. Isso força a um uso intensivo de agrotóxicos. Tudo para seguir uma expansão desenfreada da soja para exportação. A soja domina e desarticula a pecuária campesina e os cultivos de cereais tradicionais, especialmente o trigo, assim como a já escassa

⁵¹ A desregulamentação fundiária foi um processo iniciado ainda nos governos militares (1976-1983) e completados em 1991. Consistiu na liberalização dos contratos de arrendamento, que flexibilizados passaram a funcionar como contratos casuais de uma colheita, destruindo sua função inicial, que era de garantir aos pequenos e médios produtores a estabilidade contratual. Com isso, grandes proprietários tiveram a chance de, em caso de quebra da safra, não fecharem contratos com estes médios e pequenos produtores, uma vez o contrato agora não era mais válido pela safra toda e que devia ser honrada pelo grande proprietário, mas sim somente para a colheita (TEUBAL, 2008, p. 143) A Lei de isenção eliminou os órgãos que regulavam os preços dos produtos através de ações protecionistas e que garantiam a produção e o trabalho do campesinato (TEUBAL, 2008, p. 144).

produção de hortaliças. Além disto, todo este processo se dá em conjunto com uma especulação fundiária ímpar, onde o preço da terra aumenta de modo exponencial, cotado em dólar, não importando a variação do câmbio flutuante. Assim, o funcionamento desta agricultura capitalista se dá da seguinte forma:

Na Argentina, estas grandes empresas se conectam com empresas pertencentes ao setor financeiro, formando as denominadas *pools* de sementeira, que transformam o setor num negócio financeiro. Algumas vezes compram terras, outras operam com ou contratam empreiteiros que arrendam terras e provêm maquinário, a equipe e os agroquímicos necessários para estimular a produção de *commodities*, essencialmente soja, requeridas pelo “mercado”. O campo se transforma cada vez mais em um produtor de *commodities*; cada vez menos um meio de vida para a maioria dos produtores agropecuários, e menos para os produtores familiares. O país vai perdendo sua qualidade de produtor de alimentos básicos (TEUBAL, 2008, p.146)

Fortalece-se uma agricultura sem agricultores e é essa agricultura que avança sobre os campos comuns do norte cordobês. O campo argentino deixa de produzir alimento e passa a ser produtor de *commodities*. O campesinato que sobrevive se vê refém de uma agricultura de contrato e do pacote de sementes imposto pelas empresas (TEUBAL, 2008, p. 148). O que ocorre é a sujeição do trabalho e da renda camponesa. Logo ocorre uma explosão de conflitos de terra no país. Em Córdoba e Santiago del Estero os conflitos se dão com muitas mortes camponesas. Contudo, foi nesta luta de classes que teve início a criação dos movimentos camponeses daquele país.

Os conflitos pela terra aumentam exponencialmente devido à voracidade dos invasores. A lógica do agronegócio se expande e os velhos engenhos, as agroindústrias de vitivinicultura, dos cítricos, etc. seguem seus passos. Velhos e novos investimentos atuam de modo similar (TEUBAL, 2008, p. 148)

É no bojo deste avanço das classes capitalista e dos proprietários fundiários que a classe camponesa platina se constrói. O tomar consciência de si se deu na resistência, na luta, como Thompson (2012) nos ensinou. Esta consciência tem como característica central a luta pela terra e pela autonomia. Questiona-se o controle estatal das terras, haja visto que o Estado age com e para os antagonistas dos camponeses. Portanto:

Todos esses movimentos e suas lutas apontam a criação e/ou consolidação de um espaço territorial próprio no continente

latino-americano e alternativo aos espaços até onde se havia expandido o agronegócio. Também são movimentos que possuem características diferentes em relação ao que foram as reformas agrárias do século XX. Trata-se de movimentos mais enraizados nos movimentos sociais que os sustentam (TEUBAL, 2008, p. 150).

Já segundo Sabato (1987), a paisagem agrária argentina é moldada por dois sujeitos sociais (SABATO, 1987, p. 293), ao nosso ver por duas classes: o *chacareiro* renteiro (camponês) e o *terrateniente* (latifundiário) rentista. O campesinato é então duplamente explorado, primeiro pelos *terratenientes* que cobraram renda através do arrendamento das terras e depois via extração de renda na circulação de seus produtos pelos capitalistas e no. A autora faz um breve apanhado das características centrais do campo platino: 1 – propriedades maiores que 200 hectares, 2 – presença de uma burguesia agrária, herdeira dos grandes estancieiros; 3 – um campesinato bloqueado em seu acesso a terra, devido à dupla exploração que já elencamos; 4- grande presença de latifúndios de criação extensiva de gado, com mão-de-obra assalariada; 5 – leis criadas para e pelos latifúndios de gado, graças ao seu domínio do Estado; 6 – o latifundiário do gado como núcleo modernizador platino liberal, com a acumulação original de capital via gado como chave par este poder; 7 – renda e juros como norte dos ganhos latifundistas; 8 – relações de monopolização capitalista (SABATO, 1987, p. 294-296). Em resumo “Tierra, capital, renta y ganancia constituían los pilares del poder de la burguesia tierrateniente y ganadera hacia la primera década del siglos XX” (SABATO, 1987, p. 296).

Assim como no Brasil, onde o camponês das margens do grande latifúndio escravista desbravava e melhorava o solo (MARTINS, 2015), na Argentina o campesinato renteiro vivia o mesmo processo. Portanto, a dupla gado para exportação – rentismo, estão no cerne da Questão Agrária platina. De modo muito semelhante ao Brasil, a classe camponesa argentina ficou de fora de qualquer processo de acesso ao Estado, não sendo sequer considerada um sujeito social, mas sim um pária.

Sobre o entendimento de pesquisadores e do Estado argentino frente ao campesinato em terras argentinas, nos traz Dominguez (2012, p. 135) que

ocorreu uma negação do campesinato no país, muito graças ao mito de uma cultura nacional hegemônica predominantemente urbana. Essa negação é, para o autor, grande contradição, haja visto que o país se inseriu no mercado global a partir da agricultura. Como Shumway (2010) desenvolve ao longo de sua obra, a Argentina sofreu um processo muito peculiar de consolidação pátria: uma disputa entre o interior e o porto (Buenos Aires), um embate entre a elite fundiária interiorana, estancieira, mestiça, conservadora e uma elite urbana capitalista, comercial, liberal e branca. A vitória ficou nas mãos da elite urbana, que subjugou a elite fundiária e depois se fundiu a ela.

O caráter agroexportador argentino deixou marca na estrutura agrária, onde o campesinato era, desde a origem deste modelo, integrado à cadeia produtiva agroindustrial através de sua mão-de-obra para um assalariamento provisório, através do sequestro de sua renda e de seu trabalho com o gado. Sendo assim, o camponês argentino já nascia com sua renda subordinada (BARBETTA, DOMINGUEZ, SABATINO, 2012, P. 3-4). A dualidade do campesinato platino se dá nesse processo. A fração por nós trabalhada é a do meio norte do país, o qual ficou mais à margem deste sistema agroexportador durante muito tempo. O liberalismo argentino excluiu o camponês de qualquer esfera política e somente nos idos dos anos 1990, com maior intensidade no início do século XXI, é que este modelo agroexportador adentrou os territórios camponeses do centro norte. O campesinato do pampa úmido era duplamente subordinado, mas o campesinato do noroeste argentino trabalhado aqui era subordinado somente via arrendamento. Sua exclusão da cadeia produtiva gerava para estes sujeitos uma autonomia relativa muito maior.

Gras e Hernández (2008) tratam disto. Para as autoras, a partir de 1976, já durante a ditadura militar platina, ocorre um processo de liberalização do campo no país. Isto se agrava nos anos 1990 com uma entrada fortíssima do agronegócio da soja. Ainda segundo as autoras, o caráter empresarial e globalizado do agora empresariado rural busca tomar terras camponesas para o plantio de *commodities* destinadas à exportação. Esse processo resulta em consequências diversas, entre as principais são a especulação fundiária, a expulsão camponesa e a queda abrupta da produção de alimentos no campo argentino. Logra-se uma territorialização do capital no campo, justamente como

Oliveira (2007) problematiza. Porém, se no caso brasileiro isso se dá com o agronegócio da cana, na Argentina tal processo ocorre com o agronegócio da soja. Portanto, se destitui o campesinato de suas terras.

Em nosso primeiro trabalho de campo, no nordeste argentino, região conhecida como litoral, e no pampa úmido, nos arredores da cidade de Rosário, como já dito, não encontramos a fração camponesa que realiza o uso comum. Encontramos inclusive poucos camponeses, a maioria desses camponeses havia sido expropriado de suas terras. Para seguir com a produção de capital, a acumulação originária necessária, deslocou-se o avanço do agronegócio para a porção semi-árida do país, utilizando do mesmo processo que contava com mais de cem anos de prática no restante do país: rentismo e exportação, saque de terras e expulsão camponesa.

Estas mudanças na estrutura agrária do país ocorreram de modo verticalizado, de cima para baixo. Desde a década de 1970, mas fundamentalmente nos anos 1990, estas mudanças se deram através de três pontos: uma reordenação do sistema agroalimentar platino; uma reconfiguração territorial, onde a figura do camponês arrendatário foi sendo destruída; e uma consolidação do agronegócio exportador (BARBETTA, 2014, p. 6). Antes o que havia era uma agricultura capitalista, subserviente a uma elite liberal capitalista urbana, que vivia da sujeição da renda camponesa no trabalho com o gado. Hoje ocorre uma expansão desenfreada do agronegócio tecnificado da soja e do eucalipto. Como indica o autor, “[...] con la consolidación del agronegócio ha aumentado la conflictualidad en el agro argentino en torno a la propiedad de la tierra y el uso de los bienes naturales (agua, bosques)” (IDEM).

É através destes embates, agora mais intensos, que surgem os movimentos camponeses na Argentina. Primeiramente o MOCASE, em 1990, posteriormente os outros. Destaque que Barbetta (2014, p.6) mostra é que paralelamente à consolidação do agronegócio na Argentina, os movimentos camponeses se fortaleceram. Isto é a contradição em si do próprio capital, que em seu funcionamento gera a consciência de classe no campesinato e faz com que estes tomem consciência de que seus territórios são construídos de maneira distinta da construção capitalista. O campesinato argentino se

configurava antes do avanço do capital sobre seus territórios como classe em si e como modo de vida distinto somente. Não era uma classe para si, aguardando um antagonista surgir para o embate. O mesmo se passa com a classe dos proprietários fundiários e dos capitalistas investidores no campo platino. Antes tanto o Estado como estas classes não enxergavam no campo sequer a existência de camponeses.

Anteriormente então haveria um aparente paz entre camponeses e proprietários de terra, onde os primeiros tinham sua renda sujeita aos segundos, através de pagamentos de arrendamento com produtos. Ocorria a subordinação camponesa, nos moldes que Moura (1986) traz. Com o agronegócio isto se transforma em uma sujeição ainda maior da renda, via integração vertical a grandes cadeias pecuárias, e então há um roubo de suas terras. É neste momento que os interesses se diferenciam ainda mais, há então uma fratura mais brutal entre os sujeitos sociais, que então se configuram em classes com consciência de si e em conflito deflagrado. O Movimiento Campesinato de Santiago del Estero (MOCASE) e o Movimiento Campesino de Córdoba (MCC) se constroem no bojo dessas mudanças.

O MOCASE é tido como o nó central que articula e fomenta os outros movimentos camponeses que formam o MNCL. O MOCASE é fundado em 1990, com o intuito de defender a terra camponesa e a construir a identidade camponesa, sendo sua luta pautada na defesa da autonomia frente ao Estado, dos sindicatos, dos partidos e uma autogestão dos recursos por parte dos camponeses (DESALVO, 2009). Contudo, o movimento não nasce nos anos 1990 sem antes ter um longo histórico. e Galafassi (2006) Desalvo (2009, 2014) apontam que os movimentos camponeses do noroeste argentino, que vão confluir para a conformação do MOCASE, são herdeiros das chamadas Ligas Agrárias.

Desde la década de 1950, distintos núcleos intelectuales vinculados a la Iglesia Católica venían interviniendo en las zonas rurales de la región noreste del país, desarrollando una intensa labor de agitación política e incentivando la organización de los “campesinos”. Esta iniciativa es resultado de un proceso de crisis que venía atravesando la Iglesia Católica desde comienzos del siglo XX, que se manifestaba en la pérdida de fieles y en el surgimiento de tendencias internas que buscaban reformar una doctrina que consideraban desactualizada, para recobrar influencia en las masas. En la

búsqueda por amplificar la influencia e inserción de la Iglesia, la Acción Católica Argentina desarrolló desde mediados de los '50 una estrategia hacia las áreas rurales del interior del país, a través de la Asociación Juvenil de la Acción Católica. El método de trabajo consistía en el traslado de jóvenes católicos de parroquias urbanas a las capillas rurales, en donde realizaban una tarea de apoyo a la acción evangélica.

[...] La tarea desarrollada por el Movimiento Rural de la Acción Católica encontró un decidido apoyo en otras organizaciones, como el Instituto de Cultura Popular (INCUPO), también de inspiración católica. Esta entidad, cuyo objetivo era alfabetizar y educar a las masas rurales, realizó también una intensa tarea ideológica afín a la del Movimiento Rural, a través de charlas, reuniones y programas radiales. Dentro de este movimiento ganará influencia una corriente interna de la Iglesia, los Sacerdotes para el Tercer Mundo, que le imprimirán una nueva dinámica, modificando sus objetivos iniciales. Con su arribo, el Movimiento Rural comenzó a alentar la organización y movilización de las masas rurales para conseguir mejoras "terrenales" a su situación. (DESALVO, 2014, p. 278)

Estas Ligas têm origem junto à Ação Católica e a bispos que fomentavam a luta pela terra e a defesa dos territórios camponeses já nos anos 1950, e que se radicalizam nos anos 1970. Neste período ocorria o avanço da agricultura capitalista do algodão nesta região do país, sendo as famílias camponesas desalojadas, mortas ou ainda tendo sua produção inviabilizada. Com o golpe militar de 1976, o movimento é perseguido e suas lideranças mortas ou sequestradas. Com o fim da ditadura em 1983, diversos núcleos comunitários camponeses se constroem para a defesa de seus territórios, os quais vão, sete anos depois, construir o MOCASE. Desalvo resume da seguinte maneira a criação do movimento:

La conformación de núcleos locales "campesinos", y su posterior agrupamiento en el MOCASE responde a la necesidad de defender un recurso fundamental para la subsistencia de estas familias -la tierra- amenazado por el avance de la burguesía rural sobre ellas. Se trata de un Movimiento que surge impulsado por sectores ajenos a la población directamente afectada, sobre todo vinculados a la Iglesia Católica. (DESALVO, 2006, p. 292)

Fomentados pela ação da Igreja Católica em suas alas mais à esquerda em sua gênese, o movimento se constrói nos anos 1990 mais autônomo e com viés mais radical. A principal bandeira de luta do movimento é a autonomia e autogestão territorial, ancorados em uma construção ampla e

classista. Ampla pois fomentou a criação e consolidação de outros movimentos camponeses a Argentina; classista pois compreendeu que não é a identidade que rege os conflitos pela terra, mas sim a classe. Portanto, vemos nesta construção camponeses brancos, indígenas, mestiços, que produzem de maneiras totalmente diferenciadas, semi-proletarizados ou não, integrados a multinacionais ou autônomos. Entretanto, todos na defesa de seus territórios e de sua autonomia, na luta contra a fratura das famílias para com seu meio de produção (terra). É assim então se que constrói o MOCASE.

O MCC surge entre 2000 e 2001 no contexto da grave crise política e econômica que vivia a Argentina. Vítimas da miséria e da expulsão de suas terras (ROMANO, 2011) alavancados com o choque liberal que leva à crise, diversas organizações camponesas se condensam em escala provincial.

En este contexto, surgieron las organizaciones campesinas en el norte y noroeste de Córdoba como un intento de contrarrestar los efectos devastadores del modelo neoliberal en el campo, que se evidencian en la expansión de la frontera agropecuaria y en la expulsión de las familias campesinas hacia los márgenes de las grandes ciudades. Ante esta serie de calamidades sociales y ambientales, las poblaciones campesinas del área pugnan por organizarse desde bases sociales distintas; reformulando procesos de resistencias desde abajo.

Estas organizaciones se han formado de manera sucesiva asentadas en seis puntos aglutinantes del espacio del noroeste provincial. En su conjunto conforman el MCC; una organización de tercer grado integrada por seis organizaciones zonales, que desarrollan trabajo territorial en cincuenta (50) Comunidades rurales. Las organizaciones que conforman el MCC articulan y aúnan esfuerzos en la búsqueda y exigencia del reconocimiento de derechos territoriales y a la soberanía alimentaria de las 1.200 familias. Integra a nivel nacional el Movimiento Nacional Campesino e Indígena, en adelante MNCI y a nivel internacional articula con la Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC) y con la Vía Campesina.

De manera formal se constituyen como: Asociación de Productores del Norte de Córdoba (APENOC), Unión Campesinos Organizados de las Sierras (UCOS), Organización de Campesinos Unidos del Norte de Córdoba (OCUNC), Unión Campesina del Noreste de Córdoba (UCAN), Unión de Campesinos de Traslasierra (UCATRAS), y Organización Zonal Cruz del Eje. (ROMANO, 2011, p. 52)

A construção do movimento está atrelada a um acirramento da luta de classes em escala provincial, a qual tem seu marco temporal na crise de 2000-

2001. Novamente destaca-se o que Thompson (2012) cita sobre a construção das classes: elas ocorrem na luta, são fluídas e mutáveis. O processo histórico de constituição do movimento é o mesmo do MOCASE: remonta as décadas de 1950, 1960 e 1970 com forte influência de padres católicos ligados à teologia da libertação. O contato com ambos os movimentos no campo possibilitou a realização deste trabalho, além de auxiliar na compreensão da construção das lutas camponesas argentina. As lutas se deflagram a décadas no país, séculos na visão dos campesinos, porém, é da união destes dois movimentos e outros situados nas mais diversas províncias argentinas que se articula o Movimiento Nacional Campesino Indígena (MCNI) Na Figura 8 vemos como o histórico de lutas data de séculos, onde é possível ver indígenas em confronto com os colonizadores espanhóis .

Figura 11 - Pictogramas que datam dos anos 1800, retratando a luta dos indígenas contra os invasores espanhóis em suas terras, Cerro Colorado, Córdoba

Fonte: Autor, 2017

O MCNI surge em 2003 em um ambiente político que lhe foi profícuo. Nestor Kirchner era presidente, e o que hoje é chamado de kirchnerismo estava iniciando com grade força. Como apresenta um representante do movimento em entrevista (APU, 2012), Cristina Kirchner, então senadora pela

província de Santa Cruz, teve papel importante no fortalecimento das lutas camponesas, especialmente das mulheres. Sendo assim, o MCNI se configura a partir de uma confederação de movimentos, como nos explicou Andreia C.

Bueno... MCNI es hijo de nosotras, de las companeras campesinas... sin nosotras nadie haría nada. Estábamos aislados. Fue con una influencia de la iglesia, Cristina [Kirchner], los estudiantes y claro del MOCASE. Ellos de MOCASE estaban en la Via Campesina desde 1994 e en la CLOC [Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo]... che... entonces, creo que diez o doce años de charlas e mucha lucha salió el MCNI... movimiento nacional. Quedarnos en algo local era tontería (CAMPESSINA 7, Cerro Colorado, out 2017)

Portanto, é na luta que se constrói o movimento, mas também influências externas lhe são úteis. Destacamos que o MCNI, o MOCASE e o MCC não surgem do nada, a partir da espontaneidade dos camponeses, mas sim através de longa luta contra o despojo, a morte e a miséria impostas sobre suas costas. Diversos grupos construíram dialeticamente os movimentos. O próprio MCNI é mostra clara disto. Sendo O MCNI constituído através de movimentos provinciais, os quais são: Movimiento Campesino del Corboba, MCC (Cordoba); Red Puna e Tierra Fértil (Jujuy); Unión de los Trabajadores Rurales Sin Tierra, UST (Mendoza e San Juan); Coordinadora de Organizaciones de Trabajadores Rurales de *Misiones*, COTRUM (Misiones); Movimiento Nacional Campesino Indígena BsAs (Provincia de Buenos Aires e Cidade Autónoma de Buenos Aires); Mesa Campesina del Norte Neuquino, MCNN (Neuquén); Encuentro Calchaquí (Salta) e o Movimento Campesino de Santiago del Estero - Vía Campesina, MOCASE-VC (Santiago del Estero). Segundo o próprio movimento, seu objetivo central é a realização da chamada Reforma Agrária Integral e da obtenção da soberania alimentar através das organizações populares. Em seu portal na internet, enumeram mais especificamente suas propostas:

Lograr una reforma Agraria integral que abarque transformaciones económicas, políticas y culturales;
Exigir leyes que contemplen la realidad campesina indígena;
Que el Estado garantice el acceso y la función social de la tierra. Eso se puede realizar redistribuyendo las tierras improductivas entre las familias que la necesitan;
Fortalecer las organizaciones y generar nuevas;

Que el Estado y sus instituciones reconozcan a las organizaciones populares como actores prioritarios para el desarrollo de políticas públicas;
Formar docentes campesinos indígenas y barriales y tener una Universidad que revalorice y contemple los saberes populares (MCNI, 2017, s/p)

Sendo então construído na luta de classes, o MCNI é a cristalização de um momento da luta da classe camponesa argentina. Suas demandas surgem dos sujeitos que constroem a luta e conseqüentemente o movimento. O movimento, assim como a classe, é fluído e não está fixo em suas propostas, estratégias e paradigmas. Como é notável na fala da camponesa e nas propostas do movimento, a questão da terra e do trabalho são pilares de sustentação de um todo. Pilares da classe. Não se constrói o movimento com bases meramente provinciais, localistas, culturais ou identitárias. Existe a compreensão de que há uma exploração por parte das elites – a classe capitalista urbana, capitalista agrária e a classe dos proprietários fundiários – e é somente na confluência da classe camponesa em escala nacional, vislumbrando o alcance global, que esta exploração pode ser combatida de maneira eficaz.

A devastação que o agronegócio impõe ao campesinato argentino e conseqüentemente ao campo platino é brutal, tanto do ponto vista social, como econômico e ambiental. O MCNI acampa uma luta contra sua sujeição ao capital, contra o Estado, entendido como instrumento do capital e contra a devastação da natureza, entendendo a natureza como parte de seu modo de vida. Isto nos remete ao que Das (2007, p. 360) enumera ao citar as principais formas de luta do campesinato no globo. Para o autor, as lutas são contra a acumulação originária, contra a exploração capitalista propriamente dita, contra as opressões não-capitalistas⁵², contra as condições ecológicas impostas pelo capital e contra o uso do Estado pelo capital. O MCNI abarca estas formas todas, combinando ações legalistas como abaixo-assinados, luta por acesso/formação de advogados populares, defesa e propostas de leis, com ações legais como a quebra de cercas.

⁵² Das considera o racismo, machismo, homofobia como opressões não-capitalistas.

Uma vez que Marx (2017) mesmo afirma que o campesinato só pode ser uma classe em si se tiver laços nacionais, podemos compreender então que os camponeses argentinos são uma classe em si através do MNCI. Das (2007, p. 363) alerta que não adianta o campesinato se contentar com mudanças somente locais, o objetivo deve ser nacional. Nossa compreensão é de que as famílias camponesas argentinas, em sua luta de classes, forjaram sua consciência e construíram objetivos nacionais, como já citado. O alvo deste campesinato é, portanto, nacional. Seu questionamento não toca somente na democracia, no acesso a direitos, vai além, questiona e combate o Estado e a própria estrutura de classes, almejando a autonomia e a autogestão. Podemos ver isto na Figura 12, que mostra o esforço da comunidade de Cerro Colorado em ter autonomia na produção de ração para seus animais:

Figura 12 - Cartaz na fábrica de ração sem milho transgênico para os animais dos camponeses. Fábrica atrelada ao MNCI, Cerro Colorado, Córdoba

Fonte: AUTOR, 2017.

Esta autogestão e autonomia está imbricada na questão da propriedade fundiária. Como citamos ao longo de nosso resgate teórico sobre o campesinato, terra para a classe capitalista e proprietária fundiária é local de extração de renda e para o campesinato local de vida e trabalho. Isto não é

mera conclusão teórica, é construção feita na materialidade. Em cartilha do MNCI, os camponeses traçam seu entendimento da questão da terra, que se assemelha muito ao que os autores por nós trabalhados traziam:

Para las **grandes empresas o los grandes productores, la tierra es una cosa, una mercancía**, que se puede comprar y vender como cualquier otra cosa.

El comprar, vender o quedarse con la tierra depende básicamente de los beneficios o la ganancia que de la tierra. Por eso no se sienten obligados a cuidar de la tierra o de la naturaleza, salvo porque les convenga cuidarla o porque la ley lo exija [...]

Para los **pueblos indígenas y campesinos**, la tierra es vida, es parte de la naturaleza, de la cual también forma parte el ser humano.

Así como la tierra cuida de mí, yo debo cuidar de ella, y hay una relación de mutua pertenencia.

La tierra es subsistencia, es trabajo.

Es también su mayor capital. Están muy apegadas a su tierra, allí es donde han vivido por varias generaciones, en esas tierras están sus raíces, pero también su futuro y el de sus hijos (MCNI, 2006, p.5, 7)

Existe um entendimento da própria classe camponesa argentina de que sua relação com a terra é diversa. Ao tratar que a terra é subsistência e trabalho, levam o tom a um trato classista de sua visão da terra. Ao apresentar que a terra é onde estão suas raízes, sua história, que sua relação com a terra é dialética, demonstram que ser camponês é ter um modo de vida específico. O movimento camponês demonstra uma compreensão diversa do que vem a ser terra e conseqüentemente a propriedade fundiária. Para este campesinato, a terra não é mercadoria. Ela é muito mais. Ela é território, ou seja, é possuir a autonomia de produzir e viver na terra. Para o movimento camponês ter a terra mas estar nela totalmente subordinado ao capital, não ter autonomia, ter nela um trabalho alienante, não é o desejável. A terra é de quem nela trabalha e que trabalha nela a sua maneira, com suas lógicas, um trabalho que não visa a acumulação, mas sim a manutenção do bem-estar familiar, como a Figura 13 exemplifica.

Figura 13 - Arte da luta camponesa, MNCI

Fonte: MCNI, 2006, p. 8

Na Argentina o fazer-se classe no caso camponês está intimamente ligado a seus problemas em comum. Está conectado de maneira indissociável ao uso da terra como negócio, como mercadoria pelo capital. A renda da terra funda-se, para Marx (2017) a partir do momento em que uma classe, dos proprietários fundiários, precifica seu monopólio sobre a terra para dela usufruir renda. É neste monopólio que se apoia a exploração do campesinato na Argentina. Em terras platinas isto é algo impensável para os camponeses que lá vivem, segundo eles o agronegócio e capitalistas expropriam o campesinato para plantar soja, não para especular com o preço das terras. A terra é para produzir, seja a partir da agricultura camponesa, seja a partir da agricultura capitalista. Neste ponto mora a maior diferença entre a luta de classes dos dois países. Na Argentina, até a desregulamentação das terras, a propriedade fundiária era condição para colocar o trabalho a disposição do proprietário formal uma vez que só o trabalho justificava perante o Estado a propriedade. No Brasil, isto não ocorreu. Martins (2015, p. 141) mostra que em terras

brasileiras o trabalho do colono se tornou condição para o acesso à terra. Sendo assim, a especificidade brasileira é que

Em vez de a terra se tornar livre, tornou-se renda capitalizada nas mãos do fazendeiro capitalista. Em vez de separar-se do capital, como condição da exploração do trabalho alheio, do trabalhador, no processo de reprodução do capital, a terra se tornou condição da exploração que se realizava na acumulação de capital. Como se houvesse uma acumulação primitiva na própria acumulação capitalista. O colono teria que percorrer o caminho da sujeição à propriedade ao longo do tempo, para inverter o processo e tornar-se proprietário, convertendo, ao mesmo tempo, a renda territorial capitalizada em capital do fazendeiro, uma segunda forma de exploração (MARTINS, 2015, p. 141)

O processo ocorrido no Brasil durante toda sua história, do bloqueio ao acesso à terra para um possível campesinato e a expulsão dos camponeses existentes, é fato que se inicia na Argentina somente em meados do século XX e se acentua de maneira brutal no início do século XXI. Em um modo de produção que depende da reprodução ampliada de capitais, mas que cada vez mais reproduz menos capital, fica a dependência ainda mais da renda. É um capital que não se torna meramente especulativo, mas sim cada vez mais rentista para poder produzir capital na circulação.

No Brasil a questão de terras e seu conflito foi gestada desde o período colonial (MOTTA, 2012). Na Argentina havia a necessidade do emprego do trabalho camponês para a obtenção de renda, no Brasil, a figura do escravo como renda capitalizada passou para a terra com a Constituição Imperial de 1824. Porém seu início não se dá somente neste ponto. É a destruição do direito costumeiro e a imposição de leis governamentais que implementam à força a centralidade da terra como poder:

A defesa de um costume de posse comum que se perdia no processo de individualização da propriedade agrária era o resultado de uma luta posteriormente perdida pelos camponeses do mundo moderno, malgrado as diferentes formas de contestação ocorridas em várias partes. O reconhecimento do costume cujos pilares eram identificados em 1642 por Core – uso comum e posse imemorial – e por Carter, em 1696, em quatro pilares - antiguidade, constância, certeza e razão – eram recorrentes em vários países, na intenção de definir e posteriormente aprisionar o costumes nas leis nacionais. [...]

A propriedade fundiária se subordina cada vez mais aos contrários, ao assumir qualidade e funções do capital, e, ao

mesmo tempo, e em seu nome, consagrava-se a propriedade individual, minando os direitos comuns e de uso das camadas mais baixas da população (MOTTA, 2012, p.72-73).

Esta centralidade na terra como renda capitalizada faz o caso brasileiro muito peculiar. Como Oliveira (1981) nos ensina, a maioria das propriedades fundiárias são griladas, assim como apresentamos acima. São nelas que nascem o agronegócio brasileiro. Agronegócio este que é figura da fusão de duas classes em um só sujeito, a fusão do capitalista com o proprietário fundiário. No trabalho de Oliveira, o autor acabou por enxergar o que viria a ser a origem do agronegócio brasileiro, ainda nos idos dos anos 1980. Cremos que processo semelhante passa o campo argentino hoje, como a possibilidade existir a fusão das duas classes dominantes em um só sujeito.

Além disto, com a globalização o capital perde suas fronteiras. Enquanto a dívida pública, utilizada para fomentar o capital torna-se cada vez mais um problema nacional, o capital em si perde fronteiras, com os investimentos podendo ser retirados de um país a qualquer instante. Com os *pools* de sementeira na Argentina, que são controlados pelo mercado financeiro internacional, na primeira possibilidade de crise existe a possibilidade destes não investirem na plantação e retirarem seus capitais do país. Grosso modo é a construção de uma aliança da classe capitalista em escala mundo. Isso é visto nas complexas cadeias que o agronegócio da soja e do eucalipto criam, por exemplo. Como cita Marques (2008, p. 55-56)

A terra, dado seu caráter imóvel, é “globalizada” na medida em que o capital se desloca criando novas frentes de expansão, comprando ou alugando terras e promovendo mudanças quanto ao seu uso e/ou regime de propriedade. [...]

De um lado, verifica-se a expropriação e queda do peso relativo da população rural no conjunto da população mundial, de outro, tem-se a sua adaptação e transformação, com emergência de novas formas de luta e de organização da vida e da produção no campo.

É com a abertura do mercado que ocorre então uma globalização das terras brasileiras. A terra não está nas mãos de estrangeiros, contudo, o destino de sua produção é o mercado externo na figura das *commodities*. Esta tendência se verifica no Brasil desde os idos dos anos 1990 e na Argentina tem-se a explosão deste agronegócio no início do século XXI.

Assim como analisaram os pensadores da Questão Agrária argentina, vemos no mesmo sentido da Questão Agrária brasileira: o ponto da globalização. Temos então a noção de que há uma Questão Agrária latino-americana, que tem linhas gerais muito semelhantes.

Se profundiza la re-primarización de la economía, y su perfil neo-extractivista, lo cual, como sostiene Prada (2012) no beneficia a los países exportadores de materias primas, sino a las corporaciones de las finanzas, del mercado, de la producción tecnológica y del poder militar. Se trata de un modelo colonial y como tal, sostiene el proceso de acumulación de capital mediante la explotación de los recursos naturales, el método de despojo, que no es otro que reiterar la acumulación originaria del capital. Produciendo nuevas formas de territorialización que acordando con Houtart (2008), permiten el control de la tierra por los grandes propietarios o empresas capitalistas. Reproducen el modelo de dependencia del Sur hacia al Norte. Son lugares privilegiados para el capital especulativo y finalmente dan una nueva legitimidad al capital (HOCSMAN, 2014, p. 59)

Além do que Hocsman nos traz acima, podemos traçar alguns pontos. O primeiro deles, como já trouxemos, é o caráter de um modo de produção cada vez mais rentista, ou seja, que cobra a mais-valia global pelo monopólio de algo, no caso a terra. Segundo ponto é o aspecto da primarização da economia dos países latinos, onde a produção de *commodities* torna-se norte. Terceiro aspecto é o avanço desenfreado do capital sobre a terra, massacrando camponeses, desarticulando seu modo de vida e, contraditoriamente, fomentando sua consciência de classe. Por fim é o caráter de manter, criar e recriar o campesinato como forma de acumulação originária de capital. Este é o lugar imposto para a América Latina do modo de produção capitalista. Tudo isto sobre uma base exploradora mundializada, com uma classe de capitalistas e proprietários fundiários em coro uníssono em sua luta de classes frente ao campesinato e a classe assalariada urbana. Como traz Oliveira:

A mundialização assumiu, portanto, as características básicas do capitalismo monopolista no final do século XX, integrando o capital na escala mundial, criando as empresas mundiais. Ou seja, a ordem é produzir em "qualquer lugar do mundo" onde as possibilidades de redução de custo e acesso ao patamar tecnológico vigente seja possível. Sua hegemonia se deu pelo processo de consolidação dos oligopólios internacionais denominados empresas multinacionais, sejam elas cartéis,

trustes ou monopólios industriais e/ou financeiros. Esse processo histórico teve como sujeitos principais, a emergência dos Estados Unidos como praticamente, única potência militar e econômica no mundo.

As multinacionais são, portanto, a expressão mais avançada de um capitalismo que, a partir da crise interimperialista, moldou novas formas de organização interna e de relações de trabalho, que por sua vez, permitiram superar as contradições geradas pela disputa de mercados e fontes de matérias-primas entre as empresas nacionais. O domínio e expansão das empresas multinacionais, dessa forma, envolvem, simultaneamente, três processos relacionados: necessidade de movimentos internacionais de capitais, produção capitalista internacional e existência de ações de governos a nível internacional. (OLIVEIRA, 2012, p.3)

Ocorrem assim dois processos no campo latino: a monopolização do território e a territorialização dos monopólios no campo. Ambos sob o aspecto mundializado das multinacionais. No Brasil, o processo de territorialização dos monopólios ocorre principalmente nos setores sucroenergético e de madeira para celulose, onde há o controle tanto da propriedade privada quanto do processo produtivo nas mãos de uma só empresa ou pessoa (OLIVEIRA, 2012, p.8). Na Argentina a territorialização dos monopólios ocorre principalmente no caso do agronegócio da soja no noroeste do país, nossa área de estudo, e no caso do algodão no pampa úmido, como nos apresenta Galafassi (2006). A monopolização do território ocorre quando empresas multinacionais, sem produzir nada no campo, controlam e subordinam camponeses e capitalistas produtores no campo (OLIVEIRA, 2012, p. 10). Na Argentina isto ocorre principalmente através da subordinação do gado criado em uso comum pelos camponeses ao largo de todos países. Destaca-se que a produção de alimentos como hortifrúti sofrem grande baixa no país desde os anos 1970 graças a um fomento estatal para a produção de gado para o campesinato. Há inclusive toda uma luta do MNCI para o resgate do saber cultivar por parte do campesinato platino. No Brasil, na fração do campesinato que pesquisamos, os faxinalenses, esta territorialização do monopólio se dá principalmente na produção de aves e suínos, além da própria soja.

As características desse novo imperialismo rentista, para Veltmeyer e Petras (2008, p.82) são a privatização, a desregulamentação, a liberalização financeira e comercial e a descentralização administrativa estatal. Analisando

ambas as realidades aqui trabalhadas, é na Argentina onde tal processo está mais avançado. Este processo reforçou a concentração de terras e o próprio agronegócio, ainda segundo os autores. Se no Brasil a concentração fundiária é histórica, na Argentina o processo se deu de modo mais abrupto, especialmente a partir da Ditadura Militar iniciada em 1976, tendo um período de recuo apenas durante os governos Kirchner (2003-2015).

As consequências disto tudo é uma intensificação do domínio do capital no campo (MARCOS, 2008, p. 192), através de suas faces mais distintas, como já elencamos. O velho caráter rentista de concentração de terras, produção para exportação, super exploração do trabalho assalariado e monocultivo, ainda segundo a autora (MARCOS, 2008, p. 197) são a linha que segue o agronegócio, agronegócio este que não passa de uma reatualização do passado.

Nosso ponto aqui é que assim como a autora apresenta (MARCOS, 2008, p. 201), a agricultura é o eixo das regras da economia global, não somente ponto crítico do comércio global, mas não somente isto. A agricultura é o ponto onde as medidas econômicas do capital, como o liberalismo, são postas em prática com maior rapidez e maior radicalismo. A desregulamentação argentina do campo de 1991, que já citamos, mostra esse radicalismo de modo claro: ações que perduravam desde 1930 para uma proteção do campesinato do país foram destruídas em 1991 de uma hora para outra. O modo de produção capitalista está cada vez mais aprofundado no rentismo como caráter de sobrevivência, tendo o poder de monopólio de territórios, práticas produtivas e produtos ganhando importância cada vez mais e tendo na acumulação originária uma maneira de produzir capital. Para tanto, a exploração e subordinação do campesinato é cada vez mais forte.

Mas este processo não passa incólume. Há uma resposta dos movimentos. Como Veltmeyer e Petras afirmam (2008, p.80) há uma guerra global de classes. Criam-se então como resposta novos movimentos de luta e contestação.

2.6 – A atualidade da questão das terras de uso comum no Brasil e Argentina: leis e lutas

Com a globalização e o avanço de um modo de produção cada vez mais rentista, a questão de terras no Brasil se torna ainda mais importante. No início da década de 2010 os conflitos pela manutenção da terra passam o número de conflitos pelo acesso a terra. É no bojo desta mudança que surgem os movimentos sociais dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCT's). Destaca-se, porém, que o surgimento de tais movimentos foi em grande parte orquestrado não diretamente pelos sujeitos, mas sim a partir de intelectuais da academia, ONGs e alguns governos municipais.

Tal construção surge então de cima para baixo. Ela vem na sequência da promulgação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão das Nações Unidas (ONU). Tal convenção visa a proteção dos direitos dos povos chamados indígenas e tribais a autorreconhecimento e a autonomia em seus territórios. A convenção tem o mérito de entender que o ser humano é ontologicamente ligado ao trabalho e tem formas diversas de realizar o mesmo (OIT, 2005, p. 8-9). Como cita a convenção:

esses povos passaram a assumir eles próprios o direito de reivindicar, antes de tudo, sua identidade étnica, cultural, econômica e social, rejeitando inclusive serem chamados de "populações" (OIT, 2005, p. 9)

Ainda sobre a convenção, ratificada no Brasil pelo Decreto 5051 de 19 de abril de 2004, os artigos 13 e 14 reforçam a questão da diferenciação social. Ou seja, os sujeitos têm identidade, cultura, sociabilidade própria, as quais os fazem únicos. Crítica a ser feita tanto ao decreto quanto à convenção é seu caráter legalista, imobilizador da construção das comunidades como territórios mutáveis e romantizador dos sujeitos como seres em "simbiose" com a natureza. Fica também claro que a convenção tem sentido mais da defesa de um patrimônio cultural e não territorial, tornando as comunidades que se amparam nela reservas para a acumulação originária de capital, a produção de capitais via formas não-capitalistas, justamente como Luxemburgo (1985) e Martins (2015) tratam.

Como Tavares (2008, p. 159-161) analisa, o movimento surge no fim de 2005 com apoio da Pastoral da Terra – Diocese do município de

Guarapuava/PR, do Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP) e de pesquisadores sobre faxinais. Nos Anais do 1º Encontro (APF, 2007, p.4-5) o movimento se define como organizado pelos faxinalenses para defender e lutar por seus direitos étnicos e coletivos, além de recuperar o território roubado e manter seu modo de vida. Não há em uma autoidentificação como camponeses, mas sim como uma etnia ou povo que acaba por negar a questão de classe de maneira inconsciente por estes camponeses. Compreendemos que esta foi a alternativa encontrada pelo movimento para garantir suas terras, porém do 1º Encontro em 2007 até o 6º Encontro em 2017 o que notamos foi uma retração do movimento: não há um questionando da estrutura de classe e do Estado, somente uma cobrança pelo reconhecimento legal de seus territórios e lutas por políticas públicas, o transcorrer do tempo, a luta manteve o mesmo foco. Ainda que a APF tenha passado por momentos mais atrelados à luta de classes, como já trabalhamos (OLESKO, 2013), especialmente no tocante das marchas na cidade de Curitiba, denúncias feitas a rádios comunitárias, elaboração de sua cartografia social além de protestos em frente a câmara dos deputados do Estado do Paraná entre os anos de 2011-2014, o que vemos hoje é uma defesa muito atrelada à cultura, à manutenção territorial, à solicitação de políticas públicas, além de um enfraquecimento no que toca ao número de membros e comunidades que se reconhecem como tal.

Tavares (2008) analisou o movimento no auge de sua força, luta e poder crítico perante o Estado, contudo hoje o cenário é muito diferente: com o esvaziamento da verba para políticas públicas, o golpe de 2016 e a crise econômica que se inicia no ano anterior, o movimento perde força pela necessidade de diversas lideranças saírem da luta e se verem na necessidade de voltar ao trabalho no campo. A negação do ser camponês, a aceitação do ser agricultor familiar, da essencialização da identidade cobra seu preço em tempos de golpismo, fortalecimento político muito grande da classe dos proprietários fundiários e esvaziamento do aparato estatal.

Este processo acabou por impedir uma possível entrada da APF nas comunidades camponesas dos outros estados do sul do Brasil, uma vez que sem a presença das lideranças históricas do movimento o mesmo passou a diminuir ações. Havia um embate entre aquelas lideranças que acabam por

abraçarem a essencialização da identidade, tratando o “faxinalenses” como um povo tradicional apenas paranaense, e lideranças que defendiam a ampliação do movimento para Santa Catarina e Rio Grande do Sul, devido a presença de comunidades “faxinalenses” também nestes estados. Contudo, como citamos, com a crise até mesmo este embate cessou.

Nos três estados da região Sul do Brasil existem comunidades camponesas que praticam ou que já praticaram o uso comum da terra que possuem o nome “faxinal”. Com a organização dos camponeses faxinalenses no estado do Paraná e o alcance que a sua luta política vem atingindo por meio do movimento social APF, o nome “faxinal” vem adquirindo novo sentido. Agora ele aparece como a representação de um processo associado a grupos camponeses que recebem a denominação do Estado como povos e comunidades tradicionais e que buscam o reconhecimento de suas práticas por meio da autoafirmação coletiva como forma de resistência ao apoderamento total do seu modo de vida pelo capital. (BARRETO, 2014, p.7)

Como Barreto (2014) afirma, o próprio nome faxinal foi construído em torno da construção de um interesse comum dos camponeses, a manutenção de suas terras e para terem mais força era preciso congregar o maior número de sujeitos possíveis. Antes, diversas comunidades que hoje se unem em torno do termo ‘faxinal’ levavam outros nomes como criadouro, caíva, criatório, comum. Este processo, de congregação de comunidades em torno de uma objetivo comum, foi interrompido e até certo ponto esvaziado com o golpe de Estado de 2016, onde a APF perdeu força e lideranças, como já citamos.

Este processo ocorreu enfraquecendo a APF mas não as articulações internas das comunidades. Ainda que tenha perdido amplitude do ponto de vista institucional, a luta dos camponeses faxinalenses ainda se faz em suas comunidades, como apresentamos e analisamos ao longo desta tese. As lideranças de escala nacional acabaram perdendo o financiamento que pertia a estas circularem e articularem o movimento como um todo, angariando outras comunidades para junto do movimento, mas isto não significa que dentro das comunidades lideranças locais não sigam realizando sua luta.

O faxinal dos Ribeiro é um caso emblemático disto. A liderança local, uma camponesa, articula a luta e a resistência dos camponeses em torno de seus interesses comuns, da terra do uso comum e de seus costumes. O direito costumeiro é aquele que rege a comunidade e faz com que a solidariedade

seja uma bandeira de luta muito central, uma vez que o próprio uso comum da terra é entendido por eles como algo ligado a solidariedade. Ainda que não tenham consciência de se fazem classe, o fazem ao se unirem contra a madeireira que luta na justiça com seus papéis grilados pela titulação das terras em posse do campesinato faxinalense. A essencialização da cultura e da identidade tão cara a parte da liderança da APF, questão a nosso ver problemática pois ancorada na convenção 169 da OIT garantia estes elementos e mas não a manutenção de suas terras, acabou sendo deixada de lado com a decaída do movimento. Com isso surgiram lideranças locais nas comunidades que acabaram por trazer novamente as questões da luta pela terra, pela autonomia, na união em torno de objetivos comuns que não tem conexão somente com a identidade, mas sim com sua história, sociabilidade, economia, território e a cultura (não focando somente nesta), unindo em torno disto os mais diferentes setores do campesinato: do rico, passando pelo médio e chegando ao mais pobre.

Fazer-se classe para esta fração do campesinato é um processo dúbio. Ele surge de cima para baixo, via lei e influência da convenção 169 da OIT, mas também frente ao avanço do agronegócio em suas terras e ao avanço dos capitalistas do ramo imobiliário. Ancorados na tríade terra-família-trabalho, os camponeses faxinalenses lutam pela manutenção de suas terras e utilizam as leis como forma de defesa. Neste ponto, enquanto os campesinos comuneros argentinos se assemelham muito com a análise de Shanin (1970) e Alavi (1973), onde os camponeses têm uma luta realmente revolucionária, que busca terminar com a exploração, o Estado e a estrutura de classes, os camponeses faxinalenses podem ser entendidos a partir da análise de Hobsbawn (1973) e Wolf (1984), onde se enxerga tal classe como limitada à luta pela garantia de sua existência. O campesinato não é o mesmo ao longo do globo, suas formas de luta variam, assim como sua consciência de si mesmos.

No caso da fração do campesinato por nós pesquisada, as formas de luta acabam por ocorrerem na defesa de suas terras de uso comum. Para tanto, é necessário entender o que vem a ser este “comum”, tão defendido como indissociável de suas vidas e de suas terras. no próximo capítulo

trabalhamos justamente com a questão do comum enquanto conceito, prática e bandeira de luta camponesa.

3 – Uso comum: Resistência e Conflitos

Apresentamos através de uma análise e descrição as comunidades por nós pesquisadas para esta tese. Na sequência fizemos uma discussão acerca do campesinato, como prática, modo de vida e classe nos dois primeiros capítulos da tese. Realizamos isto para trabalharmos de maneira dialética ambos os capítulos. Partiu-se do material para o teórico, afim de chegar ao terceiro capítulo, a práxis. Aqui nos deteremos em uma discussão sobre o uso comum da terra, tanto no aspecto material, por nós observado e apreendido durante os trabalhos de campo, quanto no que se refere à discussão teórica sobre o tema. O entendimento do uso comum da terra como prática inerente à construção classista e do modo de vida da fração do campesinato aqui estudada se faz então nesta práxis. Se no primeiro capítulo foi descrito o uso comum, no segundo discutidas as questões teóricas e práticas que envolvem o campesinato, agora iremos nos dedicar a compreender como a classe camponesa tem no uso comum da terra uma prática que lhe permite escapar, ainda que relativamente, da sujeição de sua renda e de seu trabalho.

Num segundo momento, trabalhamos com os conflitos, os antagonistas que cercam o uso comum da terra sendo os agronegócios os principais antagonistas, utilizando o plural, como alguns pesquisadores argentinos em especial o fazem (HOCSMAN, 2014; BARRI, WAHREN, 2010). Tal nomenclatura no plural se faz necessária, pois existem fraturas dentro da classe capitalista e dos proprietários de terra que criam, inclusive, conflitos entre estes. Em nosso caso, enumeramos a disputa por terra entre o agronegócio silvicultor e o da soja, no Paraná, e entre o mesmo agronegócio da soja e o do algodão, em Córdoba. As diversas faces de uma mesma classe se fazem presentes, destruindo, matando, desarticulando e expropriando camponeses e suas terras. Contudo, isso não ocorre sem resistências.

Por fim, tratamos dos movimentos sociais das realidades aqui trabalhas. A Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF) no caso brasileiro e o Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI) para o exemplo argentino, mais especificamente as ações do Movimiento Campesino de

Córdoba (MCC). Já apresentamos um histórico da formação desses movimentos sociais no capítulo anterior; aqui, é nosso objetivo mostrar contra o que lutam em específico. Compreendemos que a luta central empreendida por estes movimentos, ou ainda por camponeses que não estão de fato nos movimentos, mas também realizam a resistência, é pela manutenção de suas terras, seu modo de vida. Para tanto se conformam como classe, sendo classe um movimento fluído, temporal e territorial, que aglutina mulheres e homens com um objetivo comum, como nos ensina Thompson (2005). A luta pela manutenção de suas terras é uma luta contra a proletarização. Uma luta contra a separação dos sujeitos de seus meios de produção. É uma luta contra o movimento que o modo de produção capitalista faz para produzir capital. Uma luta contra a acumulação originária. Assim encerra-se o capítulo já levando o leitor para o seguinte, que versa sobre tal questão.

3.1 – Uso comum, uso coletivo, bens comuns... Destruindo mitos, falsos sinônimos, construindo uma prática

Como expressão de um modo de vida próprio, camponês, o uso comum da terra é também uma característica chave para a conformação da fração da classe camponesa por nós trabalhada. Este modo de uso da terra reverbera em ambas as esferas da vida camponesa: na cultura e na economia. O uso da terra em comum é elemento tanto cultural, ancestral ou tradicional nas palavras dos próprios camponeses por nós trabalhados, como também é fonte de renda, a possibilidade de “ser livre”, como nos foi relatado por diversas vezes pelos camponeses ao longo da pesquisa. É, portanto, motor da resistência e resultado da própria contradição do modo de produção capitalista. Resistência à sujeição da renda da terra por parte dos seus antagonistas de classe, os capitalistas e os proprietários de terra, transfigurados em um mesmo sujeito ou não. Resistência à individualização, à fratura da comunidade e consequentemente de seu modo de vida. O uso comum da terra não é somente um padrão de uso do solo, é muito mais. É isto que aqui buscamos desvendar.

Primeiro, a própria palavra *comum* tem todo um arcabouço filológico que desemboca no entendimento que fazemos do termo. Seguimos então a construção teórica sobre o conceito de comum, como Dardot e Laval (2017, p. 24-25) o fazem. O marco de origem da palavra, para os dois autores, é relativo ao latim *múnus*, que remete à ideia de dádiva e a um feito social especial: “por sua raiz, remete a um tipo particular de prestações e contraprestações do que dizem respeito a honras e vantagens ligadas a encargos” (DARDOT, LAVAL, 2017, p. 24). *Munus* é o termo raiz da palavra *mutuum*, que designa reciprocidade. Não é de se estranhar que um dos movimentos que o campesinato realiza para a manutenção do uso comum da terra é o trabalho em *mutirão*. Almeida (2006, p. 248) trata do mutirão como um elemento de solidariedade e sociabilidade do campesinato, como um valor que vai mais ao encontro de uma ordem moral do que à ordem econômica.

Essas palavras todas, nos ensinam ainda Dardot e Laval (2017), não se atrelam a prestações de serviço, troca, dádivas ou obrigações entre amigos ou familiares, mas se referem à comunidade como um todo. Mas e o *comum*?

É compreensível, sobretudo, que os termos *communis*, *commune*, *communia* ou *communio*, todos formados a partir da mesma articulação de *cum* e *munis*, queiram designar não apenas o que é “posto em comum”, mas também e principalmente os que têm “encargos em comum”. Portanto, o comum, o *commune* latino, implica sempre certa obrigação de reciprocidade ligada ao exercício de responsabilidades públicas. Deduz-se disso que o termo “comum” é particularmente apto a designar o princípio político da *coobrigação* para todos os que estejam engajados numa mesma atividade – de acordo com um sentido mais amplo que o da estrita “função” (DARDOT, LAVAL, 2017, p. 25)

O comum é, portanto, uma ação de conjunto que visa a comunidade. É a ação de sujeitos que têm encargos, obrigações comuns e agem para a manutenção destas. As obrigações são as da manutenção da comunidade, no caso camponês. Todos estão com *coobrigações* que são fundantes da própria comunidade camponesa. Essas coobrigações são as relações comunitárias de ação mútua, respeito mútuo, que selam a trama de interdependência existente entre as famílias camponesas que regem sua comunidade e,

consequentemente, constroem seu território. É na ação dos camponeses que se faz o comum, não nas ideias. É na ação do uso comum da terra que toda uma sociabilidade, toda uma gestão econômica e uma construção territorial se faz. Não é um elemento cultural que se limita a identidade, uma marca da identidade dos camponeses faxinalenses ou dos camponeses comuneros, mas sim uma ação que estes fazem e que acaba por replicar em seu modo de vida e na construção desta enquanto classe. Como afirmam Dardot e Laval (2017, p. 53), é preciso ir contra a essencialização do comum, contra a redução barata de transformá-lo em uma qualidade, como na ideia de bens comuns.

A terra não é tratada pelo campesinato como um bem, uma mercadoria. Já destacamos que a terra para estes sujeitos é local de vida e trabalho. Há toda uma crítica sobre o saque à natureza existente na América Latina através da privatização via roubo da natureza de comunidades camponesas e indígenas, contudo ao tratar a natureza como um bem comum se está mercantilizando a mesma. Porto-Gonçalves e Barbosa (2014) fazem isto sem perceber, mercantilizam a natureza ao tratá-la como um bem ao teorizarem sobre a necessidade da descolonização do pensar. A natureza não é um bem, uma mercadoria, coisa a ser apropriada por um indivíduo ou grupo. Ela é um todo, um lugar fonte de trabalho, vida, cultura, como Dardot e Laval apresentam:

O comum poder ser repensado apenas se romper o confronto metafísico entre sujeito livre e coisa material oferecida ao domínio soberano desse sujeito. Por isso, empenhamo-nos em promover aqui o uso substantivo, falando *do* comum, em vez de nos satisfazer com o adjetivo “comum”. Não que não possamos nos permitir falar *dos* comuns, para designar os objetos construídos e sustentados por nossa atividade, o que já é uma forma de substantivação, mas sobretudo porque abdicaremos de falar dos “bens comuns” ou mesmo do “bem comum” em geral. **O comum não é um bem, e o plural nada muda nesse aspecto, porque ele não é um objeto ao qual deva tentar à vontade, seja para possuí-lo, seja para constituí-lo.** (DARDOT, LAVAL, 2017, p. 53, grifo nosso)

Indo em conformidade com o que Marx versa em sua 6ª tese sobre Feuerbach (1989, p. 13), são as práticas que fazem os sujeitos como eles são, e são as práticas comuns de uso da terra que fazem a fração do campesinato

resistir à sua maneira aos ataques do capital. É a prática comum. Por isso insistimos em tratar do termo uso comum da terra, em detrimento de bens comuns. As camponesas e os camponeses por nós entrevistados marcavam posição ao afirmarem que sua terra estava em uso comum. Uso como prática. A terra era compreendida como território de práticas comuns. Não como um bem, uma coisa indivisível, mas sim como um todo trabalhado em cooperação com seu par, seu vizinho, seu compadre, em prol da comunidade.

Isso nos leva a um ponto nevrálgico da questão do campesinato que realiza o uso comum da terra: sua compreensão da terra como de todos, como meio de vida, território, construção comum que leva em conta aspectos culturais, naturais, econômicos, sociais. Para Campos (1991), o uso comum já foi no Brasil um modo de vida predominante entre o campesinato. Tal autor vem a discordar da colocação de Engels, que entendia que o uso comum advinha de um excesso de solo, uma sobra que não estimulava a apropriação privada. Campos considera que o uso comum é uma construção social e jurídica, de fruto romano e germânico, que no Brasil funcionou e funciona de modo semelhante ao dos países Ibéricos. Vamos além e cravamos que não é somente uma herança jurídica ibérica, mas sim uma prática camponesa. Não é somente um modo de vida, é, no sentido que Thompson (2012) dá, uma prática classista.

Ao largo dos territórios camponeses pudemos constatar isto. Terras em comum são mantidas muitas vezes para auxiliar na manutenção de certas famílias mais pobres na terra ou para o maior número de famílias se beneficiar do trabalho. Em entrevista a uma camponesa do Faxinal Salso isto fica mais marcante, assim como na passagem descrita por uma camponesa de La Rinconada:

Temo os título. Minha família têm os titulo de propriedade. Mas pra que nós vamo cercá? Pra prejudicá o cumpadre, que num tem papel? Pra dificultá o trabaio pro companheiro ali de cima? Não, tá bão assim., funciona assim, assim todo mundo pode trabaia, tirá seu sustento e mantê a comunidade, né? (CAMPONESA 2, Faxinal Salso, 2016)

Yo y mi compañero tenemos los papeles. Creo que nosotros y más unos pocos tienen eso. Pero, es la unidad, es... es la fuerza de la comunidad que hace que haga trabajo a todas y todos. Si yo tengo y mi vecino no, ello no tiene tierra, no tiene

nada y no puede trabajar. Así no. (CAMPESINA 5, La Rinconada, 2017)

Estas falas corroboram para a defesa de que o uso comum é uma prática classista. Como Laval e Dardot (2017) apresentam, o comum é sempre uma prática e isto é visto na materialidade. Na Argentina, durante o percurso até o norte cordobês, vimos diversas outras comunidades de uso comum. Em Cosquín e Dean Funes isso foi gritante. Em algumas delas não se tinha sequer o conhecimento de que ali se realizava o uso comum. Ao serem indagados sobre sua forma de lidar com a terra, os camponeses nos respondiam que a terra era de todos, todos eram posseiros e que criavam gado de corte em transumância. Era o uso comum da terra. Eram as terras soltas. Eram os campos gerais. E os mesmos campesinos já nos relatavam que sofriam pressões do agronegócio da soja, que buscava *propietarizar y cercar*⁵³ seus territórios e os expulsarem. Laval e Dardot (2017, p. 106) definem de modo preciso a luta do comum

O paradigma dos comuns define-se expressamente *contra* a expansão da lógica proprietária e mercantil com a qual o neoliberalismo é usualmente identificado. [...] A mercadorização (*commodification*), o peso cada vez maior das grandes empresas (*corporatization*) e a pressão da lógica proprietária (*propertization*) vão de par e não conhecem limites políticos e morais. O que é verdadeiro no Estados Unidos é verdadeiro também em todas as outras regiões do mundo, em decorrência da pressão das grandes multinacionais apoiadas pelos governos: estaríamos diante de um formidável fortalecimento mundial dos direitos de propriedade e, com ele, de uma nova expansão do capitalismo [...]

Uma luta contra a lógica da propriedade fundiária de cunho individualizante, deste modo, é a luta dos que praticam o uso comum. É a luta do campesinato que constrói seus territórios com base nesta prática. O campesinato de La Rinconada, posseiro em sua gigantesca maioria, nos relata que não querem a titularização de suas terras. Luta é pelo seu território, pela

⁵³ *Propietarizar*, neologismo em castelhano que ouvimos algumas vezes na Argentina. Após conversas com lideranças do MCNI, define-se que *propietarizar* é a privatização de terras devolutas, é a grilagem. O agronegócio sojeiro argentino adquiriu há cerca de duas décadas a prática dos *papeles truchos*, versão que tem nos papéis grilados seu análogo brasileiro. *Propietarizar* é criar propriedade privada da terra onde ela não existe, onde a terra é de todos, em uso comum.

permanência e manutenção de seu modo de vida. Para estes sujeitos, obter o título de proprietário é

Se vos venís, es muy clara en la ruta la soja. Todo es soja. Nosotros, los campesinos, estábamos en esto territorio que hoy es soja. Pero se pasó dos cosas: una fue los grandes robando la tierra con los papeles truchos y otra fue los títulos... campesinos pobres, con título de propiedad, en el mercado... la venta es obvia (CAMPEsINA 4, La Rinconada, 2017).

Quase como que em um jogo de cartas marcadas, a classe dos proprietários age ou roubando, grilando terras, ou de maneira mais “branda”, com ajuda do Estado por meio da concessão de títulos de propriedade fundiária. Há nisso tudo também um movimento de concessão de títulos de propriedade para uma fração do campesinato, como no caso dos camponeses faxinalenses da porção sul da Região Metropolitana de Curitiba como já analisamos no capítulo anterior. Com isso posteriormente se compra as terras legalmente através da pressão do mercado de terras, do sufocamento do campesinato ali vivente através do isolamento proposital da produção destes ou ainda pelo simples fato do montante de dinheiro oferecido ser sedutor. A periferia de Córdoba Capital conta com uma grande massa de camponeses expulsos de suas terras ao longo dos últimos 30 anos, boa parte vivendo em condições de pobreza extrema e submetida a superexploração de seu trabalho. O desmantelamento do comum gera isto.

Thompson (2005) nos serve de base para esmiuçar a questão da sobreposição modo de vida – classe para o campesinato em terras comunais. A desarticulação e destruição das comunidades camponesas com terras em uso comum é processo ainda atual na América do Sul, porém já ocorreu de modo semelhante no Reino Unido do século XVIII, como elucida o historiador inglês:

Sempre foi um problema explicar as terras comunais dentro das categorias capitalistas. Havia algo incomodo a seu respeito. A sua própria existência despertava perguntas sobre a origem da propriedade e sobre o direito histórico à terra.

Nos séculos XVI e XVII, os proprietários de terra haviam reivindicado seus direitos no campo contra a prerrogativa do rei, e os foreiros tinham reivindicado seus direitos e costumes contra os senhores. Tinham, portanto, descartado as teorias da

origem divina do direito de propriedade. (THOMPSON, 2005, p. 131).

Thompson trata de dois pontos neste trecho. O primeiro é o entendimento da problemática de se trabalhar com as terras de uso comum⁵⁴ dentro do modo de produção capitalista. Retornamos à nossa compreensão de que dentro do modo de produção capitalista existem formas econômicas não capitalistas, como trata Luxemburgo (1985). As terras de uso comum são uma dessas expressões. Nem todas as maneiras de controle da terra sob o manto do capital são propriedade privada. Há uma gama de possibilidades. Isso mostra a contradição que é inerente ao próprio modo de produção capitalista. As terras de uso comum se mantêm via resistência camponesa sim, mas também como necessidade do capital de ter uma possibilidade de ali produzir capital. É o comum, então, uma das faces de exploração que o capital encontra. Como cita Luxemburgo:

Se o capitalismo, portanto, vive de formas econômicas não-capitalistas, vive, a bem dizer, e mais exatamente, da ruína destas formas. Necessitando obrigatoriamente do meio não capitalista para acumulação, dele carece como meio nutriente à custa da qual a acumulação se realiza por absorção. (LUXEMBURGO, 1985, p.63)

Compreendemos, portanto, que o uso comum é uma possibilidade a mais para a produção de capital para os capitalistas como um todo, através da sujeição da renda camponesa. Tais camponeses sobrevivem graças à manutenção do uso comum da terra, produzem e vivem através desse exemplo de produção territorial. É neste ponto que mora a contradição. Thompson tinha isto em mente e discorre sobre isto.

O segundo ponto levantado por Thompson na passagem citada é a do entendimento de ambas as classes, a dos proprietários de terra e dos camponeses, da não “naturalidade” de propriedade privada. A fonte de ambas as classes é, para Thompson, a obra de Locke. Para Locke o comum se esvaziava uma vez que a propriedade se fundava no trabalho. Sua visão é

⁵⁴ Compreendemos que a tradução literal do inglês *common land* para o português é, realmente, terras comunais. Para evitar confusões acerca do conceito tratamos de utilizar o entendimento de *common land* como terras de uso comum, ou terras em comum. Isso se faz necessário uma vez que no Brasil não se entende terras comunais como sinônimo de terras de uso comum, mas sim como sinônimo de terras de uso coletivo.

aquela que veremos a seguir, onde o comum é analisado como terra de ninguém, *res nullis*. Porém, é na origem que a propriedade se funda no trabalho. Com o passar do tempo, ela se torna cada vez mais subordinada ao contrato, ganhando cada vez mais formas de capital, já que se compreendia como mercadoria aos olhos dos proprietários (THOMPSON, 2005, p. 132).

Curiosamente, é no trabalho que a propriedade privada tal qual a compreendemos hoje se funda aos olhos de Thompson. Os camponeses eram vistos como vagabundos, os quais nada produziam, viviam somente da coleta nas terras comuns, nas florestas e campos. Era preciso plantar. Esse foi o processo que originou o conceito jurídico de propriedade privada, exportado/imposto pelo Império Britânico ao restante do globo (THOMPSON, 2005, p. 132-139). A propriedade privada é então uma resposta, um contraponto ao uso comum. Sua origem do ponto de vista jurídico se ancora na produção e anda de mãos dadas com a política de cercamentos da Coroa Inglesa já nos fins do século XVIII. De acordo com Thompson (2005, p. 133-134),

[...] o ponto culminante dos cercamentos coincidiu com a polarização política da década de 1790, os argumentos da propriedade e do desenvolvimento ligavam-se aos argumentos da disciplina de classe. O parlamento e a lei impuseram definições capitalistas à propriedade rural exclusiva.

Se os parlamentares, proprietários de terra, os juizes e muitos fiscais dos cercamentos cometiam injustiças naturais, não quero com isso dizer que estivessem plenamente cientes do que estavam fazendo. Apenas observavam as regras que eles próprios haviam formulado. Estavam tão profundamente imbuídos de preconceitos, por meio dos quais interpretavam os costumes dos pobres como direitos de propriedade de donos da terra, que realmente achavam difícil ver a questão sob outro ângulo. [...] O que talvez dê a essa questão maior importância é que essa lei e essa mentalidade não estavam confinadas no espaço ou no tempo. O conceito de propriedade rural exclusiva, como uma norma a que outras práticas devem se adaptar, estava então se estendendo por todo o globo, como uma moeda que reduzia todas as coisas a um valor comum.

A lei, a propriedade privada exclusiva como direito, é aplicada ao longo do mundo. No excerto acima nota-se o preconceito que cita o autor sobre os que aplicam a lei. Eles veem a propriedade não exclusiva, o uso comum, como uma abominação. Como um “ninho e estufa de preguiça” (THOMPSON, 2005, p. 132). A propriedade privada rural exclusiva se funda no trabalho, mas é

interessante que é no trabalho alienado. Não é o proprietário como pessoa que trabalha na terra, é o antigo usuário desta terra, o camponês que praticava o uso comum que passará a trabalhar na mesma e terá sua renda sequestrada pelo dono, que passará a deter o domínio desta. Em outras palavras, ao se destruir o uso comum da terra se cria as condições para a produção de capital— a partir do que nos ensina Luxemburgo (1985, p.63-64) e citado anteriormente— através da transformação da renda da terra em capital na circulação das mercadorias e cria-se também a subordinação do campesinato. Antes a classe era autônoma, agora ela é cativa. É isto que Thompson apresenta:

A noção de propriedade rural absoluta, que triunfou na Inglaterra no final do século XVIII, continha um aspecto legal e um aspecto político. A propriedade rural requeria um dono da terra, desenvolver a terra requeria trabalho, e, portanto, submeter a terra também requeria submeter o pobre trabalhador (THOMPSON, 2005, p. 136).

A separação do sujeito de seus meios de produção é a base da chamada acumulação primitiva, que Marx versa no capítulo XIV d'O Capital. Foi justamente esse processo que se realizou e que se realiza com o desmantelamento das terras em comum. Este item será trabalho com profundidade em nosso próximo capítulo, mas aqui cabe ressaltar como este movimento ainda é vigente. Assim como ainda é vigente o preconceito de classe com os camponeses com terras em uso comum. Em pesquisa anterior (OLESKO, 2013) colhemos alguns relatos de antagonistas dos camponeses faxinalenses, no caso burguês da cidade de Curitiba que tinham chácaras de fim de semana encravadas nas comunidades. Grande parte desses achava um absurdo, um atraso, um ato de preguiça a criação de animais soltos dentro do criadouro. Faltava o trabalho. O mesmo processo ocorreu na realização dos trabalhos para a tese. Em Córdoba e Cosquín foi possível conversar com alguns representantes do agronegócio da soja. Ainda que trabalhadores assalariados, os mesmos pontuavam que na visão de seus patrões os camponeses comuneros do norte da província eram preguiçosos e vagabundos por terem tanta terra e deixarem a mesma para a criação de alguns poucos animais. Além disso havia a compreensão de que as terras eram abandonadas, sem trato algum, sendo terras de ninguém de deviam ser apropriadas para plantar soja.

É neste ponto que vamos ao encontro de Campos (2011) quando este cita do entendimento equivocado que as terras de uso comum não são terras de ninguém mas sim terras de todos. Há um entendimento equivocado dos não-camponeses acerca da terra de uso comum. De um lado os capitalistas e grandes proprietários, consideram que a terra camponesa em uso comum aparentemente não é trabalhada, é uma terra de ninguém, fadada à devastação. De outro, a própria classe trabalhadora urbana não consegue apreender que o trabalho camponês nesse modelo é diferenciado, com tempos e dinâmicas distintas. Sobre o primeiro ponto, Campos (2011, p. 106) trata que no entendimento popular – acrescentamos popular-camponês, uma vez que a população urbana não tem esta mesma compreensão – as terras em comum têm o sentido de terras do povo, terras de todos. Este ponto é crucial para a discussão. A terra comum desses camponeses não é *Res Nullius*, a coisa de ninguém, ao contrário, ela é *ager publicus*, terra pública, pública em seu sentido mais literal, do povo. Campos (2011, p.52-55) é quem faz esse debate e lembra que se algo é “de ninguém”, logo ninguém há de cuidar disso, porém, se algo é de todos, todos hão de cuidar disso. Esta constatação é chave para o entendimento do uso comum da terra, pois serve para desarticular o apelo de Hardin (1968). Tal autor considerava que o fim do uso comum da terra era eminente, devido ao modo camponês ser inerentemente degradante da natureza devido à sua natureza individual. A realidade analisada por Hardin era ideal, não real. Considerando a terra como um *Res Nullius*, Hardin entendia que ninguém lhe daria importância e cuidaria dela, o que faria com que a mesma fosse destruída.

É justamente o inverso que ocorre. A terra é comum a todos. O comum é a prática de vários camponeses e camponesas que trabalham em uma mesma porção de seu território. Aqueles que se posicionam contra, seja na intelectualidade como Hardin, ou na realidade concreta, não entendem e não conhecem a realidade. Os produtores de soja em Córdoba, algodão no Chaco e Santiago Del Estero, os produtores de eucaliptos e de soja no Paraná, e as grandes granjas em Santa Catarina simplesmente ignoram o trabalho do campesinato na terra de uso comum. Trabalho para eles é o trabalho alienado ou aquele que lhe é sujeito. O trabalho camponês autônomo nas terras comuns

é tratado como um não trabalho. Neste ponto podemos notar como o conflito com as várias faces do agronegócio se dá.

Vamos assim ao encontro de Woortmann e Woortmann (1998). Ambos citam que para o campesinato a tríade terra – trabalho – família são indissociáveis, falar de um é falar do outro. A terra é, para o camponês, como já trabalhamos no capítulo anterior, terra de trabalho. Citam os autores que o avanço do capital no campo não buscava a eliminação do campesinato, mas sim sua subordinação (WOORTMAN, WOORTMANN, 1998, p.21) e era nas terras soltas, as terras livres, as terras de uso comum, onde tal campesinato podia se ver livre da subordinação. Tais terras *soltas*, como colocam os autores, eram a possibilidade de uma reprodução social um tanto quanto autônoma. É esta autonomia outro ponto também central a esta classe, como também já levantamos. Essa autonomia se dá no uso comum da terra, sendo esta uma arma de resistência. Trazem Woortmann e Woortmann (1998, p. 23):

Em todos os lugares, porém, tiveram fim as terras soltas. Equivalentes às “largas” do Brasil Central e aos “faxinais” do Sul, eram de uso comum e nelas podiam-se constituir, pelo trabalho, novos sítios.

[...] em todo o País, essas terras eram a base da formação de um campesinato que prescindia da propriedade privada e que coexistia com as formas hegemônicas de exploração agropecuária, como as *plantations* açucareiras. Se no próprio interior do universo escravista existia uma “brecha camponesa”, as soltas formavam como que um substrato invisível da condição camponesa. [...]

As terras soltas eram terra liberta e configuravam, há séculos, frentes de expansão camponesas [...]

Neste ponto podemos analisar como é importante para a própria reprodução camponesa a não fixação de limites territoriais como os próprios autores nos trazem e, justamente, como ocorre nos territórios de uso comum dos camponeses por nós pesquisados. Para Chayanov (1985) é notável como o uso comum, e não a delimitação total da propriedade camponesa, permite que exista a variabilidade tanto do cultivo como do pastoreio a partir da própria demografia familiar. Nas comunidades que pudemos conhecer e analisar, foi importante ver como havia uma variação tanto do número de animais que cada

família possuía, quanto da área cultivada. Ambos os casos eram embasados por e a partir do número de membros que a família possuía. Como o próprio Chayanov afirmava, este número era determinado pela quantia de consumidores e não trabalhadores. A fala de uma camponesa cordobesa serve de exemplo:

El número de los animales es mutable. Cuando más gente, más animales. [...] El límite de animales... es por familia, no? No su puede tener mucho animales si la familia es chica. Dos personas tienen menos animales que una familia de cinco. Es necesario más territorio y más trabajo. Esto cambia en el tiempo (CAMPESINA 6, 2017)

O território camponês é então o que encontramos como porção do espaço em resistência ao capital e como alternativa de vida através de seu modo não capitalista de se viver e produzir. Recorremos a Shanin (1990, p. 32-33) que, ao analisar a obra de Marx, apresenta a notável preocupação deste para com o campesinato no que consiste à produção. O autor demonstra que para Marx era o Estado a ferramenta dos proprietários de terra utilizada para subordinar o campesinato. Conclui que foi o Estado, no caso europeu, que findou com o uso comum da terra, pois haveria a necessidade deste fim para que se pudesse subordinar, ainda mais, a classe camponesa.

Shanin (1990, p. 38) mostra que o pensamento de Marx teria não uma tríade, como propôs Engels, como base de sua filosofia, mas sim quatro pilares. Para Shanin, há um quarto pilar no pensamento de Marx, que é o das leituras e ações do populismo revolucionário russo o qual tinha no campesinato a grande aposta como classe transformadora da sociedade e que seria uma das chaves da revolução que acabaria com o capitalismo. Além da filosofia alemã, do socialismo francês e da economia política inglesa, seria neste populismo revolucionário russo que Marx teria encontrado vias alternativas e até mesmo com maior força, para a modificação estrutural da sociedade. É importante ressaltar tal fato, pois Marx via no uso comunal, uso coletivo e uso comum de terras na Rússia Imperial dos fins do século XIX a possibilidade de uma revolução. Isso se dava, pois, para ele, de acordo com Shanin, essas maneiras de produzir e viver não subordinavam o camponês, e este era tanto proprietário quanto trabalhador.

Sendo assim, começamos a construir a compreensão de que o uso comum da terra seria uma fração do território camponês onde é possível – de maneira mais forte – a manutenção de uma autonomia relativa e com uma menor subordinação ao capital. Marx teria notado tal possibilidade através das leituras de um proeminente e respeitado populista revolucionário russo, Chernyshevski, o qual tratava a comuna, o uso comum e o uso coletivo como trunfos escravos, justamente por manter a terra nas mãos do campesinato, o qual a geria de modo autônomo (WADA, 1990, p. 69-70).

Qual a conexão disto com a realidade por nós apresentada e analisada? Em primeiro lugar temos a clara noção de que não existe uma autonomia total camponesa. Contudo, tanto nas comunidades faxinalenses, quanto nas caívas e quilombolas, foi possível perceber uma clareza muito grande sobre as obrigações sobre a gestão comunitária, os laços de compadrio e as relações políticas muito bem engendradas. O uso comum da terra não era somente um complemento à unidade familiar camponesa. Ao contrário. O uso comum era a garantia da manutenção da família e da comunidade. As vendas realizadas para o exterior da comunidade garantiam somente dinheiro para comprar bens materiais que, como Chayanov (1985) já havia descrito, variavam de comunidade para comunidade, mas que tinham no seu cerne a imposição do padrão de consumo da sociedade hegemônica. Ou seja, essa venda possibilitava a compra de vestuário, insumos para os cultivos a serem comercializados, celulares, carros, etc.

O uso comum é então a garantia da (re)produção familiar, comunitária e de vida desta porção do campesinato. É a garantia de uma vida subordinada sim, mas com uma autonomia um pouco maior e é também a garantia de que caso a família camponesa subordinada ao capital, como é o caso das famílias faxinalenses com granjas de frangos integradas a multinacionais, possam se manter na terra e sobreviver de maneira digna mesmo caso o contrato com as granjas seja revogado⁵⁵. Como cita Marx (1990, p. 134) no segundo rascunho

⁵⁵ Prova disto é que as famílias faxinalenses que possuíam granjas atreladas a empresa Diplomata, que entrou em falência em 2013 e que desde 2016 tenta se reestruturar, permaneceram na terra. Ao contrário do que o senso comum pensa, o acessório é a granja, ela quem possibilita renda extra para a família camponesa. O que mantém a família na terra é o uso comum da terra.

para a populista russa Vera Zasulich “La muerte de la propiedad comunal no dio nacimiento a la producción capitalista”. Marx, mais à frente de sua carta, pondera que a propriedade comum da terra, entendida aqui como uso comum, seria a que possibilitaria essa manutenção da autonomia:

Existe la propiedad comum de la tierra, pero [por outro lado, em la práctica, el trabajo de cultivo o la producción sólo realiza en pequeñas parcelas campesinas] cada campesino cultiva y trabaja [su parcela, recoge los frutos de su campo] su campo por su propia cuenta, como el pequeño campesinato occidental.

[...] Lo que amenaza la vida de la comuna rusa no es ni una inevitabilidad histórica ni una teoría; es la opresión estatal y la explotación de los intrusos capitalistas a quienes el Estado ha hecho poderosos a expensas de los campesinos (MARX, 1990, p. 137-138)

Indo além, temos em vista então que o uso comum da terra não é um relicto do passado ou uma forma atrasada, pouco produtiva e fadada ao fim, seja pelo avanço do capital ou pela própria vontade do camponês. Ela é presente e serve para a manutenção da família camponesa. Vemos nas comunidades por nós analisadas que o uso comum da terra possibilita a permanência no campo. Sem isto, nos falaram diversos camponeses, ficaria difícil a manutenção de suas famílias.

¡La situación histórica de la “comuna rural” rusa no tiene paralelo! Es la única en Europa que se ha preservado, no como el resto disperso (como las raras y curiosas miniaturas de tipo arcaico que se han descubierto recientemente en Occidente), sino como la forma de vida popular más o menos dominante extendida en un vasto imperio. Al mismo tiempo que tiene en la propiedad común de la tierra la base [natural] para la apropiación colectiva, su contexto histórico – la contemporaneidad de la producción capitalista – le suministra condiciones materiales ya lista para el trabajo común en gran escala. Por tanto, es capaz de incorporar los logros positivos del sistema capitalista sin tener que pagarle su duro tributo (MARX, 1990, p.146).

Dois pontos são necessários esclarecer desta passagem de Marx. Primeiramente ele cita que arcaico não tem um sentido pejorativo em sua análise, é somente um ponto de vista analítico embasado no tempo histórico. Assim, o que é anterior, para Marx, é arcaico (1990, p.140). O segundo ponto é

que Marx, assim como nós, não considerava o uso comum como sinônimo de uso coletivo, como pode parecer. Ele tem clara distinção entre tais práticas, e analisa que ambas funcionam de modo diferente, mas não se anulam e nem são antíteses.

O que temos como foco é o uso comum da terra. Nossa compreensão é que as comunidades que têm esta maneira de produzir e viver acabam construindo ali territórios camponeses. Longe de entender esses territórios como isolados, como já citamos, ou ainda como territórios autônomos e fora dos círculos do capital, entendemos tais territórios como construídos pelo campesinato e ancorados na: autonomia relativa, terra, trabalho e família. Woortmann e Woortmann (1998) vão além na descrição do processo de circulação. O campesinato teria uma circulação simples, $M - D - M$, enquanto o processo de reprodução do capital seria o $D - M - D'$. Em ambos M equivale a mercadoria e D a dinheiro. Contudo, os autores buscam compreender como é o início da produção de mercadoria do campesinato. Tomando por base seu trabalho, elaboramos aqui um esquema de circulação camponesa:

$$Bs - Bm - M - D - M$$

M: Mercadoria

Bm: Bens Materiais

Bs: Bens Simbólicos

D: Dinheiro

Cunhamos tal esquema para explicitar que o campesinato não tem a função única de produzir mercadorias para vender e poder adquirir outras mercadorias que não produz. Woortmann e Woortmann tratam que antes de vir a produzir a mercadoria, a classe camponesa tem como premissa a produção de bens simbólicos para a família e a comunidade, posteriormente bens materiais para ambos e somente então a mercadoria. Como trazem os autores, além de produzir cultivos, o campesinato produz cultura própria, e isso lhe é essencial. Tendo em vista o uso comum como ferramenta central para a construção de uma autonomia maior, nas comunidades por nós analisadas, o fato acima elencado nos foi muito notado.

A produção de simbologias religiosas, festas religiosas comunitárias e a própria moral é de importância grande para esta fração do campesinato. Posteriormente vinha a produção de bens materiais para a família e a comunidade, com destaque evidente para o alimento e a moradia. Somente então é que se dava importância para a produção de cultivos para o comércio. É este o ponto importante que foi visto: o uso comum permite à classe camponesa uma autonomia maior e uma subordinação menor de sua renda.

Sendo assim, no caso brasileiro ocorreu uma busca por terras livres, sendo esta busca uma resposta ao processo de expulsão imposto pela lógica de expansão do capital no campo (PAULINO, 2012, p. 46). A lógica na Argentina foi a mesma. No Brasil o que ocorreu foi uma busca por terras livres nas margens do núcleo central da agricultura no país. No caso mais específico, as terras de ocupação mais antiga ou as que foram mecanizadas primeiramente, como é o caso de parte de São Paulo, Rio de Janeiro e do litoral nordestino (PAULINO, 2012, p. 50). Na Argentina vemos isto no caso da região do pampa úmido, na região chamada litoral e nos arredores da província de Buenos Aires.

Foi nas margens do sistema agroexportador que o campesinato conseguiu se territorializar, o sul do Brasil e o centro norte argentino são mostras disto. A criação e recriação camponesa ocorre justamente nestas terras livres. Indo além do que Paulino (2012, 102) defende, que a recriação camponesa acontece com a posse fragmentada da terra, defendemos que ela ocorre também com a posse comum da terra.

A posse comum da terra, entendendo a terra como território de trabalho e vida, é um entrave ao próprio avanço do modo de produção capitalista como um todo. O uso comum é uma das contradições do movimento do capital. Dele se extrai renda da terra, se faz uma acumulação (produção) de capital, mas ele também bloqueia a transformação da terra em mercadoria.

Martins (2015, p. 37) mostra que a primeira etapa da expansão do capital é a produção de mercadorias e não necessariamente a produção de relações de produção capitalistas. A produção de mercadorias por parte do campesinato ocorre na subordinação de seus produtos pela classe capitalista e/ou dos proprietários de terra que transformam renda em capital na circulação.

Contudo, como já citamos, vivemos num momento cujo modo de produção capitalista cada vez mais se torna dependente da renda e menos da produção. A possibilidade da terra vir a ser um capital imobilizado é barrada se ela está sob posse desta fração do campesinato.

Ainda em Martins (2015, p. 39-40) encontramos a explicação do processo do modelo agroexportador brasileiro e que também se encaixa no modelo argentino, uma vez que ambas são economias rentistas. No período colonial, a economia brasileira era dependente de um rentismo do trabalho e posteriormente a um rentismo da terra. O próprio entendimento de “fazenda” era distinto: significava conjunto de bens, riqueza acumulada. Significava principalmente os bens produzidos pelo trabalho e o trabalho personificado no escravo⁵⁶. A fazenda, e acrescentamos nós a *hacienda* argentina, acaba por imobilizar o capital e a transformar a terra em uma mercadoria. Mercadoria então com preço e cambiável como qualquer outro produto. A propriedade é então renda capitalizada, onde o trabalho do camponês gera renda, que é subordinada pelo capitalista. O capitalista então é um rentista, o camponês um rendeiro subordinado na construção de Martins (2015, p. 81).

Nessa relação, a propriedade fundiária surgia como fundamento da desigualdade entre o fazendeiro e o colono. Ao mesmo tempo, o rendimento monetário que dela derivava era mero complemento dos meios de vida já produzidos pelo próprio trabalhador, não cobria o essencial, mas o supérfluo, relativamente à reprodução da família do trabalhador e de sua força de trabalho (MARTINS, 2015, p. 81).

A propriedade fundiária é então um instrumento da sujeição do trabalho. Ponto essencial para nós é o que levanta Martins (2015, p. 140): a terra em uso comum libera o trabalho camponês da subordinação, contudo a renda ainda é subordinada. Parece pouca coisa, mas não é. Apesar da manutenção da sujeição da renda, o camponês que tem sua terra em uso comum tem uma autonomia relativa muito maior. Uma independência em relação ao trabalho muito maior. O trabalho na terra é livre, a coleta, uso do pasto, das frutas é livre. Na Figura 14 abaixo vemos os camponeses de La Rinconada distribuindo lenha coletada ao longo da comunidade.

⁵⁶ Destacamos que não se pode ignorar a presença do indígena e do negro escravizados na Argentina. Para maiores informações consultar GONZÁLEZ ARZAC, Alberto. La Esclavitud en la Argentina. DAESA, Buenos Aires, 1974.

Figura 14 - Caminhão do MCC distribuindo lenha coletada nos campos de uso comum de La Rinconada, Córdoba.

Fonte: MCC, 2018

A instauração do regime de propriedade privada fundiária não é um movimento que o capital faz porque a terra é rara. Como nos ensina Vergopulos (1977, p. 57-58), existe propriedade justamente para existir um monopólio sobre a terra, fazendo deste monopólio um produto social, um bem econômico. E ainda segundo o autor, isso se deu na América do Sul justamente pelo fato de existir um grande número de terras livres, não ao contrário, como justifica Engels, com quem Campos (2011) acaba por concordar. Foi a fartura de terras que fez com que a grande propriedade se instaurasse como norte no continente. E foi somente nas margens onde o campesinato conseguiu resistir tendo terras em comum. Cita o autor que “o monopólio só tem sentido, como tal, por trazer desigualdades ao desenvolvimento das forças produtoras dos setores agrícolas e não-agrícolas (VERGOPOULOS, 1977, p. 131). E vai além:

Ora, a propriedade fundiária, se é efetivamente exterior ao modo de produção capitalista, não é como resíduo feudal, mas como direito pessoal sobre a terra. A propriedade fundiária não é, sob este ponto de vista, mais exterior ao modo de produção capitalista do que o trabalho concreto do trabalhador, por

exemplo. Há nesta ocorrência uma heterogeneidade radical entre o trabalho e o sistema capitalista, o que faz com que a integração do primeiro ao segundo seja baseada num ato absurdo, isto é, a redução do trabalho concreto em quantidade de trabalho abstrato. Como nota Marx, “o preço do trabalho é uma coisa tão absurda quanto um logaritmo amarelo. (VERGOPOULOS, 1977, p. 151)

O que o autor traz com isso é a contradição da precificação da terra. Terra enquanto propriedade se torna mercadoria e vem a ter um preço. Aqui vemos na realidade aprendida por nós um posicionamento dos camponeses onde a terra não pode ser mercadoria, não pode ser mercantilizada. A venda da terra, no ideal destes camponeses, se dá para outra família camponesa. Vender a terra para alguém nela nada realizar soa revoltante para alguns e estranho para outros.

Vendê... vendo. Vendo né, se meus fiô não querer ficar aqui, não quiserem voltar eu vendo pra outra família poder trabalhar, né, tirar seu sustento... tô véio, só um dos guri tá aqui e já tem terra. Se eu morre acho que esse é o caminho naturar (CAMPONÊS 10, Espigão das Antas, 2018)

... aguante en lo tiempo... creo que no. Solo pongo la casa a venta. Propiedad no tengo, no? Toda la tierra que vos ves es de la comunidad. En otro tiempo y se yo tuviese los papeles creo que iba a vender. Pero para otro campesino, para trabajar, no para los tontos que veni acá solo para hacer plata sin trabajo (CAMPESINO 9, La Rinconada, 2017).

Estar em comum, se fazer classe e resistir no modo de vida camponês está intimamente relacionado com a negação da compreensão da terra como mercadoria e também à proletarização. O processo todo que no Reino Unido levou cerca de dois séculos como ensina Thompson (2012, p.164), na América do Sul ocorre desde a criação de leis que garantem a propriedade privada. Isto está intimamente ligado à maneira como funciona o modo de produção capitalista no continente. Com sua face voltada para a exportação, com um caráter profundamente rentista e com uma conexão com o Estado de maneira umbilical, as classes dominantes exercem sua dominação sobre o campesinato de maneira violenta. Quando lhes interessa, os ataques as terras de uso comum dos camponeses são realizados, inclusive pela via legal. O capitalismo deu origem a diversas formas de se manter e se reproduzir, uma delas foi através da propriedade.

Isso ocorre com toda sua violência nas comunidades faxinalenses do sul brasileiro e nas comunidades camponeses do centro norte argentino. As figuras 15 e 16 representam tal movimento. As classes capitalista e dos grandes proprietários fundiários usam não somente da violência ilegal, através de jagunços e ameaças, mas também do aparato estatal para conquistar seus objetivos. O roubo de terra gera uma vitória ampla para estas classes: primeiramente é a terra transformada em mercadoria que, a partir daí, passa a ter um preço; segundo, é a possibilidade de com o dinheiro obtido pela hipoteca da propriedade, investir no mercado financeiro e passar a viver dos rendimentos, sem precisar trabalhar a terra; terceiro, é a sujeição do trabalho camponês, principalmente através do arrendamento de terra a eles mas também deles e, por fim, a quarta vitória se dá através da separação dos camponeses de seus meios de produção, gerando a acumulação originária proposta por Marx. As imagens abaixo, portanto, mostram tal movimento. Amparados pelo Estado no Paraná, na Comunidade faxinalense do Alecrim, situada no município de Pinhã, foram destruídas casas, a igreja da comunidade e o posto de saúde, num movimento de reintegração de posse feito por uma grande madeireira. No bairro rural de Parque Esperanza, em Juarez Celman, província de Córdoba, a polícia destruiu moradias de camponeses que ali viviam há quase cinco anos. Destaca-se que as famílias ali viviam pois haviam sido expulsas de suas terras e ocuparam a beira da estrada criando um bairro rural camponês, com o fundo deste sendo utilizado como campo de uso comum.

Figura 15 - Destruição de casas na comunidade Faxinalense do Alecrim

Fonte: Faxinalenses, 2017

Figura 16 - Destruição de Casas e repressão policial na expulsão de famílias camponesas em Juarez Celman

Fonte: MCC, 2018

Isso demonstra como o Estado serve de ferramenta para as classes dominantes exercerem seus interesses. Shanin (1990, p. 26) já demonstrou como os populistas revolucionários na Rússia Czaristas tinham a plena noção de que o Estado era um instrumento da burguesia e dos proprietários fundiários e servia aos seus interesses. Para estes, o Estado era a força capitalista. No continente americano, se não é a força principal, o Estado é um fomentador das forças capitalistas. Nesse ínterim estão os camponeses e suas terras em comum, que resistem ao Estado, aos capitalistas, aos proprietários fundiários, que como Shanin elucida, são os eixos de exploração e expropriação do campesinato.

O papel do Estado é vital no desenrolar da trama dos conflitos pela terra e na luta de classes. Tanto Shanin (1990) quanto Thompson (2012) apresentam que é ele, o Estado, que age para findar com o uso comum. Seu papel de destruidor da economia moral, da *lex loci*, dos costumes, do modo de vida camponês, é uma das funções que a classe dos proprietários fundiários e dos capitalistas lhe impõe. Se na Rússia pré revolucionária e na Inglaterra vitoriana isso era realidade, tal fato não mudou no Brasil e Argentina do século XXI. As ações contra os camponeses se dão em diversos âmbitos, mas no que toca o Estado duas são suas maneiras centrais de ação para com os que fazem o uso comum: a justiça e a não ação. Na justiça é através das reintegrações de posse, como as Figuras 12 e 13 ilustraram. E a não ação ocorre quando denúncias são feitas para frear grilagens, roubos de terra, ameaças às famílias camponesas. O próprio Marx, em sua carta para o

Conselho Editorial do jornal revolucionário russo Otechestvennye Zapiski já elencava que a judicialização da propriedade acaba por combater o uso comum da terra por parte do campesinato, servindo aos interesses do capital.

La actividad comercial-industrial se intensifica y produce un crecimiento colosal de la especulación. La especulación, después de abarcar todos los demás sectores de la economía nacional, se vuelve hacia la rama fundamenta y más extendida: la agricultura [...] antes, el propietario de la tierra era la persona que trabajaba en ella e invertía su capital para mejorarla, el sistema de pequeños propietarios cultivando sus parcelas con sus propias manos; también el sistema de tenencia y medianería, con o sin dependencia servil (MARX, 1990c, p. 237)

Defendendo nossa proposta, ainda em Marx (1990c, p. 238-239), é trazido a constatação de que a propriedade da terra em comum representa uma forma superior das relações do ser humano com terra e é neste modelo onde a grande maioria dos camponeses tem uma participação na renda da terra de maneira digna e mais igualitária. É então no uso comum da terra onde o campesinato encontra a possibilidade de gerar e ficar com uma parte maior da renda por ele mesmo gerada. É uma possibilidade de escape da sujeição do trabalho ou ainda da proletarização. Abaixo na Figura 17 trazemos a imagem de uma pequena loja comunitária situada em Cerro Colorado. Ali vendem-se artesanatos, produtos para os turistas como mochilas, barracas, etc, além de mantimentos. Sua administração é realizada por alguns camponeses, contudo estes representam a comunidade como um todo. Vendem a produção da comunidade como um todo. Não existe aqui um atravessador. O poder de decisão está nas mãos dos próprios moradores. Notamos que para além disto, há toda uma solidariedade em torno da gestão da loja. Ocorre uma rodizio dos que ali trabalham ao longo da semana, assim como existe uma troca na família de origem dos produtos vendidos com o intuito de gerar o melhor para o todo, não favorecendo somente uma família em específico.

Figura 17 - Loja comunitária, Cerro Colorado, Córdoba

Fonte: Autor, 2017

São estas práticas solidárias, essas ações comuns que integram tanto o modo de vida camponês como sua construção classista, que os fazem serem foco de tantas análises que consideram seus movimentos e práticas como novidades. Durante a pesquisa pudemos compreender e ouvir diversas vezes que estas práticas são ancestrais-tradicionais. Que a solidariedade na venda e gestão de uma pequena loja como a do exemplo acima trazido são históricos e

corriqueiros para os camponeses. Que o uso comum é “um troço que o avô do meu avô já fazia, sempre fizemo”, como nos diz o Camponês Faxinalense 11. Marques (2008, p. 61) apresenta da seguinte maneira tal embate e tais práticas:

Essas novas identidades refletem disputas sociais definidas a partir da defesa de formas sociais da terra baseadas no uso comum de seus recursos, o que o Estado, em sua territorialidade fundamentada na propriedade privada tem dificuldade de reconhecer.

O que faz com que essas novas identidades emergam é justamente a ação do Estado. Meillassoux (1972, p. 94) já versava que Marx mesmo compreendia que o conceito de propriedade é legal e não jurídico. No momento em que as classes burguesa e dos proprietários fundiários avançam com mais afinco sobre os territórios camponeses de uso comum é o momento que os conflitos se exacerbam. É o momento onde os camponeses se veem em conflito deflagrado com o Estado, que antes os deixava à margem. Agora o Estado serve aos interesses das classes dominantes e ataca o território camponês com suas armas: a lei, com as reintegrações de posse, o aparato policial, com sua violência.

A fração do campesinato que sobrevive com as práticas de uso comum resistiram em seus territórios por séculos. No início do século XX as comunidades camponesas faxinalenses eram, inclusive, ponta de lança da agricultura sulista no Brasil. Como mostra Tavares (2008), o campesinato servia aos interesses do capital, servindo de fonte de renda através da criação de grandes quantidades de gado suíno e de manejo da erva-mate. Semelhante fato ocorria nas comunidades comuneras de Córdoba e Santiago del Estero. Lá, como elencam Faberman e Boixadós (2015), eram fonte de gado bovino e mão de obra pontual até o fim do século XIX. É com a expansão e anseio de novas terras por parte do agronegócio que este campesinato se torna dispensável e passa a ser atacado. Teubal (2008, p. 141) apresenta uma construção onde há o predomínio no agronegócio sulamericano do capital financeiro, especialização produtiva em *commodities* e um aumento da concentração fundiária:

Outra característica dos processos de globalização é a difusão geográfica das relações de mercado capitalista e sua expansão a novos âmbitos de reprodução social. Trata-se de sua difusão rumo às atividades tradicionalmente excluídas da esfera do mercado (TEUBAL, 2008, p. 141)

Este ponto é central para compreender os conflitos que emergem nesta fração do campesinato. A emergência dos agora denominados Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil e do próprio campesinato na Argentina, como já trabalhamos no capítulo 2, é justamente a materialização desta expansão do agronegócio a atividades que eram excluídas. Mais que atividades excluídas, o que mais impacta estes camponeses é o interesse do agronegócio em suas terras. É a luta de classes em sua conformação mais evidente no campo. O embate entre o campesinato e o agronegócio, sedento por terras para plantar soja, eucalipto ou para especular. Isso leva ao próximo ponto, o agronegócio e sua força destruidora.

3.2 – Agronegócios desarticulando o uso comum da terra

Maior expressão da luta de classes travada entre o campesinato e seus antagonistas é o avanço desenfreado dos agronegócios sobre seus territórios. A prática de uso comum é agora um estorvo para a classe dos proprietários fundiários e dos capitalistas. Amparados pelo Estado, seu avanço sobre os territórios camponeses se dá de maneira ainda mais feroz a partir do marco da vitória neoliberal nas eleições presidenciais argentinas no fim do ano de 2015 e com o golpe de Estado no Brasil finalizado em 31 de agosto de 2016. Mauricio Macri e Michel Temer representam os interesses do capital estrangeiro, da classe capitalista, do agronegócio. É o fim da conciliação de classes dos governos do Partido dos Trabalhadores no Brasil e do Kirchenerismo na Argentina. Nestes governos imperava o pacto de classes, com ganhos para os camponeses e trabalhadores, além de ganhos evidentemente maiores para a burguesia (especialmente a financeira) e para os proprietários fundiários. O alto preço das *commodities* possibilitava a gestação e apaziguamento de conflitos de modo geral. Ainda que tenham suas diferenças e diversos conflitos tenham ocorrido durante seus governos, é com a reconquista do Estado por parte das elites que o estopim de uma luta classes explode. Se antes ocorria uma guerra

de trincheiras, com o campesinato de um lado e os capitalistas e grandes proprietários fundiários do outro, em um conflito lento pelas terras, com avanços e retrocessos igualmente lentos, como já colocamos no início do trabalho, agora temos uma guerra de classes aberta, com uma avanço de capitalistas e proprietários fundiários, com o apoio do Estado, sobre as terras do campesinato. Seguindo nesta metáfora, as classes dominantes buscam uma guerra no estilo mais moderno do termo, o *search and destroy*, procurar e destruir, onde se procura qualquer foco de resistência ou de autonomia para subordinar.

Nas comunidades por nós analisadas podemos traçar que as faces do agronegócio que se figuram como suas antagonistas são três: a soja em no norte de Córdoba e centro-sul paranaense, a silvicultura no leste paranaense e no sudeste cordobês e as grandes multinacionais da pecuária em ambos os lugares. As duas primeiras buscam a territorialização do monopólio, enquanto a segunda almeja a monopolização do território, utilizando do arsenal conceitual cunhado por Oliveira (2007). Há ainda conflitos com o latifúndio improdutivo no sul brasileiro, e com a especulação imobiliária através da transformação de territórios camponeses em chácaras para lazer tanto no caso argentino como no brasileiro. É então na resistência e na luta que o campesinato busca barrar tais movimentos. Como escreve Fabrini:

É possível verificar, entre os camponeses, um conjunto de relações assentadas no território que se erguem como resistência à dominação do modo de produção capitalista. A produção para o autoconsumo, a autonomia e o controle do processo produtivo, a solidariedade, as relações de vizinhança, os vínculos locais, dentre outros são aspectos deste processo. Este processo de construção da resistência dos camponeses a partir de forças do território apresenta um conjunto de desdobramentos econômicos, políticos, culturais, etc. (FABRINI, 2008, p. 239-240)

É este o contraponto. Esta é a resistência camponesa perante os avanços do agronegócio. Estas resistências se colocam frente a um modelo que é ancorado no tripé do monocultivo – grande propriedade – trabalho assalariado. É uma ruptura com o campesinato evidentemente. Os conflitos são diversos como mostramos e primeiramente vamos no tocante da soja.

Villegas Guzmán (2015) em sua tese mostra como o maior gerador de conflito por terra em Córdoba é a soja. A pesquisadora trabalhou nas mesmas comunidades onde nós realizamos a pesquisa e conseguiu construir vasto material acerca desta problemática. Assim como ela, em entrevistas com camponeses, pudemos obter um olhar sobre o avanço da soja nestas localidades.

Bueno, cuando yo era chico... no existía soja acá. Todo era campo abierto. Todo. Nadie compraba, la tierra no tenía valor... se vendía a un Parente, un conocido... ahora no. Es una presión estupenda. Parece que todos tienen ganas de venir acá... comprar o robar nos campos... eso todo, bueno, después de 2006, con la soja (CAMPELINO 8, La Rinconada, 2017).

A soja trouxe diversas questões relativamente novas para os camponeses destes territórios. O Estado Argentino age como fomentador do próprio processo de acumulação de capital através da privatização do patrimônio público, dentre eles as terras devolutas. É o que Harvey chama de acumulação por espoliação (2003), mas que em nossa visão não é um sentido novo do imperialismo e do modo de produção capitalista agir: é sim uma intensificação do que Luxemburgo (1985) já versava sobre a acumulação de capital, ou seja, nada novo. Seguindo a linha de raciocínio de Marx, trazida por Dugget (1975, p. 168) os cercamentos na Inglaterra foram a prática do roubo parlamentar, a grilagem de terras no Brasil e Argentina e sua posterior regularização é um roubo judicial.

Em La Rinconada vemos este avanço desenfreado. Os camponeses têm como prática de resistência o corte e derrubada de cercas que são construídas dentro de seu território. Frase que nos foi diversas vezes dita e que também foi ouvida por Romano em sua pesquisa doutoral (2011), sendo inclusive o objeto central de sua análise, “nosotros siempre fuimos campo abierto”, segue sendo o pilar de defesa desta fração do campesinato. A progressão territorial do agronegócio gera outra mazela: a especulação fundiária. Em La Rinconada o caso do grileiro Fritzler é o mais conhecido. O mesmo cercou e se apropriou de terras da comunidade, pagando um valor baixíssimo a alguns camponeses e surgindo posteriormente com títulos de terra. O cambio nos valores (em dólares) é exponencial:

El empresario [Fritzler] pagó el campo según la escritura pública presentada en el juicio a \$ 17 cada hectárea. Para tomar como referencia en aquel año -2004- la hectárea en la región costaba \$ 1000. En la actualidad el empresario intenta vender el campo, parcialmente cerrado a un precio de \$ 2400 cada hectárea (ROMANO, 2011, p. 148)

Neste ponto, o exemplo de Fritzler se assemelha a o que se passa no Brasil. A concentração da propriedade fundiária nas mãos das classes dominantes funciona como ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial, garantias de acesso ao mercado de créditos e a financiamentos bancários de larga escala (OLIVEIRA, 2001). O caso da usurpação deste empresário sobre terras de uso comum do campesinato cordobês não é isolado. Romano (2011, p. 17) apresenta que ao longo de 20 anos, entre 1988 e 2008, ocorreu um aumento de 1600% nos roubos de terras⁵⁷ sob posse camponesa. O processo de expansão e acirramento do agronegócio na Argentina, e em especial na província de Córdoba, teve expansão rápida e violenta nos últimos anos, com um incremento ainda maior nos últimos dois anos. Destaca-se ainda que nos últimos dois anos há um verdadeiro vazio no que toca à defesa jurídica dos camponeses e um incentivo ainda maior às grilagens. Analisa novamente Romano:

Se generó un vasto sistema de agro-negocios en el que los grandes productores agropecuarios y las empresas favorecidas por la sojización desplazan a los medianos y pequeños productores familiares y a los campesinos. Este proceso implica sin más, la transformación del sector en una agricultura sin agricultores [...] y la dependencia absoluta de la producción de alimentos en nuestro país [Argentina] de las empresas multinacionales que dirigen todas las fases de la producción e imponen sus precios y condiciones al conjunto de la sociedad. En un contexto marcado por la acelerada expansión del capital y desplazamiento del 24% de las unidades productivas que desaparecieron en todo el país, en catorce años (1988/2002), vemos que aquel proceso para el caso de Córdoba resultó más grave aún, constatando la desaparición del 36% de unidades productivas de menos de 200 has. para el mismo periodo, y sus graves consecuencias ambientales y sociales (ROMANO, 2011, p. 31, colchetes nossos).

La Rinconada, Cerro Colorado e outras comunidades por nós trabalhadas padecem do mesmo conflito. O processo padrão ocorre em duas fases, primeiramente com a usurpação e aumento do preço da terra por parte

⁵⁷ No original em castelhano: *saqueo de tierras*.

de um capitalista ou grande proprietário de terra e posterior venda a uma empresa ou grande latifundiário do agronegócio da soja. Há, portanto, esta mediação. Como as famílias camponesas são em sua grande maioria posseiras e há uma lacuna por parte do Estado em gerir estes territórios, a grilagem se vê facilitada.

Los tipos de conflictos más comunes sobre tenencia de la tierra de los pequeños productores, y sectores campesinos son la Falta de Saneamiento de Títulos y los Campos comuneros donde los criadores de ganado usan los campos en forma común y no tiene reconocimiento en la legislación nacional actual (ROMANO, 2011, p. 41).

O Estado age em consonância com os interesses do agronegócio, como já colocamos. Sua função primordial é agir para satisfazer as demandas desses. Sua não-ação perante os campesinos é uma das formas de lutar contra estes. Nas figuras 18 e 19 abaixo vemos um grande complexo de armazenamento de soja situada poucos quilômetros ao sul de Cerro Colorado, assim como o grande campo de soja que lhe serve de fonte. Até os idos dos anos 2000 era campo aberto, território camponês. Trazemos também imagens (FIGURA 18) da repressão policial contra os camponeses no departamento de San Alberto, situado igualmente ao sul de Cerro Colorado, que mostram a ação do Estado na repressão dos camponeses que ali vivem e constroem seus territórios a várias gerações.

Figura 18 - Plantação de soja a poucos quilômetros ao sul de La Rinconada, San José de La Dormida, Córdoba

Fonte: AUTOR, 2017

Figura 19 - Caminhões de Transporte e silos de armazenamento de soja, San José de La Dormida, Córdoba

Fonte: AUTOR, 2017

Figura 20 - Reintegração de posse no Departamento de San Alberto em 2006

Fonte: MCC, 2006

Estes campos, como indica Romano (2011, p.89-90), foram historicamente construídos e produzidos por famílias camponesas que estão ali ilegalmente perante a lei. Sua fragilidade se dá justamente no marco legal de um país onde a propriedade privada é absoluta e naturalizada, como já analisamos. Novos atores sociais miram suas atenções para estes territórios, visando a produção em larga escala, especulação imobiliária e financeira, muitas vezes devido a esta fragilidade legal. É possível notar a transformação territorial ao passar do tempo na Figura 21. A oeste da linha formada pelos lagos, existem pequenas propriedades camponesas que faziam, inclusive, o uso dos campos abertos onde se situa La Rinconada, ainda no ano de 1986. Na segunda imagem (Figura 22), de 2018, nota-se a fragmentação e o aumento de cultivo na faixa de terras entre a Ruta 9 e a linha de fronteira agrícola formada pelas pequenas lagoas que desaguam em Mar de Chiquita.

Figura 21 - Cobertura vegetal em La Rinconada, Córdoba em 1986.

Fonte: Landsat/Copernicus/Google Earth, 2018

Figura 22 - Cobertura vegetal em La Rinconada, Córdoba em 2018

Fonte: Landsat/Copernicus/Google Earth, 2018

Neste caso se fragmentou a terra para desarticular o campesinato. Tanto Romano (2011) quanto Villegas Guzmán (2015) obtiveram em seus

trabalhos de campo relatos de camponeses que cercaram campos para o uso comum de um único núcleo familiar pequeno, possuindo entre cinco e dez famílias. Isso ocorreu como tentativa de barrar o avanço do agronegócio da soja, porém acabou favorecendo o mesmo e impedindo o uso pelos outros camponeses. Com as comunidades desarticuladas, rompidas internamente e sem uma coesão na luta, aqueles que estavam mais distantes dos campos maiores acabaram por serem engolidos mais rapidamente pelo avanço da soja. Antes as famílias camponesas se inseriam no mundo de maneira subordinada, vendendo especificamente carne bovina, caprina e ovina com fim de adquirirem os elementos para sua existência, especialmente ferramentas e mercadorias diversas (ROMANO, 2011, p.111). O processo de saque de suas terras acabaria por empurrar estes camponeses para a cidade, em um processo de proletarianização. Passa-se de uma subordinação da renda através de trocas desiguais com o mercado para uma quase exclusão do mercado ou para um assalariamento. Este processo se dá via violência estatal ou via violência territorial, através das grilagens. O Quadro 1 mostra como existe um acirramento das tensões e das lutas de classe, onde o campesinato sai como maior vítima:

Quadro 1 - Registro de denúncias por delitos de Roubo de Terras registrados no órgão fiscalizador de Dean Funes (que atende a La Rinconada)

AÑO	Cantidad Denuncias	Elevación a Juicio
1988	3	No
1989	8	No
1990	8	No
1991	20	No
1992	15	No
1993	9	Si.
1994	13	No
1995	16	No
1996	9	No
1997	12	No
1998	11	Si-
1999	16	Si -
2000	18	Si
2001	37	Si .
2002	27	Si
2003	40	Si
2004	28	Si
2005	37	Si.
2006	35	Si.
2007	46	Si.
2008	49	Si.

Fonte: Romano, 2011, p. 61

Este aumento da violência mostra como a luta de classes é realizada de maneira violenta pela classe capitalista e dos proprietários fundiários. Usurpar terras, ameaçar e agredir ou até mesmo matar camponeses é o *modus operandi* para tais sujeitos. Abaixo no Quadro 2 trazemos o tamanho do crescimento da área plantada de soja na província de Córdoba. É notável o crescimento constante desde meados dos anos 1980. A sua fronteira se dá justamente com a resistência dos campesinos dos campos de uso comum e sua articulação no entorno do MCC. Nos últimos anos a soja sofre com a crescente força do agronegócio do milho, o que gera a diminuição da área plantada, ou seja, sua expansão encontra não só a própria resistência camponesa, mas também a concorrência de outro setor do agronegócio.

Este movimento de expansão da soja gera conflitos não somente na Argentina, mas também no estado do Paraná, no sul brasileiro. O movimento em terras platinas vem do sul da provincia rumo ao norte, território camponês comunero. No Paraná o processo é contrário. Advém do norte do Estado rumo ao sul, área onde há grande ocorrência de comunidades camponesas faxinalenses, como já destacava Tavares (2008).

A diferença para com Córdoba se dá no processo de expansão da soja em terras paranaenses: há uma ação difusa, onde por vezes o agronegócio se territorializa e por vezes monopoliza o território. Ocorre tanto a prática de plantação manejada diretamente em terras griladas pelo agronegócio como o arrendamento de terras camponesas para o plantio da soja. Outro processo, que demonstra a contradição dos próprios camponeses, é o plantio de soja nas terras de plantar de familia camponesa faxinalense. Isso ocorre pois no centro sul paranaense existe um grande número de cooperativas, as quais contam com grande número de camponeses faxinalenses entre seus cooperados. A importância e o predomínio da soja no Estado cuja centralidade do café já lhe foi característica pode ser analisada a partir do Quadro 3:

Plantar soja significa para o campesinato perder sua autonomia. Perder as terras de plantar para o agronegócio, seja via arrendamento ou via grilagem. Com isso o autossustento familiar fica comprometido. A família camponesa passa a necessitar mais do mercado, ficando suas relações mais monetarizadas. Perde-se o dinamismo da produção de alimentos e assume-se uma lógica de subordinação ao mercado. Seja a família cooperada ou a família que vende diretamente para algum grande produtor, o que se tem é uma sujeição da renda. O criadouro comunitário resta como único meio onde existe alguma autonomia, ainda que relativa.

O agronegócio, como analisa Oliveira (2010) é ancorado na tríade monocultivo, grande propriedade e trabalho precário, e estes três elementos em conjunto são as formas como este mesmo agronegócio age nas comunidades camponesas faxinalenses. No que concerne ao agronegócio da soja, sua ação é na região centro-sul do Estado do Paraná. Já nas comunidades faxinalenses situadas na porção sul e oeste da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) a grande ameaça advém do agronegócio da silvicultura, especialmente do Eucaliptus. Temos ainda a figura das granjas de frangos, que se destacam ao largo das comunidades de maneira geral. Podemos então agrupar os conflitos em três grupos e classificar seu modo de ação nos territórios camponeses faxinalenses:

- Agronegócio da soja; monopolização do território ou territorialização do capital (as duas maneiras ocorrem); Centro-Sul do Paraná;
- Agronegócio da silvicultura; monopolização do território, Sul e Oeste da RMC.
- Agronegócio do Frango, territorialização do monopólio; comunidades camponesas faxinalenses como um todo.

Estas três faces do agronegócio contrastam com a face principal que existia até cerca de dez anos: o fumo. Sua decadência foi tão rápida quanto a sua emergência. Tavares (2008, p. 726) cita que o fumo era o cultivo que havia adentrado as comunidades faxinalenses em consonância com as granjas de frango. Hoje já no fim da segunda década do século XXI, o fumo é praticamente inexistente e as granjas despontaram como ultimo recurso para os camponeses faxinalenses conseguirem conferir renda extra a suas famílias.

Com as terras de plantar sendo cada vez mais escassas, seja pela grilagem, seja pela pressão do agronegócio para que estas sejam vendidas, o criadouro comunitário se tornou o ultimo foco de resistência. É uma fração do território comunitário camponês faxinalenses que resiste. Contudo, sua autonomia se vê ameaçada, sua necessidade de autossustento se vê dificultada via imposições sanitárias que vão contra a criação solta de animais para venda, restando assim a sujeição às grandes multinacionais da carne para conseguir sobreviver. Nos foi relatado isso do seguinte modo:

Temo granja, dae temo TV, carro, internet, mandei a menina pra cidade estuda até... é triste porque dae nós trabalha mais, quase que nem em empresa. Não temo mais a liberdade, tem que quase que batê ponto na granja. Mas paga um dinheirinho que ajuda... se não iamo viver da horta daqui de casa e vende meio que por fora umas carne [...] Terra de plantar? Não, não temo mais, vendemo um tanto e arrendamo o resto pros eucalipto (CAMPONÊS 12, Pedra Preta, 2018)

O controle dos mecanismos de monopolização do território, como Oliveira (2010) nos ensina, se dá via multinacionais que não têm terra e não produzem diretamente nada no campo. A BRF em especial domina grande parte dos camponeses subordinados às granjas de frango nas comunidades camponeses faxinalenses. Em pesquisa anterior (OLESKO, 2013) ainda foi possível notar a presença de outra indústria da carne, a Diplomata, com

presença marcante em criadouros comunitários da RMC. Porém, em menos de cinco anos sua presença inexistiu, o que marca inclusive o leilão de boa parte dos bens da empresa para pagar dívidas. Sendo assim, existe um domínio absoluto da BRF na sujeição do campesinato via granjas. Este processo é sentido de maneira brutal pelos camponeses:

Olha só, a Diplomata meio que faliu. Quem tem granja agora é da Sadia. Eles aumentam as exigências todo ano. No começo é só a granja. Depois é forno. Depois um silo pra ração dos pintinhos. Depois um arco d'água pro caminhão que entrega e pega os animais passar e se limpar. Agora tão obrigando a fazer até um casebre pro caminhoneiro e o auxiliar dele tomarem banho depois de largarem os bicho... tudo isso na minha conta, no meu empréstimo no banco, né? E ah, o pagamento é o mesmo... (CAMPONÊS 1, Pedra Preta, 2016)

A sujeição se faz sem ônus algum ao capital. Todos os riscos são da família camponesa. Como Tavares (2008) argumenta, só há um derrotado na luta de classes entre agronegócio e o campesinato faxinalense: este último. Primeiro as terras deste campesinato foram griladas, especialmente no centro-sul do Estado, uma vez que boa parte das comunidades está cercada por grandes propriedades. Agora, a partir dos anos 2000, uma das entradas é via sujeição pela monopolização do território, no caso via monocultivo da silvicultura.

Os dados abaixo expressos no Quadro 4 mostram a manutenção das plantações de Pinus no estado do Paraná a partir de 2006, com um crescimento do plantio de Eucaliptus no mesmo período. O Pinus tem longo histórico de plantação no Paraná, foi utilizado como repositor da mata de araucária, servindo de nova matéria prima para a indústria moveleira do estado. Já o Eucalipto é introduzido mais tardiamente, atrelado mais ao capital mundializado, sendo matéria prima da indústria do papel (TAVARES, 2008). Dados do Instituto de Florestas do Paraná (2015, p. 44) expresso na Figura 23, mostram que é justamente na região onde existem mais comunidades camponesas faxinalenses, a região Centro-Sul do Estado, onde estão presentes 83% das plantações de ambas espécies no estado. Sua expansão se dá de maneira gradual, mas as marcas na paisagem e nos territórios camponeses que são visíveis. Especialmente nestas comunidades como o Faxinal dos Ribeiro e Bom Retiro, onde os camponeses são em sua grande

maioria posseiros, que ocorre o conflito. Alguns camponeses relatam que por serem posseiros são praticamente obrigados a arrendar suas terras de plantar para o plantio das madeiras de corte, seja por pressão da empresa ou por necessidade: como o plantio de hortaliças e legumes por vezes resulta em pouco retorno financeiro, os mesmos se obrigam a arrendar suas terras para as empresas de plantação de Eucalipto. O processo ocorre de modo que caso não arrendem, as terras serão usurpadas pela empresa, ou seja, a empresa mesmo sem o consentimento da família camponesa dona das terras de plantar, ou da comunidade (no caso das plantações dentro do próprio criadouro) acaba por plantar o Eucalipto e cercar uma porção de terra para tal. É uma via sem escapatória para o campesinato que, já muito empobrecido, se sujeita aos ditames das empresas afim de ganhar um pouco mais de renda para auxiliar em seu autossustento.

Quadro 4 - Evolução da Área Plantada no Estado do Paraná

Evolução da Área Florestal Plantada no Estado do Paraná (2006-16)

Fonte: Instituto de Florestas do Paraná, 2015

Figura 23 - Cobertura Silvicultura Paraná

Fonte: Instituto de Florestas do Paraná, 2015

O Quadro 4 e a Figura 23 nos mostram duas coisas: a primeira é que a partir de 2011, com a posse do governo neoliberal no estado do Paraná mas especialmente em 2015, justamente na chegada da crise mundial no país de modo mais forte é que o monocultivo do Eucalipto cresce. A área plantada segue crescendo ano após ano e este crescimento ocorre justamente em terras camponesas ou em áreas de mata nativa. Como Tavares (2008) afirma, são nas comunidades camponesas faxinalenses, especialmente na área do criadouro comunitário, onde o pouco que resta da mata de araucária do Paraná se encontram.

Ainda sobre o modo como funciona a monopolização do território aplacada pelo agronegócio da silvicultura, trazemos os valores que nos foram relatados por camponeses faxinalenses oferecidos para o plantio de eucalipto:

Óia, você vai lembrar... era 70 mil pra um alqueire [no Paraná 1 alqueire de terra é equivalente a 2,4 hectares de terra] de eucalipto, certo? Agora tão oferecendo 80, 90 mil... a gente entra com a manutenção... com o calcário, os agrotóxico tudo. É pra plantar nas terra de plantá. Arrendamo por sete anos, eles vem, plantam, a gente mesmo faz a lida. Dizem que é pra

MDF, outros pra papel mesmo... pra exportar (CAMPONÊS 1, Pedra Preta 2018)

Realizando a contabilidade, o preço pago é irrisório. Dividindo o preço pago pelos anos de arrendamento, o resultado é um “salário” de R\$1070 por mês. Com as granjas é possível obter uma renda de até 2 mil reais no mês. Ainda que a penosidade do trabalho com o eucalipto seja muito menor em comparação com a granja, o território perdido é muitíssimo maior, assim como o seu comprometimento. Como apontado por Brack (2007), o plantio de eucalipto é sustentável somente por 3 ciclos de plantio, ou seja, 21 anos, uma vez que o esgotamento hídrico do solo é muito grande. Outro fator relevante que traz o autor é o dano causado à biodiversidade que o monocultivo da silvicultura da espécie oriunda da Austrália causa devido a seu crescimento rápido. Como é notável no Paraná, o pinus surge como “praga” na paisagem, competindo e ganhando da mata nativa, especialmente da araucária, no que consiste ao crescimento. Isso se dá devido ao rápido desenvolvimento da planta exótica em comparação com a nativa. O mesmo ocorre com o Eucalipto.

Analisando a situação, o campesinato fica sujeito aos ditames das multinacionais da madeira e, passado o tempo em que o solo é útil ao plantio, a família camponesa fica com um pedaço de terra estéril. Um pedaço de terra que virá a se tornar morto, nulo como local de trabalho da família camponesa. Fato semelhante ocorre com a soja. Caso o camponês faxinalense queira parar de arrendar a terra ou não consiga produzir a quantidade de soja determinada pela cooperativa, é a família quem sofre as consequências, como nos ensina uma camponesa:

Olha só... se a gente deixa de arrendar, é uma safra perdida. Pra sair é a desgraça... o outro pouco de terra que a gente mesmo planta soja já é tudo da cooperativa, tudo da Batavo. Se nós não cumprir... a gente que paga. Temo o acordo assinado. Até agora cumpro sempre, mas dá um medo... perder a terra por não cumprir, não pagar o empréstimo... (FAXINALENSE MIRIAM, 2015)

Em nossas participações junto às reuniões nas comunidades do Salso, Espigão das Antas, Meleiro, Pedra Preta, Mato Branco dos Andrade e Campestre dos Paula, todas situadas na RMC, pudemos constatar que a pressão exercida pelo agronegócio é gigantesca. Especialmente no tocante ao

monocultivo da silvicultura. Há neste ponto uma conformação classista, nos termos que Shanin (1970) e Alavi (1973) colocam, onde os camponeses mais pobres, médios e mais ricos se unem em torno de um mesmo objetivo. Neste ponto, até mesmo camponeses faxinalenses que já plantam eucalipto entendem que este é um problema. Já nas reuniões que participamos junto às comunidades do Tijuco Preto, Faxinal dos Ribeiro, Bom Retiro e Saudade Santa Anita, todos localizados na região centro-sul do Paraná, o conflito central era com o agronegócio da soja e, em segundo plano, o monocultivo da silvicultura, neste caso o Pinus. Novamente existe uma união em torno de um objetivo comum, a manutenção de seu território, seu modo de vida e a defesa da autonomia, inclusive por famílias camponesas que fazem o plantio da soja ou pinus. Existe, portanto, um movimento de resistência, que vai ao encontro do que já analisamos a partir de Shanin (1970): nos momentos de crise ou conflito, a diferenciação social do campesinato se esvai, dando origem à construção de uma classe unida e com consciência de si mesmos.

O aumento da violência e da grilagem é resultado da expansão e acirramento da luta de classes no campo. Primeiro avançam sobre o território camponês com o objetivo de suntuar-lo para uso agrícola ou especulativo. Este uso pode ser prontamente o da produção em monoculturas, como o da soja, ou para a especulação e rentismo. O segundo momento é o da monopolização do território, através da instauração de granjas ou de arrendamentos de terras camponesas para a produção de *commodities*, ambas voltadas para a exportação. Um terceiro momento é o interesse da fragmentação de partes do território camponês para a construção de chácaras de lazer da burguesia urbana mais próxima. Tal movimento ocorre especialmente na comunidade de Cerro Colorado, próxima de um ponto turístico, de Córdoba Capital e nas comunidades camponesas faxinalenses situadas na Região Metropolitana de Curitiba.

Neste ponto a luta de classes se mostra de maneira contraditória: aparentemente as chácaras de lazer não são grande empecilho para a reprodução camponesa. Na paisagem por vezes é difícil notar as chácaras para aqueles com o olhar não acostumado às paisagens dos territórios camponeses. Contudo, com um olhar atento, as casas dos chacareiros

destoam das construções camponesas. São muito maiores e com maior ostentação, sem contar que no redor dessas casas não há a horta mas sim a mata de araucária para contemplação. Aqui se trava uma luta de classes entre uma burguesia urbana e o campesinato. Uma luta de classes que se expressa no território através do próprio entendimento de cada um sobre o que é e para que serve a terra. Para as famílias camponesas, a terra é o local de moradia, trabalho, lazer, cultura. Já para o burguês chacareiro, aquela porção de terra é seu local de lazer e nada mais. É um conflito que cresce nos últimos anos movido pelo que Lefebvre (1991) traçava como a busca incessante da população urbana por um ideal bucólico no campo, o que gera antes da própria entrada do chacareiro em território camponês, a especulação imobiliária.

Durante a pesquisa, foram ouvidos diversos faxinalenses, e apresentado por estes o número de 70 chácaras presentes nas 6 comunidades analisadas ao sul da RMC. As chácaras estão mais concentradas nas comunidades Meleiro e Espigão das Antas, contando com aproximadamente 20 propriedades com tal finalidade. A principal crítica camponesa faxinalense para com os chacareiros é seu desrespeito ao seu modo de vida próprio, verificado o dono da chacara cerca seu lote, impedindo a passagem da criação e comprometendo a existência do criadouro comunitário. Além disto, o cercamento do lote acaba por segregar uma porção do território camponês comunitário. Ou seja, parte importante e necessária para a reprodução socioeconômica da comunidade é perdida, ficando os animais com menos campos para pastar e os camponeses com menos mata para a coleta. Em entrevista, foi relatado o seguinte:

Eles [a prefeitura e os chacareiros] querem tirar essa pinherada que tem ae, erva-mate, tanta coisa que tem por aí pra virar daí cidade, quadro urbano...nossos pai, nós que tamo ae, já somo geração de neto, que faziam esse trabalho quase que sem pensar, mas que já viviam dessa forma, protegendo, cuidando [da natureza], nós sabemo que as coisa melhoraram, chegou o progresso aqui, nós temo linha de ônibus, nós temo energia elétrica, que chegou aqui em 1980, houve a melhoria e foi útil, melhorou nossa vida, o povo foi adquirindo mais consciência, deveria valorizar isso aqui, mas é o contrário, vem isso aqui (a comunidade) como uma coisa do passado. – (CAMPONÉS 1, Pedra Preta, 2014)

A contradição dos chacareiros é tamanha que sua busca pela propriedade dentro do faxinal foi, essencialmente, para a busca da tranquilidade do campo em conjunto com a natureza. Porém, são eles que defendem a desagregação do faxinal, a urbanização da área da comunidade via loteamento. É um embate de classe e de modos de vida. É perceptível a falta de vínculo com a comunidade quando se pergunta a origem dos chacareiros:

É cara estranho que vem ae, não tem parentesco nem nada... A gente não entende, as vezes quando tem terreno a venda vai até pra jornal, dae a turma vem, olha ali, vê a natureza e fica... procê ter ideia tem uma chácara ae que é duma turma de Ponta Grossa que compraram... Isso tem de tudo, desde gente aqui de dentro que tá nem ae e comunica que tá vendendo e não fala dos acordo, até gente que ouviu falá e venho atrás. (CAMPONESA 3, Faxinal dos Ribeiro, 2016)

A lógica do chacareiro é urbana, e tem função de suprir ausências das cidades como a natureza, ar não poluído, silêncio, e assim motiva a construção de lugares de lazer (BAGLI, 2010, p. 90), é este um dos motivos da inserção das chácaras. O curioso desta relação, como ressalta Bagli (p.91-92), é que o morador da cidade que vai ao campo tem em sua mente o espaço rural como bucólico, tranquilo, ligado à natureza, e por consequência, imagina o mesmo dos moradores, como ligados à natureza de modo tolo, com um tempo de vida e produção lentos, atrelados ao passado, atrasados. Também se ressalta o fato de que os chacareiros entendem os camponeses como destruidores da natureza. Sua visão é formada a partir de um viés conservacionista, que não tolera qualquer intervenção na mata. É aquilo que Diegues (1996) trata de como sendo o ideal de uma natureza sem pessoas.

Exatamente isso foi relatado durante a pesquisa, tanto no Brasil como na Argentina. A maioria daqueles que foram entrevistados, ou que participaram das reuniões de discussão sobre a temática, diziam que os chacareiros os viam como atrasados e que a criação de animais soltos era o símbolo deste atrasado. Isso tudo foi ressaltado por Bagli ao mostrar como se constrói esse bucolismo em relação ao campo:

Os ideais bucólicos foram fundamentados na contemplação dos atributos da vida natural, ressaltando a beleza, tranquilidade e o sossego da vida do campo. O romantismo se baseou na ideia obsessiva de recuperar a unidade perdida

entre o homem e a natureza. No **homem primitivo**, encontrar-se-iam as virtudes que foram corrompidas pela sociedade burguesa. (BAGLI, 2006, p. 48, negrito nosso).

Como a própria autora levanta, não existe um atraso no campo, mas sim uma lógica diferenciada, ou seja, enquanto a lógica urbana é ligada a um tempo rápido e muito definido entre trabalho e descanso, a lógica rural é ligada a uma lógica territorial, na qual o tempo é mais contínuo, com o trabalho se confundindo com o lazer, por vezes, tendo a rotina horários diferenciados, ou seja, é a disputa da temporalidade do capital com a temporalidade da comunidade (BAGLI, 2010, p. 83-85). E a mesma chega ao ponto de apresentar que o campo se tornou, na visão dicotômica e centrada em si mesma da cidade, um local de fuga momentânea das mazelas da cidade, deixando de lado, inclusive, qualquer morador ou lógica existente anteriormente nesta localidade, passando por cima desta, literalmente, se necessário (BAGLI, 2006, p. 57-58). A opinião dos faxinalenses converge para a fala que foi possível captar em uma visita feita à comunidade do Meleiro

A maioria ainda apoia, acha que isso [viver em harmonia com a natureza e produzir] é possível, e você pode ver isso perfeitamente, você vê as benfeitorias, as melhorias, a tecnologia pode chegar num lugar como o nosso aqui e você pode desfrutar disso sem precisa acabar com aquilo que você já tem, que é bom e funciona muito bem (...) Se ele quer vir aqui com a chácara e cercar, ele procura outro lugar, se não, se respeitá, quer vir morar pra cá, pode vim, por isso nós queremos legalizar isso. CAMPONÊS 13, Faxinal Meleiro, 2017)

Segundo os mesmos, a especulação imobiliária reflete na política da prefeitura dos municípios de Quitandinha e Mandirituba em querer transformar uma área do faxinal em área urbana, cobrando assim IPTU dos moradores. Essa possibilidade acaba por abater os faxinalenses, os quais temem perder suas propriedades com essa modificação, além de desagregar o próprio território faxinalense, uma vez que:

A valorização de terras é uma delas [causadoras de conflitos e desagregação]. Se de um lado, as áreas rurais trazidas para o interior do perímetro são valorizadas, por outro, a própria valorização se torna fator de expulsão dos proprietários dessas áreas. Num primeiro momento, as propriedades rurais situadas nessas áreas de expansão urbana recebem tratamento

específico. (...) O processo especulativo, que se intensifica com a valorização, exerce pressão sobre tais áreas, juntamente com os interesses municipais em aumentar a arrecadação. A mudança na cobrança do imposto é um dos fatores que promove a expulsão. O solo urbano é altamente valorizado em relação ao solo rural. O IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) cobrado sobre áreas rurais, em virtude das dimensões das propriedades, torna-se inviável para seus proprietários. Estes, não tendo condições de arcar com a cobrança, vendem suas propriedades que, na maior parte dos casos, são loteadas e, posteriormente, vendidas separadamente.

E assim, o urbano se expande levando consigo as perversidades (BAGLI, 2006, p. 177-178, colchete nosso).

O conflito gerado com as chácaras é amplo, e toca a própria questão da propriedade dos faxinais, uma vez que se teme que as comunidades sejam transformadas, via alguma imposição da prefeitura, em lotes urbanos, os quais trariam junto de si a cobrança do IPTU que deixaria, como mostra Bagli, inviável a permanência dos faxinalenses em seu território. Ainda no mesmo ponto, os próprios faxinalenses apresentam o seguinte:

Olha, isso aqui é nosso território, é de nossos antepassados, né? Queremo manter tudo isso, não queremo só manter as terra, manter elas mas ter que fechar tudo, queremo o criador comum, isso é uma luta difícil, ainda mais com os chacrero, que entram e fazem o que querem sem pergunta nada pra nós... Sem respeitá os acordo, vem com os carro correndo por ae, matam as criação as veiz, é difícil... Faxinalense, 40 anos – Faxinal Pedra Preta (CAMPONESA 4, Faxinal Bom Retiro, 2014)

Toda essa emblemática questão do conflito dos camponeses faxinalenses e dos camponeses comuneros com os chacareiros se desenrola, aparentemente, sem grande ligação com alguma dinâmica exterior às comunidades ou aos municípios, contudo ao se analisar mais profundamente, fica evidente a ligação desta lógica com outra, mais abrangente e contraditória em si mesma, a lógica do capital.

A influência do capital urbano é o deflagrador principal desses conflitos com os chacareiros, uma vez que, devido à proximidade com uma grande cidade como Curitiba ou Córdoba, como já citamos, há uma mudança na forma territorial de aproveitamento da terra. Em decorrência desta influencia do capital urbano, os locais onde a terra tinha função de produção, sociabilidade,

cultura, moradia, novas funções são impostas: como lazer e moradia no caso das chácaras, transporte, emprego, o que acaba ocasionando um ajuste no preço destas terras. Isto ocorre devido a sua acessibilidade e, em nosso caso, a sua proximidade e localização. Exemplos disso são as chácaras de lazer na porção sul da RMC (em localidades a uma hora de Curitiba) e a total desarticulação do uso comum para o turismo e recreação, como no caso de Cosquín (distante também a uma hora de Córdoba Capital).

Mike Davis (1993) mostra como uma expansão imobiliária desenfreada pode apagar a história e cultura de um espaço (1993, p.19) através da lógica destrutiva do capital, o qual trabalha para si mesmo em detrimento dos sujeitos já presentes no espaço não totalmente incluso na lógica do capital, seja no tocante da produção ou na reprodução das relações sociais. É o que se passa na RMC e ao norte de Córdoba.

Assim sendo, destaca-se que a luta da fração camponesa do uso comum vai além da luta pela manutenção de suas terras, de seu meio de produção e trabalho, sendo uma luta pela manutenção de seu território de vida, de suas práticas, sua cultura e sociabilidade. É uma construção dual, uma construção que se faz na resistência identitária e na luta de classes. O campesinato então acaba por manifestar esta oposição em movimentos sociais. Vemos que a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF) e a Rede Puxirão no sul do Brasil, bem como o Movimento Nacional Campesino Indígena (MNCI) e o Movimiento Campesino de Córdoba (MCC) em Córdoba, são as ferramentas de luta destas camponesas e camponeses. É neste movimento onde pessoas com um horizonte em comum e com práticas comuns se constroem dialeticamente e, ali com sua consciência de classe forjada na luta, fazem destes movimentos fontes de alternativas para a vida camponesa.

3.3 – Resistências campesinas no uso comum da terra: A Rede Puxirão no Brasil e o Movimiento Nacional Campesino Indígena na Argentina

O Movimiento Campesino de Córdoba (MCC) e a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF) são os dois movimentos sociais camponeses com os quais trabalhamos ao longo da pesquisa. Ambos se caracterizam como produtos de um longo histórico de lutas camponesas tanto no Brasil como na Argentina. Ambos têm também origem semelhante, como já apresentamos: a

ação da Igreja Católica ainda nos anos 1960-1970 com a teologia da libertação. Porém, a criação de ambos é recente, assim como os caminhos de luta que tomaram com o passar do tempo.

3.3.1 – O Movimiento Nacional Campesino Indígena e o Movimiento Campesino de Córdoba

O MCC nasce em 2004, durante a realização do II Foro de Desarrollo Sustentable y Soberanía Alimentaria, que ocorreu em Córdoba Capital, como nos ensina o Campesino 10. Fizeram parte da formação do MCC os seguintes movimentos sociais já existentes: Asociación de pequeños productores del Noroeste de Córdoba (APENOC), Unión de Campesinos de Traslasierra (UCATRAS), La Organización de Campesinos unidos del Norte de Córdoba (OCUNC) y la Unión campesina del Norte (UCAN). Conflagrados em torno de um interesse comum, provincial, o movimento se forma com o intuito de lutar pela produção e vida camponesa, garantia de acesso aos recursos naturais de seus territórios, saúde, educação e direito à terra, trabalho justo e com condições dignas, além de uma melhor distribuição dos ganhos da produção (CAMPESINO 10, Cerro Colorado 2017).

As ações do movimento buscam se impor como entrave ao modelo agroexportador imposto pelo Estado argentino desde o início do século XX. Além disto, o MCC busca dar visibilidade e legitimidade aos camponeses, classe social ignorada tanto pelo Estado quanto pela própria academia ao longo de muito tempo, como já abordamos. O entendimento de que existia somente o assalariamento no campo argentino, sendo o campesinato figura ausente, gerou uma invisibilização enorme. Isso ocorre no campo das políticas públicas de modo geral naquele país, sendo no viés produtivo (como no auxílio a produção camponesa) ou não, passando por saúde, educação, segurança, regularização fundiária, etc.

Isto tudo gerou uma grande insegurança para estas famílias camponesas. Além de não terem acesso a direitos básicos, seu não reconhecimento, a sua inexistência tão defendida pelo Estado, acabou por gerar um saque em massa de suas terras a partir dos anos 2000,

especialmente como resultado do avanço acelerado do monocultivo de soja. O modo mais comum das terras serem usurpadas ocorre através dos chamados *pools de siembra*, onde falsos contratos de arrendamento de curta duração são assinados pelos camponeses, quando na realidade está se passando as terras para as mãos desse *pool*. O fato mais intrigante deste processo é que os camponeses são em sua grande maioria posseiros e, mesmo que tenha sido assinado um documento passando sua terra para outras pessoas, este documento não deveria ter validade legal. Contudo, é deste modo que se dá o processo do nascimento dos *papeles truchos*, a versão platina dos documentos grilados do Brasil. Vale destacar que esses *pools de siembra* são, grosso modo, associações de investimento das grandes transnacionais, operadas pelo capital financeiro, onde:

As grandes empresas de sementes, unidas com as que vendem os agrotóxicos – cujo consumo cresce consideravelmente no setor – adquirem uma vantagem inusitada no sistema agroindustrial de nosso país, fortalecidas em grande proporção como consequência das denominadas revoluções tecnológicas dos híbridos (a “revolução” verde) e, mais recentemente, a dos transgênicos (a revolução biotecnológica).

Na Argentina, estas grandes empresas se conectam com empresas pertencentes ao setor financeiro, formando os denominados **pools de sementeira**, que transformam o setor num negócio financeiro. Algumas vezes compram terras, outras operam com ou contratam os empreiteiros que arrendam terras e provêm o maquinário, a equipe e os agroquímicos necessários para estimular a produção das commodities, essencialmente da soja, requeridos pelo “mercado”. O campo se transforma cada vez mais em um produtor de commodities; cada vez menos um meio de vida para a maioria dos produtores agropecuários, e menos ainda para os produtores familiares. O país vai perdendo sua qualidade de produtor de alimentos básicos. Vão-se formando os denominados complexos agroindustriais, com grandes empresas que estendem seu poderio “para frente” e “para trás” na cadeia agroindustrial, integrando verticalmente, seja de forma direta ou mediante alguma forma de agricultura de contrato, os produtores agropecuários (TEUBAL, 2008, p. 146)

Os *pools de siembra* funcionam em Córdoba, através do arrendamento de grandes porções de terra e da contratação de pessoal para o plantio, colheita, lida e transporte da produção. Normalmente os trabalhadores empregos são justamente os camponeses que já estão situados em suas terra.

O objetivo é gerar alta escala de rendimento no fim. Com o fim da colheita, os rendimentos são divididos, ficando a gigantesca parte para os controladores do *pool*⁵⁸. Legalmente os *pools* são contratos fiduciários, nos quais uma das partes envolvidas (o pool, no caso), assume o imóvel (terra) com o intuito de administra-lo e nele extrair renda, distribuindo a mesma obtida no fim do processo. Os *pools* são formados por grandes transnacionais através de oligopólios onde Cargill, Bunge, Nidera, Vicentin, Molinos Rio de La Plata, Aceitera General Dehesa e Dreyfus dominam o processo, administração e a extração da renda, buscando inclusive bancos investidores para financiarem as sementeiras. Ainda que com um solo muito mais pobre que o do estado do Paraná no Brasil, onde se colhe em média 3,6 toneladas de soja por hectare e se tem um solo rico, no ano de 2017 a média do rendimento de soja na província de Córdoba foi de 4,5 toneladas por hectare (BCR, 2018). A possibilidade de extração de renda da terra por parte destes *pools* é excepcional, sobretudo porque encontram à sua frente um campesinato desarmado por leis e considerado inexistente por parte do Estado e da população em geral. É neste seio que nasce o MCC, como movimento de resistência camponesa ao avanço dos *pools*.

O movimento denuncia que a Argentina se ancora em um modelo onde a concentração de terras nas mãos de poucos é cada vez maior, gerando um aumento da pobreza, com água e terra apropriadas ilegalmente por estrangeiros através dos *pools*, os quais geram também uma crescente devastação ambiental, tudo isto com objetivo exportador (MNCI, 2006, p.4). A consequência deste processo de escala nacional, para o movimento, é:

- Cada vez más familias se vayan del campo
- Cada vez sean más frecuentes los desajolos y remates que nos expulsan
- Cada vez tengamos menos agua
- Cada vez seamos mas los campesinos criminalizados por defender nuestros territorios
- Haya escasez de alimentos sanos para la población local
- Existía un sistema de trabajo que no recono ni garantiza los derechos básicos de los trabajadores rurales. (MNCI, 2006, p. 6)

⁵⁸ Afirma Vignatti (2003) que entre 25 e 30% dos rendimentos são destinados para a nova sementeira, enquanto o restante fica com os bancos e investidores. Os trabalhadores recebem salários pelo trabalho, não participam da divisão dos ganhos.

Foi frente a tal situação que os camponeses argentinos se conformaram em movimentos sociais provinciais, os quais se conectam no Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI). Assim, se organizam comunitariamente para discutir seus problemas, defender seu território, seus direitos e apresentar sua situação para o restante do mundo. Nos ensina a Campesina 5:

Fuimos nadie para la nacion. Fuimos nada. Ahora nos organizamos para defender nuestra tierra, nuestra agua, tener trabajo digno en nuestra tierra. Hacemos todas las personas de Argentina conocer nuestra realidad donde la tierra es trabajo, es nuestras raíces... no es mercancía. (CAMEPSINA 5, Cerro Colorado, 2017).

No dia a dia os conflitos são vários. Em La Rinconada o caso de Fritzler, já citado, é o mais emblemático. Contudo, não é somente este o conflito enfrentado. A dificuldade da venda de seus produtos ou da venda por preço justo é outro entrave para a vida digna dos camponeses que ali vivem. No caso de Cerro Colorado, o escoamento de seus produtos é enviado pelos atravessadores, os quais ficam com boa parte da renda obtida. Além disto, a grilagem de terras para o turismo e o cercamento dos campos de uso comum é outro problema sério. Essas questões são abordadas através de algumas manobras do MCC. Podemos aglomerar as mesmas em dois grandes movimentos realizados por estes camponeses: movimento jurídicos e movimentos de ação direta. No primeiro cabe a denuncia à imprensa da situação, seja de desalojamentos camponeses, violencia contra os camponeses e dos conflitos ocorridos e além de reclamos para órgãos de defesa como tribunais e delegacias. Ancorados no código civil que já apresentamos, diversas denuncias são elaboradas. Contudo, boa parte das ações do MCC se dá por meio de marchas, organização comunitária, protestos e “greves”, os chamados *paros campesinos*, denominadas pelos camponeses de *acciones directas*.

As ações diretas ocorrem tanto no campo como nas cidades. As marchas camponesas em Córdoba capital, os curtos *paros* de fornecimento de alimento para as cidades (que duram normalmente um dia), as aulas públicas da situação, conflitos e práticas camponesas em praças das cidades, as barricadas nas estradas e ocupações de órgãos públicos são as maiores

ferramentas de luta camponesa. Em sua cartilha, o MNCl, movimento “mãe” dos demais movimentos provinciais, estabelece as estratégias de luta pela terra da seguinte forma:

Como organizaciones sabemos, que para la lucha por la tierra, hay que usar muchos caminos. A veces damos el ejemplo con una mesa, que tiene muchas patas, en algunos lugares le hemos puesto como 10 patas a la mesa, porque combinamos muchas cosas.

Sabemos que los jueces y fiscales trabajan para el agro-negocio, para ellos la cultura, producción campesino-indígena es el retraso, en cambio el agro-negocio es el desarrollo.

Es por esto, que si la comunidad no se encuentra organizada para la defensa de sus derechos, las instancias judiciales los tornan ilusorios.

NO tenemos que confiar solo en la justicia, porque ya dijimos que las leyes fueron pensadas para la propiedad privada y los negocios empresariales, aunque a veces podemos usarlas para nosotros también... (MNCl, 2006, p. 34).

A cartilha serve de exemplo da consciência do campesinato argentino da instância jurídica como esfera burguesa, como esfera dominada por uma classe em especial, na qual os interesses camponeses não são respeitados. Reiteramos aqui a colocação de Lefebvre (1974, p.17-18): o Estado é a barca do capitalismo, é o Estado da hegemonia de classe, da classe burguesa. Tal Estado, ainda para Lefebvre, é aquele que utiliza não somente da repressão, violência, mas também dos saberes e das leis para controlar. Tendo consciência deste fato concreto, tendo apreendido na prática que a construção de seus territórios se dá como produto da luta de classes, ancorar-se somente na busca por garantias jurídicas não basta ao MCC e aos que o constroem.

Cabe então a ação direta, a ação política para garantir direitos e lutas por suas terras. Isso resulta na luta pela construção de leis por e para as famílias camponesas (Como é o caso da proposta em construção da “Reforma Agrária Integral” a qual pauta que a terra não deve ser propriedade privada que possa entrar no mercado e não deve ser tutelada pelo Estado, mas sim territórios autônomos camponeses). Resulta em ações político-educativas que objetivam a conscientização da população em geral da vida, luta e produção camponesas. Para tanto, aulas públicas ministradas em praças são uma ferramenta diária da luta do MCC. Abaixo na Figura 24 temos um exemplo ocorrido em outubro de 2017, na cidade de Cosquin, na qual fomos

convocados a participar para exemplificarmos o caso das comunidades brasileiras que fazem o uso comum da terra.

Figura 24 - Aula pública como ação do MCC na praça central de Cosquín, Córdoba

Fonte: Autor, 2017

Realizada na praça central de Cosquín, contando ainda que com poucos participantes, a atividade foi composta pela exposição de um pequeno documentário elaborado pelo MCC em escala local, bem como pela presença de uma liderança local que falou sobre a situação e luta dos camponeses do norte cordobês. Outro evento de destaque foi a reunião na sede do movimento na localidade de Cruz Eje, onde membros de movimentos urbanos da cidade de Córdoba participaram com o intuito de trocar conhecimentos e fortalecer a luta entre camponeses e trabalhadores, no que os próprios camponeses chamam de *estragias de alianza desde abajo* (Figura 25). É nesta união onde as alianças entre campo e cidade, trabalhadores assalariados urbanos e camponeses se faz. Seja para aumentar o número de participantes em marchas e ocupações, *paros*, no número de assinaturas, ou até mesmo para construir estratégias judiciais conjuntas, tais encontros servem antes de mais naa para o fortalecimento da luta. É neste momento que pessoas com interesse e cultura comum se unem para forjarem na luta um conteúdo

programático de vida, política e sociabilidade acontece. Ou seja, é na luta onde se forja as classes (camponesa e proletária no caso) e não o contrário.

Figura 25 - Reunião de articulação entre campesinato e classe trabalhadora, Cruz Eje, Córdoba

Fonte: MCC, 2017

Isso nos leva a dois pontos da resistência camponesa de cordobesa que funcionam de maneira interligada: a luta pela permanência na terra e a luta contra o assalariamento. A luta pela terra é interligada à luta contra o assalariamento e em período de grave crise de acumulação esta luta é contra a de camponeses que realizam o trabalho objetivo em assalariados com trabalho alienado. Entende-se que livre um trabalhador despido de tudo, como Marx elenca, ou seja, livre de terra, livre de meio de produção, refém da venda de seu próprio trabalho.

Ao longo de nosso trabalho de campo na Argentina, por diversas camponesas e camponeses nos foi relatado que a permanência na terra significava a liberdade de produzir, viver e criar, a liberdade e a dignidade, ainda que restrita e combatida pelo Estado e pelas classes dominantes. Além disto, permanecer na terra era permanecer em comunidade, era a manutenção de seus territórios ancestrais e a manutenção de seu modo de vida, onde as

terras em comum são uma construção central. Ser expulso da terra significava, por sua vez, a miséria e a exploração na periferia da capital da província:

Salir de acá es la muerte. La muerte de la libertad y del trabajo, del trabajo en la tierra que es nuestra. Salir de acá solo con el saqueo de la tierra por los grandes... y esto resulta en la miseria de Córdoba capital para nosotros, resulta en el alimento con veneno, resulta en nuestros hijo con enfermedades, sin salud... sin trabajo, sin nadie, sin la comunidad (CAMPESSINA 7, La Rincona, 2017)

Yo no conozco nadie que salió del campo e hizo una vida buena... solo la miseria y unos pocos trabajos que nos llevan la vida e nos dan poca plata. A mí me gusta la vida en campo, Nadie nos molestaba, éramos libres, vivíamos tranquilos, cuidábamos los animales a campo abierto... ahora es eso, una presión estupenda, como es con Fritzler en el caso de La Rinconada. (CAMPESSINO 9, Cerro Colorado, 2017)

A bandeira principal de luta do MCC é, portanto, a luta pela permanência na terra, especialmente através de ações políticas ao longo da província de Córdoba e, como MNCL, ações políticas em escala nacional. Há uma desconfiança e um distanciamento da busca por soluções meramente legais. Analisando de perto, o movimento e os camponeses que o constroem cotidianamente evitam a todo custo uma judicialização de suas lutas e demandas. Existe a compreensão de que a lei serve para os grandes, para seus antagonistas de classes, para aqueles que os exploram, e de que somente via protestos e outras ações é possível que o Estado argentino reconheça a existência destes camponeses e aceite suas demandas. Ou seja, é com pressão, luta e sangue que o campesinato argentino busca construir seu papel na sociedade platina, papel este que para eles deve ser de sujeitos autônomos e não sujeitos a outra classe social ou aparato governamental.

3.3.2 – A Rede Puxirão e a Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses

A formação da APF é igualmente recente. Datada de 2005, a formação da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses é resultado de um esforço conjunto, produto dos próprios camponeses faxinalenses com o apoio da Pastoral da Terra – Diocese de Guarapuava/PR, a ONG Instituto Equipe de Educadores Populares (IEEP) e de certos pesquisadores de faxinais como

destaca Tavares (2008, p. 160). O movimento surgiu no ano seguinte à promulgação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, via o decreto 5051 (BRASIL, 2004). A convenção versa sobre os direitos dos povos indígenas e tribais à garantia de trabalho e território. Esta conexão temporal acaba por acompanhar o movimento durante toda sua história.

Diferentemente do MCC e do próprio MNCI, a APF tem como maior frente de ação o entendimento dos camponeses faxinalenses como povo e comunidade tradicional. Isto resulta, na prática, em um foco na defesa de seus territórios através de lei, materializada na Convenção 169 da OIT, no Decreto 5051 e no Decreto 6040 que trata da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Desde já nota-se a diferenciação estrutural que há entre o movimento de resistência argentino e o movimento brasileiro. Se lá existe um foco na luta política, na luta de classes em si, contando com trocas de saberes e práticas de luta com a Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC – Via Campesina) e com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a APF se centra na judicialização da luta dos camponeses faxinalenses e na questão identitária como sua bandeira de luta. Isto fica claro na introdução da cartilha elaborada como resultado do 3º Encontro Estadual dos Povos Faxinalenses:

Diferente de outros tempos em que nossa luta era feita de modo isolado, e éramos tratados como camponeses, agricultores e trabalhadores rurais, agora, passados quase 5 anos de nosso 1º Encontro em 2005, percebemos uma grande mudança em nossa maneira de lutar: em primeiro lugar descobrimos nossa identidade fazendo o governo nos reconhecer como faxinalenses; em segundo lugar, nossa luta ganhou força quando começou a ser realidade de forma coletiva e coordenada pela Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses – APF, e por último, encontramos nosso lugar de direito, e precisamos fazer valer essa condição por meio da organização da luta! (APF, 2009, p. 3)

A APF acaba embarcando fortemente em ações que culminam com a cobrança frente ao Estado da garantia de seus direitos. Diversas petições e abaixo-assinados foram realizados. Poucas ações políticas no período da pesquisa foram concretizados em escala estadual. Após o início da escassez de recursos para extensão universitária nas comunidades e de editais para

educação e auxílio para as mesmas por parte da União e do governo estadual, a APF perdeu sua força anterior. É possível afirmar que desde meados do primeiro governo de Dilma Roussef, período onde na escala estadual o governo de Beto Richa, do PSDB e de cunho neoliberal assume, os recursos financeiros se tornaram raros, o que acabou por enfraquecer o movimento. A dependência governamental e a ausência/negação da luta de classes por parte do movimento culminam em um enfraquecimento e uma redução das ações do movimento, cabendo somente às lideranças cargos burocráticos junto a órgãos de menor impacto para as pautas do movimento, como a manutenção de seus territórios, como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

Contudo, não só de derrotas vive o campesinato faxinalense. Apesar de seu movimento social passar por tempos turbulentos e da perda de força e influência junto às comunidades por ele sofrido, as organizações comunitárias ganharam força. Os embates seguiram acontecendo e as comunidades passaram a se organizar autonomamente para resistir aos avanços do capital, capitalistas e grandes proprietários fundiários em seus territórios.

Nas comunidades da porção sul da Região Metropolitana de Curitiba, as comunidades camponesas faxinalenses de Meleiro, Pedra Preta, Espigão das Antas, Salso, Campestre dos Paula, Mato Branco dos Andrade, Tronco, Onça, Gavião, Lagoa dos Ferreiras, Paraguai, Tigre e outros se articularam em associações de moradores. O intuito foi o de resistir ao avanço dos monocultivos de pinus e eucalipto, das chácaras de lazer e da especulação fundiária e imobiliária decorrentes desses processos. Resistir em suas comunidades, em sua terra significava para esses camponeses a vida livre, a autonomia. Significava não serem obrigados a irem para a periferia pobre de Curitiba ou para as cidades da Região Metropolitana, evitando assim o subemprego.

A grande força das associações se dá através da construção de acordos comunitários para a gestão das comunidades. Nestes acordos ficam expressas as obrigações e direitos dos moradores, camponeses ou não. Isto evita que donos de chácaras cerquem toda a terra da qual são donos legalmente, respeitando o modo de vida camponês faxinalense do uso comum

da terra dentro dos criadouros comunitários. Os acordos servem como resistência, uma vez que os que vem de fora da comunidade, especialmente para chácaras de lazer, se veem obrigados legalmente a seguir os costumes de uso comum das comunidades.

Outro ponto importante das associações é que as mesmas servem de ponto de encontro e debate entre os camponeses. Ali são articuladas e combinadas as ações diretas que vem a ser realizadas em defesa de seu território. Como nos conta um camponês faxinalense:

Óia, se a cerca do vizinho do criadouro “anda pra dentro” do criadouro de noite nós temo que fazer alguma coisa, né? A cerca anda uns dez metro pá dentro num lado todo da comunidade, uns dois quilometro... Se por no papel é uns par de hectar de terra que nós perde. Num dá, temo que reagir... dae as veiz as cerca caem de madrugada, sabe, andam pro lugar certo. (CAMPONES 1, Pedra Preta, 2018)

Uma coisa que a gente se planeja todo é as denuncia. Antes íamos tudo pra capital, fazia protocolo no IAP [Instituto Ambiental do Paraná] falando que o caboclo cortou araucária, derrubou nossas cerca pra criação fugir e destruir a plantação... agora é diferente, vamos direto na rádio pra denunciar. Fazemo barulho, ameaçamo até parar a BR... (CAMPONES 13, Meleiro, 2017).

A tomada de decisões do ponto de vista comunitário ganha força, enquanto, por outro lado, as ações combinadas em âmbito estadual a perdem. No processo contraditório do vai e vem político dos camponeses, é notável uma guinada para ações políticas mais combativas. Não é uma negação de sua identidade, uma negação do ser faxinalense, mas uma ampliação do debate e de seu discurso, que começa a adotar termos como “autonomia” e “burgueses”. Como já destacava Martins (1986), é praticamente impossível encontrar entre os camponeses faxinalenses de até 60 anos algum que se defina como camponês: a maioria se define como agricultor familiar, cabendo somente aos mais velhos a autodefinição de camponês. Há ainda resquícios fortes da negação da luta de classes e do viés pós-moderno identitário nas falas das lideranças comunitárias, muitas das quais são também lideranças da APF.

Como já trabalhado, nas crises mais intensas os camponeses se unem e acabam por se fazerem classe. É isto que, contraditoriamente, ocorre com os

faxinalenses do Paraná. Apesar do enfraquecimento de seu movimento social, estes sujeitos se fazem classe na luta pela manutenção de suas terras. Camponeses faxinalense pobres, médios e ricos se unem em torno de uma causa comum, a luta por sua autonomia e a recusa à possibilidade de proletarização em algum centro urbano próximo. Os encontros das lideranças da Articulação Puxirão se tornam mais espaços de trocas de experiências e de histórias de luta, de histórias de alternativas que levam uma comunidade ou outra a uma vitória contra seus antagonistas, do que outra coisa. Ainda sob a bandeira da identidade dos povos e comunidades tradicionais, os camponeses faxinalenses começam a vislumbrar que é somente com a resistência política e ação direta que poderão resistir em suas terras. Começam a entender que para o Estado, os Povos e Comunidades Tradicionais interessavam, em um dado período de tempo, como modelo de preservação cultural, não como modelo de vida camponesa na terra. No Brasil pós golpe de 2016, onde o capitalismo rentista passou a assumir o protagonismo total, nem mesmo a defesa da cultura é mais interessante para o Estado. Os assim chamados Povos e Comunidades Tradicionais são apenas um entrave para o livre avanço do capital sobre suas terras, bem como para a produção do capital.

É possível guiar nossa análise para os anseios desses movimentos e destes camponeses da seguinte maneira: sua luta é dupla, primeiramente pela permanência na terra e, conseqüentemente, contra a sua transformação em trabalhadores livres. Existe tanto na fração do campesinato argentino quanto no brasileiro por nós pesquisado uma fuga constante da possibilidade da perda da terra e do trabalho na terra. A compreensão destes sujeitos de que o trabalho urbano, o trabalho livre é ruim e lhes rouba a sua autonomia é evidente. Nisto reside esta luta dupla. Permanecer na terra se supõe, inclusive, a sujeição de sua renda da terra aos limites máximos que o autosustento familiar suporta, mas ainda assim é um trabalho digno na visão dos camponeses, diferente do trabalho urbano.

Aguentamos o que for... a gente já é explorado pelo atravessador que leva nossa produção pra vender, né? Já aguentamos o preço baixo ae que as granja pagam pra gente... mas temo uma vantagem que é o criadouro, ele que mantém a gente, sem ele ia ficar bem difícil (CAMPONESA 5, Salso, 2017)

Existe uma resistência camponesa que é intrínseca a seu modo de vida. Suportar as pressões, a sujeição de sua renda é fato corriqueiro. Fato suportado até o limite da manutenção do autossustento da família. É somente com a quebra disto, quando o fardo de sua autoexploração se torna inviável é que a falta de alternativas os faz migrarem para as cidades e sucumbir a proletarianização, excetuando, obviamente, os casos de grilagem e roubo de suas terras, onde os camponeses são dali expulsos. Na fração do campesinato trabalhada aqui, um mecanismo maior lhes permite suportar mais a subordinação de sua renda: o uso comum da terra.

Tanto a APF como o MCC defendem de maneira incisiva e central o uso comum da terra como conteúdo programático de suas lutas. Ambos os movimentos compreendem que é somente com este uso comum que é possível permanecer e se reproduzir na terra. É no uso comum que estes camponeses e camponesas têm a sustentação de sua reprodução, seja a reprodução econômica, social, cultural ou territorial. Não existe a possibilidade de se manter na terra sem o uso comum na visão e nos relatos dos camponeses por nós entrevistados. A conclusão destes é praticamente unânime: sem a terra em comum não existe a possibilidade de reprodução no campo em seus casos. Isto ficou claro nas falas acima relatadas e fica melhor exemplificado nas falas de duas camponesas:

Sem o criadouro não daria pra viver, né? A terra de plantar dá um pouco, dá um extra acho, a terra e a granja. Digamos que né, na terra de plantar e na granja nós tiramos nosso salário, pra pagar as coisas extra, o celular, o carrinho, comprar as coisas na cidade... mas é o criadouro que nos sustenta pois é do criadouro que nós tira a carne, que nós tem as horta tudo... Se fosse depender do resto ia ficar difícil (CAMPONESA 6, Faxinal dos Ribeiro, 2017)

El campo abierto es todo para los nudos. Nuestro sustento, nuestro territorio desde siempre. Aquí tienes nuestros animales, nuestra libertad. Hay siempre uno de acá, otra más tonta que piensa en parcelar todo, pero no piensan que aquí es libertad, si parcelar es prisión, es casi como trabajar en la oficina. Entonces yo y mi esposo siempre lo defendemos aquí, el campo abierto, acá donde nadie sabe dónde empieza el campo y dónde empieza la comunidad... (CAMPESINA 9, Cerro Colorado, 2017).

O uso comum da terra é, portanto, o norte da manutenção da reprodução destes camponeses. Tanto na cartilha do MCC (2006) como na cartilha da APF (2009) a questão do uso comum da terra aparece como elemento que une e marca os territórios destes grupos camponeses. Do ponto de vista do modo de produção capitalista, em seu desenvolvimento contraditório, o movimento de separação dos camponeses de seu meio de produção – a terra – é parte do processo de produção de capital. É o debate que para alguns autores ficou marcado como a acumulação primitiva permanente, e que aqui defendemos a retomada do uso mais literal do termo: acumulação **original** de capital. É esta relação que vamos analisar no próximo capítulo, uma vez que a separação dos camponeses de sua terra de trabalho é uma maneira de se produzir capital. E com o uso comum da terra, se tem justamente o contrário disto, uma produção que é mais independente e autônoma, com menor sujeição da renda da terra camponesa e com menor possibilidades de produção de capital na circulação.

4 – Acumulação originária de capital: Contradições do Modo de Produção Capitalista

Em um contexto de avanço da classe dos proprietários fundiários e dos capitalistas sobre o campesinato e o campo, verificado de diversas maneiras neste fim da segunda década do século XXI, configura-se uma “velha nova” forma do modo de produção capitalista: um capitalismo rentista em sua magnitude maior. A ida ao poder de Mauricio Macri na Argentina no último mês de 2015 e o golpe jurídico-parlamentar no Brasil em agosto de 2016 que levou Michel Temer ao cargo de presidente, marcam o fim da conciliação de classes até certo ponto imposta pelos governos Kircheristas (de Néstor e Cristina Kirchner, no poder na Argentina entre 2003 e 2015) e do PT (no governo do Brasil entre 2002 e 2016). Com grandes contradições em seus mandatos, ambos os governos buscaram “congelar” a luta de classes nos dois países. No campo, buscaram ceder incentivos tanto para o campesinato quanto para o agronegócio. Isto se figurava em leis de compra direta, reconhecimento cultural e, às vezes, territorial, dos mais diversos grupos camponeses de ambos os países, porém tais governos pouco tocaram na concentrada estrutura fundiária de Brasil e Argentina. Em ambos os casos também se fomentou o agronegócio, aproveitando a alta no preço das *commodities*, especialmente da soja, que se tornou o produto símbolo do setor em ambos os países. Com o fim deste ciclo *neodesenvolvimentista* e a ascensão de um neoliberalismo ainda mais radical do que aquele dos anos 1990, a situação do campesinato se torna ainda mais complicada.

A nova face desse neoliberalismo é o seu rentismo exacerbado. Se em no fim dos anos 1980 e durante a década de 1990 os governos neoliberais se focaram nas privatizações e na desregulamentação do mercado, com promessas de investimentos estrangeiros, o que se vê atualmente é o desmonte do Estado e a desregulamentação das defesas dos direitos trabalhistas e do próprio trabalho. No campo isto se materializa através de um novo avanço das grilagens e das expropriações de camponeses de suas terras, com o enfraquecimento das políticas públicas de segurança alimentar no Brasil

e de soberania alimentar na Argentina, visando o fim de ambas, além de uma perseguição praticamente estatal às lideranças e de movimentos sociais do campo, como o MNCI e MCC na Argentina e a APF no Brasil.

Ao analisarmos o processo em curso compreendemos que a necessidade da produção de capitais na periferia do modo de produção capitalista ganha importância ainda maior após a crise de 2008. O modo de produção necessita cada vez mais produzir capitais, haja vista a aparente perda da centralidade do capital industrial no ocidente e da reprodução de capitais neste setor, cabendo então ao campo – ou à natureza no caso das jazidas minerais, de gás natural e petróleo – ser a fonte mais importante para a produção e posterior reprodução ampliada de capitais. Se antes cabia à indústria a subordinação da renda da terra do campesinato e sua posterior transformação em capital na circulação e reprodução ampliada, e só então o capital fictício entrava, o que se vê agora é um salto direto do setor agrícola para o setor financeiro.

Para nós isto tudo é o processo de acumulação original de capital em curso. Baseados no capítulo XIV d'O Capital de Marx, intitulado "A assim chamada Acumulação Primitiva", diversos estudos foram realizados acerca do tema. Nos ancoramos na compreensão de que este processo de acumulação é, na realidade, permanente, vigente em toda a história do modo de produção capitalista. E este processo está em voga hoje com força ainda maior do que antes, se tornando a força motriz deste modo de produção.

Antes de propriamente iniciar a análise sobre a acumulação originária, cabem dois destaques. O primeiro se refere ao fato de não usarmos a denominação *acumulação primitiva* mas sim, *acumulação original*. O segundo ponto é nossa negação de utilizarmos da conceituação mais em moda na atualidade, cunhada por Harvey (2004), de *acumulação por espoliação*. Ambos os casos possuem aspectos tanto filológicos e de tradução como teóricos.

No primeiro caso, a opção pelo uso da denominação *acumulação original* e não *acumulação primitiva* se deve ao fato de que, em alemão, utiliza-se o termo ***Ursprüngliche***, que tem mais o sentido de **original**, originário, aquilo que origina alguma coisa do que o sentido de primitivo, ou seja, atrelado ao passado, ao que inicia um período, como nos alertou

Grespan. As consequências práticas desta tomada de decisão são enormes, uma vez que diversos estudiosos do marxismo acabam por determinar que a acumulação **original** de capital foi um período do capitalismo, seu período primitivo, que veio a desenvolver no restante do processo de reprodução ampliada do capital. Lenin (1982) mesmo tinha a ideia de que a acumulação original foi um processo histórico necessário para a transição entre o feudalismo e o capitalismo. *Ursprüngliche* defendemos que traz uma carga não somente temporal, mas também territorial. Luxemburgo (1985) pode ser considerada a primeira a notar este ponto, dando não só temporalidade, mas também territorialidade à acumulação original. Rosa Luxemburgo considera que este é um processo contínuo e indissociável do próprio *modus operandi* do modo de produção capitalista, uma vez que entende que, para produzir capitais, a relação contraditória entre classe trabalhadora e classe burguesa não basta, sendo necessário um terceiro elemento neste processo, externo ao modo de produção, por exemplo o campesinato. É nas relações de troca entre produções capitalistas e não-capitalistas que acontece a possibilidade de geração de capital e este processo é permanente:

O capitalismo é a primeira forma econômica com capacidade de desenvolvimento mundial. Uma forma que tende a estender-se por todo o âmbito da terra e a eliminar todas as demais formas econômicas; que não tolera a coexistência de nenhum outro. Mas é também a primeira que não pode existir sozinha, sem outras formas econômicas de que possa alimentar-se. Ao mesmo tempo que tende a converter-se em forma única, fracassa pela incapacidade interna de seu desenvolvimento. Ele oferece o exemplo de uma contradição histórica viva. Seu movimento de acumulação é a expressão, a solução progressiva e a intensificação dessa contradição. (LUXEMBURGO, 1985, p. 411-412).

Esta relação contraditória do capital, de que ao estender-se pelo mundo destrói outras formas econômica mas que ao mesmo tempo não pode existir sem tais formas, nos faz compreender que existe todo um processo de criação e recriação do próprio campesinato como classe não-capitalista, mas inserida no modo de produção capitalista, sendo isto necessário para o próprio funcionamento do modo de produção.

Com isso podemos ir ao nosso segundo ponto, o da fuga da utilização do conceito de acumulação por espoliação de Harvey, uma vez que

compreendemos que as afirmações de Luxemburgo já ainda são muito atuais e que todo um debate foi feito a partir das mesmas (como veremos em um subitem mais a frente nesta tese). Para Harvey (2004), o processo de acumulação por espoliação, que em inglês é denominado *dispossession*, é um processo que mostra a face de um novo imperialismo, agora neoliberal, o qual foca no saque das posses, daquilo que pertence a uma classe ou a uma comunidade. Todavia, como destaca Brass (2011, p. 8-10), o novo imperialismo de que fala Harvey é de fato antigo, a acumulação original de capital é permanente e o que Harvey apresenta como novidade nesta fase, a “desposseção”, nada mais é do que Luxemburgo já não havia trabalhado a pouco mais de um século atrás quando afirma da necessidade do modo de produção capitalista explorar outras formas econômicas, que a mesma chama de condições históricas para a acumulação (1985). É por isso que nos baseamos diretamente em Marx e Luxemburgo, além de outros pensadores, para construir nossa análise. Não utilizando o arcabouço teórico de Harvey e avançando em um campo que frisamos não ser nada novo como o geógrafo inglês defende – como ao tratar de um Novo Imperialismo – acreditamos alcançar o ponto central da tese: o uso comum da terra é uma maneira do campesinato resistir à acumulação original de capital e de resistir na terra, alcançando assim uma menor sujeição de sua renda.

Com isto em mente, neste capítulo vamos trabalhar primeiramente com as próprias proposições e análises de Marx sobre a acumulação original, partindo em sequência para o debate sobre tal processo como contínuo, trazendo à tona referencial teórico contemporâneo sobre a temática. No fim, discutimos os avanços do capital sobre os territórios de uso comum, mostrando de que maneira isto está atrelado à acumulação original, focando finalmente no campesinato e na terra como o “combustível” atual daquilo que entendemos, em consonância com outros autores como Chesnais (1999), Oliveira (2010) e Paulani (2016), como capitalismo rentista.

4.1 – Acumulação Original: Analisando Marx

Existe um grande debate sobre a questão da acumulação original a partir de Marx. Indo além, é necessário analisar e, em um esforço dialético, trabalhar com os escritos do próprio Marx para podermos seguir o debate e trabalhar com ele com a realidade apreendida neste trabalho.

Primeiramente temos em vista que a acumulação original elencada por Marx é inspirada na acumulação anterior de Adam Smith. É na crítica à economia política clássica que Marx, pela primeira vez, cita a acumulação original. Ainda em 1865, em informe pronunciado na Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), no que ficou conhecido como o artigo “Salário, preço e lucro”, Marx pela primeira vez pronunciou publicamente seu entendimento sobre a acumulação original:

Como se explica que um dos grupos compre constantemente para realizar lucro e enriquecer-se, enquanto o outro grupo vende constantemente para ganhar o pão do cada dia? A investigação deste problema seria uma investigação do que os economistas chamam "acumulação prévia ou originária", mas que deveria chamar-se expropriação originária. E veremos que esta chamada acumulação originária não é senão uma série de processos históricos que resultaram na decomposição da unidade originária existente entre o homem trabalhador e seus instrumentos de trabalho (MARX, 2002, p. 18)

Apesar de não adentrar a fundo na questão, Marx elenca que a acumulação original de capital se dá através de um processo histórico de separação da relação entre aqueles que trabalham e seus instrumentos de trabalho, seu meio de produção. É nesta decomposição que decorre a acumulação (produção) de capital. Nota-se que nesta passagem Marx, em momento algum, determina que este fato foi um processo passado ou circunscrito no tempo histórico. É sim um processo histórico e, acrescentamos, também territorial. Ou seja, não é uma ação “natural”, mas sim um fato que resulta de medidas realizadas por homens e mulheres. Esta ideia central, a separação das pessoas de seus meios de produzir, permanece central no decorrer do pensamento de Marx no que tange à acumulação de capital.

Contudo, antes de “Salário, lucro e preço”, Marx já havia escrito sobre a temática nos *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie*, os “Esboços da Crítica da Economia Política”, comumente chamados no Brasil somente de *Grundrisse*. Estes manuscritos, elaborados entre 1857 e 1858, são o gérmen daquilo que virá a ser a obra *O Capital*. A primeira passagem sobre aquilo que vem a gerar a acumulação da capital nos *Grundrisse* aparece ao tratar da separação entre o meio de produção e aqueles que nele trabalham:

A separação da propriedade do trabalho aparece como lei necessária dessa troca entre capital e trabalho. O trabalho, posto como o não *capital* enquanto tal, é: 1) *trabalho não objetivado, concebido negativamente* (no entanto objetivo; o próprio não objetivo em forma objetiva). Enquanto tal, o trabalho é não matéria-prima, não instrumento de trabalho, não produto bruto: trabalho separado de todos os meios e objetos de trabalho, separado de toda sua objetividade. O trabalho vivo existindo como *abstração* desses momentos de sua real efetividade (igualmente não valor): esse completo desnudamento do trabalho, existência puramente subjetiva, desprovida de toda objetividade. O trabalho como *pobreza absoluta*: a pobreza não como falta, mas como completa exclusão da riqueza objetiva. Ou ainda, como o não *valor* existente e, por conseguinte, valor de uso puramente objetivo, existindo sem mediação, tal objetividade só pode ser uma objetividade não separada da pessoa: apenas uma objetividade coincidente com sua imediata corporalidade. Como é puramente imediata, a objetividade é, de maneira igualmente imediata, não objetividade. Em outras palavras: não é uma objetividade situada fora da existência imediata do próprio indivíduo. 2) *Trabalho não objetivado*, não valor, concebido *positivamente*, ou negatividade referida a si mesma, ele é a existência não *objetividade*, logo, não objetiva, i.e., a existência subjetiva do próprio trabalho. O trabalho não como objeto, mas como atividade; não como *valor* ele mesmo, mas como a *fonte viva* do valor. A riqueza universal, perante o capital, no qual ela existe de forma objetiva como realidade, como *possibilidade universal* do capital, possibilidade que se afirma enquanto tal na ação (MARX, 2011, p. 229-230).

A passagem acima citada será fundamental para o desenrolar de seu pensamento. A trama elaborada pelo pensador apresenta que a separação do trabalhador do seu meio de produção, seu meio de trabalho, gera modificações fundamentais no trabalho em si. Além disto, a separação é a premissa base para a relação entre capital – trabalho. É somente com a separação entre trabalhador e o produto de seu trabalho que é possível produzir, portanto, capital. É a metamorfose do trabalho. O trabalho na terra, por exemplo, deixa

de ser um objetivo para se transformar em uma atividade, haja visto que agora o trabalhador é estranho a esta terra. Conclui Marx:

Portanto, de nenhuma maneira se contradiz a proposição de que o trabalho é, por um lado, a *pobreza absoluta como objeto* e, por outro, a *possibilidade universal* da riqueza como sujeito e como atividade, ou, melhor dizendo, essas proposições inteiramente contraditórias condicionam-se mutuamente e resultam da essência do trabalho, pois é *pressuposto* pelo capital como antítese, como existência antitética do capital e, de outro lado, por sua vez, pressupõe o capital (MARX, 2011, p. 230).

É a separação que cria, então, o trabalho alienado. A separação cria a contradição de que trabalho como objeto é a pobreza absoluta, ou seja, quem trabalha tem como condição a pobreza, mas o trabalho é a possibilidade de riqueza, possibilidade para quem acumula trabalho: em outras palavras, acumula capital, acumulando riqueza. Ressaltamos que, para Marx, isto é possível somente por meio da fratura do trabalho, da construção do trabalho como estranho ao trabalhador. Isto é possível somente com a separação do trabalhador dos seus meios de produção e, por consequência, do produto de seu trabalho. Existe aqui uma questão profunda que é a da mutação da centralidade do valor de uso para o valor de troca. Marx afirma que é na circulação onde se coloca o valor de troca de modo formal na mercadoria (MARX, 2011, p. 197), é na circulação que o valor de uso se demuda formalmente em valor de troca e, no caso da renda da terra, se compõe como capital. Uma passagem deixa isto de maneira mais claramente exemplificada:

A organização da própria produção interna já está modificada pela circulação e pelo valor de troca; mas ainda não foi por ela capturada nem em toda sua extensão nem em toda sua profundidade. É isso que se denomina *efeito civilizador* do comércio exterior. Nesse caso, a extensão com que o movimento que põe valor de troca afeta a totalidade da produção depende, em parte do grau já alcançado pelo desenvolvimento dos elementos da produção interna – divisão do trabalho, etc. Na Inglaterra, p. ex., no século XVI e início do século XVII, a importação de mercadorias holandesas tornou basicamente decisivo o excedente de lã que o país tinha de dar em troca. Para produzir mais lã, a terra cultivável foi transformada em pastagem para ovelhas, o sistema de pequenos arrendamentos foi desmantelado etc., teve lugar o *clearing estates* etc. Por conseguinte, a agricultura perdeu o caráter de trabalho visando a produção de valor de uso, e a troca de seu excedente perdeu o caráter indiferente em relação à sua estrutura interna. Em certos pontos, a própria agricultura

é inteiramente determinada pela circulação, é convertida em produção que põe o valor de troca. (MARX, 2011, p. 198).

O que fica demonstrado acima é que a fratura do campesinato do campo seja via arrendamento como é o caso inglês que Marx levanta, ou com o saque de terras camponesas, tem a centralidade também na produção. O cambio se dá do valor de uso no caso dos excedentes, alimentos no caso do campesinato por nós trabalhado, para a centralidade no valor de troca, a produção totalmente objetivada para o mercado, como é o caso da soja em Córdoba e no Paraná. O que Marx cita com os *clearing estates* é o mesmo processo dos cercamentos que Thompson (2005) trabalhou com profundidade. É o processo de cercamentos e expulsão do campesinato com o escopo de gerar capital, possibilitar a relação capital – trabalho com a corrosão do trabalho em si, além de redirecionar e monopolizar a estrutura fundiária. É um movimento que está condicionado à separação dos trabalhos de seus meios de produção para a produção e posterior acumulação de capital.

Isto tudo está intimamente relacionado a essa transmutação do trabalho. O trabalho daqueles que estão em relação ao seu meio de produção, o camponês que é intrinsecamente conectado à sua terra, por exemplo, tem seu trabalho como objetivado e vivo. A fratura tem o norte de tornar o trabalho vivo uma subjetividade legítima, é a alienação, e o estranhamento do trabalhador com o produto de seu trabalho uma das funções desta fratura (MARX, 2011, p. 379). Argumenta Marx que “Uma vez pressuposta essa separação, o processo de produção só pode produzi-la de novo, reproduzi-la, e reproduzi-la em escala ampliada” (MARX, 2011, p. 379). Isso significa que a separação é um contínuo, que em cada etapa da reprodução ampliada de capitais há uma separação, de alguma forma, do trabalhador de seu meio de produção. É na ampliação do estranhamento, do distanciamento, que se produz o capital. Posteriormente isto só é ampliado. Nos Grundrisse que Marx já traz um esboço do que viria a ser escrito como o processo de reprodução ampliada de capital. Sendo assim, o processo de reprodução ampliada nasce, em algum momento, nesta quebra.

Existiu o período histórico de superação do feudalismo e a consolidação do modo de produção capitalista, porém o processo que gerou

essa superação não ocorreu somente neste período, ao contrário, ele é permanente. O processo do surgimento do trabalho livre é contraditório em si mesmo, nos apresenta Marx (2011, p. 386). Assim como entendemos que há uma criação e recriação de camponeses dentro do próprio modo de produção capitalista, houve e há a criação e recriação de trabalhadores livres. O que parece ser aparentemente óbvio, não o é. O capitalismo e o capital não funcionam de maneira racional e lógica, mas sim por e a partir da contradição, logo é na mutação do trabalhador livre que se amplia ou se contrai a respectiva reprodução ampliada. Ser trabalhador livre, portanto, não é sinônimo de trabalhador assalariado, o que é central é o mecanismo de trabalho, sua forma valor, ou seja, a mutação de valor de uso para valor de troca. Como analisa Marx:

Para expressar as relações em que entram capital e trabalho assalariado como *relações de propriedade* ou *leis*, nada mais temos a fazer que expressar o comportamento dos dois lados no *processo de valorização* como *processo de apropriação*. P. ex., que o fato de o trabalho excedente ser posto como valor excedente do capital significa que o trabalhador não se apropria do produto de seu próprio trabalho; que o produto aparece para ele como *propriedade alheia*; e, inversamente, que o *trabalho alheio* aparece como propriedade do capital. Essa segunda lei da propriedade burguesa qual se converte a primeira – e que adquire, por meio do direito de herança etc, uma existência independente da contingência do caráter transitório dos capitalistas singulares – é erigida como lei da mesma forma que a primeira. A primeira é a identidade do trabalho como propriedade; a segunda, o trabalho como propriedade negada, ou a propriedade como negação do caráter alheio do trabalho alheio. **Na realidade, no processo de produção do capital, como se evidenciará ainda mais em seu desenvolvimento posterior, o trabalho é uma totalidade – uma combinação de trabalhos – cujos componentes singulares são estranhos entre si, de modo que o trabalho total como totalidade não é a obra do trabalhador singular, sendo obra de diversos trabalhadores em conjunto exclusivamente se eles são combinados, e não porque em seu comportamento recíproco eles combinam seus trabalhos.** [...] (MARX, 2011, p. 387, negrito no original)

A produção de capital se dá então para Marx nos Grundrisse justamente como essa acumulação original que possibilita a reprodução ampliada. O que ele propõe aqui é uma busca do “se tornar” capitalismo, o devir. Nota-se já na passagem acima que a separação inicial trabalha

posteriormente de maneira contraditória. Se primeiramente se separa, posteriormente se concentra para se reproduzir de maneira ampliada. Separam-se os trabalhadores de seu meio de produção para, após isso, reunir tanto trabalhadores como trabalho em fábricas. Separam-se os trabalhadores de seu trabalho, que lhes passa a ser estranho, contudo é na conjunção de trabalhadores e do trabalho em ambientes fabris que se acumula e se produz capital.

São nos Grundrisse que encontramos fonte para a análise do campesinato e suas formas de produção, suas tramas territoriais e seus modelos de gestão da propriedade. No capítulo das “Formas que precederam a produção capitalista” (MARX, 2011, p. 388-424), que ficou famoso ao ser publicado de maneira separada e com uma introdução crítica de Eric Hobsbawn (1965), encontra-se uma discussão riquíssima sobre a acumulação original. A compreensão que vai desembocar neste capítulo⁵⁹ se dá ainda anteriormente, como fica expresso na passagem abaixo:

Uma vez pressuposta a produção baseada no capital – o dinheiro só se transformou propriamente em capital no fim do primeiro processo de produção, que resultou em sua reprodução e na nova produção do capital excedente I; mas o próprio capital excedente só é posto, só se realiza como capital excedente, tão logo tenha produzido o capital excedente II, portanto, tão logo tenham desaparecido os pressupostos do dinheiro transformando-se em capital, que ainda estão situados fora do movimento do capital efetivo, e o capital, por isso, tenha posto de fato as próprias condições, imanentes à sua essência, das quais ele parte na produção – a condição segundo a qual o capitalista, para se pôr como capital, tem de trazer para a circulação valores criados pelo trabalho próprio ou de alguma outra maneira – menos os valores criados por trabalho assalariado passado, já existente – pertence às condições antediluvianas do capital; pertence a seus pressupostos históricos, que, justamente nesta qualidade de pressupostos históricos, são passados e, por isso, fazem parte da história de sua formação, mas de maneira nenhuma da sua história contemporânea, i.e., não fazem parte do sistema efetivo do modo de produção dominado por ele. **A fuga dos servos para as cidades, p. ex., se é uma das condições e dos pressupostos históricos do sistema urbano, não é uma condição, não é um momento da efetividade do sistema urbano desenvolvido, mas pertence aos seus**

⁵⁹ Na edição brasileira dos Grundrisse, elaborada pela Editora Boitempo, o Capítulo das “Formas que precederam a produção capitalista” aparece como um subitem do capítulo chamado “Capítulo do Capital”. Em outras traduções, como a Argentina e a Inglesa, isto não ocorre.

pressupostos passados, aos pressupostos do seu devir que são abolidos em sua existência. As condições e os pressupostos do devir, da gênese do capital, supõem precisamente que ele ainda não é, mas só devém; logo, desaparecem com o capital efetivo, com o próprio capital que, partindo de sua efetividade, põe as condições de sua efetivação. **Assim, p. ex., se no devir originário do dinheiro ou do valor por si em capital é pressuposta uma acumulação por parte do capitalista – seja por meio da economia de produtos ou valores criados com seu próprio trabalho etc. – que ele realizou como não capitalista – se, por conseguinte, os pressupostos do devir do dinheiro em capital aparecem como pressupostos externos dados para a gênese do capital –**, da mesma forma o capital enquanto tal, tão logo é posto, cria seus próprios pressupostos, a saber, a propriedade das condições reais para a criação de valores novos sem troca – mediante seu próprio processo de produção. Esses pressupostos, que originalmente apareciam como condições de seu devir – e, conseqüentemente, ainda não podiam nascer de sua ação como capital –, aparecem agora como resultado de sua própria efetivação, de sua efetividade, como condições postas por ele – não como condições de sua gênese, mas como resultados de sua existência (MARX, 2011, p. 377-378).

É nesta longa passagem que Marx demonstra como o passado do capital em si não é de dentro do modo de produção capitalista. Ele lhe é externo. O devir do capital é, portanto, produto de acumulações externas ao modo de produção, acumulações não capitalistas e que se efetivam na realização do processo de reprodução ampliada do capital. Se reproduzem e se efetivam, os capitais, através da fratura entre trabalho e meio de produção, que cria assim as condições para a efetivação final do capital. Exemplificando esta análise filosófica de Marx, e trazendo a mesma para nosso recorte de estudo, é somente na circulação que a renda da terra, já aprisionada pelo atravessador, é transformada em lucro excedente com possibilidades de se tornar capital. A origem desse capital não é capitalista, ela é originada na renda da terra que não nasce da ação de capital. E isto tudo não é somente as condições da gênese do capital, mas sim resultados da existência do mesmo. É a contradição em seu estado puro.

Retornando às “Formas que precederam a produção capitalista”, Marx alega que uma das condições históricas do capital é o trabalho livre. E o trabalho livre é consequência da desvinculação do trabalhador da terra, seu meio de produção (MARX, 2011, p. 388). O trabalho ainda objetivo e não livre é

onde o trabalho tem sua unidade, ou seja, onde o trabalho tem existência e conjecturas objetivas. Esse processo é contínuo, como afirma Marx, não é condição, mas pressuposto do capital essa separação. No caso da terra e de sua separação do trabalhador – o campesinato – Marx diz:

Nessas duas formas [pequena propriedade livre e propriedade comunal], os indivíduos não se relacionam como trabalhadores, mas como proprietários – e membros de uma comunidade que ao mesmo tempo trabalham. A finalidade desse trabalho não é a *criação de valor* – embora eles possam realizar trabalho excedente para trocá-lo por trabalho *alheio*, i.e., produtos excedentes –; ao contrário, a sua finalidade é a conservação do proprietário singular e de sua família, bem como a da comunidade como um todo. O pôr do indivíduo como um *trabalhador*, nessa nudez, é ela própria um produto *histórico* (MARX, 2011, p. 388).

Fazendo uma relação disto com a realidade, se para Marx tais características eram passado na Europa Ocidental e especialmente na Inglaterra, na América Latina do século XXI tal característica ainda existe. As comunidades camponesas faxinalenses no sul do Brasil e as comunidades camponesas de campo aberto do centro norte argentino se reproduzem da mesma maneira que acima é apresentado. E sofrem inclusive com a mesma pressão que os camponeses apresentados por Marx sofriam: a pressão pela expulsão de suas terras e sua transformação de camponeses em trabalhadores livres.

Sobre este fato é importante fazer também o caminho contrário. Se para a formação de capital é necessária uma formação não capitalista, é preciso compreender também o próprio funcionamento dessa formação. Nos alerta Marx que não é somente com a separação do trabalhador do meio de produção que se produz o capital. O caso da renda da terra e sua transformação em capital na circulação é um fato que exemplifica isto. É importante destacar que o funcionamento das formações não capitalistas tem como característica a o trabalho objetivo como sua centralidade, dessa forma não existe uma separação dos sujeitos de seus meios de produção, ao contrário da ação do capitalismo. A produção de valores de uso é central nas comunidades camponesas onde se objetiva a reprodução da vida. Em outras palavras, é na comunidade camponesa onde o trabalho encontra sua configuração mais viva e não estranha. É ali que a relação entre o camponês e

sua terra se firma como condição da reprodução individual, familiar e comunitária. Isso fica claro com a passagem abaixo:

O que importa observar aqui é o seguinte: em todas essas formas em que a propriedade de terra e a agricultura constituem a base da ordem econômica e, por conseguinte, em que a produção de valores de uso é a finalidade econômica, a reprodução do indivíduo nas relações determinadas com sua comunidade e nas quais ele constitui a base da comunidade – em todas essas formas existe: 1) apropriação da condição natural do trabalho, da terra – tanto como instrumento original do trabalho, laboratório, quanto depósito das matérias-primas – não pelo trabalho, mas como pressuposto do trabalho. O indivíduo simplesmente se relaciona às condições objetivas do trabalho como sendo suas [próprias] condições; relaciona-se a elas como a natureza inorgânica de sua subjetividade, em que esta realiza a si própria; a principal condição objetiva do trabalho não aparece, ela própria, como produto do trabalho, mas está dada como natureza; de um lado, o indivíduo vivo, de outro, a terra como a condição objetiva de sua reprodução; 2) mas esse comportamento em relação ao território, à terra, como propriedade do indivíduo trabalhador – o qual, por isso, não aparece de antemão, nessa abstração, unicamente como indivíduo trabalhador, mas tem na propriedade da terra um modo de existência objetivo, que está pressuposto à sua atividade e da qual não aparece como mero resultado, e que é um pressuposto de sua atividade da mesma maneira que sua pele ou seus órgãos sensoriais, os quais ele de fato também reproduz e desenvolve etc. (MARX, 2011, p. 397)

Isso nos traz dois levantamentos da compreensão de Marx sobre a terra e a propriedade da terra, além do pressuposto da acumulação/produção de capital. A primeira é que, como já elencada, o trabalho deve ter sua função modificada para reproduzir o capital. O segundo é que propriedade, tal como a entendemos, não é sinônimo de capitalismo. Existe um matiz de relações sociais, históricas e territoriais que desembocam no entendimento da propriedade como a entendemos sob o modo de produção capitalista. Como já trouxemos o debate acerca da propriedade, a propriedade camponesa não é a mesma que a propriedade fundiária capitalista. A propriedade capitalista funciona justamente como monopólio de uma fração da terra e, com esse monopólio, é possível ao proprietário de terras cobrar renda pelo simples fato de ser proprietário. A lógica camponesa é distinta. A terra para o campesinato é o local de trabalho. Além disto, a passagem do trabalho direto para um trabalho alienado é uma premissa para a acumulação original de capital. Em sua crítica

a Proudhon, Marx desmascara mais uma característica dessa mutação do trabalho e da propriedade:

O que o sr. Proudhon chama de gênese extraeconômica da propriedade, pelo que entende justamente a propriedade de terra, é a relação pré-burguesa do indivíduo com as condições objetivas do trabalho, e primeiro com as condições objetivas naturais do trabalho – porque, assim como o sujeito trabalhador [era] indivíduo natural, existência natural, a primeira condição objetiva de seu trabalho apareceu como natureza, terra, seu corpo inorgânico; ele próprio não é só o corpo orgânico, mas essa natureza inorgânica como sujeito. Tal condição não é seu produto, mas é encontrada pronta; como existência natural fora dele e que lhe é pressuposta. Antes de continuar essa análise, ainda o seguinte: o bravo Proudhon não só podia, mas teria de acusar tanto o capital quanto o trabalho assalariado – como formas de propriedade – de gênese extraeconômica. Isto porque o trabalhador encontrar as condições objetivas do trabalho separadas dele como capital, e o capitalista encontrar o trabalhador privado de propriedade como trabalhador abstrato – a troca, tal como se dá entre valor e trabalho vivo –, supõe um processo histórico – por mais que o capital e o trabalho assalariado reproduzam essa relação e a elaborem em sua extensão objetiva, bem como em sua profundidade –, um processo histórico que, como vimos, constitui a história da gênese do capital e do trabalho assalariado. Em outras palavras: a gênese extraeconômica da propriedade nada mais significa que a gênese histórica da economia burguesa, das formas de produção que são expressas pelas categorias da economia política teórica ou idealmente.

[...]

As condições originais da produção [...] originariamente, não podem ser elas próprias produzidas – não podem ser resultados da produção. Não é a unidade do ser humano vivo e ativo com as condições naturais, inorgânicas, do seu metabolismo com a natureza e, em consequência, a sua apropriação da natureza que precisa de explicação ou é resultado de um processo histórico, mas a separação entre essas condições inorgânicas da existência humana e essa existência ativa, uma separação que só está posta por completo na relação entre trabalho assalariado e capital (MARX, 2011, p. 400).

Portanto, Marx demonstra que a propriedade não é algo extra econômico pura e simplesmente pelo fato de ser um resquício de um modo de produção anterior. Na realidade é uma premissa do modo de produção capitalista, o qual modifica o próprio entendimento da propriedade. Se antes ela, a propriedade, era o local de reprodução do trabalho objetivado, com o capitalismo ele se torna o local de exploração do trabalho ou da extração de renda da terra. A propriedade em si não é, portanto, uma condição do modo de

produção capitalista, mas sim uma de suas faces. É o caso da propriedade sobre o trabalho e sobre o capital, as quais só se realizam na troca. Separados e sem relação, trabalho assalariado e capital perdem sua função, tornam-se nada. Novamente a contradição aparece: nascidos da separação do trabalho para com a terra, trabalho e capital só existem se relacionados entre si.

É evidente que a relação entre capital e trabalho não se resume somente à separação pura e simples do trabalhador de seu meio de produção. Há a questão do trabalho como foi por nós apresentada. Mas existe também a questão do dinheiro em si, não como capital, nesta trama. Não é, portanto, a terra que gera o capital, mas por vezes a renda transformada em capital.

De acordo com Marx, o que é central para a acumulação original de capital é a existência de dinheiro. E este dinheiro é normalmente oriundo da relação mercantil e usurária. Em outros termos, é a partir da cobrança de juros sobre um montante de dinheiro emprestado que se gera capital ou, ainda, na relação mercantil, onde há um mercador que media a relação de troca entre mercadorias, cobrando por esta mediação uma quantia de dinheiro. No caso mercantil, que comumente podemos elencar como elemento passado, é possível perceber neste ponto a centralidade da figura das relações não-capitalistas de produção. Por exemplo na relação camponesa de produção, onde a formulação $M - D - M$ é que norteia sua produção. Não é o camponês que irá acumular o dinheiro, mas sim aquele que o explora, como o atravessador, dono da terra, capitalista que arrendou a terra, que sujeita sua renda e a transforma em dinheiro e que, na circulação, o modifica em capital.

Como vimos, é inerente ao conceito do capital – em sua gênese – que ele parte do dinheiro e, por isso, da fortuna que existe na forma do dinheiro. É igualmente inerente ao seu conceito que o capital aparece como provindo da circulação, como produto da circulação. Por isso, a formação do capital não parte da propriedade de terra (quando muito, parte do arrendatário, desde que ele seja comerciante de produtos agrícolas); tampouco parte da corporação (ainda que no último caso haja uma possibilidade); mas da fortuna mercantil e usurária. Mas essa fortuna só encontra as condições para comprar trabalho livre quando este foi separado de suas condições objetivas de existência pelo processo histórico. Só então também existe a possibilidade de comprar essas próprias condições. [...] O que capacita a fortuna em dinheiro a devir capital é encontrar, por um lado, os trabalhadores livres; por outro, é encontrar também os meios de subsistência e

materiais etc. livres e vendáveis, os quais, de resto (de uma maneira ou de outra), eram propriedade das massas, agora tornadas privadas de objetividade. [...] O processo histórico não é o resultado do capital, mas o pressuposto para ele. É por meio desse processo que também o capitalista se interpõe como pessoa intermediária (historicamente) entre a propriedade de terra ou a propriedade em geral e o trabalho. (MARX, 2011, p. 415)

Sendo assim, o que vem a ser capital não é pura e simplesmente “trabalho acumulado”. O capital, no modo de produção capitalista, está intimamente conectado a todo um processo social e histórico, como alerta Marx e, acrescentamos, territorial. Demonstramos até aqui que a separação dos trabalhadores dos meios de produção não é condição, mas premissa do capital. É premissa pois ocorre de maneira difusa ao largo do globo, ocorre de modos distintos. No Brasil, como largamente José de Souza Martins (2015), estudou foi no bojo do escravismo que o modo de produção capitalista se desenvolveu⁶⁰. Na Argentina foi com o assalariamento no campo (GALAFASSI, 2016). São movimentos distintos, realidades não padronizadas. Ainda que a posição de que a acumulação original é um processo permanente do capitalismo, não podemos cair na tentação de padronizá-la, torná-la um processo uniforme. Ele é difuso ao longo dos territórios.

Além disto, Marx destaca nos Grundrisse que a formação original do capital é atrelada ao dinheiro, como apresentado na última citação. A clareza disto vai ser posteriormente analisada, especialmente por Rosa Luxemburgo e Edward P. Thompson, contudo cabe destacar que esta é um possível fonte da confusão que trouxemos acerca da acumulação original ser período histórico ou processo permanente. Isso se deu e se dá pois Marx frisa sempre que é o dinheiro, a fortuna dinheiro (MARX, 2011, p. 417) que dissolve antigos modos de produção a partir do processo histórico e que permite ao dono desse montante de dinheiro ir se alimentando dos trabalhadores vivos para formar o capital. Foi também neste ponto toda a polêmica que Thompson (2012) entrou, onde este defendia que o trabalho livre e assalariado era premissa da formação do capitalismo e das indústrias e não ao contrário como Althusser e o “marxismo idealista” francês defendia. Em outras palavras, foi a massa de

⁶⁰ Desenvolveu no sentido de crescimento, não no sentido de um surgimento do capitalismo. Entendemos que as colônias já nasceram no seio do capitalismo.

trabalhadores livres “disponíveis” que fez surgir a indústria e não a indústria que criou trabalhadores livres no primeiro momento. Elucidando isto, vemos em Marx:

À primeira vista, já fica claro que existiria um círculo vicioso inepto se, por um lado, os *trabalhadores*, que o capital precisa pôr a trabalhar para se pôr como capital, primeiro tivessem de ser *criados*, tivessem de ser trazidos à vida mediante a acumulação do *capital*, esperassem por seu “Que se façam os trabalhadores!”, enquanto, por outro, o próprio capital fosse incapaz de *acumular* sem trabalho alheio, se pudesse acumular no máximo o *seu próprio trabalho*, i.e., se ele próprio pudesse existir, portanto, na forma de *não capital* e *não dinheiro*, uma vez que o trabalho, antes da existência do capital, só pode se autovalorizar em formas como a do trabalho artesão, da pequena agricultura etc., em suma, exclusivamente em formas que *não* podem *acumular* ou o podem apenas escassamente; em formas que permitem só um pequeno ‘produto excedente’ e em grande parte o *consomem*. Enfim, teremos de analisar mais de perto essa representação da *acumulação* como um todo (2011, p. 416)

Fica clara a colocação de Marx: os trabalhadores não podem ser gerados a partir da acumulação do capital. Eles já existiam, como é possível ver também em Marx e Engels na “Ideologia Alemã” (1989, p. 80-81). A divisão do trabalho era um processo que já gerava o trabalho livre e gerava, ainda que esparsamente, capital. A relação entre ambos, a sujeição do trabalho livre agora alienado é um processo que faz a roda da acumulação girar. Mas a roda já estava criada. Já existiam classes oprimidas e exploradas e classes dominantes e exploradoras. A fortuna de origem mercantil, seja por exploração de camponeses, seja por explorações comerciais além-mar, são o fruto do capital.

[...] A *formação original do capital* não se dá como se o capital acumulasse, como se imagina, meios de subsistência, instrumentos de trabalho e matérias-primas, em suma, condições *objetivas* do trabalho já dissociadas do solo e já amalgamadas ao trabalho humano.

Não é assim que o capital cria as condições objetivas do trabalho. Ao contrário, sua *formação primitiva* se dá simplesmente pelo fato de que o valor existente como *fortuna em dinheiro* é capacitado pelo processo histórico da dissolução dos antigos modos de produção para, por um lado, *comprar* as condições objetivas do trabalho e, por outro lado, receber em troca, por dinheiro, o próprio trabalho *vivo* dos trabalhadores tornados livres. Todos esses momentos estão presentes; sua

própria separação é um processo histórico, um processo de dissolução, e é este que capacita o dinheiro a transformar-se em *capital*. O próprio dinheiro, à medida que exerce um papel ativo na história, só o faz porquanto ele próprio intervém nesse processo como um meio de separação extremamente enérgico e colabora para a produção dos *trabalhadores livres espoliados*, sem objetivo; certamente, contudo, não pelo fato de que ele *cria* para os trabalhadores as condições objetivas de sua existência; mas porque ajuda a acelerar a sua separação delas – sua condição de privados de propriedade.

[...]

Próprio do capital é unicamente a união das massas de mãos e instrumentos que ele encontra. Ele os aglomera sob seu comando. Essa é sua verdadeira acumulação; a acumulação de trabalhadores, juntamente com seus instrumentos, em certos pontos (MARX, 2011, p. 416-417).

Este processo ocorre cotidianamente. Grandes fortunas de origem mercantil, ou seja, da exploração de meios não-capitalistas que tem na fórmula $M - D - M$ seu guia, como no caso do campesinato, se transmutam em capital através deste processo histórico. O dinheiro corrobora para a separação de mais trabalhadores da condição de proprietários para a condição de trabalhadores livres. Livres, despidos de toda propriedade, livres de toda existência objetiva e concreta, de suas relações de camaradagem, parceria (MARX, 2011, p. 417). A conclusão do final da passagem acima corrobora para a afirmação final de Marx nos Grundrisse (MARX, 2011, p. 423) sobre o formação do capital: “O capital é, então, evidentemente, uma *relação*, e só *pode ser uma relação de produção*”.

As colocações de Marx nos Grundrisse tanto sobre a temática da acumulação originária de capital como a questão das formas não capitalistas de produção, onde encontramos o campesinato, são de importância grande para o nosso entendimento do tema. Como já colocamos no capítulo 2, a questão da compreensão do sentido da propriedade se faz presente no problema da acumulação. A propriedade para as classes oprimidas é uma coisa, é fundada no direito consuetudinário e no uso comum, é conformada na divisão entre iguais e de acordo com a necessidade de cada família. Outro ponto também presente na acumulação original de capital é a mutação do trabalho, de trabalho objetivo para o trabalho estranho. E, por fim, temos a própria separação forçada do trabalhador de seu meio de produção. Esses elementos servem de base para a acumulação e posterior reprodução

ampliada de capital. Nos Grundrisse, Marx afirma que o nascimento do capital ocorre nas mãos do portador do dinheiro obtido em meios não capitalistas que, posteriormente, o transforma em capital na circulação, sendo este processo contínuo. Ainda um tanto quanto aberto a discussões, estes cadernos de Marx nos trazem um arsenal teórico que amplia o debate. Isto nos leva ao próximo ponto.

No livro I de O Capital, único publicado com Marx vivo, em 1867, a escrita já estava mais sólida e pronta para a publicação. Diferentemente dos Grundrisse, que eram esboços de Marx, o livro I d'O Capital é uma obra finalizada. Nela alguns pontos presentes nos esboços se esvaem, enquanto outros novos surgem. Sua profundidade é imensa e cabe aqui analisarmos um capítulo que gerou diversos debates e maneiras de compreensão da formação do capital: o capítulo XIV, denominado “A assim chamada acumulação primitiva”. Novamente o alerta feito anteriormente é válido: entendemos o termo *original* como melhor empregado com a ideia de Marx. O próprio Marx trabalhou na tradução francesa da obra e manteve a tradução como *primitive*, contudo, como demonstraremos no restante do capítulo, mantemos nossa posição.

Logo de início é elaborado um desmonte das origens históricas do capitalismo. Neste ponto, a discussão que fizemos no capítulo 2 sobre a classe é justamente apresentado, ou seja, as classes não são entidades fixas, mas sim processos históricos-territoriais que se formam como tal a partir do embate entre si. A classe dos trabalhadores livres e a dos capitalistas surgiu ainda no bojo do feudalismo e alavancaram o modo de produção capitalista e não o contrário. Esta relação contraditória entre trabalho e capital é então o gérmen do modo de produção capitalista e do capital. Elucida Marx:

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os relacionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. **Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas.** Apenas na Inglaterra, e por isso

tomamos esse país como exemplo, tal expropriação se apresenta em sua forma clássica (MARX, 2011, p. 787-788, grifo nosso).

A dificuldade de correntes materialistas dialéticas de, ao longo da história, entenderem o que destacamos em negrito na passagem acima foi intensa. Já no ano de 1867 Marx destacava a diversidade de formas as quais a acumulação de capital tomava ao longo de diversos países e também as variações dessas formas em diferentes épocas históricas. Em nota de rodapé (MARX, 2011, p. 787) destaca inclusive que na Itália, especialmente no norte, em Gênova e Veneza, a produção capitalista se desenvolveu mais cedo. Contudo, considera o exemplo inglês como o caso clássico. Mas devemos ter em mente muito claramente que não é possível ignorar dois pontos: primeiro que a expropriação de terras que Marx explicita como base do processo inglês ainda no século XVIII é também a base do processo latino americano ao longo de toda sua história; segundo, que ao tratar de “diferentes épocas históricas”, ele abre o entendimento de que há uma ampla gama de vias para o desenvolvimento do modo de produção capitalista ao longo do tempo. Em outras palavras, não foi um processo datado.

O que vemos no processo inglês descrito e analisado por Marx é o *modus operandi* do capitalismo para acumular capital. As terras comunais foram extintas na Inglaterra de maneira violenta e radical, expulsando o campesinato dessas terras. Isto tinha um objetivo: a mudança no regime fundiário e na lógica de produção na terra, passando de terras em uso comum e com criação de animais, manejo de carvão e lenha na floresta além da produção de alimentos nas lavouras para terras concentradas nas mãos de poucos, cercadas e voltadas para a criação de ovelhas para produção de lã (MARX, 2011, p. 790). Com isto, as relações de trabalho se modificaram. O trabalho camponês passou do objetivo para o livre e alienado, onde os poucos que não foram expulsos acabaram tolhidos de sua autonomia, tornando-se trabalhadores assalariados no manejo e tosquiamento de ovelhas. Além disto, criou-se neste processo um grande proletariado livre, despido de tudo, sem contar o grande preço agora posto nas terras, como Marx também destaca. As terras passaram agora a terem preço, anteriormente eram de domínio público, os *ager publicus* que citamos no capítulo anterior, posteriormente aos

cercamentos passaram a serem propriedade privada dos landlords e receberam um equivalente de valor, preço, devido que nelas eram explorada a força de trabalho alheia ao seu dono.

O processo na América Latina tem esse mesmo sentido. O que à primeira vista soa como anacrônico, na realidade não o é. Na Inglaterra do século XVIII a expulsão e usurpação das terras camponesas foi brutal, vislumbrando a criação de uma classe de trabalhadores livres e do monopólio do acesso às terras e, portanto, da cobrança de renda da terra. Tal processo ainda é vigente em Argentina e Brasil. A expulsão dos camponeses que fazem o uso comum da terra para a sua posterior lumpen-proletarização⁶¹ e para aumentar o já concentrado monopólio de acesso a terra é atual. Se a história se repete “a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa” (MARX, 2015, p. 25), na “primeira” vez a expulsão dos camponeses ingleses foi um ato violento, combinado e feito aos olhos nus, com a intensão de criar um proletariado livre e de acumular capital via renda da terra, nas vezes seguintes que isso se dá são farsas. Farsas, pois é sob a aura do agronegócio moderno que rende dividendos aos país, contra o campesinato pobre e dito atrasado que avança com a violência e com o Estado na expulsão dos camponeses em terras de uso comum, tratando isso como se fosse uma benesse para com estes camponeses. Diferentemente da primeira vez, na Inglaterra, onde a violência era reconhecida, agora se expropria sob a farsa da criação de uma vida melhor para este campesinato, que seria transformado em trabalhador do agronegócio. Transforma-se a terra de trabalho em terra de extração de renda e especulação. Acrescente-se a tudo isto que a usurpação ocorre, por vezes, através de mecanismos legais como a compra, apresentação de títulos de propriedade, etc. Dissolve-se a propriedade daquele que nela trabalha e instaura-se, à força, a propriedade privada tal como a conhecemos: local de exploração de trabalho ou de mera especulação financeira. A realidade atual é cruelmente semelhante àquela que Marx demonstra sobre processo inglês:

Sob a restauração dos Stuarts, os proprietários fundiários instituíram legalmente uma usurpação, que em todo o

⁶¹ Afirmamos como uma lumpen-proletarização, baseados em Marx (2015) ao tratar do lumpem-proletariado francês, uma vez que a proletarização propriamente dita, o assalariamento, é difícil de ocorrer. A maioria destes camponeses se torna trabalhadores informais nas cidades, vivendo de “bicos”.

continente também foi realizada sem formalidades legais. Eles aboliram o regime feudal da propriedade da terra, isto é, liberaram esta última de seus encargos estatais, “indenizaram” do povo, reivindicaram a moderna propriedade privada dos bens, sobre os quais só possuíam títulos feudais, e, por fim, outorgaram essas leis de assentamento (*laws of settlement*), que, *mutatis mutandis*, tiveram sobre os lavradores ingleses os mesmos efeitos que o édito do tártaro Boris Dogunov sobre os camponeses russos⁶² (MARX, 2011, p. 795).

O roubo de terras públicas foi uma prática na Inglaterra logo com a ascensão de Guilherme de Orange em 1689, como cita Marx (2011, p. 795). Isso tudo estava atrelado ao fim do modelo de gestão feudal e a ascensão de um novo modo de propriedade fundiária. Ainda segundo ele, os capitalistas apoiaram essa tomada, pois visavam transformar o solo em artigo comercial, em mercadoria, e também aumentar a criação de proletários livres. Existe um mito no senso comum sobre as políticas de cercamento de terras comunais, as *Bills for Inclosures of Commons* inglesas. Muito se pensa que tal processo foi lento, gradual, pacífico e que melhorou a vida do camponês que “migrava” para as cidades. Na realidade o processo foi brutal e rápido. Como já analisamos com Thompson (2005), não foram os cercamentos que criaram o capitalismo e a acumulação de capital, mas sim o modo de produção capitalista e a classe capitalista ascendente em poder econômico e político que forçou o cercamento de terras comunais para acumular capital.

Fazendo o exercício de compreender este processo de acumulação de capital como permanente, retornamos ao nosso foco de pesquisa. Fato concreto é que na Argentina, nos denunciaram os camponeses de Entre Rios e Misiones, até o início dos anos 2000 existiam diversas comunidades camponesas com terras em uso comum nestas províncias. A expulsão desses de deu de maneira rápida, violenta, amparada na lei com o intuito de transformar a terra em um bem, em monopolizar o acesso à mesma, extrair renda produzindo algodão e soja e tiveram como consequência o envio de

⁶² Os efeitos das ações do Czar Dogunov sobre o campesinato russo foram grandes. Em 1597 proibiu os camponeses, via decreto, de se transferirem de um proprietário de terra para outro. Sua medida atrelou o campesinato a terra e não ao dono das terras. Seu objetivo era garantir a renda para os proprietários, mas outra consequência deste decreto foi a instituição da servidão em sua forma mais opressiva.

massas de camponeses para as periferias de Rosário (maior cidade da região), gerando um grande comércio informal.

Isto tudo ocorreu em terras argentinas eram terras do Estado, onde os camponeses posseiros vivam e trabalham, fazendo o uso comum nestas terras. Ainda no início da pesquisa, em 2015, ao viajar pelas províncias fronteiriças da Argentina com Brasil nos surpreendemos em não encontrar o campesinato. O processo de desarticulação foi rápido e violento. As expulsões ocorreram com auxílio do Estado através da validação dos *papeles truchos* utilizados pelos expropriadores das terras. Com aval do capital financeiro – que domina o agronegócio platino – formaram-se grandes propriedades nas mãos de alguns poucos sujeitos, os quais arrendaram suas terras para capitalistas ali produzirem algodão. Ainda há campesinato nestas províncias, contudo, é um campesinato fragmentado territorialmente decorrente do processo de acumulação de capital. Novamente, retornamos a Marx para demonstrar como tal prática não é exclusiva da América Latina ou ainda que não foi somente histórica na formação do modo de produção capitalista:

O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos de acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana oferta necessária de um proletariado inteiramente livre (MARX, 2011, p. 804).

Este processo se dá no tocante de uma concentração da propriedade fundiária nas mãos de alguns poucos *landlords* ingleses. Dada a chamada por Marx revolução agrícola nos séculos XVI, os arrendatários foram criando grandes reservas de dinheiro e levando o campesinato ao empobrecimento (MARX, 2011, p. 814). Marx mesmo já alertava para o surgimento na Inglaterra do século XVI e XVII de uma classe de “arrendatários capitalistas” muito bem desenvolvida, que enriquecia tanto com a exploração da renda da terra quanto do trabalho assalariado. É a dupla face da classe opressora, algo que José de Souza Martins vai resgatar anos depois, ainda nos anos 1980 ao tratar da união de duas classes em uma única pessoa, o capitalista e o proprietário fundiário (MARTINS, 2015). Esse acúmulo de dinheiro vai resultar,

posteriormente, na acumulação de capital propriamente dita, como já vimos ao analisar os Grundrisse. Porém, no livro I d'O Capital isso é melhor explicitado:

A expropriação e expulsão de uma parte da população rural não só libera trabalhadores para o capital industrial, e com eles seus meios de subsistência e seu material de trabalho, mas cria também o mercado interno.

De fato, os acontecimentos que transformam os pequenos camponeses em assalariados, e seus meios de subsistência e de trabalho em elementos materiais do capital, criam para este último, ao mesmo tempo, seu mercado interno. Anteriormente, a família camponesa produzia e processava os meios de subsistência e matérias-primas que ela mesma, em sua maior parte, consumia. Essas matérias-primas e meios de subsistência converteram-se agora em mercadorias; o grande arrendatário as vende e encontra seu mercado nas manufaturas. Fios, panos, tecidos grosseiros de lã, coisas cujas matérias-primas se encontravam no âmbito de toda família camponesa e que eram fiadas e tecidas por ela para seu consumo próprio, transformam-se, agora, em artigos de manufatura, cujos mercados são formados precisamente pelos distritos rurais. A numerosa clientela dispersa, até então condicionada por uma grande quantidade de pequenos produtores, trabalhando por conta própria, concentra-se agora num grande mercado, abastecido pelo capital industrial (MARX, 2014, p. 818).

O que Marx mostra serve não só de um momento na história inglesa, como também um processo no qual a autonomia camponesa é limada e gera-se uma necessidade, como a do consumo de mercadorias que antes a família camponesa produzia por conta própria. Esse movimento por si só cria o mercado interno e também movimentam a reprodução ampliada do capital. Neste ponto, a acumulação do capital se dá, portando, justamente nessa fratura, nesta separação entre camponês e sua terra. Os produtos camponeses que antes eram destinados para o autoconsumo familiar são agora transformados em mercadorias, produtos estes que eram produzidos com valor de uso, não com valor de troca, uma vez que não existia na troca a acumulação de dinheiro.

Este é um dos processos da acumulação original de capital, esta separação entre sujeitos e meio de produção. No caso por nós analisado é este o processo que mais interessa, haja visto que ele ocorre com os camponeses em terras de uso comum do Brasil e da Argentina. Porém, não é este o único processo. Existem outros:

A descoberta de terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. **Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva.** A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco. Ela é inaugurada pelo levante dos Países Baixos contra a dominação espanhola, assume proporções gigantescas na guerra antijacobina inglesa e prossegue ainda hoje nas guerras do ópio contra a China etc. (MARX, 2014, p. 821).

O que Marx demonstra acima é justamente aquilo que o mesmo já havia citado nos Grundrisse, porém agora de maneira explícita. É nas formas não capitalistas onde se acumula capital. São essas as maneiras onde a acumulação ocorre, em todas essas práticas não capitalistas. Ou seja, nas práticas onde não há a contradição trabalho livre e capital. Gera-se dinheiro a partir da troca e posteriormente este é transmutado em capital. Este é o segredo da acumulação original. O dinheiro é transformado em trabalho acumulado, trabalho morto na circulação, a partir de uma prática que não foi gerada a partir do trabalho livre, mas sim de outras formas.

Ainda para Marx (2014, p. 829), a classe capitalista de Liverpool, usada como exemplo, enriqueceu justamente com a escravidão de negros africanos e seu tráfico com as Américas. Acrescenta que este foi o processo de acumulação original da cidade. Sua grande contribuição neste tocante diz respeito ao entendimento do sistema mundo que funciona como mecanismo do modo de produção capitalista, ao afirmar que a indústria do algodão inglesa introduzia a “escravidão infantil” (MARX, 2014, p. 829) na Inglaterra, processo este que alimentava o crescimento da escravidão negra nos Estados Unidos. Este ponto nos deixa compreender que, apesar de não existirem escravos dentro da Inglaterra, estes eram de seu interesse. O mesmo funciona para o campesinato. Se o campesinato inglês foi expropriado de suas terras e lançado ao trabalho livre nas cidades, foi preciso a campenização em alguma outra parte do globo, no caso a Índia para o Império inglês ter nestes a possibilidade de geração de capital. Tanto esta campenização na Índia como o crescimento da escravidão dos EUA foram processos muito violentos, Como cita o Marx, “o

capital nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros, da cabeça aos pés” (MARX, 2014, p. 830).

Marx explica também que os juros, a usura são outra maneira de acumulação original (MARX, 2014, p. 820), sendo a dívida pública um dos mecanismos mais poderosos de acumular capital. A dívida pública é chamada por ele como a única parte da dita riqueza nacional que é de toda a população (MARX, 2014, p. 824). O pagamento de título da dívida é feito com juros e a partir de dinheiro obtido pelo Estado de sua população. Afirma Marx que

A dívida pública torna-se uma das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva. Como um toque de varinha mágica, ela infunde força criadora no dinheiro improdutivo e o transforma, assim, em capital, sem que, para isso, tenha necessidade de se expor aos esforços e riscos inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária. Na realidade, os credores do Estado não dão nada, pois a soma emprestada se converte em títulos da dívida, facilmente transferíveis, que, em suas mãos, continuam a funcionar como se fossem a mesma soma de dinheiro vivo (MARX, 2014, p. 824).

Este processo é permanente e mais amplo na atualidade. Não é possível compreender que a dívida pública e sua gestão seja algo do passado do capitalismo. É uma prática presente e que tem hoje em dia contornos ainda mais definidos. Ao discorrer sobre os financistas, rentistas, banqueiros, corretores de ações da bolsa, Marx, apesar de ter escrito suas análises no século XXI, tem grande atualidade. A ascensão do capital fictício, criado a partir da emissão de títulos da dívida do Estado, é o que hoje domina o modo de produção capitalista.

Partindo para o foco de nossa pesquisa e utilizando do debate de Marx, parte das terras saqueadas das comunidades de La Rinconada e do Faxinal dos Ribeiros serve, justamente, como fonte de dinheiro para a compra de títulos da dívida pública argentina e brasileira. Há neste ponto uma produção de capital como que por um passe de mágica. É investido pelo agora dono, aquele que roubou a terra, o dinheiro equivalente ao preço de sua terra em renda fixa, em títulos do Estado. Com juros, este dinheiro lhe é repassado e os papéis da dívida são, por sua vez, vendidos e utilizados para especulação. Este processo é vivo e permanente. Sua atualidade é inegável.

Mas então o que propriamente Marx define como sendo a acumulação original no Livro I de O Capital? Podemos entender que os processos são diversos, como apresentado, contudo o mais essencial é a separação, o divórcio forçado, a separação entre o trabalhador e a propriedade fundada no próprio trabalho (MARX, 2014, p. 830). Isso se dá pois é na propriedade privada, não fundada no trabalho, aquela onde repousa a exploração do trabalho alheio. O dono desta propriedade possui dinheiro acumulado, obtido a partir da exploração de formas não capitalistas de produção e, com a exploração do trabalho alheio consegue, então, transformar seu dinheiro em capital. Contudo, isto não está livre de contradições:

O modo de apropriação capitalista, que deriva do modo de produção capitalista, ou seja, a propriedade privada capitalista, é a primeira negação da propriedade privada individual, fundada no trabalho próprio. Todavia, a produção capitalista produz, com a mesma necessidade de um processo natural, sua própria negação. É a negação da negação. Ela não restabelece a propriedade privada, mas a propriedade individual sobre a base daquilo que foi conquistado na era capitalista, isto é, sobre a base da cooperação e da posse comum da terra e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho (MARX, 2014, p. 832).

A negação da negação, a contradição presente neste ponto é que a propriedade privada é construída em cima da propriedade fundada no trabalho. Ela anseia então pela conquista e destruição desta propriedade fundada no trabalho, porém a mesma é necessária para seu funcionamento. O que existe é uma dialética da propriedade, se nega a negação da propriedade fundada no trabalho, onde a propriedade privada então é aquela que tem em seu cerne a exploração do trabalho alheio.

É com isso que Marx encerra o Capítulo XIV de O Capital sobre a acumulação original de capital. Seu posicionamento na escrita destaca dois pontos importantes para a compreensão deste mecanismo do modo de produção capitalista: o primeiro é a realização do método materialista dialético, que se mostra oculto, como Marx mirava em deixar seu método (MARX, 1861), mas que aparece justamente no fato de que a negação da negação da propriedade privada é o motor de arranque do capitalismo. O segundo ponto é que sua colocação sobre a acumulação original é embasada no caso inglês

mas que, ainda assim, ele traz elementos variados e exemplos distintos de modelos de acumulação que ocorreram e ocorrem ao longo do mundo. Ainda que alguns assegurem que sua colocação acerca da acumulação original seja histórica, ou seja, o gérmen do modo de produção capitalista, uma leitura aprofundada e não enviesada nos permite compreender o inverso: a acumulação original como permanente dentro da reprodução ampliada.

Isso nos leva ao Livro II de *O Capital*, lançado após a morte de Marx, já em 1885. Focado principalmente na circulação do capital, aparentemente a obra traz poucas contribuições sobre a acumulação original de capital. Mas ainda assim, sua contribuição para o entendimento do processo é seminal. Uma vez que é na circulação que o dinheiro acumulado, entesourado, se transmuta em capital, torna-se importante analisar a obra.

Marx elucida que não é imperativo discorrer sobre a formação originária do tesouro monetário para compreender a circulação de mais-valor (MARX, 2014b, p. 440). Não é necessário uma vez que esta formação já foi apresentada no Livro I, justamente no capítulo XIV. Porém, é focado no caso de metais preciosos, os quais são obtidos via saque de formações econômicas não capitalistas. Esse montante de metal precioso, especialmente ouro e prata, serve justamente como fonte de tesouro nacional. E o tesouro nacional, monetarizado, é a fonte posterior para a produção capitalista.

Já em 1894 é lançado, por Engels, o Livro III d'*O Capital*. Apesar de contar com preenchimentos deste sobre lacunas deixadas por Marx⁶³, a obra póstuma do mesmo é essencial para o desenrolar do debate sobre a acumulação original. Isto ocorre, pois ao tratar do processo da produção capitalista em si, não é possível não tocar na acumulação original de capital. Para iniciar a análise, é necessário ter em mente o que já apresentamos: a separação de trabalhadores de sua propriedade, a transformação do trabalho objetivo em trabalho alienado e a transformação da propriedade privada como elementos fundamentais para a acumulação original.

⁶³ Tais complementações de Engels geram um grande debate entre estudiosos da obra de Marx. Com o trabalho de pesquisadores da MEGA2 (Marx-Engels-Gesamtausgabe) descobriu-se que os enxertos de Engels foram maiores do que o mesmo havia declarado. Contudo, trabalhamos com a tradução mais recente do Livro III para o português, o qual conta tanto com capítulos oriundos do resgate da MEGA2 quanto de capítulos oriundos de trabalhos ainda da MEW (Marx-Engels-Werke). Tais informações constam com mais profundidade na introdução de nossa tese

Marx apresenta que a usura, o juro, tem poder destrutivo sobre riquezas e propriedades antigas e feudais⁶⁴. Além de destruir tais elementos, ela também arruína a produção camponesa, destrói aqueles que são produtores e proprietários de seus meios de produção (MARX, 2017, p. 656). Tal processo é um elemento distinto e que modifica por completo as relações de produção:

No modo de produção capitalista desenvolvido, o trabalhador não é proprietário das condições de produção, do campo que cultiva, das matérias-primas que processa etc. mas **essa separação do produtor com relação aos meios de produção reflete aqui um revolucionamento real do próprio modo de produção**. Os trabalhadores isolados são reunidos em grandes oficinas, nas quais desenvolvem atividades separadas, porém articuladas; a ferramenta se converte em máquinas. **O próprio modo de produção não permite mais a dispersão dos instrumentos de produção característica da pequena propriedade, tampouco o isolamento dos próprios trabalhadores**. Na produção capitalista, a usura não pode mais implantar o divórcio entre as condições de trabalho e o produtor, pela simples razão de que esse divórcio já existe (MARX, 2017, p. 656, grifos nossos).

É necessário sempre ter em mente que Marx trabalhou com o exemplo inglês e que ele considera que este é o exemplo do modo de produção capitalista mais desenvolvido com o qual trabalhou. Logo, considera que lá os trabalhadores já tinham sido expropriados da terra e seu trabalho fraturado, tornando-se estranho aos mesmos. Contudo, devemos ter em mente que este processo é contínuo na periferia do capitalismo, como é o caso latino americano. Outro ponto é a necessidade de compreensão do método em Marx. Se o modo de produção não permite mais a dispersão dos instrumentos de produção como os da pequena propriedade, os mesmos ainda hão de existir, resistir e reexistir. Uma vez que o modo de produção funciona de maneira contraditória, ao mesmo tempo que este destrói as formações econômicas que lhe são distintas, ele necessita das mesmas para existir. É a contradição em estado absoluto. Primeiro se nega o trabalho objetivo, depois é levantado o

⁶⁴ Fazemos um destaque nesta passagem: Marx afirma antigas **E** feudais, não são, portanto, sinônimos. A leitura dos Grundrisse possibilita o entendimento de que aqui Marx considera que o juro destrói não só a propriedade feudal, mas também outras formas de propriedade que não são capitalistas.

trabalho estranho, assalariado e, por fim, nega-se a negação, nega-se a destruição do próprio trabalho objetivo.

Como é colocado no Livro I, grandes fortunas em dinheiros são necessárias para a acumulação original de capital. Um mecanismo de construção de tais montantes é justamente a usura. A usura aparece como um vampiro que suga o sangue de sua vítima até que ela morra. Porém, necessita sempre de mais sangue, não podendo assim findar sua fonte de vida. A especulação realmente mata aquele que ela vitimiza, o campesinato, porém, este é indispensável para a formação de dinheiro de maneira continua. Assim:

Onde os meios de produção estão dispersos, a usura centraliza fortunas em dinheiro. Ela não altera o modo de produção, mas suga sua substância como um parasita e o arruína. Ela o exaure, enerva-o e obriga a reprodução a desenvolver-se sob condições cada vez mais deploráveis. Isso explica o fato de o ódio popular contra a usura ter sido o mais intenso no mundo antigo, quando a propriedade dos meios de produção pelo produtor era ao mesmo tempo base das relações políticas e da autonomia do cidadão (MARX, 2017, p. 656).

A agiotagem foi e ainda é um mecanismo poderoso de concentração de dinheiro, a premissa da usura era válida nos tempos de Marx e hoje ainda é presente e muito comum no mundo. Nos faxinais da RMC existem granjas de frangos integradas a grandes multinacionais como a BRF e a Seara (JBF), as quais criam a cada ano mais empecilhos para a manutenção das mesmas. São obrigações para com a melhoria do entorno da granja e da própria granja, as quais forçam os camponeses a obterem volumosos empréstimos subsidiados para a manutenção deste processo que se mostra permanente. O resultado disto é uma extração ainda maior da renda da família camponesa, tanto pela empresa quanto pelo banco.

Em nossos trabalhos de campo nos foi relatado que os empréstimos chegam até 100 mil reais, tudo para a construção de anexos às granjas, silos de armazenamento de ração, aquecedores a gás natural, refeitório para os motoristas que levam os animais, área de desinfecção dos que vão adentrar a granja, etc. Este processo é perverso pois concentra dinheiro tanto no banco quanto das multinacionais. Dinheiro este, oriundo da sujeição da renda da terra, que se transforma em capital na circulação dos produtos alimentícios

manufaturados das multinacionais ou em capital fixo ou fictício com os investimentos do banco. Esse movimento dos bancos inclusive se assemelha ao dos exemplos fornecidos por Marx, com o banco desempenhando o papel de capitalista, uma vez que exerce com sua força de crédito o comando dos negócios (MARX, 2017, p. 668). Consideramos que este processo é uma pequena fratura no trabalho camponês, na autonomia camponesa, uma vez que ocorre que uma parte do trabalho camponês se torna estranho a este camponês. E isto nos leva ao ponto da propriedade privada.

Como já discutimos, a propriedade privada não deve ser entendida como um marco meramente capitalista. Ela é antes de tudo jurídica para o capitalismo e, posteriormente, mercantilizada através de sua precificação. A terra Não tem valor, somente o fruto do trabalho tem valor, portanto ela tem um preço, convertido em dinheiro, que tem relação com a renda que a mesma possibilita. Marx ao longo de sua obra tece suas críticas sempre ao que o mesmo afirma como “propriedade fundiária moderna” (2017, p. 676). Ela é fundada no monopólio de algumas pessoas sobre porções de terra do globo terrestre, onde suas vontades se sobrepõem, e são atreladas à exploração do trabalho alheio. Sendo assim, a propriedade camponesa da terra, de uso comum ou não, não pode ser compreendida como igual a esta propriedade fundiária moderna, visto que a terra para estes é local de trabalho e não é uma esfera de uso exclusivo da família camponesa para extração de renda. Logo:

Estando isso pressuposto, passemos a exposição do valor econômico, isto é, **da valorização desse monopólio que se encontra na base da produção capitalista**. A isso não acrescenta nada o poder jurídico dessas pessoas de usar e abusar de porções do planeta. O uso dessas porções depende inteiramente de condições econômicas que não estão relacionadas à vontade desses proprietários. A própria ideia jurídica significa apenas que o proprietário fundiário pode proceder com a terra tal como o proprietário de mercadorias o faz em relação a estas últimas; e essa ideia – a representação jurídica da livre propriedade do solo – só surge, no mundo antigo, à época da dissolução da ordem social orgânica e, no mundo moderno, com o desenvolvimento da produção capitalista (MARX, 2017, p. 677, grifo nosso).

É no processo da destruição da propriedade camponesa, dispersa, não concentrada e na sua conseqüente monopolização que está a base da produção capitalista. Marx destaca isto. Como já trouxemos a partir de Wood

(2001), o capitalismo tem suas origens no campo e, como vimos acima na citação, tem também sua base permanente no campo. A mercantilização do solo, de uma parcela do mundo, é um processo que serve de gatilho para a acumulação original de capitais e sua posterior reprodução ampliada, sendo isto um processo permanente, o qual devemos compreender como sempre existente já que mais que uma “base de lançamento”, que depois é abandonada, tal processo é uma “fonte de combustível” para o funcionamento desta produção. Um ponto que pode ser motivo de crítica para este exercício teórico é o dos mercados de mineração e petróleo, que são também base da economia mundial atualmente. Destacamos que Marx (2017, p. 676) já afirmava que as leis que regem a mineração – e por consequência a extração de hidrocarbonetos – é a mesma que rege a agricultura. Logo, a acumulação original acontece nesses três casos, são estes três os pilares de sustentação de toda a máquina do capital.

O monopólio da terra tem resultados e objetivos de acumulação de dinheiro e sua posterior transformação em capital. Como já analisamos anteriormente, podemos concluir que o capitalismo está em uma fase rentista. Ou seja, sua fonte de capitais sempre foi de relações não-capitalistas, porém a reprodução ampliada tinha caráter central. Hoje ainda que tenha importância, especialmente nas economias centrais do modo de produção, o capital se assenta mais na cobrança de dinheiro de fontes que não tem valor como: petróleo, gás, minérios e as *commodities* agrícolas. Como não são produtos do trabalho humano, tais elementos são precificados a partir da mera especulação. Como cita Marx “[...] terra não é produto do trabalho e, por conseguinte, não possui valor nenhum” (2017, p. 684). Cobra-se um preço pelo acesso e uso de coisas que estão atreladas à natureza de uma maneira ou outra. Isso decorre do fato de o acesso a exploração destes ser monopolizado via a instauração da propriedade fundiária:

Na Ásia, ela [a propriedade fundiária moderna] só foi importada pelos Europeus em algumas regiões. Na seção dedicada à acumulação primitiva (Livro I, capítulo 24), vimos que esse modo de produção pressupõe, por um lado, a separação dos produtores diretos de sua condição de meros acessórios da terra [...] e, por outro, a expropriação da massa do povo de sua terra. Nesse sentido, **o monopólio da propriedade da terra é uma premissa histórica e continua a ser a base constante**

do modo de produção capitalista, assim como de todos os modos de produção anteriores que, de um modo ou de outro, fundam-se na exploração das massas (MARX, 2017, p. 677, grifo nosso).

É então este monopólio da propriedade da terra que garante o funcionamento do modo de produção. É na exploração do povo como um todo, cobrando destes pelo acesso aos produtos oriundos desta propriedade. É pago ao dono da propriedade um montante de dinheiro somente pelo direito ao acesso ao o que a ele pertence.

Por fim, ao considerar as formas de manifestação de renda fundiária, isto é, do dinheiro do arrendamento pago ao proprietário da terra a título de renda fundiária em troca da utilização do solo, para fins produtivos ou de consumo, é preciso afirmar que o preço daquelas coisas que não têm valor não podem ser reproduzidas mediante o trabalho, como as antiguidades, as obras de arte de determinados mestres etc., pode ser determinado por combinações muito fortuitas. **Para vender uma coisa, é preciso apenas que ela seja monopolizável e alienável** (MARX, 2017, p. 695, grifo nosso).

Este fato se dá pois como tais camponeses são conectados com seu meio de produção, tendo suas terras geridas pelo direito costumeiro, estes servem de fonte para a criação de fazendas, monopolização de propriedades e, por conseguinte, de seus cultivos e criações. É a separação destes camponeses de seu meio de produção, uma forma de acumulação original.

Vivendo a crise que assola a América Latina pós 2016, especialmente com o caos que assolam a Argentina de governo neoliberal em 2018 e a recessão pela qual passa o Brasil golpeado pelos grandes rentistas a dois anos (desde 2016) e que ganha tons mais sombrios a cada dia, o modo de produção e as classes capitalista e de proprietários fundiários encontram justamente na separação destes camponeses de suas terras seu meio de gerar dinheiro, de acumular. Ambos os países seguem a receita que Marx elucidou há mais de um século: a transformação acelerada do capital nacional em capital especulativo via impostos e a subordinação de camponeses pela muitas vezes pela expropriação destes e da consequente acumulação e concentração de capitais nas mãos das classes dominantes (MARX, 2017, p. 846). Estas são as condições para o modo de produção capitalista funcionar. Na periferia do sistema, isto ocorre com mais força.

Busca-se, portanto, um aumento da produtividade do trabalho no campo, que o campesinato consiga produzir de maneira autônoma uma maior quantidade de alimentos para a população urbana. Com isso, se liberam tanto mãos-livres para trabalhar na cidade, já separados de seus meios de produção (MARX, 2017, p. 846) como também se libera terra para ser transformada em propriedade fundiária, no processo de acumulação original. O processo mais comum que ocorre, portanto, é: a possibilidade de expulsão de mais camponeses via expropriação de suas terras, uma vez que aumenta a produtividade e, com isso, passa a não ser mais necessário manter tantos camponeses subordinados ao capital no campo, os quais passam a estar “liberados para serem expropriados”⁶⁵. Posteriormente a este processo, transformam-se em fazendas as antigas terras camponesas, monopolizando uma terra que antes era comunitária ou que servia a todo um grupo que nela trabalhava.

Essa transformação da terra camponesa em fazenda é realizada normalmente via expropriação. Isso, pois dispende de dinheiro para a compra da terra é uma limitação para o modo de produção capitalista, é uma contradição (MARX, 2017, p. 870), a qual é superada através a grilagem de terra pública ou saque de terra camponesa:

Em primeiro lugar, as leis gerais do crédito não se aplicam aos camponeses, pois elas pressupõem o produtor no papel do capitalista. Em segundo lugar, onde predomina a propriedade parcelaria – não nos referimos a colônias – e o camponês parcelário atua como eixo central da nação, a formação de capital, isto é, a reprodução social, é relativamente fraca, e ainda mais fraca é a formação de capital monetário mutuável [...]

No entanto, a propriedade privada do solo e, por conseguinte, a expropriação dos produtores diretos do solo – propriedade privada do solo por parte de uns, e consequente não propriedade por parte dos outros – constituem a base do modo de produção capitalista (MARX, 2017, p. 871).

Sendo uma das bases do modo de produção capitalista, as terras e a separação dos camponeses de seu meio de produção são uma das fontes da acumulação original, como já tratado. A manutenção de uma massa de

⁶⁵ O processo mais comum é a expropriação, porém pode existir também a fuga “voluntária” dos camponeses de suas terras através especialmente da precificação das terras, processo que será apresentado mais a frente nesta tese.

camponeses é problemática para a expansão do capital, visto que a formação de capital é dispersa e pequena. Para tanto se faz preciso a separação entre camponeses e a terra. Marx elucidou este procedimento de separação ainda na segunda metade do século XIX, contudo sua análise permanece viva e aplicada à atualidade latino americana. A Argentina sempre negou a existência dos camponeses em suas terras, como já trouxemos aqui. O Brasil sempre negou o acesso dos camponeses às terras. Ainda assim estes existem e resistem. São parte do modo de produção capitalista, são fonte de capital, são a base do modo de produção. Nestes países ainda mais especialmente.

A acumulação original então é posta como baseada justamente na agricultura. E de maneira dupla: via renda da terra e via separação dos camponeses da terra, seu meio de produção. Porém, como Marx afirmou, são várias as formas pelas quais a acumulação primitiva se dá. Para compreendê-las, a formula trinitária, lucro do capitalista mais juros, o Capital-lucro, terra-renda fundiária, trabalho-salário, é apresentada pelo mesmo como uma maneira de aglomerar os meios pelos quais o modo de produção capitalista funciona.

Estas são as formas pelas quais se caracterizam o modo de produção capitalista. Para Marx, estas três esferas são completamente diferentes entre si e quase não têm relação entre elas mesmas (MARX, 2017, p.877). É na trindade de capital, terra e trabalho que se baseia o modo de produção. Capital enquanto uma determinada relação social, terra como fonte monopolizável de renda e o trabalho como mecanismo de reprodução ampliada do capital.

Além do mais, o modo de produção gera em torno de si todo o escopo socioeconômico que guia sua reprodução continuada, reprodução esta que determina seus agentes produtores, suas fontes de acumulação. O processo de produção é uma forma historicamente determinada do processo social de produção geral (MARX, 2017, p. 881). Como o capital é mais que a soma de produtos, ele é uma relação social determinada pelo trabalho acumulado, este capital é criado a partir de todo este escopo social geral. Suas três relações centrais, capital, terra e trabalho, se personificam: o capital no capitalista, a terra no proprietário fundiário, o trabalho no trabalhador (MARX, 2017, p. 887).

No Livro III, Marx compreende então que a acumulação original se dá em diversas esferas e é base do modo de produção capitalista. Base física, real, material. Pilar de sustentação que ceifa vidas camponesas, esquiteja o trabalho até este ser estranho para quem o realiza e monopoliza o que lhe é possível transformar em mercadoria. A contribuição do livro III é seminal para a compreensão da acumulação original como permanente. Cada vez que se afirma que a base do capitalismo é a acumulação por meio de formas não-capitalistas, especialmente na agricultura, compreende-se que isto é contínuo. Uma base é algo perene. Não é possível existir modo de produção sem base no real. Fosse assim, as sucessivas crises – intrínsecas ao próprio capitalismo – já teriam levado este modo de produção ao colapso. O imperialismo, a exploração, a subordinação e sujeição dos trabalhadores e camponeses é um processo permanente, mas não padronizado.

Para finalizar este primeiro subitem, trazemos duas cartas de Marx que auxiliam no esclarecimento ainda maior da questão da acumulação original. Ambas mostram que a sua compreensão sobre tal processo era também territorial. Sua negação da homogeneidade dos processos capitalistas no planeta denota uma importante contribuição para entender o capitalismo como uma unidade, mas não como algo homogêneo.

Sendo assim, entre fevereiro de 1881 e março do mesmo ano Marx escreveu uma carta para a *narodnik* russa Vera Zasulich em resposta a ela. A pergunta principal da mesma ao revolucionário e pensador alemão se dava no sentido de tentar entender melhor o papel da comuna russa no processo revolucionário e na superação do modo de produção capitalista. A compreensão de Zasulich era que existia uma lacuna no Capital: era analisado que a separação do campesinato de seu meio de produção, a terra, era uma maneira de acumulação original de capital. Contudo, na Rússia Imperial não havia ocorrido tal separação e ainda assim havia capitalismo, então, como explicaria Marx tal realidade? (ZASULICH, 1990, p. 129).

Marx (1990a) escreveu e enviou para a *narodnik* uma curta resposta onde explicita que a separação do trabalhador do meio de produção e a transformação da terra em propriedade fundiária moderna são processos da Europa Ocidental. Acrescenta ainda que eles provavelmente ocorreriam no

futuro da Rússia, mas que estes processos não podem ser entendidos como padronizados, como uma receita, mas sim como históricos. Acrescentamos que com essa carta, Marx deixa claro que seu entendimento é que além de históricos, tais processos são territoriais. O que se passa em um país ou porção do território, não é um dogma. Tendo em mente o que ele apresenta no livro III de O Capital, fica muito evidente que é justamente isto que significava que a separação era um **pressuposto** e não uma **condição** para a acumulação original.

Porém, nos rascunhos da carta é que se encontram fontes mais ricas para a discussão sobre a acumulação original. Marx escreveu 4 rascunhos, nunca enviados e que foram traduzidos por Teodor Shanin diretamente do original em francês. Para evitar confusões, Shanin segue a nomenclatura original da primeira publicação dos rascunhos, datada de 1924, mas a sequência que apresentamos segue outra ordem, a correta para Shanin (MARX, 1990b, p. 131): segundo rascunho, primeiro rascunho, terceiro rascunho e quarto rascunho. Esta foi a provável sequência cronológica dos escritos.

No segundo rascunho (MARX, 1990b) apresenta-se que a propriedade comunal da terra desapareceu de toda a Europa Ocidental e que tal processo foi longo. Afirma que “La muerte de la propiedad comunal no dio nacimiento a la producción capitalista” (MARX, 1990b, p. 134). Ainda em Marx, este escreve que é possível que o próprio modo de produção capitalista consiga se apropriar da propriedade comum da terra ou das terras em uso comum para se desenvolver (MARX, 1990b, p. 135). Em outras palavras, é possível uma subordinação da renda da terra camponesa ainda que o campesinato não esteja ancorado sob a propriedade fundiária moderna, seja arrendatário ou algo semelhante.

Ainda que não haja a separação propriamente dita dos camponeses de sua terra, o Estado, os atravessadores que vendem a produção camponesa nas cidades, os proprietários de terras e a usura cobrada dentro dos limites das comunidades é que são formas de acumulação original de capital e uma ameaça às terras comunais russas (MARX, 1990b, p. 139). Este processo é

largamente trabalhado por Marx no Livro III, como já apresentamos. Além disto, é notável que tal ação é vigente na América Latina do século XXI.

No primeiro rascunho, mais longo, sua análise sobre a acumulação original e a separação dos camponeses de sua terra é mais profunda. Após esmiuçar a história da propriedade comunal da terra em alguns povos, Marx assegura que não é necessário que a comuna russa termine, seja com o socialismo ou com o capitalismo. Sob o socialismo seriam a comuna e as terras de uso comum um ponto de partida para um novo modelo de sistema econômico (MARX, 1990c, p. 147), ou sob o capitalismo, fonte de renda da terra para os capitalistas, proprietários fundiários, comerciantes e o Estado. Ainda assim, o processo de separação do campesinato de suas terras, pressuposto da acumulação original, se dá também por outras formas:

Para expropriar a los productores agrícolas no es necesario arrojarlos de sus tierras, como sucedió en Inglaterra y en otras partes, ni tampoco abolir la propiedad comunal por decreto. Si uno va y les quita a los campesinos más de una cierta proporción del producto de su trabajo agrícola, ni siquiera los gendarmes y el ejército lograrán atarlos a sus tierras. En los últimos años del Imperio romano, algunos decuriones provinciales, no campesinos, sino verdaderos propietarios de tierra, abonadonaron sus casas, abandonaron su tierra e incluso se vendieron como siervos para liberarse de una propiedad que había llegado a ser nada más que un pretexto oficial para ejercer sobre ellos una presión despiadada (MARX, 1990c, p. 149-150).

O que Marx assevera é um caso extremo, onde a precificação da terra faz a propriedade privada como mercadoria, por vezes aprisiona o próprio camponês. É a exploração destes camponeses pelos capitalistas, proprietários fundiários e do Estado que tornam por vezes a fuga da terra como um processo libertador. O Estado, ainda para Marx, é um elemento estrutural e central da exploração camponesa uma vez que através de suas leis, é possível fomentar a exploração camponesa e de suas terras de uso comum por parte de capitalistas, comerciantes e banqueiros. Foi então o Estado que no caso russo ajudou a enriquecer a classe capitalista. Acrescentamos que na América Latina foi e ainda é o Estado que auxilia no avanço sangrento dos capitalistas sobre terras camponesas em uso comum.

Já no fim do primeiro rascunho, Marx explana que a única possibilidade de salvação das terras comunais e de uso comum russas seria uma revolução russa que levasse o país ao socialismo. Seu foco neste rascunho foi o de demonstrar para Zasulich que o Estado pode ser uma ferramenta do modo de produção capitalista; que a luta de classes se dá em diversas esferas, não ficando o Estado fora delas; que este é um mecanismo burguês de aplicação e criação de suas necessidades, ou seja, acumulação de capital.

O terceiro rascunho de Marx tem o mesmo tom dos anteriores. Nele novamente é citado que a inevitabilidade histórica do processo de separação entre o camponês e sua terra é algo da Europa Ocidental, mas não propriamente da Rússia. Ainda por cima apresenta que a supressão da terra comunal e de uso comum na Inglaterra se deu por “vandalismo” estatal e não pela ordem normal do desenrolar do modo de produção capitalista naquele país (MARX, 1990d, p. 154). Contudo, a diferença de tal rascunho para os outros é o ponto chave que Marx apresenta como motivador da separação entre trabalhador e meio de produção: a fragmentação do trabalho.

O trabalho fragmentado é mais maléfico para as terras comunais e de uso comum camponesas do que a propriedade privada em si (MARX, 1990d, p. 156). Novamente indiretamente Marx retorna a seus escritos de *O Capital*, tanto do Livro I quanto do Livro III, onde ele discorre justamente sobre isto. É na fratura do trabalho objetivo uma das vias de acumulação original. Não necessariamente na apropriação privada de porções do solo. Com isso explica-se a continuidade das terras camponesas com seus usos distintos e que não têm função pura de extração de renda sob o modo de produção capitalista. Explica-se também que a sujeição do campesinato pelos capitalistas, Estado, proprietários fundiários e atravessadores se dá não somente pela separação destes de seu meio de produção. Pode ocorrer também somente pela quebra de seu processo de trabalho. Tal quebra, ainda por cima, não necessita ser total, mas somente parcial. Trazendo isto para nossa realidade, é o caso das granjas integradas a multinacionais nas comunidades faxinalenses do Paraná. Este trabalho nas granjas não toma o tempo total da família camponesa, contudo, é um trabalho estranho, uma fração de trabalho não objetivo que vai a somar-se com o restante do trabalho objetivo da família.

Este rascunho é talvez o que Marx melhor explica seu posicionamento. A leitura da obra *O Capital* faz com que os rascunhos sejam melhor compreendidos. O quarto e último rascunho não têm por sua vez grandes avanços. Ele é mais um rascunho da carta final que foi enviada a Zasulich. A importância de tais rascunhos é muito grande, uma vez que neles é afirmado de maneira explícita que o padrão de desenvolvimento do capital e do modo de produção capitalista não é uníssono no mundo. O desenvolvimento do capitalismo é difuso, contraditório e contém no seu cerne a acumulação de capitais.

Outra carta importante para compreender a acumulação original é aquela enviada por Marx para o conselho editorial do jornal *narodnik* russo *Otechestvenny Zapiski*. Há certo debate sobre a data da escrita da mesma, mas conforme Wada (1990, p. 79), sua provável data é 1877. Desta vez Marx escreve para se defender de ataques que sofreu por ter supostamente escrito que a separação de produtores e meios de produção era a única saída para a acumulação original, o que gerou debates na Rússia. Novamente de maneira curta, refuta-se esse padrão unificado e ressalta-se que é também a fratura do trabalho como um viés de acumulação original (MARX, 1990e, p. 173-174).

Entender a acumulação original em Marx é uma tarefa imprescindível para se conseguir compreender a atualidade do modo de produção capitalista e seu desenvolvimento no campo. Entendemos que o capitalismo ganha tons cada vez mais rentistas, baseado no monopólio do acesso a recursos naturais (como a terra), e perde sua força no aspecto produtivo.

Essa compreensão por si só nos leva a entender que a acumulação original é um processo que, além de contínuo, como podemos analisar a partir de Marx, cada vez mais é central, e em suas diversas faces. A acumulação de capitais não pode ser entendida somente como a separação do trabalhador de seu meio de produção, ou seja, a destruição da autonomia. Ela tem também outras nuances. Destarte é necessário ter em mente que um montante de dinheiro, normalmente oriundo da exploração de formas não capitalistas de produção (como a subordinação da renda da terra do campesinato) é o ponto de partida para a posterior acumulação original. Seja na separação dos camponeses de sua terra, transformando o primeiro em trabalhador explorado

por outrem e a segunda em mercadoria, seja na cobrança de impostos pelo Estado, na extração de minérios e hidrocarbonetos, ou na simples ruptura do trabalho, de objetivo para estranho, se cria a possibilidade de uma acumulação de dinheiro que não é oriunda do produto do trabalho, do valor. É oriunda do monopólio. Monopólio da arrecadação de dinheiro, monopólio do acesso a terra, monopólio da venda de certa coisa. Esse dinheiro acumulado é posteriormente transformado em capital em sua circulação.

Este ponto é central para compreender as motivações que fazem com que exista hoje um avanço desenfreado das classes capitalista e dos proprietários fundiários sobre os camponeses e suas terras de uso comum. É nestes territórios não capitalistas onde se pode acumular dinheiro e posteriormente realizar uma acumulação original de capitais.

Essa acumulação se dá de maneiras distintas. Destacamos que a unidade do modo de produção capitalista não é uniforme, como vários intelectuais já haviam feito. Com essa análise reforçamos a face geográfica de Marx. A acumulação original é uma hidra, com várias cabeças, e que age de diversas formas e de maneiras distintas nos mais diversos territórios. Pensar a acumulação de capitais como somente realizada pela separação dos camponeses de sua terra é, então, um equívoco. Este processo realiza-se das mais múltiplas formas, formas essas que por vezes se sobrepõe e funcionam em conjunto.

A luta de classes se dá nos territórios. A materialização das lutas se dá nas construções territoriais de cada classe, como nos ensinaram Calabi e Indoniva (1992). Os territórios camponeses têm características próprias, inclusa uma paisagem que se distingue de maneira abissal da paisagem de seus antagonistas: a floresta, a policultura, a vila rural e as casas com hortas, um território de vida e trabalho em contraste com o “mar” de soja, de pinus, de algodão, de milho, etc do agronegócio, pontilhado com alguns poucos trabalhadores manejando tratores e alguns silos para estocagem, sem casas, um território de extração de renda. O avanço desse padrão sobre as terras camponesas varia ao longo dos territórios, mas seu objetivo final é o mesmo: acumulação de capital.

Essa clareza objetiva é possível ser construída a partir de Marx, todavia não podemos deixar de lado as análises e debates já realizados na temática da acumulação original. Quem melhor e primeiramente trouxe à tona a compreensão destas análises de Marx foi Rosa Luxemburgo, já no início do século XX. É com ela que iniciamos nosso próximo subitem, no qual vamos trabalhar com outros autores que seguem atualizando o entendimento da acumulação.

4.2 – Acumulação Original: Repensando Marx

A reflexão sobre a acumulação original é uma centralidade nesta pesquisa. Defendemos que o capitalismo se torna cada vez mais rentista em sua ânsia por acumulação, o que não significa, de forma alguma, que a reprodução ampliada, o capital real ou capital produtivo tenha deixado de existir. Não significa também que compreendemos que o modo de produção capitalista se tornou completamente financeirizado e que o a materialidade se esvaiu deixando em seu lugar somente o capital fictício.

Chesnais (1999) já demonstrava justamente isso: o capital financeiro tomou um corpo gigantesco na engrenagem do modo de produção capitalista, contudo ele ainda depende de uma materialidade. E uma das formas onde ele encontra essa materialidade é justamente na acumulação original e na subordinação da renda do campesinato. Tal processo não é novo, somente ganhou novas faces e um peso ainda maior na economia mundializada.

Neste ponto entendemos que as contribuições de Marx acerca da acumulação original são essenciais, mas não podem ser consideradas únicas. Rosa Luxemburgo foi uma das primeiras a se dar conta de tal processo, de compreender a importância central que a acumulação original possui no capitalismo, especialmente trazendo o Livro III de O Capital para dentro de sua análise. Sendo assim, buscamos aqui desvendar e debater a atualidade da acumulação do capital. Para tanto, Luxemburgo serve de ponto de partida para uma análise marxista deste pressuposto do capital. Nosso foco agora é trazer uma discussão mais ampla dos estudos para posteriormente focar mais nos estudos camponeses.

Rosa Luxemburgo, em sua obra *A Acumulação do Capital* (1985), dá grande contribuição a partir da crítica da acumulação, produção e reprodução do capital em Marx. Considera Luxemburgo que a reprodução ampliada precede sempre de um trabalho anterior acumulado. Explica que é esse trabalho acumulado que, posteriormente, se transforma em capital:

No modo de produção capitalista, o trabalho anterior acumulado nos meios de produção toma a forma de capital e, ao indagar as origens do trabalho anterior, que constitui o fundamento do processo reprodutivo, vemo-nos obrigados a indagar a gênese do capital. **Esta é muito menos legendária que a do capital da chamada acumulação primitiva:** acha-se registrada na história moderna com caracteres sangrentos. (1985, p. 64).

Primeiramente Luxemburgo busca diferenciar a “acumulação primitiva” de Marx do processo de acumulação original que ela mesma busca desvendar. Esta crítica à questão da acumulação ser por muitas vezes menos distante do que aquela analisada por Marx é a pedra basilar de sua obra: para acumular, o modo de produção capitalista necessita de formas não capitalistas de produção subordinadas a ele. Este salto analítico, que é mais que uma crítica à Marx, mas sim um avanço utilizando as ferramentas teóricas por ele apresentadas, nos leva a um outro patamar da compreensão da acumulação. Em outras palavras, além das formas mais consagradas de acumulação, como já apresentamos, via separação dos camponeses de suas terras, a quebra do trabalho objetivo, os impostos, entre outros, Luxemburgo defende que há ainda maneiras sangrentas da realização desta acumulação, por meio da subordinação de formas não capitalistas de produção, como a sujeição de grupos, comunidades, esferas da produção que não são regidas pela lógica capital- trabalho.

Cabe ressaltar que de maneira alguma Luxemburgo considera que tais formas são alheias ao capital ou totalmente estranhas ao modo de produção capitalista. Ao contrário, estão por vezes dentro dele, são criadas, gestadas por ele. Mas o fato de estarem sob a subordinação do capital, das classes capitalistas e dos proprietários fundiários, não o fazem uma forma capitalista de produção.

Outra ressalva é que Luxemburgo se vale muito da fórmula trinitária apresentada por Marx no Livro III d'O Capital para sua análise destas formas

não capitalistas de produção, especialmente do ponto terra – renda, uma vez que a renda não é uma forma capitalista e a terra não é uma mercadoria no sentido estrito da palavra, como afirma Polanyi (2003), é uma falsa mercadoria uma vez que não possui valor. Luxemburgo (1985) amplia o entendimento da acumulação original colocando alguns pontos que vão além dos elencados por Marx. Tais pontos são: a destruição da economia natural via introdução forçada da economia de mercado, ou seja, a separação dos produtores de seus meios de produção e a destruição da autonomia; a destruição da economia rural visando sua subordinação ao capital, ou seja, a subordinação do campesinato e de sua renda da terra por parte das classes capitalista e dos proprietários de terra; o sistema de empréstimos internacionais, servindo estes de maneira ampliada ao esquema de empréstimos e usura já elencado por Marx no Livro I do Capital no capítulo XIV (2014); o protecionismo dos países imperialistas, que impõe o livre comércio aos países periféricos, enquanto permanecem protegendo sua economia nacional e, conseqüentemente, sua classe burguesa e de proprietários fundiários; por fim o militarismo, que além de força de controle de economias com formações não-capitalistas, força de conquista, serve também de produtora de capitais uma vez que a manutenção e fomento das forças armadas e indústria armamentista é normalmente mantida com impostos sobre a classe trabalhadora e não somente sobre a classe capitalista.

Esses pilares de sustentação da acumulação são contínuos. Servem não como ponto de partida para o modo de produção capitalista, mas sim como fontes permanentes de acumulação original e produção de capitais. São processos que não estão contidos na reprodução ampliada de capitais, mas sim como fonte para a posterior ampliação. São montantes de dinheiro obtidos via saque, roubo, imposições e outras maneiras coercitivas onde se obtém o que posteriormente é transformado em capital. Afirma Luxemburgo:

[...] Se o capitalismo vive das formações e das estruturas não-capitalistas, vive mais precisamente da ruína dessas estruturas, e, se necessita de um meio não-capitalista para a acumulação, necessita-o basicamente para realizar a acumulação, após tê-lo absorvido. Considerada historicamente, a acumulação capitalista é uma espécie de metabolismo que se verifica entre os modos de produção capitalista e pré-capitalista. Sem as formações pré-capitalistas, a acumulação não se pode verificar, mas, ao mesmo tempo, ela consiste na desintegração e assimilação delas. Assim, pois, nem a

acumulação do capital pode realizar-se sem as estruturas não-capitalistas nem estas podem sequer se manter. A condição vital da acumulação do capital é a dissolução progressiva e contínua das formações pré-capitalistas (LUXEMBURGO, 1985, p. 363).

Essa é uma passagem já muito citada de Luxemburgo, porém se faz necessário explicá-la. Em primeiro lugar Luxemburgo elucida que o capitalismo precisa de formas não-capitalistas para sobreviver, para acumular. Essas formas são absorvidas pelo modo de produção capitalista e este vive então de suas ruínas, vive da exploração do trabalho ali existente e da extração das riquezas dessas formas não-capitalistas, tendo a possibilidade de transformá-las em capital posteriormente. Em segundo lugar, e a mais importante constatação, é que a dissolução dessas formas se dá de maneira progressiva e contínua. Ela é progressiva, pois não ocorre de uma vez e pode inclusive nunca se completar, ou seja, a dissolução pode nunca ocorrer completamente, não havendo a separação entre camponês e terra, entre os sujeitos e seus meios de produção. Podemos traçar um paralelo com as comunidades camponesas faxinalenses do sul do Brasil. A entrada do monocultivo da silvicultura, da soja e das granjas de frango para multinacionais é uma maneira de desarticulação de certas práticas camponesas históricas. Mas essa dissolução é lenta. Como um sangue suga, o capital necessita da permanência da autonomia camponesa no restante de suas atividades. Se a família camponesa se vê obrigada a migrar ou não consegue se sustentar, perde-se o hospedeiro deste sangue suga e o mesmo morre. Foi o que aconteceu em partes com a empresa Diplomata, muito ativa nestas comunidades. Suas exigências e a exploração que a mesma realizava sobre as famílias camponesas levou-as a saírem em massa de seu sistema de granjas, parte migrando para as cidades, parte buscando na BRF a continuidade do trabalho com as granjas e parte ainda chegando ao limite da sobrevivência familiar, beirando inclusive a miséria.

Como afirma Luxemburgo (1985, p. 357), o camponês arruinado busca a todo custo se manter camponês, ainda que em outro lugar, outro país, mais subordinado ao capital, mas que consiga manter o auto sustento familiar. Este é o ponto chave para a compreensão da acumulação original no campesinato.

Em outras palavras, existe o processo de destruição e recriação do campesinato de maneira contínua. Isto é visto na realidade. Muitas famílias camponesas da porção sul da RMC são originárias da migração. Muitas têm ascendência eslava, migrantes de um campesinato eslavo arruinado do fim do século XIX e que encontrou nessas terras a possibilidade de sobrevivência. Ou ainda camponeses caboclos fugidos do Planalto Norte catarinense, fugidos da Guerra do Contestado (1912-1916) e do avanço do capital sob os trilhos da ferrovia.

Focamos na questão do campesinato sob a análise de Luxemburgo, deixando de lado os outros pontos. Dessa análise podemos retirar tanto o equívoco quanto a grande contribuição da pensadora. Seu ponto de maior crítica foi também acreditar que em certo momento se esgotaria a fonte de formas não-capitalistas de produção e que, com isso, o modo de produção capitalista estaria condenado. Ao contrário disso, o capitalismo buscou recriar sempre que possível formas que lhe são antagônicas para poder explorar. Mesmo quando o modo de produção tem grave crise e esta se exprime territorialmente de maneira considerável, com o capital criando possibilidades de retornos expressivos para si, como por exemplo na crise dos Barões do Mate no Paraná, os quais lotearam seus latifúndios para a última leva de imigrantes europeus que chegaram no estado. Com isso garantiram a obtenção de um montante de dinheiro pago ou pelos próprios imigrantes via colonato ou via financiamento do próprio governo estadual. Para Thompson (2012) isso se deu na Inglaterra com a crise anterior à primeira guerra que possibilitou uma recampanização em terras que pertenciam aos landlords e, como Martins (2015) analisa para o caso brasileiro, a crise do café a bancarrota dos barões latifundistas possibilitou a partilha da terra entre pequenos camponeses no interior de São Paulo e norte do Paraná. Esses são dois exemplos de recriação do campesinato. Recriações de fontes para a acumulação posterior, seja via sujeição da renda destes ou pela sua expulsão, pela separação destes de seu meio de produção.

Essa concepção de Luxemburgo possibilita a reinterpretação da obra de Marx no que toca à acumulação original. Por muito tempo entendida como uma fase do capitalismo é a partir da pensadora polaca que temos a chance de

desenvolver tal fato a partir de um ponto de vista distinto, ou seja, o da continuidade da acumulação. De Angelis (2012) é hoje um dos principais pensadores sobre tal temática. Concebe então o autor que há um pré-requisito extraeconômico como inerente e contínuo nas sociedades modernas. Cita que “la clave en el abordage de Marx es el concepto de separación entre productores y medios de producción” (DE ANGELIS, 2012, p. 3).

A acumulação original está, portanto conectada ao próprio conceito de capital e de estocagem de dinheiro. O processo que cria capital é o processo de cisão entre o trabalhador e suas condições de trabalho, como Marx já havia elencado (DE ANGELIS, 2012, p. 4). Devemos entender então que o capital é uma relação de classe, logo, a acumulação original é a ação da cisão dos trabalhadores dos meios de produção, ainda segundo o autor. Existem assim três pontos centrais para entender este processo: primeiro a separação dos trabalhadores dos meios de produção, como já exprimimos a partir de Marx; segundo é a centralidade na crítica de Marx à economia política clássica, que ignorava o processo de separação como contínuo e necessário ao modo de produção capitalista, não uma fatalidade deste; terceiro é que existem maneiras diversas de separação, em diferentes níveis e maneiras, as quais podem inclusive nunca serem completas, ou seja, pode ocorrer de o campesinato permanecer na terra, porém quase que totalmente atrelado ao proprietário, aos bancos (via crédito) ou a políticas públicas que o subordinam (no caso das comunidades próximas da capital paranaense a subordinação da renda é sentida principalmente através da quase obrigatoriedade da plantação de cultivos alimentícios de baixo retorno financeiro, uma vez que o Conselho Metropolitano garante a compra e financiamento somente destes).

Se apresentamos que a separação modifica o trabalho, De Angelis (2012, p. 6) complementa isso, a separação entre trabalhador e meio de produção transforma o trabalhador. Transforma o sujeito em objeto, é o processo de reificação, de coisificação do trabalhador. A materialidade nos demonstra isto de maneira gritante. A autonomia camponesa, a família camponesa dona de seu tempo, construtora de seu território, com sociabilidade distinta, é coisificada. É o caso que do camponês cordobês que, retirado de suas terras, se torna uma coisa para o modo de produção capitalista, torna-se

um peça, trabalhador miserável da periferia de Córdoba capital, substituível facilmente, se proletarizando.

Este fato se apresenta não como fatalidade do capitalismo, mas sim como premissa de seu funcionamento. A luta de classes é feita não a partir de classes estanques feitas como um organismo vivo. Thompson já elencava isto, conforme discutimos ao longo de capítulos anteriores. Deforma-se o camponês e se cria o trabalhador livre. Tal processo é continuado. E, assim como Thompson (2005) apresenta, que a política de cercamentos foi criada no parlamento inglês, forjada com o objetivo de separar o campesinato de seu meio de produção e acumular dinheiro nas mãos dos *landlords*, entendemos que a acumulação original é um processo nascido sempre por fatores extra econômicos, nascida portando no Estado ou nas classes dominantes. (DE ANGELIS, 2012, p. 8).

O avanço do capital sobre as terras camponesas de uso comum, tanto no Paraná quanto é Córdoba é resultado deste processo. É resultado do Estado fomentando a ânsia por acumulação e renda do agronegócio. E tudo isto atrelado ao processo de mundialização. Como Oliveira (2012) apresenta, os capitais não veem fronteiras em sua expansão, e a acumulação segue a mesma lógica. De Angelis (2012, p. 9) nos ensina que a divisão internacional do trabalho e a relação norte-sul mostra-se também como resultado da acumulação. O Sul, a periferia do sistema, serve de fonte de acumulação. Exemplo é a “exportação” de camponeses da Inglaterra do século XIX, que destruíu o campesinato em suas fronteiras enquanto fomentava a criação de uma larga massa campesina na então colônia indiana. Em um território permite-se o trabalho objetivo, noutro este é fraturado e reificado.

Sendo o caráter alienado do trabalho justamente a fonte principal do conflito entre as classes dentro do capitalismo (DE ANGELIS, 2012, p. 12), é também a alienação um dos motores da acumulação original. E o modo de produção deve involucrar-se de estratégias de acumulação original para recriar as bases necessárias para a acumulação propriamente dita e sua posterior reprodução ampliada (DE ANGELIS, 2012, p. 13). Para De Angelis (2012), a acumulação original é intrinsecamente conectada à luta de classes. Conectada de maneira indissociável, uma vez que a separação de trabalhadores e meio

de produção cria, antes de mais nada, “novos cercamentos”, entendidos como a monopolização de algo que, agora, vai além da terra. É o monopólio do acesso a este algo hipotético (rios, o conhecimento de como cultivar, etc) que gera a possibilidade de cobrança por este acesso. Essa cobrança resulta em uma acumulação de dinheiro que, posteriormente, é transmutada em capital na circulação, como já elencamos. De Angelis cita que a acumulação original ainda não encontra limites, uma vez que essa criação de elementos novos, monopolizados, segue contínua e aparentemente inesgotável (2012, p. 16). Vemos isso na separação do campesinato de seu conhecimento e acesso a sementes crioulas, bem como na separação do campesinato de seu saber no trato com animais, que são obrigatoriamente “industrializados” pela vigilância sanitária, com o estabelecimento de normas de abate e taxas estatais, etc, como observamos especialmente nos faxinais.

Para complementar a análise de De Angelis, outro marxista que se destaca na atualidade a partir do entendimento da acumulação original como contínua é Werner Bonefeld. Para ele, a acumulação original é a base das relações capitalistas, onde esta se reproduz constantemente através da separação de novas populações de seus meios de produção e subsistência (BONEFELD, 2012, p. 2). É a acumulação original, nos ensina Bonefeld, que constitui a sociedade e as relações capitalistas, uma vez que é com ela que se funda a alienação do trabalho. É nesse movimento de criação de novos mercados onde o modo de produção encontra a possibilidade de realização da mais-valia extraída via troca. É novamente a fratura do trabalho que possibilita a acumulação capitalista.

El antagonismo de clase entre el capital y el trabajo se apoya y subsiste en la separación de la practica social humana de sus medios. No puede existir la acumulación capitalista sin la reproducción continua del divorcio entre el trabajo y sus condiciones (BONEFELD, 2012, p. 5)

A separação das praticas sociais humanas de seus meios se dão em diversas escalas. É a separação e posterior destruição do trabalho em algum ponto da vida humana, fazendo com que este sujeito se torne dependente da compra de algo que ele mesmo produzia anteriormente. Um exemplo é a luta pela independência na produção de alimentos, sendo assim a luta pela

manutenção do “porco crioulo” nas comunidades faxinalenses é uma luta justamente pela autonomia e pelo trabalho objetivo. A vigilância sanitária impõe que para a venda externa os suínos devam ser certificados, vacinados e ter procedência reconhecida. Este processo não reconhece o porco reproduzido internamente nas comunidades desde tempos imemoriais como válido para venda. Em comunidades faxinalenses da região centro-sul do estado do Paraná já ocorreram abates de varas de porcos inteiras através da imposição governamental. A obrigatoriedade da compra de porcos de grandes multinacionais é uma maneira de impor o divórcio de que nos fala Bonefeld. O mesmo se dá com as “sementes crioulas”. É a luta do capital para quebrar o produto do trabalho objetivo camponês e obrigar este a comprar o que antes ele mesmo produzia. Além de criar um novo mercado, cria-se também um monopólio. É o capitalismo em sua face rentista.

Não são entendidos como seres vivos, mas como coisas, como objetos. É neste seio que entendemos a partir de Bonefeld que a luta de classes é constitutiva da relação capital-trabalho, onde a separação do trabalhador dos meios de produção não é resultado histórico do capital, mas o contrário, justamente como Thompson coloca. Em outras palavras, foi a separação que fez com que o modo de produção capitalista surgisse e é a separação constante que faz com que ele se mantenha. Não é a existência de capitalistas *a priori* que cria a necessidade de criar trabalhadores. Mas sim a existência de ambos que forja o modo de produção. É a existência de ambos que realiza constantemente a permanência do mesmo capitalismo. E o campesinato e os proprietários fundiários entram na equação justamente como formas não-capitalistas, tão caras para a acumulação original e a perpetuação do referido modo de produção. A luta de classes é não só uma fatalidade do sistema, mas a maneira como o capitalismo se desenvolve:

Sostenemos que la acumulación capitalista no se basa sólo en los resultados de la acumulación primitiva sino que, por el contrario, la acumulación primitiva es el supuesto constitutivo del antagonismo de clase entre capital y trabajo (BONEFELD, 2012, p. 10).

Sendo assim, a acumulação original é central no capitalismo. Não foi uma fase histórica, é contínua, e tem um papel importante, se não essencial, na permanência do mesmo.

Em confluência com o pensamento de De Angelis e Bonefeld, Perelman (2012) traz discussão semelhante, mas acrescenta alguns pontos não trabalhados pelos autores anteriores. O primeiro é uma crítica sobre os pensadores da economia política clássica, que segundo Perelman (2012, p. 7), ignoraram os resultados do processo de acumulação original. O segundo ponto, no qual nos debruçamos, é o da luta de classes e da criação e recriação das classes subordinadas. Analisa o autor:

La acumulación primitiva se compuso de dos partes que podríamos comparar con las dos cuchillas de una tijera. La primera cuchilla sirvió para socavar la capacidad de autoabastecimiento. La segunda consistió en un sistema de severas medidas necesarias para impedir que se pudieran encontrar estrategias de supervivencia alternativas fuera del sistema de trabajo asalariado (PERELMAN, 2012, p. 9)

Em outras palavras são dois fronts na guerra contra a economia familiar: tolher o campesinato e o trabalhador autônomo de sua capacidade de autosustento familiar e autonomia laboral além de tornar proibitivo (seja pela lei ou pela penosidade do trabalho) qualquer alternativa. É o movimento de lançar estes sujeitos no mercado: mercado de compra e mercado de trabalho. Se antes o camponês tinha o saber-fazer completo do trabalho, seja na lavoura ou na cunhagem de utensílios agora isso é em parte perdido, ou seja, subordinar o camponês é uma manobra de acumulação primitiva. Perelman nos deixa ir além e afirmar que essas quebras são continuas e multiescalares.

Essas quebras são vistas de maneira gritante nas comunidades argentinas, especialmente em La Rinconada. A autonomia destes camponeses era, até o fim dos anos 1990, muito grande. Com o avanço do agronegócio da soja sobre seu território, avançou também o aparato estatal. Com isso avançou também o combate estatal à prática camponesa das hortas. Intensificou-se a pressão para a produção de mais gado bovino, caprino e suíno para corte, deixando o campesinato sem tempo e terra para o cultivo de víveres para o sustento familiar, o que agravou a necessidade destas famílias camponesas de

monetizar suas relações de troca, além de criar a dependência dessas comunidades para com o mercado. Uma camponesa nos conta o fato:

Hace mucho que no producimos nada. Lechuga, zanaora, papas... nada. Es muy malo eso, pues hace que nosotros necesitemos irnos hasta el mercado. Mucha plata para poco comida. Mucho plato, poco alimento. Así vivimos casi solo de carne, huevos e unas pocas cosas de la tierra, como la tomata. (CAMPESINA 4, La Rinconada, 2017)

Tanto a fala da camponesa acima quanto as colocações de Perelman nos levam novamente aos rascunhos de Marx para Zasulich (1990) e às colocações de Shanin (1990) sobre a aproximação tardia de Marx para com o populismo russo. Entende Marx que o Estado age como ferramenta da classe capitalista na luta de classes. Perelman (2012) demonstra que os processos de acumulação original advindos do Estado são os mais diversos: tocam na extinção de festividades religiosas, na guerra contra a “preguiça”, na padronização do tempo de trabalho e na criação de um trabalho ideal. Este processo passa pelo entendimento de que somente o trabalho alienado é visto como “trabalho”, enquanto o trabalho objetivo, como o do campesinato, é somente uma forma de “vadiagem”. Isto é construído pelo Estado e pelas classes dominantes, evidentemente, como uma maneira de pressionar ainda mais os já super-explorados camponeses.

Cabe a nós decifarmos e apresentarmos também as outras formas da acumulação original. Perelman, Bonefeld e De Angelis podem ser compreendidos como os que, na atualidade, melhor ampliaram as análises sobre a temática e a defesa do caráter permanente da acumulação. Perelman (2000) realiza também apanhado crítico que aponta os erros que economistas clássicos e também notáveis pensadores do “marxismo real” soviético difundiram. Em essência, é a não compreensão de que a separação entre camponeses e a terra é antes de mais nada uma mutação no trabalho. E vai além, demonstrando que não é somente a separação, mas também a manutenção de formas onde o trabalho é vivo que se acumula capital. Isto, pois uma face da acumulação original é a mera acumulação de dinheiro.

Não é suficiente deixar de lado a contribuição das marxistas feministas da Escola de Bielefeld. Como mostram Weber e Karlhuber (2002) foram estas pensadoras que expandiram a compreensão e análise da importância da

acumulação original nas escalas mais diversas, trazendo uma nova visão sobre a temática:

A chamada "Bielefeld Escola" por Maria Mies e Claudia von Werlhof analisa a continuidade em escala global na forma de expropriação de pequenos produtores, a deslocação de agricultores de suas terras e patenteamento de produção, separação tecnológica das mulheres de seus corpos por tecnologias reprodutivas e privatização propriedade pública e precarização progressiva das condições de trabalho ("caseirização do trabalho") [...]

A chamada "acumulação original", a contenção privada da propriedade comum, é um componente permanente ou recorrente do desenvolvimento capitalista. Tal como acontece com o *landfalling* no início do capitalismo, o capital procura estender a propriedade privada e os direitos de propriedade aos recursos da comunidade, a fim de estimular a acumulação em novas áreas. As principais áreas-chave em questão são tecnologia da informação, biotecnologia e marcas culturais. (WEBER, KARLHUBER, 2002, s/p, tradução nossa)⁶⁶

As autoras apresentam um caráter novo acerca da temática. É a privatização, a mercantilização e monopólio ao acesso de diversos elementos da vida cotidiana um movimento da acumulação original. O corpo da mulher é reificado e seu trabalho doméstico são duas fontes permanentes e aparentemente inesgotáveis de acumulação original. São trabalho não pago, trabalho objetivo, mas trabalho este que possibilita um salário menor a ser pago ao trabalhador. Observando tal prática, hoje o trabalho se fragmenta ainda mais com o que as autoras definem como "caseirização" do trabalho, onde o trabalhador realiza suas atividades em casa, gerando uma falsa autonomia que resulta no não pagamento de alimentação aos trabalhadores, na ausência de necessidade de pagamento do deslocamento, é dispensado do

⁶⁶ Original: Die sog. „Bielefelder Schule“ um Maria Mies und Claudia von Werlhof analysiert die Fortdauer auf weltweiter Ebene in Form von Enteignung kleiner ProduzentInnen, Vertreibung von Bauern von ihrem Land und Patentierung von Produktionsverfahren, technologische Trennung der Frauen von ihren Körpern durch Reproduktionstechnologien und Privatisierung öffentlichen Eigentums sowie fortschreitende Prekarisierung der Arbeitsbedingungen („Hausfrauisierung der Arbeit“)
[...]

So genannte „ursprüngliche Akkumulation“, private Einhegung von Gemeineigentum, ist ein permanenter bzw. wiederkehrender Bestandteil der kapitalistischen Entwicklung. Wie bei der Landnahme zu Beginn des Kapitalismus versucht das Kapital, private Eigentumstitel und Verfügungsrechte auf gemeinschaftliche Ressourcen auszudehnen, um Akkumulation auf neuen Gebieten in Gang zu bringen. Die wesentlichen betroffenen Schlüsselbereiche sind Informationstechnologie, Biotechnologie und kulturelle Zeichen.

capitalista possuir instalações grandes e preparadas para comportar os trabalhadores, etc.

Outras duas pensadoras essenciais neste debate são Maria Mies e Veronika Bennholdt-Thomsen. A importância de ambas igualmente refere-se à compreensão e expansão da análise da acumulação original como um processo contínuo. Para elas (MIES, BERNNHOLDT-THOMSEN, 2001) a chave da compreensão da permanência da acumulação original é o cercamento geral de todos os processos, produtos, terras, corpos, enfim, “coisas” que são de uso comum ou de uso não mercantilizado. É então no avanço do capital sobre as terras comuns que o capital foca, privatizando e monopolizando as terras do campesinato. Citam as autoras:

It is usually assumed that the violent processes of enclosure and colonization of commons, both in the North and the South belong to the dark, ugly prehistory of modernity. Marx saw in them manifestations of the primitive accumulation of capital, which would disappear with scientific progress and with capitalism as a self-reproducing growth machine.

The fact that we are discussing new commons today shows that this process of primitive accumulation has never ended but is accompanying capitalist accumulation. This, however, points to a problem inherent in this mode of production: it can enclose, colonize, exploit material and non-material commons, but it cannot re-create them. And yet it needs such areas for the ongoing process of accumulation. What is it to do?

The recent neoliberal phase of globalization of the capitalist economy has the aim of opening up ever more areas in the world and ever more dimensions of reality, and this also means ever more commons, for enclosure or the process of ongoing primitive accumulation. The objects of desire in this process are not only land, mineral resources, tropical forests, but they are also the biodiversity of the tropical countries and indigenous people's traditional knowledge of plants, animals, seeds and processes of regeneration. Globalization of the economy in combination with biotechnology, particularly gene technology, the new technology of the future, leads to a new phase of enclosure of commons. (MIES, BERNNHOLDT-THOMSEN, 2001, p. 1008)

A passagem das autoras é incisiva no fato da monopolização dos comuns, sua privatização, como parte de um processo contínuo de acumulação. Contudo, cometem ao nosso ver um equívoco: apresentam que o desenrolar do modo de produção e o “novo cercamento” desses comuns criam um problema ao capital, uma vez que este não recria esses mesmos comuns.

Seguem à risca a afirmativa de Luxemburgo (1985) de que o capitalismo cria sua própria cova uma vez que destrói seu fonte de acumulação original. Ao nosso ver isto é equivocado uma vez que sim, são recriadas as terras de uso comum, camponeses, mulheres donas de casa, exploração do trabalho não branco, etc. Como discorreremos no item posterior, compreendemos que nos territórios devastados pela crise ou pela bancarrota de seus donos, como são os casos de grandes latifúndios e ocupadas por camponeses, ou ainda loteadas para estes mesmos camponeses, o capital encontra novamente sua fonte de acumulação original.

Em nossos trabalhos de campo isto foi muito observado. A comunidade de Cerro Colorado tem nas terras de uso comum sua chave de reprodução. Porém, os camponeses nos relataram que parte deste território já havia sido propriedade de grandes estancieiros até meados do século XX. Eram terras griladas que foram abandonadas pela falência de seus donos. Em La Rinconada caso semelhante ocorre. A oeste dessas comunidades, o limite de suas terras de uso comum sempre foi delimitado como uma gradação e não como fronteiras duras como ocorre no caso do criadouro comunitário com suas cercas. Isso se explica pelo avanço e retrocesso do plantio do agronegócio (soja e algodão) naquela porção do território camponês. Por vezes havia o avanço da grilagem dos grandes proprietários fundiários com o rebanho de gado e posteriormente a lavoura de algodão, a qual entrou em colapso devido à baixa produtividade. Hoje, num processo de nova expansão do agronegócio, agora figurado na soja, a tentativa de saque das terras camponesas é novamente realizada.

No Brasil, nas comunidades camponesas faxinalenses do Centro-Sul do Paraná, especialmente no faxinal dos Ribeiros, ocorre processo semelhante. Boa parte do território da comunidade pertenceu à madeireira Zattar, a qual extraiu madeira nativa de maneira desenfreada ao longo da segunda metade do século XX. Após o fim da mata, a mesma madeireira entrou em falência e deixou as terras para o uso camponês. Ainda que tenham sido griladas e pertençam no papel à Zattar, as terras constituem território camponês faxinalense. Hoje os donos da empresa buscam indenizações do Estado brasileiro sobre as terras, as quais são inclusive oferecidas para

assentamentos da Reforma Agrária, além de especularem no mercado financeiro com empréstimos obtidos a partir dos títulos falsos de propriedade dessas terras. É o mesmo processo que apresentamos acima no caso argentino.

Portanto, o argumento usado por Mies e Bennholdt-Thomsen (2001) tem uma falha. Não é somente o processo de ruptura total dos trabalhadores de seus meios de produção, o novo cercamento dos comuns como elas apontam, um processo total e findável. Ao contrário. Ele pode ocorrer em microescalas, como já colocamos ao tratar das granjas de aves nos faxinais, ou ainda na imposição da compra de alimentos pelo campesinato de La Rinconada e Cerro Colorado. E, além disto, o processo pode ser recriado através do abandono de terras antes monopolizadas e depois colocadas à disposição dos camponeses. Diferentemente do que as autoras afirmam, seguimos o que Werlhof (1985) apresenta: os camponeses não desaparecem tanto por ser necessário mantê-los para gerar um montante de dinheiro acumulado, mas também pela sua recriação, além de sua resistência.

Por isso entendemos que as colocações de Federici (2009) são mais precisas e consoantes com nosso trabalho. Para ela, são quatro os pontos que corroboram para o entendimento da acumulação original como continua. Esses quatro pontos são, na realidade, as formas nas quais o modo de produção capitalista age para realizar seu processo de acumulação original. Trazemos aqui os quatro elementos para melhor compreendermos o funcionamento deste processo:

First, has been the expansion of the labor market. Globalization has produced a historic leap in the size of the world proletariat, through a global process of enclosures that has separated millions from their lands, their jobs, their “customary rights” and through the increased employment of women. Not surprisingly, globalization has presented itself as a process of Primitive Accumulation. It has taken many forms: (i) in the north industrial deconcentration and relocation, as well as flexibilization and precarization of work, just in time production; (ii) in the former socialist countries the de-statalization of industry and decollectivization of agriculture and privatization social wealth; (iii) in the South, import liberalization, currency devaluation, the maquillization of production, “structural adjustment.” However, everywhere, the objective has been the same. **By destroying subsistence economies, by separating producers from the means of subsistence, by making millions dependent on**

monetary incomes, even when unable to access waged employment, once again, the capitalist class has through the world labor market, regained the initiative, re-launched the accumulation process, cut the cost of labor-production. Two billion people have been added to the labor market. This demonstrates the fallacy of theories [see Negri and Hardt in *Multitude and Empire*] arguing that capitalism no longer requires massive amounts of living labor, since it is moving towards an increasing automation of production (FEDERICI, 2009, s/p, *negrito no original*)

Federici expõe acima a lógica do processo de acumulação. Uma de suas faces foi o processo de expansão do mercado de trabalho. Com isso gerou-se a separação entre produtores e meios de produção, sendo realizada a acumulação original. As três faces da globalização que a autora demonstra são as faces distintas que tal movimento assumiu ao longo dos mais difusos territórios. Seu funcionamento não é padronizado. É a unidade não uniforme. É a expansão contraditória do capital (OLIVEIRA, 2000). Este processo gerou uma dependência enorme de diversos sujeitos ao trabalho assalariado, ou melhor, à necessidade do dinheiro como meio de acesso ao consumo e como instrumento de troca.

Defendemos que o processo atual de acumulação original é sim uma fase onde a especulação e o capital fictício ganham poder, porém ainda assim estão ancorados profundamente no trabalho real. E mais ainda, sua ancoragem é no trabalho objetivo, seja na dissolução ou na subordinação deste aos seus interesses. É um capitalismo monopolista, rentista, mas não um capitalismo que está involucrado na ausência de trabalho, o que nos leva ao próximo item de debate de Federici:

Second, the de-territorialization of capital, and financialization of economic activities have seemingly liberated capital from the constraints imposed on it by resistance to expropriation and exploitation of labor.

Third, the disinvestment by the state in the reproduction of the work-force, [through Structural Adjustment, the dismantling of the “welfare state” and state-socialism] have massively cut pensions, healthcare services, public transport, placed high consumer fees upon them, forced individual to take on the full cost of their reproduction. The struggles of the 1960s have taught capital that investing in the reproduction of labor-power does not pay, it does not necessarily translate into a higher productivity of work. (FEDERICI, 2009, s/p)

Ambos os pontos trazem à reflexão a questão de que a financeirização do capital é uma face pontuada pela sua aparente libertação da resistência da expropriação e exploração do trabalho. Em última análise, o capital na esfera financeira permite sua reprodução a partir de uma ferramenta que não precisa de exploração de trabalho vivo. Ele se amplia a partir da mera especulação e não da exploração de trabalho alheio. É um movimento que gera um capital fictício, como já nos ensinava Chesnais (1999), mas que, porém, reforçamos, é ancorado na realidade.

Além disto, o terceiro ponto é pautado na destruição das conquistas das classes exploradas, materializadas no desmonte do Estado de Bem-Estar Social. As lutas pela obtenção de melhores condições para a reprodução da força de trabalho são dizimadas, uma vez que elas provaram ao capital que estas medidas de bem estar social não geram necessariamente um aumento na produtividade do trabalho. Ou seja, a classe capitalista percebe que o montante de dinheiro investido na melhoria da vida dos trabalhadores não necessariamente garante um trabalho mais produtivo. O objetivo disto é, novamente, um aumento no volume de dinheiro garantido nas mãos da classe burguesa, a acumulação. Impõe-se ao indivíduo a garantia de sua reprodução, almejando destruir assim qualquer conquista das classes oprimidas sobre as classes exploradoras.

Ambos os casos são realidades já pulsantes para os camponeses em terras de uso comum por nós estudados. No Brasil há um combate feroz desde o golpe no desmonte, agora abrupto, das garantias à aposentadoria, assistência técnica rural, ensino, transporte e saúde deste campesinato. As escolas rurais com educação do campo, conquista de anos de luta, agora só mantem o mesmo nome como é o caso da escola rural que atende as comunidades camponesas faxinalenses do Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta. O ensino diferenciado realizado anteriormente nas comunidades faxinalenses do Meleiro, Pedra Preta e Espigão das Antas, que conta com uma escola estadual do campo, não existe mais. A EMBRAPA, que já sofria com uma privatização desde dentro, com técnicos cada vez mais impondo o pacote do agronegócio, dos agrotóxicos, do monocultivo da soja, milho transgênico, pinus e eucalipto, o “kit da modernização conservadora”, hoje sequer alcança

as comunidades. A saúde se torna cada vez mais privatizada, com o corte nos repasses da União, postos de saúde municipais situados em comunidades camponesas faxinalenses são fechados, centralizando o atendimento na sede urbana do município. O mesmo ocorrendo com o transporte, cuja disponibilidade já era escassa, agora se torna rara. Exemplo disso é a linha metropolitana que cortava os faxinais da RMC três vezes ao dia e agora só o faz uma vez.

O processo é o mesmo na Argentina. Com a ascensão de Macri ao poder, o capital financeiro se apossou ainda mais do campo platino. O processo de expansão dos *pools de sementeira* cresceu, expropriando o campesinato de diversas terras e com a ausência do Estado Argentino em garantir minimamente o acesso a sementes nativas para o plantio. O sistema de ensino, que era apesar de tudo forte no país, sofre com ameaças de privatização. Ameaça essa que somente não foi colocada em vigor pelo Estado devido à gravíssima crise especulativa, marcada pela explosão do preço do dólar, que assola o país no ano de 2018. Ainda assim há o movimento de enfraquecer cada vez mais o ensino, centraliza-lo em áreas urbanas e submete-lo aos interesses privados. A garantia de compra de alimentos do campesinato pelo Estado é agora solapada. Com o argumento da crise e a falta de dinheiro, o Estado se ausenta da garantia políticas públicas de compra e garantias de preço da produção camponesa, lançando os mesmos nas mãos dos referidos *pools* e praticamente obrigando estes a se subordinarem aos interesses do agronegócio da soja.

Outro processo brutal decorrido da crise global de 2008, mas agravado com a crise que o país vive em 2018 é o avanço do capital sobre as terras de uso comum camponesas, com o intuito de criar fazendas. É a privatização e monopolização da terra. Anteriormente o Estado ainda freava tais anseios, agora ele fomenta os mesmos, alimenta com terra para produção de soja, para especulação, para extração das mais diversas riquezas naturais (minérios, petróleo e gás com centralidade, mas também madeiras nobres-raras, ervas medicinais, tráfico de animais, etc).

Isso nos leva ao quarto ponto de Federici (2009), que toca na expropriação e exploração “livre” dos recursos naturais. Essa exploração está

atrelada à extração de renda e direitos de monopólio, os quais virão a se transformarem em capital mais tardiamente. Concordamos com a autora quando esta afirma que não é o fim da exploração do trabalho alheio e da produção de valor este foco diferenciado do capital, agora na monopolização do acesso a bens naturais, mas sim um acréscimo cada vez mais importante nas relações capitalistas: as relações de propriedade, ou seja, as relações de monopólios.

Esses pontos nos levam a considerar indispensável entender que em tempos de crise, o capital ancora suas forças exploratórias na extração de riquezas nas formas não-capitalistas de produção. É uma fonte que, apesar de alguns colocarem que não é “renovável”, defendemos que ela é recriada sim ao longo do tempo e dos territórios. Isto nos leva a buscar compreender melhor a acumulação original de um ponto de vista mais específico: a exploração do campesinato em si.

4.3 – O campesinato e a acumulação original: explorando e subordinando

Delineamos a acumulação original de capital em seu todo. Agora cabe analisar e esmiuçar este processo que já apresentamos e entendemos como essencial e contínuo no desenrolar do modo de produção capitalista em sua expressão sobre o campesinato. Tanto destruindo como subordinando, o capital explora as famílias camponesas de maneira constante. Seja no movimento de separação dos camponeses da terra ou na subordinação da renda dessa classe, cabe ao capital o papel chave na exploração destes, cabe a este campesinato também papel chave na própria manutenção do capital, seja na manutenção de sua existência ou em sua recriação. Ou seja, na contradição que é sua existência, o capital ao mesmo tempo que nega o campesinato em um primeiro momento, posteriormente necessita do mesmo e inclusive o recria para poder sobreviver. É então a negação da negação em sua expressão clara.

Como apresenta Martins (2015, p.36-37), em sua expansão o capitalismo além de subordinar as relações não-capitalistas de produção, também as recria. Martins trata disto a partir do que já analisamos em Luxemburgo (1985). Mas não é só isto, no Brasil cita Martins (2015, p. 48) e acrescentamos em parte da América do Sul, a questão da propriedade da terra

tem função importante, tanto no criar trabalho livre, quanto em criar novos mercados de consumo. Em outras palavras, o monopólio de acesso à terra é uma maneira de separar o campesinato da terra. É uma maneira de antever a acumulação original. Sobre isto, o autor nos ensina:

Foi aqui o meio substituto da acumulação primitiva na produção de força de trabalho, com a mesma função: a expansão do capital só seria possível com o surgimento de uma massa de trabalhadores livres, porque livres dos meios de produção para trabalhar por conta, sujeitos portanto, à necessidade de trabalhar para o capital para sobreviver (MARTINS, 2015, p. 48).

Para Martins, a concentração fundiária é um processo que substitui a “acumulação primitiva” clássica, ou seja, a separação entre o camponês e a terra. Em outras palavras, bloquear o acesso à terra é também uma maneira de acumulação original. Concordamos com Martins ao apresentar que a terra não foi separada do capital em terras brasileiras no sentido das classes dos proprietários fundiários e dos capitalistas (MARTINS, 2015, p. 141). Acrescentamos que processo semelhante se deu na Argentina. Tornaram-se tanto proprietários fundiários como capitalistas os donos dessas terras. Na Argentina, investindo na produção via arrendamento de terras para exploração do campesinato empobrecido – fato atenuado somente com o Grito de Alcorta de 1912, já apresentado aqui nesta tese – e no Brasil através do grande latifúndio . Nutre-se do lucro e da renda, onde a terra se torna renda capitalizada e é condição da exploração que se realiza com a acumulação .

Em vez de a terra se tornar livre, tornou-se renda capitalizada nas mãos do fazendeiro capitalista. Em vez de separar-se do capital, como condição da exploração do trabalho alheio, do trabalhador, no processo de reprodução do capital, a terra se tornou condição da exploração que se realizava na acumulação de capital. **Como se houvesse uma acumulação primitiva na própria acumulação capitalista.** O colono teria que percorrer o caminho da sujeição à propriedade, ao longo do tempo, para inverter o processo e tornar-se proprietário, convertendo, ao mesmo tempo, a renda territorial capitalizada em capital do fazendeiro, uma segunda forma de exploração [...] (MARTINS, 2015, p. 141, grifo nosso).

Acumular terra era, portanto, equivalente a acumular capital. Esta era e ainda é entendida como um equivalente de mercadoria, com preço. Acumula-se dinheiro com sua venda ou sua hipoteca, dinheiro que é colocado no

mercado financeiro para especulação ou investido em formas capitalistas de produção na cidade. Este processo ocorreu, e ainda ocorre, no Brasil e na Argentina. O poder destes proprietários fundiários – capitalistas, sujeitos que circulam por duas classes distintas (capitalista e dos proprietários de terra), que pertencem a ambas as classes ao mesmo tempo, é imenso na política, economia e sociedade. Tanto no caso brasileiro como no argentino, são estes sujeitos que ditam a política nacional. A terra tornou-se o mecanismo de uma exploração dupla: o trabalho é condição para o acesso à propriedade e não o contrário e, depois de ser explorado por anos, o acesso a esta é feito ainda através da compra de pequenos pedaços de terra do antigo fazendeiro. Tal processo ocorreu com a crise dos anos 1930, como cita Martins (2015, p. 142) em São Paulo, mas também ocorreu no Paraná e Santa Catarina posteriormente nas grandes fazendas de erva-mate, com a crise do café no norte do Paraná nos anos 1970. Na Argentina o processo foi semelhante, em Córdoba com as crises do gado ainda no bojo da crise de 1929, posteriormente ainda com o gado nos anos 1960-70 e finalmente com a crise do algodão nos anos 1980.

Ou seja, vamos no mesmo sentido de Martins, defendendo que nas crises a terra abandonada pelos latifundiários torna-se a possibilidade de recriar o campesinato. O processo, contudo é contraditório. Em certos locais a terra é abandonada ou colocada à venda graças à crise que assola o fazendeiro capitalista. Mas em outros locais o capitalista busca justamente o acesso à terra para evitar a crise, remontar seu patrimônio, acumular dinheiro. É o processo de acumulação original. E tal movimento de expansão do capital se dá justamente nas terras de uso comum em mãos camponesas. Nosso entendimento é que isto ocorre justamente, pois este campesinato em terras comuns tem o seu trabalho mais conectado a terra do que o campesinato já proprietário ou já com propriedade ou posse parcelada da terra. É no uso comum que o modo de produção capitalista encontra uma possibilidade – entre várias outras – de sujeitar uma massa camponesa, de separar um número grande de camponeses da terra, de separar trabalhadores e trabalhadoras de seu meio de produção e também de sujeita-los. É a oportunidade de gerar trabalho estranho, de acumular dinheiro via a precificação da terra na formação

de fazendas em terras que anteriormente estavam nas mãos camponesas e fora do mercado. O ato de transformar terra em mercadoria é por si só um processo de acumulação original, uma vez que a terra assume o caráter tão bem delimitado por Martins de renda capitalizada.

Nesse sentido, é uso de trabalho em tarefas próprias de uma situação de *acumulação primitiva*. Conceito que, aliás, ganha melhor definição se além de considerarmos a expropriação que força a entrada do trabalhador no mercado de trabalho, considerarmos, também, que *esse momento de expropriação dos meios de vida se prolonga na superexploração da força de trabalho*. Ou seja, quando o trabalhador compromete a sua própria sobrevivência, ou de sua família, quando é expropriado da possibilidade de viver, trabalhando mais do que a jornada normal de trabalho, acima do trabalho excedente extorquido sob a máscara do salário e da contratualidade da relação entre patrão e empregado. (MARTINS, 1995, p. 8-9).

O próprio trabalho camponês poder ser compreendido como uma situação de acumulação original. O campesinato argentino por vezes compromete da mesma maneira que Martins coloca acima, a sua reprodução familiar através de uma superexploração de seu trabalho. Isto ocorre nas bordas dos seus territórios de uso comum. Ocorre em Cerro Colorado onde o campesinato é sujeito às regras do turismo rural durante parte do dia, cede suas casas para o pouso de turistas e fica por vezes sem tempo para a labuta em seus rebanhos. Ou ainda nos camponeses de La Rinconada que vendem sua força de trabalho para o agronegócio da soja por salários irrisórios somente pela promessa de garantia de suas terras. Garantia esta que não baseada em leis, mas sim na confiança do camponês para com o “patrão”, confiança que cobra seu preço: estes camponeses acabam por não terem tempo disponível para o trabalho com seu rebanho e a pequena produção para o auto sustento familiar. Ainda Martins nos auxilia a compreender tal relação.

É, no fundo, procedimento que faz parte do mesmo quadro confiscatório em que o trabalhador se vê privado dos meios de produção que ainda possui, como terra e ferramentas, pois a superexploração introduz em sua vida dificuldades (como doenças e endividamentos, ou mesmo sua morte) que lentamente o incorporarão e/ou sua família ao chamado exército industrial de reserva, a força de trabalho à disposição do capital. Quando se pensa na acumulação primitiva como *processo* e não como rótulo, pode-se entender que é processo

que pode ter, e tem, ritmo mais ou menos lento. Por isso, além de ser um requisito *histórico* da acumulação capitalista (e não necessariamente um requisito simultâneo dessa acumulação em todos os ramos e momentos da produção), a acumulação primitiva pode se mesclar e se confundir com a reprodução do capital.

*Essa modalidade de exploração do trabalho se traduz em acumulação primitiva porque é, em parte, **produção de capital no interior do processo de reprodução ampliada do capital.***

Isso fica claro se entendermos que, historicamente, pode-se falar em **reprodução capitalista de capital**, reprodução de capital com base em relações formalmente capitalistas de produção. Mas, *não se pode falar em **produção capitalista de capital***, pois a produção do capital envolve mecanismos e procedimentos próprios da acumulação primitiva. Envolve, portanto, a conversão de meios e situações não-capitalistas ou pré-capitalistas em instrumentos da produção capitalista propriamente dita, isto é, produção de mais-valia. Essencialmente, o que define o processo não é o resultado, mas o *modo* como foi obtido, isto é, o modo de produção do excedente econômico: o resultado é capital, é capitalista, mas o modo de obtê-lo não o é. *O que a peonagem tem promovido na frente pioneira*, desde pelo menos a expansão dos cafezais brasileiros para o oeste de S. Paulo, no século 19, *é a produção de fazendas [...]* e não, fundamentalmente, a produção de mercadorias, nas fazendas, para o mercado de consumo; isto é, *a peonagem tem produzido, sobretudo nos casos recentes, os meios de produção a serem utilizados pelo capitalista na produção de mercadorias.* E não principalmente nem diretamente as próprias mercadorias. Nesse sentido, o caso brasileiro recente mostra que a *expansão territorial do capital* e sua extensão às atividades agropecuárias não se dá exclusivamente nem predominantemente como resultado de reaplicação de capital num setor econômico novo. Ao contrário, ela se apoia em incentivos fiscais e subsídios governamentais, de um lado, e no uso não-capitalista da mão-de-obra necessária à fundação propriamente dita do novo empreendimento. Ou seja, *a reprodução ampliada do capital, nesses casos, inclui a produção não-capitalista de capital.* (MARTINS, 1995, p.9-10)

Apesar de tratar da peonagem, o que Martins apresenta acima vai ao encontro do que entendemos como o processo que ocorre tanto nas comunidades camponesas faxinalenses como nos campos *comuneros*. A superexploração do trabalho camponês é sentida na dupla exploração que ele mesmo elenca. Ocorre lentamente uma separação destes sujeitos de seu meio de produção, como já havíamos apresentado anteriormente. Logo, o capitalismo busca produzir nesses territórios de uso comum da terra pelo campesinato, os meios de produção que virão a ser utilizados pelo capital,

produzir meios da produção de mercadorias, ou seja, uma forma de subordinação do campesinato.

O processo de avanço do capital sobre estes territórios camponeses é o processo da criação de possibilidade de produção de capital. A transformação das formas não-capitalistas em instrumentos da produção capitalista é o objetivo deste avanço, é parte do processo de acumulação original. Assim como Martins (1995) destaca citando que em porções marginais e setores não tão rentáveis do campo a produção de fazendas se faz objetivo importante do processo, produzindo capital, defendemos que estes territórios por nós trabalhados passam pelo mesmo processo.

*A expansão territorial do capital não podia depender do capital propriamente dito, atraído para setores mais lucrativos, restabelecendo-se mecanismos e processos de acumulação primitiva. A ocupação da fronteira se inseria marginalmente no processo de reprodução ampliada de capital. A expansão territorial do capital revelou-se, assim, uma forma diversa e peculiar de sua reprodução ampliada. **O objetivo da expansão territorial não era a produção pecuária, mas a produção de fazendas.** (MARTINS, 1995, p. 11)*

Isso se dá pois tais territórios funcionam aos olhos do capital como áreas de fronteira. São áreas novas para seu posicionamento. Porções do território que estão em posse da classe camponesa. A luta de classes se exprime territorialmente nesta luta por terra. O capital em si não tem interesse central nestes territórios, não tão rentáveis para ele, então é produzindo capital, é com a acumulação original nestes locais que tais territórios tornam-se cobiçados. Como nos ensina Martins, no próprio processo de reprodução ampliada do capital há um processo permanente de acumulação original como afirma Martins (1995, p. 12)

*[...] minha hipótese, mesmo em relação a regiões não pioneiras, é a de que **mecanismos e procedimentos de acumulação primitiva podem se estender pelo interior do próprio processo de reprodução ampliada do capital**, especialmente em setores situados à margem daqueles de maior vitalidade e rentabilidade econômica.*

Nas comunidades camponesas faxinalenses da porção sul da RMC há um avanço das chácaras de lazer. É o processo de produção de chácaras, propriedades fundiárias precificadas não a partir da renda da terra, mas sim da especulação imobiliária, o que marca um dos conflitos chave existentes nas

comunidades desta porção do território. Tais propriedades seguem o mesmo padrão especulativo das propriedades urbanas e sua precificação geram conflitos entre os camponeses e os capitalistas que compram tais terrenos com o intuito de viverem seus finais de semana no campo bucólico, da tranquilidade aparente. Tais *chacreiros* entendem a terra como local de seu descanso e criticam tanto o trabalho camponês como o manejo florestal realizado por estes. Entendem que o corte de árvores como destruição ambiental, que os animais criados soltos são um arcaísmo primitivo e que a terra em comum é um resquício do passado.

Outro conflito que vemos nos faxinais é o avanço desenfreado da grilagem de suas terras para três modalidades do agronegócio: a soja, o eucalipto e a extração de mata nativa. Processo semelhante ocorre em La Rinconada, onde há o avanço da soja sobre suas terras. Entendemos estes processos como de sentido duplo: criam fazendas, terras monopolizadas nas mãos de fazendeiros-capitalistas, terras onde a renda é capitalizada, além de gerarem a separação entre trabalhadores e seu meio de produção. O processo ocorre mais fortemente agora na segunda década do século XXI, especialmente após a crise de 2008, a qual atingiu Brasil e Argentina mais fortemente a partir de 2015. Como já analisamos, com os governos neoliberais no poder em ambos os países, o que antes ocorria de maneira lenta, agora é fomentado pelo Estado e acontece com um caráter muito mais violento e rápido. É a maneira pela qual a classe capitalista anseia a produção de capitais realizando assim uma acumulação original a partir dos camponeses e suas terras.

O caso mais emblemático nos relatado inúmeras vezes pelos camponeses de La Rinconada é o do grande empresário Fritzler . O sujeito assegura ser proprietário de 23 mil hectares de terras sobreposta as terras de uso comum da comunidade. Desde 2004 o conflito ocorre, o mesmo apresenta *papeles truchos* de compra da terra e inclusive já expulsou 35 famílias de dentro do que defende como seu. Muito se ouviu em nosso trabalho de campo que este havia grilado as terras para nelas construir um aeroporto para pequenas aeronaves, mas até agora nada foi feito, exceto o começo da construção de uma cerca na área. Entendemos que este somente formou ali

uma propriedade. Tratou a terra como mercadoria, como renda capitalizada e, a partir deste ato, passa a ter garantido acesso ao dinheiro da hipoteca da mesma ou ainda crédito. Por meio da grilagem, Fritzler evitou dispendir um montante de capital que ficaria imobilizado na compra da terra, fez sua acumulação original, transformando terra em mercadoria e também expropriando 35 famílias camponesas de seu meio de produção.

É nesta busca incessante por meios não-capitalistas onde a classe dos proprietários fundiários e dos capitalistas encontra seu ponto de fuga de crises. Mas não somente de crises. Como apresentamos, a acumulação original é um *modus operandi* do modo de produção capitalista. Como afirma Amin (1977, p. 46), o modo de produção capitalista desmoronaria sem exterioridades. Uma dessas exterioridades dadas são as terras camponesas de uso comum. Alertamos sempre que exterioridades não são porções dos territórios ou grupos humanos isolados do restante do mundo, mas são exteriores à relação capital – trabalho. São as formações econômicas não-capitalistas mas que estão inseridas dentro do modo de produção capitalista. Exploradas pelo capital, no processo de reprodução ampliada como destaca Martins, e não um novo processo de um novo modelo de imperialismo, com um novo conceito, a acumulação por espoliação de Harvey (2004). É um processo antigo e permanente do sistema como tal.

Só é possível a existência da própria agricultura capitalista, com tecnologia de ponta, com seu capital especulativo cotado na bolsa de Chicago, seus tratores automatizados, guiados por GPS, com a produção cuidada por drones, etc, se existir no outro extremo uma agricultura camponesa, autônoma, que não seja regida pela relação capital trabalho, onde seu trabalho se mantém objetivado e o meio de produção continua em suas mãos. Oliveira (1987) já destacava isso, assim como Amin: “A acumulação do capital só progride apoiando-se numa axiomática pilhagem, mecanismo que encontramos em Marx sob o conceito de acumulação primitiva” (AMIN, 1977, p. 99). Citam ainda Sayer e Corrigan que:

La esclavitud directa es el pivote de la burguesía industrial tanto como la maquinaria, los créditos, etc. Sin esclavitud, no hay algodón; sin algodón, no hay industria moderna. La esclavitud es una categoría económica de mayor importancia (SAYER, CORRIGAN, 1990, p. 107).

Estas colocações vão no mesmo sentido das de Martins (2015) ao versar sobre a escravidão no Brasil e o sistema do colonato. Acrescentamos que servem para compreender o campesinato. Algumas das terras comuns dos camponeses faxinalenses do sul brasileiro são o foco da expansão das grandes multinacionais monopolistas dos alimentos (especialmente nas comunidades da região Centro-Sul do estado, onde está situado o Faxinal dos Ribeiro). Sem estes camponeses e suas terras em comum não haveria frango barato o bastante para tais empresas produzirem seus alimentos prontos vendidos em super mercados. Sem esta fração do campesinato brasileiro a própria erva-mate não seria ainda acessível à grande massa que a consome⁶⁷, especialmente no sul do país, mas que é exportada para Argentina e Uruguai. Sem as terras comuns de Córdoba, o preço da carne de gado – base alimentar argentina – seria muito mais cara no centro norte do país⁶⁸, que apesar de seu solo pobre em nutrientes e clima semi-árido, consegue através da produção camponesa manter um preço mais baixo do que a grande produção bovina da zona úmida do país, que abastece a capital e a exportação servindo de produção barata para as cidades. Palerm nos ensina sobre isto:

En efecto, en las formaciones económicas dominadas por la acumulación capitalista, el campesinado resulta necesario tanto como mercado para la realización de parte de la producción capitalista, como mano de obra barata para las empresas capitalistas agrarias e no agrarias. A la vez, los campesinos sirven como productores no capitalistas de mercancías baratas que entran a la circulación capitalista. Finalmente, los campesinos reproducen la fuerza de trabajo sin cargar los costos al sector capitalista y la mantienen también sin costos, como un deposito demográfico, cuando no existe ocupación productiva (PALERM, 2008, p. 274)

A materialidade nos mostrou que a análise de Palerm se faz correta. Os casos apresentados acima se justificam na produção barata que estes camponeses realizam. São também força de trabalho disponível, um depósito demográfico como cita o autor, mas com um complemento: depósito de jovens

⁶⁷ Nota-se o aumento do preço de venda da erva-mate nos últimos anos. Isso se deu muito em parte ao grande avanço da soja nas terras camponesas de Paraná e Santa Catarina. No período de dez anos (2008-2018) o preço da arroba saltou de 4,50 para 15 reais.

⁶⁸ Comparando com o preço do quilo da carne mais utilizada no país, a Nalga (coxão mole) custava em Buenos Aires 160 pesos enquanto em Córdoba Capital 120 em outubro de 2017. (IPCVA, 2017) Nesta data a cotação do real para o peso argentina estava: 1 real = 6 pesos.

e adultos com mais de 55 anos. No ápice de sua produtividade, dos 18 até a faixa anterior aos 40 anos, existe praticamente um vazio populacional em todas as comunidades camponesas por nós trabalhadas, especialmente em relação aos homens. Tanto no Brasil como na Argentina os camponeses e camponesas nos contavam que seus filhos, netos, irmãos mais velhos dessa faixa etária tinham ido para a cidade mais próxima de suas comunidades para trabalhar na construção civil. Isso ocorreu principalmente entre os anos de 2002 e 2012 no Brasil e 2004 e 2012 na Argentina, justamente quando ambos países experimentavam baixas taxas de desemprego e oportunidade farta na construção civil. Esse mesmo período foi marcado por governos de cunho “neodesenvolvimentista”. O trabalho na construção civil necessita de mão-de-obra com baixa qualificação e, na época, servia de oportunidade para viver na cidade.

Em La Rinconada diversos camponeses nos relataram que houve um fluxo grande destes jovens para Córdoba Capital para trabalhar na construção civil, além de um fluxo secundário que se destinou para Santiago de Estero, capital da província homônima da qual a comunidade faz divisa. Nas comunidades faxinalenses da RMC um grande fluxo foi para a cidade de Curitiba, enquanto nas comunidades do Centro-Sul o destino foi Guarapuava, maior cidade do centro-sul do Estado, Irati ou ainda o trabalho nas agroindústrias do Planalto Norte Catarinense, como Chapecó e São Bento do Sul.

Esse processo não é somente uma novidade, mas entendemos que é parte da acumulação original como um processo ininterrupto. Os pais desses jovens camponeses nos contavam que eles mesmos já haviam morado nas referidas cidades em algum momento de suas vidas. O trabalho era o mesmo a construção civil. Retornavam após seu ciclo produtivo ter se esgotado, em outras palavras, quando seus corpos não aguentavam mais o trabalho pesado da construção e as oportunidades de emprego passavam a rarear. Esse fluxo ocorria em períodos de “bonança” econômica. Muitos no caso brasileiro haviam migrado muito jovens ainda, nos anos 1970, ou tentado a sorte nos anos 1980, haja visto que a crise havia afetado profundamente sua produção, os lançando na “quase miséria”. O movimento foi muito semelhante na Argentina. Com a

crise neoliberal que marcou os anos 1980 e 1990 na Argentina e o Brasil dos anos 1990, estes sujeitos retornavam às suas terras, nas quais seus pais ainda estavam.

A exploração do trabalho urbano é muito mais brutal que o trabalho na terra. Não há autonomia e não existe a possibilidade da garantia do autosustento familiar pelo trabalho. É o salário que garante o sustento. Caso o salário não seja o suficiente, a família entra em sérias dificuldades. Ao longo da pesquisa ouvimos diversas vezes que o trabalho no campo coloca comida na mesa, com crise ou sem, que o automóvel, o celular, a internet, o “supérfluo” pode se perder, mas a moradia e a comida não. Palerm (2008, p. 310) já apresentava isto. Já na cidade sem trabalho, sem salário, não se garante nada. Não existe o que os camponeses chamam de liberdade. É a prisão do trabalho livre.

Trabalho livre que só é possível de ser mantido com a exploração de formas não-capitalistas. Essas formas vão desde o trabalho camponês até o trabalho diário da dona de casa. O processo que buscamos desvendar aqui, a acumulação original, é o processo da manutenção da reprodução social da produção. Só é possível a acumulação uma vez que exista a exploração de um trabalho objetivo como a lida na terra, como o trabalho indígena com as ervas da floresta, como o cuidado da casa e da prole pela mulher, como foi o trabalho escravo. São formas de uma acumulação original permanente que se realiza na manutenção da reprodução social dos e das trabalhadoras urbanas.

Essa exploração no caso da classe camponesa é ainda mais brutal. Como cita Amin (2012), a “nova” Questão Agrária é filha do próprio desenvolvimento desigual do capital e não pode ser resolvida dentro do modo de produção capitalista. Não pode ser resolvida uma vez existe uma contradição inerente ao sistema onde busca-se ao mesmo tempo explorar mais o trabalhador e criar mais trabalho alienado, mas que necessita de mais camponeses e formas não-capitalistas para se produzir capital. Amin (2012, p. 18) cita que há um aumento da dependência camponesa para com insumos, crédito e terras e que isto são formas de acumulação original, contudo fadadas ao fim. Entendemos que não estão fadadas ao fim, uma vez que são recriadas no próprio seio do modo de produção capitalista. E isso nos leva a pensar

como a crise e a recriação estão intimamente entrelaçadas na condição da exploração camponesa.

4.4 – *La gallina de los huevos de oro*: Campesinato como combustível para a máquina capitalista

Ao longo de nossa pesquisa tínhamos como centralidade o questionamento das motivações quanto à permanência de certa fração da classe camponesa em terras de uso comum, bem como uma busca por entender as motivações de fazendeiros capitalistas a expandirem suas ações e de expropriação justamente sobre estes territórios camponeses. Esses dois pontos são o norte da tese e acreditamos terem sido compreendidos graças a materialidade. Fomos buscar na acumulação originária de Marx o entendimento do que a realidade nos apresentava. Os camponeses por nós entrevistados sempre nos diziam que a vida nas terras em comum era a liberdade quase que absoluta. Em La Rinconada, a compreensão dos camponeses de que sua luta era pela manutenção de suas terras e seu modo de vida nos levou a entender que era uma luta, antes de mais nada, pela permanência da relação desses sujeitos com seu meio de produção, a terra. No faxinal do Espigão das Antas vimos como o trabalho na granja era penoso e significava o estranhamento, significava trabalhar para outro, com a renda sendo subordinada pela multinacional que controla a granja.

Passamos a compreender que antes de ser permanente, a acumulação original é também uma ferramenta central e imprescindível para o funcionamento do modo de produção capitalista. A ela está forjada não somente no desenrolar econômico do capital, mas também na própria luta de classes. É na formação de um fluxo de mulheres e homens com um interesse comum, história comum, territorialidades igualmente parecidas e objetivos semelhantes que se constrói a classe, como nos ensina Thompson (2005, 2012) e a fração do campesinato aqui focada tem como bandeira uma luta pela sua unidade de seu trabalho, pela manutenção de suas vidas como camponeses, uma luta contra a proletarianização como nos ensina Bartra (2011).

Do lado dos capitalistas, proprietários fundiários – fundidos em um só sujeito, situado entre duas classes, ou separados – compreendemos que é na

separação entre camponeses e a terra que se realizava a acumulação original. Isto não bastava para nossa compreensão. Indo além, chegamos à compreensão de que o campesinato em terras de uso comum é, mais que outras frações camponesas, o que possui maior conexão com a terra. São a fração menos fraturada entre trabalhadores e seu meio de produção. Logo, a possibilidade de acumular se faz maior com estes sujeitos. Quanto mais “pura” é a reprodução e produção econômica do campesinato, quanto mais unido é o trabalhador ao seu meio de produção, mais acumulação será feita com sua separação.

Porém somente esta conclusão se faz frágil. Precisamos encontrar motivações que fizessem o capital avançar sobre o campesinato. Avançar sobre comunidades que estavam há anos subordinadas ao capital, tendo sua renda da terra saqueada das mais diversas maneiras. A crise que abateu sobre Brasil e Argentina a partir de 2015 nos auxiliou a entender as motivações desse avanço, que tem conexão com a maneira contraditória com a qual o capital funciona. Das (2007) serve de ancoragem para esta conclusão ao apresentar que o processo de acumulação original, além de permanente, se vale desta contradição da necessidade de formas não-capitalistas, de exterioridades da relação capital-trabalho para seu funcionamento. Essa acumulação move tanto o processo de descampenização, que gera um lumpen proletariado para as cidades, como gera também um processo de recampenização, tanto por meio da formação de assentamentos da reforma agrária como pelo retorno de filhos e filhas de camponeses para a terra após um período no meio urbano.

A exploração do campesinato via acumulação original não é uma anomalia, mas é algo necessário e normal ao processo de expansão do capital. Novamente, Brass (2011, p. 8-10) nos ensina que o novo imperialismo de Harvey é algo antigo, que a acumulação original é permanente e a desposseção não é nada novo e diferente. Ainda segundo o autor, a acumulação original uma maneira de criação de condições para acumular capital. O capitalismo, inclusive, busca descampezinizar e desproletarizar o mundo para com essa destruição, recriar camponeses e proletários de maneira ainda mais subordinada, com menos direitos, com mais exploração. Isso tudo com o intuito de obter ainda mais capital. Por fim cita:

It is easy to see how, associated as it is with the forcible expropriation of the peasant smallholder, primitive accumulation can be extended temporally and conceptually to account for the existence of other kinds of coercion in the present. (BRASS, 2011, p. 8)

Diversos autores já haviam chegado à mesma conclusão. Shanin (1970, 1978), Henry Bernstein (1996), Vergopoulos (1978), Alava e Shanin (1988) são apenas alguns dos grandes intelectuais da questão agrária que concluíram que o campesinato é uma fonte inesgotável de acumulação original. Como discutiremos ao longo do capítulo, este entendimento e defesa da continuidade do processo se fazem importantes uma vez que ressalta a permanência da exploração do trabalho como norte do capitalismo. A teoria do valor em Marx, a luta de classes e a crítica da economia política se mostram como elementos indissociáveis do modo de produção capitalista, ainda que haja toda uma construção pós-moderna que infere no debate a ideia de que a luta de classes e a exploração do trabalho é desnecessária, frente à emergência das pautas identitárias.

Mas ainda assim compreendemos que o funcionamento deste processo é um pouco distinto na América do Sul. Ele está atrelado à crise e ao processo de territorialização do capital e monopolização do capital (OLIVEIRA, 2002) que são a partir de nossa análise, formas tanto de subordinação camponesa como de acumulação original. Atrelado às crises, pois a periferia do sistema mundo, na economia mundializada, sofre com as crises do capitalismo de maneira ainda mais forte do que os países centrais.

Para ele há uma relação direta entre o desenvolvimento econômico da Europa e Estados Unidos e a situação da América Latina. O tratamento dado ao continente como uma colônia de extração de riquezas é um processo ininterrupto de acumulação original. Reitera ainda que é necessário sempre ter em mente que acumulação original tem como resultado um montante de dinheiro e não de capital. Logo, é distinto do processo de acumulação de capital em si, o qual tem como base a exploração de mais-valia e lucro que é posteriormente transformada em capital. Explora-se na acumulação original formas não-capitalistas de produção, as quais foram e são presentes no continente em grande número.

Há, portanto, uma continuidade do imperialismo. Esse imperialismo Dussel (1988, 1990) nomeia de colonialidade do poder. Para nós é a permanência do imperialismo capitalista tão bem esmiuçado por Luxemburgo (1985). Para ela, como já mostramos, o capitalismo necessita de formas fora de sua lógica, fora da relação capital – trabalho, para produzir capital e funcionar. Para Dussel (1988), isto é possível graças ao sistema colonial que permanece aplicado nas economias latino americanas. Confluímos com essa análise uma vez que há uma descampenização dos países centrais, ocorre uma recampezinização no resto do mundo colonial, como crava Palerm (2008, p. 266). Porém, para Dussel esse caráter não é datado, não é uma fase do capitalismo, é contínuo.

A continuidade do colonialismo, com nova roupagem mas utilizando de um mesmo modo de ação, a acumulação original, realiza-se sobre o campesinato e sobre as terras do continente latino americano. Os casos por nós trabalhados são expressões disto. Entendemos que o que a fração do campesinato com terras de uso comum sente hoje é a expressão tanto do globalitarismo, que intensifica o domínio do capital no campo (MARCOS, 2008, p. 192), como um escape deste mesmo capital a suas crises. A luta de classes se exacerba e chega ao ponto culminante com a morte de camponeses comuneros em Córdoba e camponeses faxinalenses no sul do Brasil. Mortos por defenderem seus territórios, seu modo de vida, sua família e seus iguais em suas comunidades. Suas mortes ocorrem na luta, morrem nas mãos dos jagunços da madeireira Zattar no faxinal dos Ribeiros, morrem nas mãos da polícia corrupta em La Rinconada, morrem pelos tiros dos policiais durante reintegração de posse ao sul de Santiago de Estero, morrem a mando dos fazendeiros capitalistas. Combatem uma mescla de classe, essa mescla de capitalista e proprietário fundiário, que vive tanto da renda como da exploração do trabalho alheio.

Retornamos aos nossos dois pontos para este entendimento. O primeiro toca na territorialização do capital. Como nos ensina Oliveira (2002), o capital se territorializa uma vez que o tempo de trabalho seja menor que o tempo de produção. Com isso ele avança no campo e passa a produzir ele mesmo na terra. É o caso argentino. Lá há um processo de avanço da soja do

agronegócio de maneira sangrenta. Entendemos que o processo da produção em si não pode ser compreendido como uma acumulação original, mas o processo de saque da terra dos camponeses é uma acumulação original. A porção oeste do território de La Rinconada passa por esse processo, como nos conta a Camponesa Andrea:

Hay aquí un proceso de expulsión de las campesinas y los campesinos. Nos expulsan de la tierra para producir soja. Hacen mucha planta con la soja y también con el saqueo de la tierra...Están a jugar a la gente en las ciudades, como mendigos, como prostitutas, como trabajadores de tercera clase. Nos sacan de la tierra para producir soja para los gringos y crean en nosotros necesidades que no teníamos, como comprar comida o pagar alquiler. Y además de eso todo, nos transforman en miserables. (CAMPESINA 4, La Rinconada, 2017).

Ao se territorializar, como tão bem explicou Oliveira (2011), o capital transforma a paisagem e constrói o território a partir de seus interesses. Transforma a terra, que antes servia de trabalho, morada, cultura, vida, em uma porção de terra destinada exclusivamente à extração de riquezas. Segue o norte da concentração de terra, produção para exportação e superexploração do pouco trabalho assalariado que lhe convém (MARCOS, 2008, p. 197). Porém, entendemos que o nascimento dessa territorialização é comumente realizado através de um processo de acumulação original. Isto pois ou a terra é saqueada dos camponeses, separando esses de seu meio de produção, gerando tanto um novo mercado, fraturando o trabalho destes e precificando a terra; ou ainda pelo processo de grilagem de terras devolutas, as quais são obtidas a custo zero, evitando assim a contradição para o fazendeiro capitalista que é dispendioso um montante de capital para a compra da terra.

Sendo assim, o agronegócio nada mais é do que uma atualização do passado como também nos ensina Marcos (2008). Atualização da empresa colonial latifundiária escravista. Essa nova roupagem, contudo não elimina os objetivos por trás do processo: acumular dinheiro. Destacamos sempre que se acumula dinheiro e não capital, esse só “surge” na circulação. E este processo é transpassado de violência.

Ao expropriar as comunidades indígenas, quilombolas e camponesas e os pequenos produtores de suas terras e meios de trabalho, o saque colonial oferecia aos capitalistas a terra, as matérias primas e os trabalhadores a preços mínimos. O

capital, da cabeça aos pés, vem ao mundo escorrendo sangue e sujeira por todos os poros [...]

Hoje, esta empresa colonial ainda vive e consegue se impor em diferentes territórios, com projetos e megaprojetos de investimento, monoculturas, mineração, explorações petrolíferas, mercantilização da terra, concentração de sua propriedade e expulsão da população nativa. Controla o crédito, o fornecimento de insumos e a comercialização. Subordina ou elimina as formas alternativas de produção, fazendo delas intercâmbio e/ou fonte de consumo, além de transformar a população em mercadoria, a força de trabalho. Este é o “desenvolvimento” das regiões e dos países. (MONDRAGÓN, 2012, p. 18)

O que Mondragón afirma acima é justamente o processo ininterrupto de acumulação original, processo este que é uma atualização da colônia, que é a face atual do imperialismo que o capital busca ampliar e aprofundar. As comunidades camponesas faxinalenses da Região Metropolitana de Curitiba (RMC) sofrem com uma das faces dos capitais transnacionais: o monocultivo arbóreo. Em pesquisa anterior (OLESKO, 2013) mostramos como o avanço dessa face até então desconhecida do agronegócio chegava até as terras comuns dessa fração do campesinato.

Diferente do processo da soja em La Rinconada, as comunidades faxinalenses acima citadas sofrem com a monopolização do território pelo capital. Aqui o tempo de trabalho é maior que o tempo de produção e ocorre a sujeição da renda da terra camponesa. Curiosamente o monocultivo arbóreo do eucalipto assumiu na porção sul da RMC o caráter de monopolização do território, sendo assim distinta do processo comum do agronegócio da madeira, que normalmente se territorializa. O camponês faxinalense é integrado à cadeia produtiva do papel com sua renda sujeita ao grande empresário que determina o que virá a ser produzido, dominando assim o próprio trabalho camponês.

Uma vez que a renda da terra é paga pela apropriação da mais-valia social geral ao proprietário da terra, entende-se que ela deveria ser do camponês ao fazer a labuta com o eucalipto. Porém, esta fica nas mãos daquele que monopolizou o território e arrendou a terra destes camponeses para ali determinar que seja plantado o eucalipto. Com isso, ele se apropria da renda que deveria ser revertida ao camponês. Como o processo é realizado

sobre o campesinato, podemos considerar que é uma maneira de acumulação original, pois como Luxemburgo (1985) mesmo afirma, a produção de capitais nunca é capitalista. Logo, é uma transformação forçada de algo que lhe é alheio, que não está fundado na relação capital e trabalho que se produz o capital.

Logo, é evidente que a renda da terra capitalizada é paga com a mais-valia geral da sociedade, uma vez que antes de ser um modo de produção de mercadorias, o capitalismo é um modo de produção de mais-valia. É, portanto, na extração disto que ele se mantém e se desenvolve. Marx (2011) nos Grundrisse coloca que há uma tendência geral tanto para a queda da taxa de lucro como para uma extinção da lei do valor. Uma vez que só o trabalho gera valor, e capital é trabalho morto, só vive “sugando” do sangue do próprio trabalho (GRESPLAN, 2012, p.106) isto tudo é entrelaçado. A crise do modo de produção, portanto, gera consequências ao largo de toda a esfera produtiva, funcionando na relação capital – trabalho ou não. Como cita Coggiola

Afirmar que as crises capitalistas se produzem pela sobreprodução de mercadorias respeito da demanda solvente dos trabalhadores levaria logicamente a concluir que o estado normal do capitalismo seria de crise permanente. As crises se produzem, na verdade, não porque haja meios de consumo demais sem realizar no mercado capitalista, mas porque a maisvalia se produz sob condições de rentabilidade que não justificam que se continue produzindo (COGGIOLA, 2017, p. 1588)

O que Coggiola elucida acima está atrelado ao que Gresplan apresenta ao tratar de dois pontos vitais para entender a crise: primeiro, que elas não são mero acaso, mas sim são próprias do capital (GRESPLAN, 2012, p. 132) e que são, grosso modo, crises de sobreacumulação de capitais, ocorridas em ciclos (GRESPLAN, 2012, p. 219). A crise mostra-se ainda para o referido autor, momento onde o capital busca maneiras de retornar aos trilhos de sua acumulação e ampliar seus domínios. Ampliar seus domínios significa adentrar nos campos ainda não totalmente “capitalizados”, ou até mesmo exacerbar a exploração do trabalho e a expropriação e subordinação camponesa, como é nosso foco aqui. Defendemos então que uma das maneiras que a classe capitalista encontra de retornar a acumular é realizar a acumulação original. E seu ataque se destina como já analisamos, justamente aos camponeses com terras em uso comum.

Porém, como Marx ensinou, tudo é relacional, dialético, contraditório e as relações sociais e a luta de classes são também relacionais, dialéticas e contraditórias. O avanço das classes burguesa e dos proprietários fundiários se faz sobre os territórios camponeses de uso comum da terra justamente para ali produzirem o capital perdido com a sobreacumulação. Não que anteriormente não realizassem tal avanço, mas com a crise tal assalto sobre os camponeses se faz de maneira mais violenta, muito menos sutil e mais rápida. Martins (1986) já alertava que os tempos de exploração e expropriação sobre os camponeses varia bastante, em nossa análise concluímos que sobre a crise o tempo se acelera, a violência se acentua e o território saqueado é maior.

Como as classes se formam no atrito, na luta direta com seus antagonistas, esse avanço acaba por gerar resistências. Entre os camponeses faxinalenses surgiu a Articulação dos Povos Faxinalenses e entre os camponeses comuneros o Movimiento Campesino de Córdoba. Ambos lutam contra o avanço sobre suas terras. É uma luta por autonomia. Já destacamos isso anteriormente (OLESKO, 2013) e atualmente consideramos que essa luta é ainda mais forte. Ambos os movimentos focam suas lutas nos pilares da manutenção de seus territórios, o combate ao avanço do agronegócio sobre suas terras e práticas de vida e produção. É necessário ter em mente que apesar de mostrarmos como o campesinato é importante para a manutenção do modo de produção capitalista, como é uma espécie de galinha dos ovos de ouro, ainda assim é a resistência desses que faz com que estes ainda existam.

Acreditar puramente que a existência camponesa se dá graças a sua funcionalidade para o capitalismo é ao nosso ver um equívoco. É um erro que os estruturalistas cometeram ao decretar a morte dos sujeitos e crer que apenas as estruturas importavam. Thompson (2012) serve de fonte para nós ao explicar que é a luta de classes também uma característica central do capital, onde a contradição é permanente. É a acumulação original o berço da luta de classes, onde o camponês é expropriado de suas terras e é forçosamente transmutado em trabalhador livre. Livre e não necessariamente assalariado. Livre primeiramente de seus meios de produção, livre para vender sua força de trabalho.

A luta de classes é o que Bonefeld (2013) chama de constitutivo da relação capital-trabalho, sendo esta relação produto histórico da alienação do trabalho. Mas não somente. Novamente recorremos a Thompson (2012) que diz que a classe se faz quando sujeitos em comum, com interesses comuns lutam por uma causa comum e acrescentamos que sujeitos que têm um território em comum.

A luta de classes tem, por conseguinte, sua expressão material nos territórios. Na fração do campesinato aqui trabalhada, algumas dessas lutas são visíveis no território e apresentamos as mesmas em mapas. Apresentaremos e analisaremos quatro casos, dois em comunidades camponesas faxinalenses e dois nas comunidades camponesas comuneras. Esses casos são a expressão do que analisamos ao longo do trabalho. São a expressão de que as classes se fazem na luta, no movimento, e são mostras também dos processos de acumulação original de capital.

O primeiro caso é o do avanço do cultivo de soja sobre o território de La Rinconada, como demonstramos no mapa 7. O avanço da soja na província de Córdoba é um fato que data de pouco menos de duas décadas, como Hocsman (2003) cita. Uma vez que as terras de La Rinconada são do Estado argentino e os camponeses que ali vivem são posseiros, seu avanço se dá de maneira ilegal. Isto pois são os *papeles truchos*, os títulos de propriedade grilados, a ferramenta utilizada pelos grandes proprietários fundiários para justificarem suas plantações. Encontram ainda por cima uma comunidade, dividida em quatro núcleos, muito empobrecida e isolada de outros núcleos do MCC e do MNCI.

MAPA 7
AVANÇO DA SOJA
COMUNIDADE LA RINCONADA

**Convenções
cartográficas**

- Provincias
- Departamentos
- Departamento Río Seco

Legenda

- Linha de avanço da soja
- Comunidade
- Campos comunitários

Este avanço, ainda inicial, tem consequências graves para a comunidade. Esta já sofre os impactos dos agrotóxicos lançados sobre as plantações que estão a oeste de seu território, visto que a pulverização se dá por aviões, contaminando os rios e solo fronteiriço as propriedades com soja. Agora com o avanço da soja sobre seus territórios o problema da contaminação se agrava, além da perda de terras para o pastoreio animal. A pressão sofrida por estes camponeses acaba lançando muitos para a cidade. É a separação dos produtores de seus meios de produção, a fratura do trabalho da qual já afirmamos anteriormente. Criam-se novos mercados consumidores destruindo a autonomia destes camponeses. Além do mais, é a via para se produzir capitais para a complexa cadeia do agronegócio argentino, que é conectado umbilicalmente ao capital financeiro através dos *pools de sementeira*. Este mesmo capital financeiro, que se desgastou e perdeu força com a crise de 2008 em escala global e no continente sulamericano em 2015, encontra na soja em novas terras a oportunidade de produzir capital.

Os capitais vão, portanto, no mesmo sentido que Martins (1995) coloca: o avanço da fronteira agrícola serve, antes de tudo, à possibilidade de se produzir capital pela “produção” de fazendas. A posterior extração de renda da terra pela produção de soja é o segundo passo. Cria-se capital em ambos os processos, no que Souza chama de acumulação primitiva imbricada dentro do processo de reprodução ampliada. Somente com a transformação de terra em propriedade já se produz capital. Souza Filho (2003) já destacava isto, na diferenciação entre o próprio entendimento de terra e propriedade. E no segundo momento, com a produção de renda e sua posterior transformação em capital, já na circulação, se obtém um segundo ganho.

Notamos aqui um duplo processo: primeiro é a transformação de terra devoluta em propriedade privada através do saque, do roubo, da grilagem. É o processo de burla da contradição do modo de produção capitalista que é a terra ter preço. O segundo é a transformação de renda em capital, num processo de territorialização do capital. Isto, porém, não ocorre sem a resistência dos camponeses que ali vivem. Ainda que o arrendamento seja uma prática comum de exploração do campesinato platino, a nova face do agronegócio daquele país não tem na prática da expulsão do campesinato sua

característica central. Parte do campesinato é retirado de sua terra à força, não sem resistência, lançado a uma sub-proletarização nas cidades.

Neste embate, que é a luta de classes em sua expressão mais crua, os camponeses argentinos forjam-se tanto como classe como também com consciência de classe. Resistem das maneiras mais diversas possíveis: protestos em estradas e na capital da Província, reclamos jurídicos, ocupações, quebras de cercas e produzindo saber. O MNCI tem papel central nisto, mas não deixando de lado também a luta pelo poder dentro de outros órgãos do campo como a Federación Agraria Argentina (FAA) e a Confederaciones Rurales Argentinas (CRA). A emergência de sua luta se exprime na resistência a entrada da soja em seus territórios em La Rinconada.

Semelhante caso ocorre em Cerro Colorado. Lá a luta contra pousadas para turistas ocorre de modo forte. Como boa parte das casas dos camponeses está situada na beira da Ruta 9, que leva até o sitio arqueológico homônimo à comunidade, há um movimento de agentes imobiliários na instalação de pousadas. Com organização e resistência, algumas das famílias camponesas conseguem elas mesmas gerirem pousadas para os turistas que vão até as pinturas rupestres. Na Figura 26 é possível notar a presença da faixa de terras de interesse dos agentes imobiliários, mas que já possui ali as pousadas geridas pelos camponeses e camponesas, os quais estão construindo em conjunto o MCC.

Figura 26 - Área de interesse para criação de pousadas

Fonte: Autor, 2017

Além disto, nesta localidade há uma pequena fábrica de beneficiamento de milho para a produção autônoma de ração para os animais criados soltos (FIGURA 27). Este processo é resultado do resgate do saber camponês na produção de plantios. Este saber estava perdido haviam décadas, devido à expansão da criação de gado e o uso de mão-de-obra camponesa para tal atividade. Centrada na produção extensiva de gado bovino, subordinados a grandes frigoríficos de exportação, não sobrava tempo para a família camponesa diversificar sua produção e era destruída a autonomia destes. Este processo de acumulação original já ocorrido ainda na primeira metade do século XX é agora lentamente revertido. O resgate do saber cultivar, do cultivo da horta para o autossustento familiar, do milho para ração familiar é um processo que reconstrói a autonomia perdida. É um mercado a menos para o capital, que perde compradores de ração e de alimentos básicos. Essa resistência se dá pela união de camponesas e camponeses em torno da luta por autonomia e soberania sobre seus territórios e seus saberes.

Figura 27 - Fábrica de Beneficiamento de Milho para produção de ração, Cerro Colorado, Córdoba

Fonte: Autor, 2017

Os camponeses gestam a produção de alimentos de maneira coletiva, fazendo um rodizio na fábrica (Figura 28). Isto ocorre com o intuito de não penalizar nenhuma família com o trabalho exclusivo na produção de ração, dando assim a estas famílias a possibilidade de seguir produzindo em suas terras suas hortas, o milho para a ração além de terem tempo para a lida com o gado.

Figura 28 - Tabela do rodizio de famílias no trabalho na fábrica de Cerro Colorado, Córdoba

LUNES	MARTES	MIÉRCOLES
VANINA FACUNDO 8-1230	VANINA FACUNDO	-ALE -SANTIAGO
7:30-10:30 MARIO PAULA	FEDE VIRGINIA	MARIO PAULA
JUEVES	VIERNES	SABADO
ALE SANTIAGO	PAULA VIRGINIA	CONDORITO
FEDE VIRGINIA	MARIO PAULA CONDORITO	

Fonte: Autor, 2017

No Brasil processo semelhante ocorre. A construção da APF se dá justamente em um contexto onde a luta de classes se exacerba. A conformação do movimento é a cristalização da consciência de classe em algo material, no caso a organização de sua luta em um movimento social. O processo que aqui trazemos aqui ocorre na entrada de granjas de aves de grandes multinacionais em território camponês. É uma subordinação da renda das famílias camponesas, o *modus operandi* dessas corporações, mas é também um processo lento de acumulação original. Isto pois o trabalho da família é aos poucos fraturado, como já apresentamos anteriormente. Além disto, como o

Mapa 8 demonstra, as granjas entram como um complemento para os rendimentos familiares. Isto tem como consequência a quebra gradual da gestão comunitária do território, da troca de trabalho, de todo o processo de construção territorial a partir do costume. O norte passa a ser o contrato com a multinacional. Além disto, a família busca crédito em bancos estatais para toda a construção da granja e seus anexos. Normalmente, ainda que de modo ilegal, colocam suas terras como garantias para o pagamento dos empréstimos em uma triangulação onde a terra é prometida para a multinacional, que honra com o banco a dívida caso a família não consiga realizar o pagamento, com a família dando a sua terra como garantia. Aqui há o processo de transformação da terra em propriedade (SOUZA FILHO, 2003), que ao nosso entender é um procedimento de acumulação original.

MAPA 8

LOCALIZAÇÃO DAS GRANJAS NAS COMUNIDADES FAXINALENSES DO ESPIGÃO DAS ANTAS, MELEIRO E PEDRA PRETA, MANDIRITUBA-PR

Convenções cartográficas

— Rodovia (PR)
— Hidrografia

Legenda

+ Granjas
Faxinal

Por fim temos o ultimo exemplo, o da extração de erva mate na comunidade camponesa faxinalense dos Ribeiro. A extração de riquezas naturais é um método de acumulação original dos mais conhecidos. No Faxinal dos Ribeiro ocorre, ainda, a extração de madeira nativa e erva-mate natural (não plantada, mas nativa da mata) para venda. É a transformação de renda da terra em capital. A área é conflituosa, contando com um assentamento de reforma agrária dentro do criadouro comunitário, além da presença e ação da madeireira Zattar.

A devastação da natureza e a consequente destruição do uso comum se faz presente na paisagem da comunidade. É com a mata que os animais criados soltos obtém seus alimentos. Sem ela, fica custosa a manutenção dos mesmos e dificultosa fica também a manutenção das famílias camponesas. Os ataques vêm de diversas frentes, mas o principal é na extração desenfreada de madeira por parte da já falida madeireira. Porém, a massa falida da empresa, a busca agora, na justiça, o direito de lotear terras que entende serem suas. Fruto de grilagem, as terras pretendidas são justamente as terras de uso comum da comunidade dos Ribeiro. E o loteamento vai no sentido de uma acumulação original via a produção de fazendas como Martins (1995) colocava, mas que aqui seria a produção de propriedade privada, que gera especulação imobiliária e urbanização forçada de terras camponesas como no caso que ocorre nas comunidades da RMC.

Vemos então como o processo da luta de classes e da acumulação original é indissociável. Uma vez que as classes só se fazem justamente na luta de classes (THOMPSON, 2012), acrescentamos também que a acumulação original só se realiza a partir da exploração e destruição das classes exploradas pelas classes dominantes. É um movimento que cria novas frentes de avanço, novas fronteiras a serem desbravadas. É uma acumulação original que se realiza no seio da reprodução ampliada.

Considerações Finais

Nosso trabalho aponta para um avanço da expropriação do campesinato justamente onde esta classe faz o uso comum da terra. O processo de separação dos sujeitos dos meios de produção, processo analisado por Marx como sendo aquele que produz capital, é o *modus operandi* desse avanço do capital. Em nossa tese a análise da fração do campesinato que realiza o uso comum da terra nos possibilitou entender como este processo se dá e como a realidade sul-americana, apesar das fronteiras nacionais, é muito semelhante no tocante às lutas de classe no campo.

Para poder analisar a realidade por nós apreendida, foi necessário compreender que a classe só se faz na luta de classes. Não existem classes sociais sem a luta e com isso acabamos por refutar as proposições que partem de um ponto de vista marxista, mas que acabam por entrar em um idealismo, uma vez que não partem da materialidade. Outro ponto que defendemos na pesquisa foi o de que a questão de classe, antes que a questão identitária, é aquela que possibilita aos camponeses uma maior incisão crítica frente aos seus antagonistas: as classes dos capitalistas e dos grandes proprietários fundiários.

É então no confronto entre as classes que o campesinato constrói sua consciência de classe e passa a construir um horizonte de mudança social. Não é, portanto, um resgate do passado, de práticas ancestrais, da construção de territórios tradicionais mas ainda subordinados ao capital, mas sim uma luta por algo novo: pela autonomia, entendida por eles como a manutenção de seu trabalho e dos seus meios de produção.

Essa autonomia é ferozmente combatida pelo agronegócio, especialmente da soja e da silvicultura do pinus e eucalipto. Contraditoriamente, é por causa de uma autonomia relativa já existente que seus territórios são muito visados pelo capital. Isto, pois são os sujeitos possuidores de seus meios de produção aqueles que geram maiores possibilidades de produção de capital. E a fração do campesinato em terras de uso comum são aqueles que estão mais conectados ao seu meio de produção,

são os sujeitos que tem seu trabalho mais objetivo, menos alienado e também são menos subordinados.

Tanto na Argentina, no norte cordobês, como no Brasil, no estado do Paraná, as frações do campesinato por nós pesquisadas têm em suas terras sua ferramenta de produção e de manutenção familiar. A partir da análise de campo se faz possível afirmar que as terras em uso comum são a fonte central de renda e de víveres para a manutenção familiar desta fração do campesinato. Portanto, os arrendamentos de suas terras para o plantio de pinus, eucalipto, soja e também a construção de granjas integradas a grandes multinacionais servem de complemento a seus rendimentos e permitem sua permanência na terra.

Como elucidamos ao longo da pesquisa, as compreensões de que a luta de classes é um elemento central no modo de produção capitalista e que a acumulação original é um processo permanente, se fazem centrais para compreender as motivações do avanço do capital sobre os camponeses situados em terras de uso comum. Mesmo que possuam ligações com o capital como nos casos acima citados dos arrendamentos e da integração, o centro da manutenção da família camponesa ainda é o trabalho na terra de uso comum. Portanto, o interesse do capital em destruir essa centralidade é grande.

Desmantelar o uso comum significa subordinar esta fração do campesinato e lançar a maior parte destes nas cidades, transformados em sub proletariados. Neste processo a produção de capitais é grande e é este o objetivo das classes dos capitalistas e dos grandes proprietários fundiários. Ainda que processo de acumulação original seja interessante ao capital, sua contradição é que com ele também se recria o campesinato.

No caso sul americano esse processo de avanço e desarticulação das terras de uso comum cresce significativamente a partir do início do século XXI e tem seu ápice a partir do ano de 2015. Atrelamos isto ao fato de a crise financeira de 2008 ter chegado com força no continente somente a partir de 2013 e ter culminado em 2015 com a eleição de Mauricio Macri na Argentina e com o golpe de Estado de 2016 e a ascensão de Michel Temer no Brasil. Ambos os governos têm um viés neoliberal, apoio da classe capitalista e dos

grandes proprietários fundiários, os quais contam agora com o apoio do Estado para seus ataques ao campesinato e a suas terras.

As motivações que levam a isto são justamente a possibilidade de produção de capitais, tão necessários após a destruição de capitais ocorrida com a crise de sobreacumulação. O que se perdeu com a especulação financeira desenfreada deve ser agora reconquistado na esfera do campo, já que não se pode pensar que todo o capital fictício existente no mercado financeiro não tem em ancoragem na realidade. Como Marx já afirmava, o campo e na mineração (inclusos os hidrocarbonetos nesta seara) são a grande fonte de produção de capital e como Luxemburgo elucidou, estas são exterioridades da relação capital-trabalho, são formas não-capitalistas que se produzem capitais. Em outras palavras, o mundo do século XXI torna-se cada vez mais dependente das mega mineradoras, do agronegócio e de suas *commodities* e da dupla petróleo-gás, caracterizando um capitalismo cada vez mais rentista.

Esta face rentista do capitalismo, uma vez que o modo de produção capitalista segue necessitando de elementos que não pode ele mesmo produzir, como a terra, o petróleo, minérios, água, cria desvios da mais-valia social geral para o pagamento daqueles que possuem o acesso a tais elementos e este é o caso da renda. São estes elementos naturais que se tornam cada vez mais necessários não somente para a produção de capital, mas para a sobrevivência do modo de produção capitalista. Em um mundo onde o capitalismo encontra cada vez mais a escassez como limite para o seu funcionamento, escassez de terra, petróleo, água, minérios, etc, a importância que a renda capitalista ganha é grande.

Portanto, defendemos ao longo da tese que o capitalismo toma cada vez mais uma feição rentista em suas ações e a luta pelo monopólio de acesso a estes elementos naturais, no caso estudado por nós, a terra, se torna central. A luta pela terra, portanto, é uma luta pelo domínio de algo limitado em escala global, que não é reproduzível e que não é fruto do trabalho humano, que conseqüentemente não tem valor. Entendendo que os camponeses em suas terras de uso comum são a fração da classe camponesa que tem a posse de

porções de terra muitas vezes com significativa preservação da natureza torna estes sujeitos um potencial alvo para o avanço do capital.

Defendemos que é uma possibilidade tripla de ganhos para as classes dos capitalistas e dos proprietários fundiários a exploração do campesinato nas terras de uso comum. Primeiramente pela própria separação dos camponeses da terra, separação dos sujeitos de seu meio de produção, a destruição do trabalho objetivo e a expulsão para o trabalho alienado. Com isso se gera capital uma vez que se abrem novos mercados de consumo e produção, além de gerar aqueles sujeitos dos quais se extrairá a mais-valia, já no processo de reprodução ampliada. Em segundo lugar, é está a transformação de terra de trabalho e vida em propriedade privada, lugar de extração de renda da terra. Em terceiro, a possibilidade de exploração da natureza presente nestas terras de uso comum, como a mata nativa de araucária no caso dos camponeses faxinalenses ou recursos hídricos tão necessária para a produção de soja no árido norte cordobês.

Mas toda essa ação dos capitalistas e proprietários fundiários não se dá sem atritos. Este avanço sobre as terras de uso comum não acontece sem a resistência camponesa. O MCC em Córdoba e a APF no Paraná são os movimentos sociais desta fração do campesinato que pesquisamos que os auxilia a resistir a este processo. Resistem na luta por sua autonomia, contra a proletarianização, pelas suas terras de uso comum e contra o capitalismo (no caso do MCC/MNCI). Estes movimentos que contam com diversas famílias camponesas são o contraponto e a resistência a este processo de acumulação originária permanente.

Referências Bibliográficas

ALAVI, Hamza. **Los Campesinos y la Revolucion**. Pensamiento Crítico, Habana, nº 4, mayo de 1967.

ALAVI, Hamza. **Peasant Classes and Primordial Loyalties**. The Journal of Peasant Studies, v.1:1, p.23-62, 1973.

ALAVI, Hamza; SHANIN, Teodor. **La Cuestion Agrária: El discurso marxista de Kautsky**. Agricultura y Sociedad, n. 47, abril-junio, 1988.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de . **Quilombolas, Quebradeiras de Coco Babaçu, Indígenas, Ciganos, Faxinaleses e Ribeirinhos: movimentos sociais e a nova tradição**. Revista Proposta (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 29, n. 107/108, p. 25-38, 2006.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: a luta pela terra e o habitus de classe**. São Paulo: Editora UNESP, 2006

AMIN, Samir. **Contemporary Imperialism and the Agrarian Question**. Agrarian South: Journal of Political Economy, v. 1, n. 1, p. 11-26, 2012

AMIN, Samir. **O capitalismo e a renda fundiária (A dominação do capitalismo sobre a agricultura)**. In: AMIN, Samir; VERGOPOULOS, Kostas. A Questão Agrária e o Capitalismo. Trad. Beatriz Resende. 2ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

ANTUNES, Ricardo; DA SILVA, Jair Batista. **PARA ONDE FORAM OS SINDICATOS? Do sindicalismo de confronto ao sindicalismo negocial**. Caderno CRH, v. 28, n. 75, 2016.

APF. **Anais do I Encontro dos Povos Faxinalenses, Irati – PR**. IAP, 2007.

APU, Agencia Paco Urondo. **Movimiento Nacional Campesino Indígena (MNCI): Origen, herencias, historia**. 2012. Disponível em: <http://www.agenciapacourondo.com.ar/sociedad/movimiento-nacional-campesino-indigena-mnci-origen-herencias-historia>. Acesso: Janeiro 2018.

ARGENTINA. **Códigos: Código Civil y Comercial de la Nación**. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : Infojus, 6ª reimpressão, 2015

ARGENTINA. **Constitución de la Nación Argentina** : publicación del Bicentenario - 1a ed. - Buenos Aires : Corte Suprema de Justicia de la Nación / Biblioteca del Congreso de la Nación / Biblioteca Nacional, 2010.

ARGENTINA. **Ley 26.737.** Dirección Nacional Registro Tierras Rurales. Ministério de justicia e derechos humanos. Buenos aires, 2011.

ASSIS, Ana Luiza Arraes de Alencar. **Manejo Comunitário da Biodiversidade, Empoderamento e Conservação In Situ: Uma Comparação de Estudos de Caso no Brasil e na Índia** . Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Recursos Genéticos Vegetais, UFSC, Florianópolis. 2011.

BAGLI, Priscilla. **Rural e urbano nos municípios de Presidente Prudente, Álvares Machado e Mirante do Paranapanema: dos mitos pretéritos às recentes transformações.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, FCT, UNESP/PRES. Prudente, 2006.

BAGLI, Priscilla. **Rural e Urbano: Harmonia e Conflito na Cadência da Contradição.** In: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Artur Magon. (Org.). Cidade e Campo - Relações e Contradições entre Urbano e Rural. 2ª Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010

BARBETTA, Pablo. **Aportes a la cuestión jurídica campesina en la Argentina del agronegocio.** Trabajo y Sociedad, núm. 22, p. 5-14 Universidad Nacional de Santiago del Estero, Santiago del Estero, Argentina, 2012.

BARBETTA, Pablo; DOMÍNGUEZ, Diego; SABATINO, Pablo. **La Ausencia Campesina en la Argentina como Producción Científica y Enfoque de Intervención.** Mundo Agrario, vol. 13, núm. 25, 2012

BARBOSA, A. M.; PORTO-GONCALVES, C. W. . **Reflexões sobre a atual questão agrária brasileira: descolonizando o pensamento.** CES Contexto, v. 5, p. 12-27, 2014

BARRETO, M.. **A Territorialização Camponesa na Região Metropolitana de Curitiba: Faxinais e Criadores.** In: VII Seminário estadual de estudos Territoriais, II Jornada de Pesquisadores Sobre a Questão Agrária no Paraná: perspectivas da Geografia Agrária no Paraná: abordagens e enfoques metodológicos, 2014, Ponta Grossa. Anais do VII SEET

BARRI, F.; WAHREN, J. **El modelo sojero de desarrollo en Argentina: tensiones y conflictos en la era del neocolonialismo de los agronegocios y el cientificismo-tecnológico.** Realidad Económica N° 255, diciembre, 2010

BARTRA, Armando V. **Economia Política do Campesinato.** In: BARTRA, Armando V. Os Novos Camponeses. Leituras a partir do México Profundo. Trad. PANDOLFI, Maria Angélica. Ver. Técnica: FERNANDES, Bernardo Mançano; STÉDILE, João Pedro; ADOUE, Silvia Beatriz. São Paulo, Cultura Acadêmica; Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável. 2011.

BARTRA, Armando V. **Os Novos Camponeses. Leituras a partir do México Profundo.** Trad. PANDOLFI, Maria Angélica. Ver. Técnica: FERNANDES, Bernardo Mançano; STÉDILE, João Pedro; ADOUE, Silvia Beatriz. São Paulo,

Cultura Acadêmica; Cátedra UNESCO de Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável. 2011.

BERNSTEIN, Henry. **Agrarian Questions then and Now**. The Journal of Peasant Studies, 24:1-2, 22-59, 1996

BERNSTEIN, Henry; BYRES, Terence. **From Peasant Studies to Agrarian Change**. The Journal of Agrarian Change, V. 1, n.1, 2001.

BERTUSSI, Mayra Lafoz. **Liberdade para Criar: um estudo etnográfico sobre os sentidos da territorialidade tradicional e o criadouro comunitário em uma comunidade de faxinal no Paraná**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2010.

BERTUSSI, Mayra Lafoz. **Liberdade para Criar: um estudo etnográfico sobre os sentidos da territorialidade tradicional e o criadouro comunitário em uma comunidade de faxinal no Paraná**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre, 2010.

BONEFELD, Werner. **La Permanencia de la acumulación primitiva: fetichismo de la mercancía y constitución social**. Trad. Oriana Cosso. Revista Theomai, n. 26 *Trazos de sangre y fuego: ¿continuidad de la acumulación originaria en nuestra época?*, segundo semestre, 2012.

BRACK, Paulo. **As monoculturas arbóreas e a biodiversidade**. 2007. Disponível em: http://www.inga.org.br/docs/monoculturas_e_a_biodiversidade.pdf. Acessado em 06-06-2012 Acesso 06 jun. 2012.

BRANDÃO, Carlos. *Repensando a Pesquisa Participante*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

BRANDT, Marlon; CAMPOS, Nazareno José de . **Costumes e Usos da Terra pela População Cabocla do Planalto de Santa Catarina**. Mercator (Fortaleza. Online), v. 13, p. 193-208, 2014.

BRASIL. **Constituição de 1937**. Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, Coleção Constituições brasileiras ; v. IV 2012b.

BRASIL. **Constituição de 1946**. Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, Coleção Constituições brasileiras ; v. V 2012c.

BRASIL. **Constituição de 1988**. Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, Coleção Constituições brasileiras ; v. VIII 2012d.

BRASIL. **Constituição Imperial de 1824**. Brasília : Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, Coleção Constituições brasileiras ; v. I 2012.

BRASIL. **Decreto Lei 6.040/07.** Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm> Acesso em: 3 ago. 09.

BRASIL. **Decreto Nº 5.051, DE 19 DE ABRIL DE 2004.** Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2004. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5051.htm. Acesso em janeiro/2018

BRASIL. **DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.** MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA; MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS. Brasília, 2007. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em janeiro 2018.

BRASIL. **Estatuto da Terra. Lei 4504, de 30 de novembro de 1964.** Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. 2014.

BRASS, Tom. **Scott's “Zomia,” or a Populist Post-modern History of Nowhere.** Journal of Contemporary Asia, 42:1, 123-133, 2012.

BRASS, Tom. **Peasants, academics, populists: Forward to the past?** Critique of Anthropology, Vol. 35(2) 187–204, 2015.

BRASS, Tom. **Peasants, Populism, and Postmodernism: The Return of the Agrarian Myth,** London; Frank Cass, 2000.

BRASS, Tom. **Primitive Accumulation, Capitalist Development and Socialist Transition: Still Waiting for Godot?** Journal of Contemporary Asia, 41:1, 1-24, 2011.

BUROSZENKO, Oksana. **A Imigração Ucraniana no Paraná.** In: Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Org. Eurípedes Simoes de Paula. Coleção de Revista de História, São Paulo, 1969.

CABIDO, M.R. y M.R ZAK. **Vegetación del Norte de Córdoba.** Secretaría de Agricultura, Ganadería y Recursos Renovables de Córdoba, 1999

CABRAL, Oswaldo R. **História de Santa Catarina.** Florianópolis, Landes, 1970.

CALABI, D. & INDOVINA, F. **Sobre o uso capitalista do território.** Revista do Departamento de Geografia da USP. N. 9, 1992

CAMPOS, Nazareno José. **Terras Comuns em Santa Catarina.** Florianópolis. FCC/EDUFSC, 1991.

CAMPOS, Nazareno José. **Terras de Uso Comum no Brasil: Abordagem histórico-socioespacial.** Florianópolis, EDUFSC, 2011.

CÂNDIDO, Antônio. **Os Parceiros do Rio Bonito: Estudo sobre o Caipira Paulista e a Transformação dos seus Meios de Vida**. 2. ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1971.

CANEDO, Mariana. **Cruzando Miradas Sobre Tierras Campos Comuneros: La Propiedad Indivisa en la Rioja (siglos XVII-XIX)**. Revista de Ciencias Sociales. Universidad Nacional de Quilmes Editorial año 7 / número 27 / abril de 2015 / publicación semestral Roque Sáenz Peña 352, Bernal, Buenos Aires, 2015

CARDOSO, Ruth. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 156, p. 95-105, 1986.

CARDOSO, Sérgio. O olhar viajante (do etnólogo). in: NOVAES, Adauto (org.). O Olhar. São Paulo: Cia. das Letras, 1988, 8ª reimpressão.

CHANG, M. Y. **Sistema Faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná**. Londrina: IAPAR, 1988. (Boletim técnico, 22).

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985

CHESNAIS, François. **Tobin or not Tobin? Porque tributar o capital financeiro internacional em apoio ao cidadãos**. Trad. Maria Teresa Van Acker et al. São Paulo, Ed. UNESP, 1999.

COGGIOLA, Osvaldo L. A.. **História do capitalismo**, Volumen 3.. 1. ed. Buenos Aires: Ariadna, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum. Ensaio sobre a Revolução no Século XXI**. Trad: Mariana Echalar, 1ª Ed., São Paulo, Boitempo, 2017

DAS, Raju J. **Introduction: Peasant, state and class**. The Journal of Peasant Studies, 34:3-4, 351-370, 2007.

DAVIS, Mike. **Cidade de Quartzos. Escavando o futuro em Los Angeles**. Trad. AGUIAR, Renato. São Paulo, Editora Scrita, 1993.

DE ANGELIS, Massimo. **Marx y la acumulación primitiva. El carácter continuo de los “cercamientos” capitalistas**. Trad. Claudia Composto. Revista Theomai, n. 26 *Trazos de sangre y fuego: ¿continuidad de la acumulación originaria en nuestra época?*, segundo semestre, 2012.

DESALVO, Agustina. **Historia del Movimiento Campesino. Santiago del Estero (MOCASE)**. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. **O Mito moderno da natureza intocada**. São Paulo, Editora Hucitec, 1996.

DJURFELDT, Göran. **Essentially Non-Peasant? Some Critical Comments on Post- Modernist Discourse on the Peasantry**. European Society for Rural Sociology, Sociologia Ruralis Volume 39, No. 2, 1999.

DOMINGUEZ, Diego. **Recampenización em la Argentina del Siglo XX..** Psicoperspectivas: Individuo y Sociedad. Vol. 11, nº1, p. 134-157, 2012.

DUGGETT, Michael. **Marx on Peasants**. The Journal of Peasant Studies, 2:2, 159-182, 1975.

DUSSEL, Enrique. **El último Marx**. Ciudad de Mexico: Siglo XXI, 1990

DUSSEL, Enrique. **Hacia un Marx desconocido. Un comentario de los Manuscritos del 61-63**. Ciudad de Mexico, Siglo XXI, 1988.

FABERMAN, Judith; BOIXADÓS, Roxana. **Mayorazgos, pueblos de indios y comunales (siglos xviii-xix)**. Revista de Ciencias Sociales. Universidad Nacional de Quilmes Editorial año 7 / número 27 / abril de 2015 / publicación semestral Roque Sáenz Peña 352, Bernal, Buenos Aires, 2015

FABRINI, João Edmilson. **Movimentos Sociais no campo e outras resistências camponesas**. In: Paulino, Eliane Tomiasi e Fabrini, João Edmilson. (Org.). Campesinato e territórios em disputa. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008

Federici, Silvia. **The reproduction of labour-power in the global economy, Marxist theory and the unfinished feminist revolution**. Center for Cultural Studies, university of California, Santa Cruz. Seminar reading for Jan. Vol. 27. 2009.

FÖETSCH, Alcimara Aparecida. **Faxinais e Caívas: Identidades Territoriais na Região do Contestado (PR/SC)**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Departamento de Geografia. Curitiba, UFPR, 2014

GALAFASSI, Guido. **Entre la acumulación primitiva y la reproducción ampliada. Una reactualización del debate y su correlación con la explicación de los conflictos sociales en América Latina**. Política / Revista de Ciencia Política, Vol. 54, Nº 2, 2016 .

GALAFASSI, Guido. **Conflicto Por La Tierra Y Movimientos Agrarios En El Nordeste Argentino En Los Años Setenta: La Unión De Ligas Campesinas Formoseñas**. Perfiles Latinoamericanos nº 26, p. 159-184 (FLACSO, México), 2006.

GERMANI, G. I. ALCÂNTARA, D. M. ; SAMPAIO, J. L. F. . **Há uma Lei no meio do Caminho: Luta para permanecer na terra dos Fundos e Fechos de Pasto da Bahia**. Terra Livre , v. 02, p. 74-103, 2011.

GRAS, Carla; HERNÁNDEZ, Valeria. **Modelo productivo y actores sociales en el agro argentino**. Revista Mexicana de Sociología 70, núm. 2, abril-junio, 2008.

GRESPLAN, Jorge Luis. **O Negativo do Capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política**. 1ª ed. São Paulo, Expressão Popular, 2012.

GROSGOUEL, Ramón. **Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial**. Contemporânea, Dossiê Saberes Subalternos. v. 2, n. 2 p. 337-362 Jul.–Dez. 2012.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

HOBSBAWM, Eric. **Pre-capitalist Economic Formations**. London: Lawrence & Wishart, 1965.

HOBSBAWN, Eric J. **Peasants and politics**. The Journal of Peasant Studies, 1:1, 3-22, 1973.

HOCSMAN, L.D. 2003. **Trashumancia y sistema de uso común del territorio en la Cordillera Oriental (Salta)**. IV Jornadas Rosarinas de Antropología Social Argentina, 2003.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Cuestion agrária actual en perspectiva regional/global: bloque de poder agrário modernizado y complejo corporativo**. Contemporânea, Dossiê O Mundo Rural no Século XXI. v. 4, n. 1 p. 43-60 Jan.–Jun. 2014

IBGE. **Geografia do Brasil. Região Sul**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

IFPR, Instituto de Florestas do Paraná. **Mapeamento dos Plantios Florestais do Estado do Paraná – Pinus e Eucalyptus**. Rozane de Loyola Einfeld, Flávio Augusto Ferreira do Nascimento. – Curitiba: Instituto de Florestas do Paraná, 2015.

JAMES, C.L.R. **Os Jacobinos Negros. Toussaint L'ouverture e a Revolução de São Domingos**. São Paulo, Boitempo, 2000.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. **A entrevista narrativa**. BAUER, Martin; GASKELL, George: Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Petrópolis: Vozes, 2002

KAYSER, B.. O geógrafo e a pesquisa de campo Teoria e Método. São Paulo: Seleção de textos AGB (11): 25-40, 1985

KERSTEN, Márcio Scholtz de Andrade. **O Colono-Polaco: a Recriação do Camponês sob o Capital**. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em História Econômica, Setor de Ciencias Humanas, Letras e Artes, UFPR, 1983.

LACOSTE, Y. **A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos.** Teoria e Método. São Paulo Seleção de textos AGB (11): 1-23, 1985.

LEFEBVRE, Henri. **A Re-Produção das Relações de Produção.** Publicações Escorpião. Cadernos O Homem e a Sociedade. Trad.: RIBEIRO, Antônio; AMARAL, M. Porto, Portugal, 1973

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade.** Trad. FRIAS, Rubens Eduardo. São Paulo, Editora Moraes, 1991

LEFEBVRE, Henri. **O Vale de Campan.** Estudo de sociologia rural. Trad. Ana Cristina Mota Silva e Anselmo Alfredo. São Paulo: Edusp, 2011.

LEFEBVRE, Henri. **Perspectivas da Sociologia Rural.** In: MARTINS, José de Souza (org). Introdução Crítica à Sociologia Rural. Coleção Estudos Rurais. São Paulo, Hucitec, 1981.

LÊNIN, Vladimir Ilich. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade.** Série Antropologia, Brasília, n. 322, 2002.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo.** São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado.** Campinas, Ed. Unicamp, 2004.

MARCOS, V.. **Agricultura e mercado: impasses e perspectivas para o agronegócio e a produção camponesa no campo latino-americano.** In: Eliane Tomiasi Paulino; João Edmilson Fabrini. (Org.). Campesinato e territórios em disputa. 1ed.São Paulo: Expressão Popular, 2008

MARCOS, Valéria de. **Trabalho de campo em Geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante.** in Associação dos Geógrafos Brasileiros. Boletim Paulista de Geografia–Trabalho de Campo. São Paulo: AGB, nº84, p. 105-136, 2006.

MARQUES, M. I. M.. **Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica.** In: Paulino, Eliane Tomiasi e Fabrini, João Edmilson. (Org.). Campesinato e territórios em disputa. 1ed.São Paulo: Expressão Popular, 2008

MARQUES, Marta I. Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês.** Revista NERA (UNESP), v. 11, p. 57-67, 2008.

MARSHALL, SAHLINS. **Ilhas de História.** Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 1990.

MARTINS, José de Souza. **A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 6(1-2): 1-25, 1994 (editado em jun. 1995).

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. 9ª ed., 2ª reimpressão. São Paulo, Contexto, 2015.

MARTINS, José de Souza. **O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira**. Tempo social, v. 8, n. 1, p. 25-70, 1996.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: vozes, v. 1986.

MARTINS, José de Souza. **Sobre o modo capitalista de pensar**. Hucitec, 1986.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã (I – Feuerbach)**. Trad. José Carlos Bruni, Marco Aurelio Nogueira. 7ª Ed. São Paulo, Hucitec, 1989.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. Trad. Maria Lúcia Como. Rio de Janeiro, Paz e Terra (Coleção Leitura), 15ª Reimpressão, 1998.

MARX, Karl. **“Briefe an Engels”**. In: MEW, v.30. Berlim, 1861.

MARX, Karl. **Borradores de respuesta a Zasulich**. . IN: SHANIN, Teodor. El Marx Tardio y la Vía Rusa Marx y la periferia del capitalismo. Trad. Graziella Baravalle. 1ª ed, Editorial Revolucion, Madrid, 1990.

Marx, Karl. **Carta al consejo editorial de Otechestvenny Zapiski**. In: SHANIN, Teodor. El Marx Tardio y la Vía Rusa. Marx y la periferia del capitalismo. Trad. Graziella Baravalle. 1ªed. Editorial Revolucion, S.A.L., Madrid, 1990e.

MARX, Karl. **El Primero borrador**. In: SHANIN, Teodor. El Marx Tardio y la Vía Rusa. Marx y la periferia del capitalismo. Trad. Graziella Baravalle. 1ªed. Editorial Revolucion, S.A.L., Madrid, 1990c.

MARX, Karl. **El Segundo borrador**. In: SHANIN, Teodor. El Marx Tardio y la Vía Rusa. Marx y la periferia del capitalismo. Trad. Graziella Baravalle. 1ªed. Editorial Revolucion, S.A.L., Madrid, 1990b.

MARX, Karl. **El Tercero borrador**. In: SHANIN, Teodor. El Marx Tardio y la Vía Rusa. Marx y la periferia del capitalismo. Trad. Graziella Baravalle. 1ªed. Editorial Revolucion, S.A.L., Madrid, 1990d.

MARX, Karl. **Grundrisse. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política**. Trad. Mario Duayer, Nélcio Schneider (colaboração Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). São Paulo, Boitempo; Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2011.

MARX, Karl. **La respuesta a Zasulich**. In: SHANIN, Teodor. El Marx Tradido y la Vía Rusa. Marx y la periferia del capitalismo. Trad. Graziella Baravalle. 1ªed. Editorial Revolucion, S.A.L., Madrid, 1990a.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Trad. Nélío Schneider. 4ª Reimpressão, São Paulo, Boitempo, 2015.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital**. Trad. Rubens Enderle. 2ª edi., 4ª Reimpressão. São Paulo, Boitempo, 2014.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Livro II: o processo de circulação do capital**. Edição: Friedrich Engels; trad. Rubens Enderle. 1 ed. São Paulo, Boitempo, 2014b.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista**. Edição: Friedrich Engels. Trad. Rubens Enderle. 1ª ed. São Paulo, Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Salário, preço e lucro**. 4 a .ed. São Paulo:Centauro:2002

MEILLASSOUX, Claude. **From Reproduction to Production**. Economy and Society, 1:1, 93-105, 1972.

MEILLASSOUX, Claude. **The Social Organisation of the Peasantry: The Economic Basis of Kinship**. The Journal of Peasant Studies, 1:1, 81-90, 1973.

MENDRAS, Henri. **La fin des paysans-suivi d'une réflexion sur la fin des paysans vingt ans après**. Actes sud, 1984.

MENDRAS, Henri. **Sociedades Camponesas**. Biblioteca de Ciências Sociais. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978.

MIES, Maria; BENNHOLDT-THOMSEN, Veronika. **Defending, reclaiming and reinventing the commons**. Canadian Journal of Development Studies/Revue canadienne d'études du développement, v. 22, n. 4, p. 997-1023, 2001.

MINTZ, Sydney W. **A Note on the Definition of Peasantries**. The Journal of Peasant Studies, 1:1, 91-106, 1973.

MNCI. **Nuestros Derechos: La Tierra**. Equipo Jurídico del Movimiento Nacional Campesino Indígena. Proyecto de Desarrollo de Pequeños Productores Agropecuarios – PROINDER – Tierra, Territorio y Derechos de los Pueblos Indígenas, Campesinos y Pequeños Productores de Salta – Chris van Dam, Salta, 2006.

MONDRAGÓN, Héctor. **Empresa Colonial, Ontologia E Violência**. Agrária (São Paulo. Online), n. 17, p. 6-41, 2012.

MORAZÉ, C. **Os Burgueses e a Conquista do Mundo: 1780-1895**. Lisboa: Edições Cosmos, 1985.

MOREIRA, Ruy. **Correndo atrás do prejuízo: o problema do paradigma geográfico da geografia**. Revista da ANPEGE, v. 7, n. 01, p. 49-58, 2011

MOTTA, Márcia. **Direito à Terra no Brasil. A gestação do conflito (1795-1824)** 2a edição, São Paulo, Alameda, 2012.

MOURA, Margarida M. **Camponeses**. São Paulo. Editora Ática. 1986.

NELSON, Lowry. **Rural Sociology: Its Origins and Growth in the United States**. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1969.

OIT. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais em países independentes e Resolução referente à ação da OIT sobre povos indígenas e tribais**. — 2a ed. — Brasília : OIT, 2005.

OLESKO, Gustavo F. **Terra, território e autonomia nas comunidades faxinalenses do Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta (Mandirituba-PR): conflitos e resistências na luta pela vida** . Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Departamento de Geografia. Curitiba, UFPR, 2013

OLESKO, Gustavo F.; MONTENEGRO GOMEZ, J. R ; ROCHA, O.G. ; BERTUSSI, M. L. ; ALMEIDA, A. W. B. ; SOUZA, R. M. . **Faxinalenses do Núcleo Metropolitano Sul de Curitiba, Fascículo 5, série faxinalenses**. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Fascículo de Cartografia Social). 2011

OLESKO, Gustavo F.; ROCHA, O.G. . **DO “QUEM SOMOS” PARA O “ONDE ESTAMOS”: A experiência da cartografia social dos faxinalenses da Região Metropolitana de Curitiba**. Boletim Gaúcho de Geografia, v. 41, p. 48-66, 2014.

OLIVEIRA, A. U. de. **Agricultura brasileira transformações recentes**. In: ROSS, J. L. S. (org). *Geografia do Brasil*. 6. ed., 1ª reimpressão, São Paulo: EDUSP, 2005.

OLIVEIRA, A. U. **Geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. In: CARLOS, A. F. A. (Org). *Novos caminhos da Geografia*. São Paulo: Contexto, p. 63-110, 2002.

OLIVEIRA, A. U.. **A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agraria**. Estudos Avançados, IEA/USP São Paulo, v. 15, n.43, p. 185-206, 2001.

OLIVEIRA, A. U.. **A Mundialização da Agricultura Brasileira**. In: XII Colóquio Internacional de Geocrítica, Bogotá. Actas do XII Colóquio. Barcelona: Geocrítica, 2012

OLIVEIRA, A. U.. **O Século XXI e os conflitos no campo: modernidade e barbárie**. Conflitos no Campo Brasil 2001, São Paulo, p. 26-29, 2002.

OLIVEIRA, A.U. **Agricultura e Indústria no Brasil**. In: Boletim Paulista de Geografia, n.58, AGB, São Paulo, 1981.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A mundialização da agricultura brasileira**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 3.; 2012, Bogotá. Actas.... Barcelona: Geocrítica, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo, FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Geografia Agrária: Perspectivas no início do século XXI**. In: MARQUES, Marta Inez Medeiros; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino (Orgs). *O Campo No Século XXI: Território de vida, de luta e de construção da Justiça Social*. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

PALERM, Angel. **Antropología y Marxismo**. Prólogo de Eric R. Wolf, presentación de F. Besserer- México : Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social : Universidad Autónoma Metropolitana : Universidad Iberoamericana, Tercera Edición, 2008.

PALERM, Angel. **Antropología y Marxismo**. Prólogo de Eric R. Wolf, presentación de F. Besserer- México : Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social : Universidad Autónoma Metropolitana : Universidad Iberoamericana, Tercera Edición, 2008.

PARANÁ. **DECRETO Nº 3446** - 14/08/1997. Disponível em http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/DECRETO_FEDERAL_6040_2007.pdf, acessado em 20-09-2011

PARANÁ. **LEI Nº 15673** - 13/11/2007. Disponível em : http://www.direito.caop.mp.pr.gov.br/arquivos/File/LEI_FAXINAIS_15673_2007.pdf, acessado em 10-09-2011

PAULANI, Leda Maria et al. **Acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo**. Revista de Economia Política, v. 36, n. 3, p. 144, 2016.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por Uma Geografia dos Camponeses**. 2ª edição. Editora UNESP, Pres. Prudente, 2012.

PERELMAN, Michael. **La Historia Secreta de la Acumulación Primitiva y la economía política clásica**. Trad. Nicolás Di Genero Oriana Cosso. Revista Theomai, n. 26 *Trazos de sangre y fuego: ¿continuidad de la acumulación originaria en nuestra época?*, segundo semestre, 2012

PINHEIRO MACHADO, B. & BALHANA, A.P. **Contribuição ao estudo da historia do Paraná.** Boletim da Universidade Federal do Parana. Departamento de História (3):1-52, 1963.

PINHEIRO MACHADO, Paulo. **Centenário do movimento do Contestado: momento para balanço e reflexão.** Revista história catarina, v. 42, p. 44-50, 2012.

PREOBRAZHENSKY, E. **Anarquismo e Comunismo.** Trad. Paula Maffei. Editora Sunderman, São Paulo, 2016

PREOBRAZHENSKY, E. **The New Economics.** Trad. Brian Pearce. Oxford University Press, Londres, 1965.

PRIETO, Agustina. **Rosario, 1904: Cuestión Social, Política y Multitudes Obreras.** Estudios Sociales, Revista Universitaria Semestral, Año X, Nº 19, Santa Fé, Argentina, 2º semestre, 2000.

QUAINI, Massimo. **A Construção da Geografia Humana.** Trad. FERNANDES, Liliana Lagana. Rio de Janeiro, 2ª Edição, Editora Paz e Terra, 1992.

QUAINI, Massimo. **Marxismo e Geografia.** Trad. FERNANDES, Liliana Lagana. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 2002.

ROMANO, Mariana. **Acumulación por Despojo y Proyección del Patrón de Poder Colonial en las Prácticas Judiciales del Norte de Córdoba (Argentina).** Revista Estudios Rurales. Buenos Aires, 2012

ROMANO, Mariana. **Capitalismo y Campesinado. Conflictos Territoriales, Uso Común de la Tierra y Vulnerabilidad de Derechos.** Anais do VIII CONGRESO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGÍA RURAL, Porto de Galinhas, 2010

ROMANO, Mariana. **Nosotros Siempre Fuimos Campo Abierto, Conflictos Territoriales, Derechos a La Tierra y Poder Judicial en el Norte de Córdoba.** Universidad Nacional de Córdoba, Centro de Estudios Avanzados Facultad de Ciencias Agropecuarias, Doctorado en Estudios Sociales Agrarios. 2011.

SABATO, Hilda. **La cuestión agraria pampeana: un debate inconcluso.** Desarrollo Económico, Vol. 27, No. 106 (Jul. - Sep.), pp. 291-301, 1987

SAUER, Sérgio. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro.** Texto para Discussão, 30, Brasília, Embrapa, 2008.

SAYER, Derek; CORRIGAN, Philip. **El Último Marx: continuidad, contradicción y aprendizaje.** In: SHANIN, Teodor. El Marx Tradido y la Vía Rusa. Marx y la periferia del capitalismo. Trad. Graziella Baravalle. 1ªed. Editorial Revolucion, S.A.L., Madrid, 1990

SHANIN, Teodor. **Chayanov's treble death and tenuous resurrection: an essay about understanding, about roots of plausibility and about rural**

SHANIN, Teodor. **Class and Revolution**. Journal of Contemporary Asia, 1:2, 22-35, 1970.

SHANIN, Teodor. **El Marx Tardío y la Via Rusa. Marx y la periferia del capitalismo**. Editorial Revolución, Madrid, 1990

SHANIN, Teodor. **El último Marx: dioses y artesanos**. IN: SHANIN, Teodor. El Marx Tardío y la Via Rusa Marx y la periferia del capitalismo. Trad. Graziella Baravalle. 1ª ed, Editorial Revolución, Madrid, 1990.

SHANIN, Teodor. **La clase incómoda**. Alianza Editorial, Madrid. 1983

SHANIN, Teodor. **Lições camponesas**. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (Orgs.). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular; Presidente Prudente: Unesp - Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

SHANIN, Teodor. **The Nature and Change of Peasant Economies**. Haifa, Haifa University, 1973.

SHANIN, Teodor. **The nature and logic of the peasant economy 1: A Generalisation**. The Journal of Peasant Studies, 1:1, 63-80, 1973.

SHANIN, Teodor. **The nature and logic of the peasant economy—II: Diversity and change: III. Policy and intervention**. The Journal of Peasant Studies, 1:2, 186-206, 1974.

SHANIN, Teodor. **The Peasants are coming: migrants who labour, peasants who travel and Marxists who write**. Race & Class, XIX, 3, 1978.

SHUMWAY, Nicolas. **A invenção da Argentina: História de uma idéia**, tradução Sérgio Bath e Mário Higa. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo; Brasília: editora Universidade de Brasília, 2008.

SILVA, Márcio da. **A Contribuição de Florestas de Araucária para a Sustentabilidade dos Sistemas Faxinais**. Dissertação (Mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Economia, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, UFPR. 2005.

SILVA, Sérgio. **Thompson, Marx, os marxistas e os outros**. In: Orgs. NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio. As Peculiaridades dos Ingleses e outros Artigos. 2ª Edição, Campinas, Editora Unicamp, 2012.

SIMÕES, Willian. **Territorialidades da Juventude Faxinalense: Entre a Produção de Invisibilidades, a Precarização dos Territórios de Vida e os Desafios da Construção de um Bem Viver**. Tese (Doutorado). Curso de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Setor de Ciências da Terra, UFPR, Curitiba, 2015.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SOUZA, Roberto Martins. **Mapeamento Social dos Faxinais no Paraná**. In: Almeida, A.W.B. (Org.) ; SOUZA, R. M. (Org.) . Terra de Faxinais. 1. ed. Manaus: UEA, 2009.

SOUZA FILHO, Carlos.Frederico.Marés de.. **A Função Social da Terra**. 1. ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.

TAVARES, L. A. **Campesinato e os faxinais do Paraná: terras de uso comum**. Tese (Doutorado) – Curso de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, FFLCH, USP, São Paulo, 2008.

TELL, Sonia. **Campos en Común, Campos Contendidos. Apropiaciones de la Comunidad en Córdoba (Siglo XIX)**. *revista de ciencias sociales*, segunda época Nº 27, otoño de 2015,

TEPICHT, Jerzy. **Marxisme et Agriculture: de Paysan Polonais**. Paris. Armand Colin, 1973.

TEUBAL, Miguel. **O Campesinato frente a expansão dos agronegócios na América Latina**. In: Paulino, Eliane Tomiasi e Fabrini, João Edmilson. (Org.). Campesinato e territórios em disputa. 1ed.São Paulo: Expressão Popular, 2008

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa I. A árvore da liberdade**. Trad. Denise Bottmann, 1ª edição, 5ª reimpressão, Rio de Janeiro, Paz de Terra (Oficinas da História), 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros**. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, Edward Palmer. **Algumas observações sobre classe e “falsa consciência”**. In: Orgs. NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio. As Peculiaridades dos Ingleses e outros Artigos. 2ª Edição, Campinas, Editora Unicamp, 2012d.

THOMPSON, Edward Palmer. **As Peculiaridades dos Ingleses e outros Artigos**. 2ª Edição, Campinas, Editora Unicamp, 2012

THOMPSON, Edward Palmer. **As Peculiaridades dos Ingleses**. In: Orgs. NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio. As Peculiaridades dos Ingleses e outros Artigos. 2ª Edição, Campinas, Editora Unicamp, 2012a.

THOMPSON, Edward Palmer. **As Peculiaridades dos Ingleses**. In: THOMPSON, Edward Palmer. As Peculiaridades dos Ingleses e outros Artigos. 2ª Edição, Campinas, Editora Unicamp, 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum: Estudos sobre Cultura Popular Tradicional**. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.

THOMPSON, Edward Palmer. **Folclore, antropologia e história social**. In: Orgs. NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros Artigos*. 2ª Edição, Campinas, Editora Unicamp, 2012e.

THOMPSON, Edward Palmer. **Modos de dominação e revoluções na Inglaterra**. In: Orgs. NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros Artigos*. 2ª Edição, Campinas, Editora Unicamp, 2012c.

THOMPSON, Edward Palmer. **Nota sobre “As peculiaridades dos Ingleses”**. In: Orgs. NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros Artigos*. 2ª Edição, Campinas, Editora Unicamp, 2012b.

THOMPSON, Edward Palmer. **Senhores & Caçadores**. Trad. BOTTMAN, Denise. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1987

THOMPSON, Edward Palmer. **A Miséria da Teoria ou um Planetário de Erros: uma crítica do pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TRONCOSO MUÑOZ, Ana Katia. **La Emergencia del Movimiento Campesino en Argentina: de su Invisibilización a la Lucha Política Emancipadora**. Alba Sub, investigación y comunicación para el desarrollo. Opiniones en Desarrollo, Programa Soberanía Alimentaria, Art. nº 2, Marzo, 2012.

VELTMAYER, Henry; PETRAS, James. **Camponeses numa era de Globalização Neoliberal: América Latina em Movimento**. In: Paulino, Eliane Tomiasi e Fabrini, João Edmilson. (Org.). *Campesinato e territórios em disputa*. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008

VERGOPOULOS, Kostas. **Capitalism and Peasant Productivity**. *The Journal of Peasant Studies*, 5:4, 446-465, 1978.

VERGOPOULOS, Kostas. **Capitalismo Disforme (O caso da agricultura no capitalismo)**. In: AMIN, S.; VERGOPOULOS, K. *A questão agrária e o capitalismo*. Tradução de Beatriz Resende. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VIGNATTI, R. V. **Concentración de la producción: Pools de siembra, fondos de inversión y nuevos capitalistas en el sector agropecuario pampeano**. (Trabajo final de grado). Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. 2003 Acesso em outubro de 2018 em: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/tesis/te.488/te.488pdf>

VILLEGAS GUZMÁN, Sabrina María. **“Sin Tierra No Somos”. Luchas Campesinas, Estado y Derecho en el Norte de la Provincia de Córdoba**. Secretaria de Posgrado, Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Córdoba, 2015.

VILLEGAS GUZMÁN, Sabrina María. **Territorios en disputa, sentidos y prácticas en torno a la lucha por la tierra en una organización campesina del norte de Córdoba.** - 1a ed. - Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, 2014.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná.** Curitiba: Vicentina, 1995.

WADA, Haruki. **Marx y la Rusia Revolucionaria.** In: SHANIN, Teodor. El Marx Tradio y la Vía Rusa. Marx y la periferia del capitalismo. Trad. Graziella Baravalle. 1ªed. Editorial Revolucion, S.A.L., Madrid, 1990.

Weber, Beat, Karlhuber, Petra. **Ursprüngliche Akkumulation im Postfordismus.** In: Grundrisse, Nr. 2, 21–26, 2002.

WERLHOF, Claudia von. **“Globalization” and the “Permanent” Process of “Primitive Accumulation”: The Example of the MAI, the Multilateral Agreement on Investment.** journal of world-systems research, Special Issue: Festschrift for Immanuel Wallerstein – Part II, vi, 3, p. 728-747, fall/winter 2000

WERLHOF, Claudia von. **Why Peasants and Housewives do not Disappear in the Capitalist World-System.** Working paper No. 68, Sociology of Development Research Center, University of Bielefeld, Bielefeld, 1985.

WILKINSON, J. **O estado, a agricultura e a pequena produção.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008,

WOLF, Eric. **A Europa e os Povos Sem História.** Trad. MOURA, Carlos Eugênio Marcondes. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

WOLF, Eric. **Guerras camponesas do século XX.** Série: Tema, volume 3. Editora Global, São Paulo, 1984

WOOD, Ellen Meskins. **A Origem do Capitalismo.** Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001.

WOOD, Ellen Meskins. **Democracy Against Capitalism. Renewing historical materialism.** Cambridge, Cambridge University Press, 1995.

WOORTMANN, Ellen F. e WOORTMANN, Klass. **O Trabalho da Terra: A Lógica e a Simbólica da Lavoura Camponesa.** Editora Universidade de Brasília, Brasília. 1998

WOORTMANN, Klaas. **Com parente não se neguceia.** Anuário Antropológico, Brasília, nº 87, 1987.

ZALUAR, Alba. **Teoria e prática do trabalho de campo: alguns problemas.** A aventura antropológica: Teoria e pesquisa, p. 107-125, 1986.

ZASULICH, Vera. **Carta a Marx.** In: SHANIN, Teodor. El Marx Tradio y la Vía Rusa. Marx y la periferia del capitalismo. Trad. Graziella Baravalle. 1ªed. Editorial Revolucion, S.A.L., Madrid, 1990.

ZHOURI, Andréa e OLIVEIRA, Raquel. **Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização.** In: Desenvolvimento e conflitos ambientais. Andréa Zhouri & Klemens Larschefski (org.). Belo Horizonte, UFMG, p. 439-462, 2010.

ZUBRZYCKI, Bernarda. **Campos comuneros en el valle de Hualfín (Catamarca).** Antecedentes, problemática y situación actual Andes, núm. 13, Universidad Nacional de Salta Argentina 2002.

Anexos

**ACORDO COMUNITÁRIO DOS FAXINAIS DO MELEIRO, PEDRA
PRETA E ESPIGÃO DAS ANTAS, no município de
MANDIRITUBA/PR.**

ATA da Assembléia Geral Extraordinária dos Faxinais do Meleiro, Pedra
Preta e Espigão das Antas.

No dia do mês de de dois mil e dez (2010), reuniram-se os moradores em assembleia geral extraordinária na localidade Meleiro, às 20:00 horas com presença de (00) moradores abaixo assinados para elaborar acordos de convivência em comunidade, em conformidade com o modo tradicional de vida faxinalense, constituindo o presente Acordo Comunitário, amparado pela lei Estadual nº. 15.673, artigo 4º, tendo-se em conta a preocupação da continuidade e fortalecimento da cultura faxinalense com suas praticas sociais tradicionais no uso comum da terra para sua reprodução física social e cultural, existente a mais de 200 (duzentos) anos nas localidades autodenominadas e reconhecidas como “Faxinal do Meleiro”, “Faxinal da Pedra Preta” e “Faxinal do Espigão das Antas”, ficou acordado por todos as disposições abaixo:

Título I – Do Conceito e Organização dos Faxinais.

Capítulo I – Disposições Preliminares

Art. 1º - Considera-se Faxinal, para os termos do presente acordo comunitário, o território tradicionalmente ocupado pelo grupo social autodenominado faxinalense.

Art. 2º - Os faxinais do Meleiro, Pedra Preta e Espigão das Antas, localizados na região metropolitana de Curitiba, no município de Mandirituba, reger-se-ão pelo contido no presente Acordo Comunitário,

elaborado, assinado e aprovado pelos cidadãos que moram nessas localidades, independentemente de se auto-identificarem faxinalenses.

Art. 3º - Para os termos do presente Acordo Comunitário deve ser considerado o modo de vida tradicional que a mais de duzentos anos rege os costumes das populações que tradicionalmente ocupam esses espaços. Que as regras aqui dispostas são fruto dos costumes que já vigoram e se adaptam nestas regiões desde a sua remota organização. Bem como que a disposição escrita dessas regras vem apenas reafirmar o que costumeiramente já é lei nos territórios faxinalenses.

Art. 4º - São divisas dos faxinais:

- a. As cercas;
- b. As valôs; e
- c. Os Rios.

Título II - Das Regras de Convivência nos Territórios Faxinalenses.

Capítulo I – Das Regras para Cercas e Fechos nas áreas de Faxinal.

Art. 5º - Admite-se, em área de faxinal, a construção de fecho (cerca que delimita determinada propriedade) respeitando o limite de 20% do lote, sendo que essa medida nunca poderá ultrapassar 2.000 (dois mil) metros.

Parágrafo Único – Nos lotes em que o fecho supera os limites estabelecidos acima, mas que já estiverem constituídos em data anterior à entrada em vigor do presente acordo não haverá alteração, ficando desde já vedado aumentar o fecho.

Art. 6º - Todas as cercas construídas em área de faxinal, internas ou confrontantes, obedecerão as seguintes especificações:

- a. Tela com arame de 12 mm, ou cerca com arame farpado com quinze fios, em ambos os casos com mureta de concreto na base;
- b. É proibida a utilização de cerca elétrica;
- c. O Faxinal não se compromete por danos causados se as cercas estiverem fora dos padrões estabelecidos;
- d. O ônus de manter as cercas em condições mínimas de eficácia é de quem optou por elas, sabendo-se que no sistema de faxinal tradicionalmente não há separação das propriedades;
- e. Aquele que não cumprir os padrões estabelecidos para o fecho/cerca, ou não fizer as necessárias manutenções que assegurem o correto funcionamento das mesmas não terá legitimidade para reclamar por eventuais danos que venha a sofrer.

Art. 7º - Todas as cercas, a partir da entrada em vigor do presente acordo comunitário, respeitarão a distância de, no mínimo, 5 (cinco) metros de cada lado das estradas.

Art. 8º - Cumpre à Comissão Local, em conjunto ou separadamente com as entidades fiscalizadoras e policiais nacionais, fiscalizar a regularidade das cercas e fechos nas áreas de faxinal, podendo, para isso, adentrar nas propriedades onde se fizer necessário.

Parágrafo Único - O proprietário que se negar à entrada da Comissão Local terá contra ele a presunção de descumprimento das normas estabelecidas neste Acordo Comunitário.

Capítulo II – Das Regras para a Criação

Art. 9º - Nos faxinais é tradicional a criação solta;

Art. 10º - É proibido criar cabrito nas áreas de faxinal;

Art. 11º - No faxinal é proibido manter animais que venham a descascar os pinheiros, comer mudas de pinheiros, matar ou agredir outros animais ou pessoas;

Art. 12º - É proibido instigar animais para praticar violência contra outros animais ou pessoas;

Art. 13º - No faxinal é obrigatório enterrar animal morto, admitindo-se a composteira nos casos específicos de aviários;

Art. 14º - Quem não tem terras em área de faxinal não pode manter animais neste espaço;

Art. 15º - É costume tradicional desta comunidade, além da criação dos animais mencionados acima e de animais domésticos, também o consumo daqueles, além de fazer embutidos, defumados, para consumo das famílias e da comunidade, fazendo o abate em suas propriedades com total higiene de nosso costume, podendo ser ao ar livre sem restrições, por nós auto-definirmos comunidade tradicional e garantindo os nossos costumes em leis abaixo mencionadas;

Art. 16º - O número de animais por entidade familiar será definido pela Comissão Local em documento escrito e votado em Assembleia e que fará parte do presente Acordo Comunitário;

Capítulo III – Das Regras para o trânsito:

Art. 17º - Veículos na área de faxinal devem transitar com velocidade compatível, não superior a 30 km/h, de forma que possa se precaver para evitar acidentes com pessoas ou animais. Ou seja, é obrigação do motorista manter vigília e atenção, além de velocidade compatível nas áreas de faxinal;

Art. 18º - Em caso de acidente o motorista deverá responder cível e criminalmente pelos danos decorrentes.

Capítulo IV – Das Regras para o Lixo:

Art. 19º - As comunidades do Meleiro e Espigão das Antas se comprometem a utilizar os pontos de coleta. O mesmo será aplicado no faxinal da Pedra Preta assim que o ponto for instalado lá.

Art. 20º - É dever de cada cidadão zelar pelo espaço correspondente ao perímetro de 50 metros de sua residência ou do fecho, quando este existir, comprometendo-se a efetuar regularmente a limpeza de seu espaço.

Art. 21º - Haverá, a critério e combinação da Comissão Local em conjunto com a comunidade, mutirões regulares para a limpeza do faxinal.

Art. 22º - Os resíduos orgânicos podem ficar nas propriedades para decomposição, mas os recicláveis devem ser encaminhados para os pontos de coleta respectivos;

Parágrafo Único - Os demais serão encaminhados para pontos de coleta nas estradas, sendo que a responsabilidade de levar até referidos pontos é de quem produziu o lixo.

Capítulo V – Das Infrações e Penalidades:

Art. 23º - Os valores percebidos a título de multas serão revertidos ao faxinal para uso em benefício de toda a comunidade.

- a. só haverá multa após deliberação da Comissão Local;
- b. havendo acordo entre o causador dos danos a vítima e a comissão local, será lavrado um termo, no qual irá constar prazo para o cumprimento da obrigação, e será assinado, constituindo título executivo para os fins de direito. Como recompensa eximirá o infrator do pagamento da multa desde que o acordo seja cumprido, em caso de descumprimento sujeitará o infrator à cobrança do valor integral perante a justiça;

Art. 24º - Constitui infração nas áreas de faxinal:

- a. Matar animais de terceiros, pelas próprias mãos ou qualquer outro instrumento, inclusive outros animais, sujeito à penalidade ordinária, sem prejuízo da ação penal cabível;
- b. Se a infração acontecer por atropelamento a penalidade será média, sem prejuízo da ação penal cabível;
- c. Se ocorrer utilizando-se de meios cruéis, por exemplo, tiro, tortura ou motivos banais (tais como preconceito contra o modo de vida faxinalense) a penalidade será grave, sem prejuízo da ação penal cabível;

- d. Se ocorrer sem intensão, será diminuído, a critério da comissão local, de $\frac{1}{4}$ a $\frac{3}{4}$;
- e. Furtar animais dentro do faxinal a penalidade será ordinária, sem prejuízo da cobrança do valor do animal e ação penal;

Art. 25º - Também constitui infração:

- a. Não se adequar às exigências do lixo, previstas nos artigos 17 e seguintes, a penalidade será limpar a área determinada, caso não cumpra será aplicada a multa ordinária;
- b. Construir fecho fora das especificações, sob pena de ser obrigado a destruir o fecho e colocar nas especificações, em caso de descumprimento a pena irá variar de média à grave, a critério da comissão local, que irá avaliar a extensão do fecho e o padrão da cerca utilizada. Sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.
- c. Manter animais proibidos nas áreas de faxinal, a penalidade será retirá-los da área de faxinal;
- d. Pessoas que não tem áreas dentro do faxinal, ou que não disponibilizem sua área, não podem manter sua criação nesta área. Na primeira vez, a pessoa será alertada para retirar, da segunda em diante será aplicada a penalidade ordinária, por vez em que o animal for pego nessa situação.
- d.1. Exceção para as áreas que fazem fronteira com o faxinal.

Capítulo VI – Da Comissão Local:

Art. 26º - Haverá duas comissões locais, uma competente pelo Espigão das Antas e Pedra Preta e outra para o Meleiro, composta, cada uma, por 5 integrantes eleitos em Assembleia, por maioria absoluta;

Art. 27º - Compete às Comissões Locais:

- a. Fiscalizar as determinações do acordo comunitário;
- b. Instaurar Procedimento Administrativo e aplicar as penalidades nos casos dispostos no presente Acordo Comunitário;
- c. Nomear um dos 5 eleitos para compor o Conselho Gestor da ARESUR, sendo que os demais serão suplentes;

c.1 - Na comissão de espigão e pedra preta haverá dois titulares, nomeados entre os cinco integrantes da comissão local, sendo os demais suplentes.

Art. 28º - Este Acordo Comunitário é devidamente aceito por todos e ficará fazendo parte integrante de todos os contratos que versem sobre direitos e deveres das propriedades nas terras compreendidas pelo faxinal, devendo ser rigorosamente observado e cumprido por todos os moradores e terceiros neste território, seus prepostos, dependentes ou pessoas que com os mesmos tenham relações dentro do faxinal.

O presente Acordo Comunitário foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária do dia....., estando devidamente lavrado, passa a vigorar desde a presente data.

Mandiritubá, de de 2011.